FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A Presença Islâmica em al-Qasr – Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo

Marta Isabel Caetano Leitão

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

Novembro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela Gomes

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

_____

Lisboa, 14 de Julho de 2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

_____

Lisboa, 14 de Julho de 2015

Para todos os amantes da história e arqueologia…

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação dei-me conta que a realização da mesma não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas a quem devo um enorme agradecimento.

Primeiramente gostaria de agradecer à Professora Doutora Rosa Varela Gomes, pela orientação científica que me deu ao longo desta dissertação e por todo o apoio demonstrado. Este trabalho não teria sido possível sem a sua orientação, dado que foram imensos os conhecimentos que me transmitiu ao longo desta investigação, os conselhos dados, a paciência nas correções e revisões e, sobretudo, sempre disposta a apoiar-me e incentivar-me ao longo do desenrolar deste estudo.

Gostaria também de deixar um agradecimento ao Professor Doutor Mário Varela Gomes que de igual forma também demonstrou sempre o seu apoio no desenrolar desta investigação sobre Alcácer do Sal.

Ao Jorge Alves que sempre me acompanhou em todas as deslocações efetuadas ao terreno. Esta dissertação não teria sido possível sem a sua ajuda e apoio.

Agradeço imenso ao presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Dr. Vítor Proença, todo o apoio demonstrado na concretização deste trabalho e pela autorização da cedência do espólio para estudo. Agradeço também pelo seu interesse, apoio e incentivo nos estudos históricos e arqueológicos sobre Alcácer do Sal, tendo em vista o desenvolvimento daquela cidade.

Ao Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, particularmente à Dr.ª Marisol Ferreira pelo apoio e cooperação oferecidos desde o início e pela cedência do espólio, à Dr.ª Rita Balona, ao Dr. Fernando Jerónimo e ao Dr. António Carvalho pela disponibilização de todo o material necessário como fotografias das intervenções arqueológicas, artigos, plantas e outros materiais que foram imprescindíveis para a realização desta investigação.

Agradeço igualmente à Direcção Regional da Cultura do Alentejo, nomeadamente à Dr.ª Ana Paula Amendoeira e ao Dr. João Pires pela autorização da cedência do espólio arqueológico das escavações do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli e à Dr.ª Esmeralda Gomes pela ajuda com os materiais e por todo o apoio demonstrado.

Ao Luís Barata, funcionário da Cripta Arqueológica de Alcácer do Sal, pela partilha de informações sobre as intervenções arqueológicas no Convento de Aracoeli.

À minha amiga Eliana Coelho pelos seus conselhos e apoio.

Ao José e Custódia Alves pelo apoio demonstrado.

À minha família que me apoiou na realização desta investigação.

Ao Professor Doutor José Varandas e amigo Cláudio Fonseca pela partilha de informações e incentivos.

À Professora Doutora Helena Catarino pela simpatia e generosidade que demonstrou ao enviar-me uma cópia da sua dissertação de doutoramento.

À Salete Melo pela partilha de experiências e conselhos que me deu para a realização deste estudo.

Ao Duarte Soares pela simpatia e partilha de informações sobre o território de Alcácer do Sal.

A PRESENÇA ISLÂMICA EM AL-QASR – UMA ANÁLISE SOBRE O URBANISMO E O SISTEMA DEFENSIVO

Marta Isabel Caetano Leitão

Resumo

Alcácer do Sal é uma cidade que esteve desde sempre ligada ao rio Sado, permitindo essa mesma ligação, que nela se fossem fixando ao longo do tempo, distintos povos, provindos das mais diversas partes do mundo. Esta ocupação por parte das populações, só foi possível, porque o território era abundante em recursos naturais e, entre eles, possuía solos bastante férteis para a agricultura.

Uma das comunidades que mais marcas deixou da sua presença naquele núcleo urbano, foi, sem dúvida, a muçulmana, tal como se pode verificar no topónimo que dá o nome à cidade, assim como pela presença dos vários vestígios materiais, como a imponente fortificação militar, que se ergue na colina mais alta da povoação, assim como pelas estruturas e espólios encontrados nas diversas intervenções arqueológicas realizadas naquela cidade. Tendo em conta estes aspetos, esta dissertação pretende fazer uma aproximação ao estudo do urbanismo da *medina* islâmica de *al-Qasr*, abarcando cronologicamente o século IX, altura em que os *Banu Danis* se fixam na cidade, até aos inícios do século XIII, correspondente à última fase de ocupação muçulmana da cidade.

Palavra(s)-chave: Fortificação, Arqueologia Medieval Islâmica, Cidade, Rede Viária, Quotidiano.

Abstract

Alcacer do Sal is a city that has always been linked to the Sado river, allowing the same link, which if they were fixing it over time, different people, stemmed from various parts of the world. This occupation on the part of the population, was only possible because the land was abundant in natural resources and, between them, had enough fertile soil for agriculture.

One of the communities that left marks of their presence in the urban core, was undoubtedly the Muslim, as can be seen in the place-name that gives the town its name,

as well as by the presence of various materials remains such as the imposing military fortification which stands on the highest hill of the village, as well as the structures and estates found in the various archaeological excavations conducted in that city. Considering these aspects, this dissertation intends to make an approach to urban planning study of Islamic medina of al-Qasr, chronologically covering the ninth century, when the Banu Danis are fixed in the city until the beginning of the thirteenth century, corresponding to last Muslim occupation phase of the city.

Keywords: Fortification, Medieval Islamic Archaeology, Town, Road Network, Quotidian.

ÍNDICE

Capítulo I: Contextualização metodológica……1

1.1. Introdução e objetivos ……1

1.2. Metodologia……2

1.3. Estado atual da investigação……8

Capítulo II: O Espaço Geográfico e o Território……11

2.1. Enquadramento geográfico……11

2.2. A geologia e a geomorfologia……12

2.2.1. O clima……15

2.2.2. A hidrografia……17

2.3. O coberto vegetal……21

2.4. As faunas……25

2.5. A fertilidade dos solos……27

2.6. Os recursos naturais……28

2.6.1. As atividades extrativas……28

2.6.2. A mineração……31

2.6.3. As florestas……31

2.6.4. Os rios e as ribeiras……33

Capítulo III: A presença islâmica em al-Qasr - O sistema defensivo……35

3.1. Breve contextualização histórica……35

3.1.1. Antecedentes……35

3.1.2. Islamização……36

3.2. A Alcáçova……39

3.2.1. Descrição dos vestígios……39

3.2.2. Análise dos aparelhos e das técnicas construtivas……47

3.2.3. Interpretação e atribuição cronológica……52

3.3. As muralhas e as torres da medina……59

3.3.1. Descrição dos vestígios……59

3.3.2. Análise dos aparelhos e das técnicas construtivas……74

3.3.3. Interpretação e atribuição cronológica……77

Capítulo IV: A presença islâmica em al-Qasr - O espaço urbano……82

4.1. A Alcáçova……82

4.1.1. Espaços residenciais……82

4.1.2. Espaços de armazenamento e outras estruturas subterrâneas……87

4.2. A medina……89

4.2.1. As vias e as portas……89

4.2.2. A mesquita aljama, o complexo de banhos e o suq……93

4.2.3. Espaços residenciais – o bairro……97

4.2.4. Os arrabaldes e o porto……99

4.2.5. As necrópoles……101

Capítulo V: Estudo do espólio ……105

5.1. Cerâmicas provenientes das estruturas do setor I……106

5.1.1. Análise por grupos funcionais, paralelos e cronologias……106

5.1.1.1. Loiça de mesa……106

5.1.1.2. Loiça de armazenamento 108

5.1.1.3. Contentores de fogo.....109

5.1.1.4. Peças de uso complementar 110

5.1.1.5. Outros objetos.....110

5.1.1.6. Peças publicadas.....111

5.2.1. Pastas, tratamentos das superfícies, formas e decorações.....112

5.3.1. Conhecimento do espaço e do quotidiano.....116

5.4. Peças do Museu da Cripta.....121

5.4.1. Loiça de mesa.....121

5.4.2. Loiça de cozinha.....124

5.4.3. Loiça de armazenamento.....125

5.4.4. Contentores de fogo.....125

5.4.5. Armamento.....126

5.4.6. Outros objetos.....127

5.5. Espaços, quotidianos, comércio e produção.....128

Conclusão.....132

Fontes e Bibliografia 137

Anexo A - Excertos documentais.....155

Anexo B - Imagens.....170

Anexo C – Catálogo das peças.....249

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Coord. - Coordenação

CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas

cf. - confronte

Chanc. – Chancelaria

DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

doc. - documento

Fig. – Figura

fl. – fólio

Ha - Hectare

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

maç. – maço

Nº - Número

O.S – Ordem de Santiago

PROF AL - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral

p. pp. – Página, páginas

T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Capitulo I: Contextualização metodológica

1.1. Introdução e objetivos

A escolha de Alcácer do Sal para estudo prende-se com o facto de eu ser natural da região e de ter uma grande curiosidade em saber mais sobre o passado dessa cidade, sobretudo no que diz respeito ao Período Islâmico. Este constitui, de igual modo, a minha área preferencial de investigação, mas também por Alcácer do Sal ser uma das cidades com importante presença islâmica, cujo seu nome ficou a dever-se precisamente e essa mesma presença, sendo referida não só por autores clássicos, mas também por autores muçulmanos, como teremos oportunidade de ver ao longo desta dissertação.

Contribuiu para a escolha deste tema ter constatado, ao longo das leituras realizadas das várias publicações existentes referentes a Alcácer do Sal, que praticamente pouco se conhece sobre o urbanismo da cidade em período islâmico, assim como os elementos do seu sistema defensivo, dado as informações relativas ao mesmo serem muito rudimentares, devido à ausência de uma análise minuciosa das torres e panos de muralha, tendo em vista compreender as diferentes fases construtivas e, consequentemente, a própria evolução da cidade ao longo dos cinco séculos daquela permanência.

A presente dissertação com o título *A Presença Islâmica em al-Qasr - Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo*, tem, portanto, como objetivo fazer uma análise da disposição urbanística da cidade e do seu sistema defensivo, abordando as várias fases construtivas e organizacionais da cidade, dentro desse mesmo período, abarcando, deste modo, uma cronologia que vai desde o século IX, aos inícios do século XIII, todavia com maior enfoque neste último, já que os vestígios desta última presença são maiores em comparação com as restantes.

A cronologia por nós escolhida tem a ver com o facto de, ter sido a partir do século IX, que se deram início aos ataques dos *Piratas Majus* (Vikings) nas zonas litorais do *al-Andalus*, efetuando-se, desde modo, um maior reforço na defesa destas zonas e consequentemente, para o caso de Alcácer do Sal, também um desenvolvimento urbanístico devido à presença da família dos *Banu Danis* que nela se estabeleceram nesse mesmo século. Durante o século X, foi instalado nesta região, estaleiro de

construção naval que serviu de base para as operações militares contra Santiago de Compostela, por parte de *Ibn`Amir al-Mansur*. Posteriormente, a cidade foi-se desenvolvendo até aos inícios do século XIII, subsistindo desta última fase, alguns panos de muralha e torres em taipa.

O corpo do texto deste trabalho desenvolve-se em cinco capítulos. O primeiro corresponde à presente contextualização metodológica, onde serão abordados os objetivos, a metodologia utlizada para os alcançar e o estado atual da investigação. No segundo, procurar-se-á efetuar uma abordagem ao território, tendo em vista através da leitura das características ambientais e recursos naturais compreender os fatores que permitiram a contínua ocupação humana e que condicionaram ao mesmo tempo o seu modelo de instalação e adaptação ao local.

No terceiro capítulo começar-se-á por fazer de forma breve referência à história da ocupação da cidade para em seguida elaborar uma análise pormenorizada dos panos de muralha e torres, quer da alcáçova, quer da *medina*, seguindo-se uma descrição dos aparelhos construtivos de cada um dos elementos referidos e, posteriormente, a sua interpretação, atribuição cronológica e paralelos com outras fortificações do *al-Andalus*.

A aproximação ao conhecimento do espaço urbano, tendo em vista compreender a sua disposição, desde as vias principais e secundárias, à localização dos espaços residenciais e principais edifícios públicos como os banhos, mesquitas, os *suqs*, passando ainda pela localização das necrópoles e outros espaços fora de muralhas como os arrabaldes e a importância do porto, far-se-á no quarto capítulo do presente estudo. Por fim, no último capítulo, realizar-se-á o estudo de espólios que nos permitiam, de algum modo, contribuir para melhor identificar e datar áreas habitacionais, tendo em vista a sua inserção no espaço urbano.

1.2. Metodologia

A metodologia utilizada para atingir os objetivos referidos, pressupôs a conjugação de uma série de áreas que foram essenciais para a compreensão da evolução das muralhas da *medina* e da alcáçova de Alcácer do Sal, ao longo dos séculos IX e XIII. Para isso, fez-se recurso, sempre que necessário, à Arqueologia, Arqueologia da Arquitetura, História e História de Arte na tentativa de obter cronologias para alguns panos de muralha e torres, com base igualmente em semelhanças com outras construções do *al-*

Andalus do mesmo período, realizando-se o mesmo procedimento para as estruturas arqueológicas encontradas nas diversas intervenções arqueológicas, fundamentando, do mesmo modo, as hipóteses lançadas com base no espólio cerâmico encontrado e apresentado em algumas publicações.

Tendo em conta que as escavações realizadas na zona intra-muros do castelo, quer na zona do *forum* romano, quer na zona do Convento de Aracoeli, não foram realizadas por nós e a inexistência de relatórios com a descrição do registo estratigráfico e disposição do espólio encontrado impediram, por isso, uma leitura precisa dos testemunhos arqueológicos identificados, foi fundamental a conjugação das diversas áreas mencionadas para uma melhor compreensão e análise do sistema defensivo e daquelas estruturas. Algumas fotografias existentes das intervenções arqueológicas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli foram disponibilizadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, onde se pode achar algumas construções que já não se encontram hoje em dia visíveis, assim como a disposição de alguns materiais *in situ*, tendo sido essa documentação muito importante para caracterizar e datar algumas das edificações identificadas ao longo desta investigação.

No que respeita à zona da antiga alcáçova muçulmana, como a mesma sofreu várias ocupações posteriores e como o edifício da pousada assenta sobre essas estruturas arqueológicas, impedindo a leitura das mesmas, foi necessário recorrer à análise da iconografia e das várias fotografias existentes das estruturas antes da construção daquele edifício. O mesmo procedimento foi feito, para o estudo dos vários aparelhos construtivos do sistema defensivo, uma vez que as muralhas foram restauradas, no século passado pela DGEMN, tentando esta, imitar a taipa original por cima da silharia de pedra de alguns panos de muralhas e torres, colocando-se por cima da taipa uma camada de argamassa. Logo foi muito importante, recorrer às fotografias existentes no arquivo daquela instituição respeitantes a esta fortificação antes dos restauros efetuados.

Através das estruturas arqueológicas encontradas nas diversas intervenções em Alcácer do Sal, nomeadamente na zona intra-muros e a sua envolvente, e da análise do sistema defensivo da cidade com recurso às disciplinas já mencionadas, pretendeu-se traçar a evolução do sistema defensivo e fazer uma aproximação ao conhecimento do espaço urbano da *medina* de *al-Qasr,* entre os séculos IX e XIII, tendo em conta, também a análise das vias de comunicação que estruturavam a cidade.

Realizaram-se várias deslocações ao terreno tendo em vista observar detalhes presentes na fortificação, como vestígios de torres e panos de muralha, assim como as suas técnicas construtivas e formas, tendo-se realizado uma análise minuciosa de toda a fortificação para que não nos escapasse o menor detalhe sobre a mesma. Foram ainda, realizadas várias fotografias em diversos ângulos das estruturas e apontados todos os aspetos em papel considerados relevantes para a nossa investigação. Para esta análise recorreu-se sempre, à medida que se desenrolavam as deslocações ao terreno, ao estudo da iconografia existente do sistema defensivo e do arquivo da DGEMN.

Devido ao facto de algumas torres da primitiva alcáçova e do núcleo urbano estarem hoje em dia integradas no edifício da pousada, não nos foi possível obter o registo minucioso das medidas dessas mesmas torres, como são o caso das torres 1, 2, 3, 4 da alcáçova e a torre 30 da *medina*. Outras torres que integravam a alcáçova, assim como a *medina*, por se encontrarem somente reduzidas a vestígios ocultados entre a vegetação ou por já não se acharem visíveis nos dias de hoje, conhecendo-se as mesmas, somente no registo fotográfico, não conseguimos igualmente obter as medidas daquelas. Inserem-se neste grupo as torres 5 da alcáçova e as torres 12,13,14, 17, 18, 20, 27 e 28 da *medina.*

Para a análise da rede viária, elemento importante para a caracterização do urbanismo, foram consultadas plantas de Alcácer do Sal e fotografias antigas da cidade, de modo a reconstruir as vias principais e secundárias da época, tendo em conta a disposição das estruturas arqueológicas encontradas. Realizou-se, seguidamente, também deslocações no terreno por toda a cidade de Alcácer, nomeadamente dentro da sua zona histórica, percorrendo as ruas observadas nas plantas, tendo-se sempre em atenção a toponímia sugestiva das mesmas, assim como o seu traçado, procedendo-se a medições com a ajuda de uma fita métrica, de modo a auxiliar-nos numa melhor caracterização daquelas que poderiam ter sido as principais vias de comunicação da cidade em Período Muçulmano.

Foram fundamentais para este estudo a consulta das fontes escritas islâmicas, correspondentes a uma cronologia que vai desde o século X a XIV, no que respeita à descrição do atual território português, uma vez que, destas fontes, muitas vezes se retira elementos que são essenciais para a compreensão de aspetos de carácter urbanístico, económico e social de uma cidade, todavia para a zona em estudo, aquelas fontes não foram muito generosas em descrições. Uma das mais importantes descrições

de Alcácer do Sal, diz respeito aos inícios do século XII, pelo geógrafo *al-Idrisi*, onde nos transmite alguns elementos importantes sobre aquela cidade, existindo similarmente uma outra menção, no século X, pelo geógrafo *Alî ibn Hawqal*, descrições essas que falaremos mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

De igual modo, a consulta das fontes cristãs foram muito importantes no decorrer deste estudo, dando alguns elementos sobre o sistema defensivo e algumas pistas para aquela que poderia ter sido a disposição urbanística da cidade, herdada do período islâmico, cabendo destacar entre essas fontes, as visitações a Alcácer do Sal, efetuadas pelo Mestre D. Jorge de Lencastre, nos anos de 1512/1513, 1535, 1552, 1560 e 1565, contidas na livro da *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154 e 194 fornecendo alguns dados muito interessantes para o desenrolar da nossa investigação.

Algumas fontes cristãs do século XVIII forneceram, de igual modo, dados interessantes, nomeadamente a *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Afonso II. Terceiro Rey de Portugal* do autor Ruy Pina onde se descreve a reconquista cristã da cidade, em 1217, assim como as Memórias Paroquiais, vol. 35, nº243 e o *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas* do Padre Luiz Cardoso, onde se encontrou alguma informação interessante sobre a fortificação e alguns elementos da disposição urbana mas, igualmente, dados sobre o território.

Para o século XIX foi essencial a leitura da *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Reyno de Portugal* de António Costa que nos forneceu alguns elementos sobre a fortificação e igualmente o território. No que respeita ao século XX, foram muito importantes as descrições da fortificação de Virgílio Correia e Abel Viana elaboradas durante as suas deslocações a Alcácer do Sal.

Para uma melhor compreensão da disposição urbanística da cidade e tendo em vista complementar este estudo, foi realizado o estudo do espólio cerâmico, proveniente das intervenções arqueológicas realizadas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, entre os anos 1993-97, inserindo-se dentro do espaço da alcáçova muçulmana e da *medina*. Esta última intervenção arqueológica incidiu na área do convento das religiosas e da sua cerca. Devido ao carácter de emergência da mesma, procedeu-se à abertura de sondagens com a implantação de uma quadrícula e à identificação de cada uma das

zonas existentes, mediante a atribuição de uma letra maiúscula (A-O) Deste modo, o espólio em estudo provém do sector I da escavação, sendo o espólio exumado proveniente de uma estrutura de habitação do interior da alcáçova muçulmana.

As peças deste setor já se encontravam, no momento da seleção das mesmas, lavadas e inventariadas com a respetiva fórmula de inventário AS/CC/95/SECTOR. NÚMERO DE INVENTÁRIO – Alcácer do Sal, Cerca Convento, ano de escavação, Sector e Número de Inventário marcada em cada uma delas.

Verificamos que 18 destas peças já se encontravam publicadas, no ano de 2001, na obra *Garb: Sítios islâmicos do sul peninsular*, pelos arqueólogos, António Rafael Carvalho e António Cavaleiro Paixão, juntamente com outras peças, as quais desconhece-se a sua proveniência estratigráfica e respetivo setor de escavação, optando-se deste modo por selecionar uma amostra representativa das peças ainda não publicadas, escolhendo-se 12 fragmentos que consideramos expressivos do conjunto, para juntamente com as 18 peças publicadas, proceder à análise do conjunto total inserindo-o no seu contexto arqueológico, visando a caracterização do espaço, trabalho esse que verificamos ainda se encontrava por fazer.

Relativamente às 12 peças inéditas, procedeu-se ao seu registo fotográfico em diversos ângulos e à sua descrição por grupos funcionais, optando-se pelas designações terminológicas propostas pela investigadora Rosa Varela Gomes, por se aproximarem dos termos utilizados atualmente, facilitando, ao mesmo tempo, a compreensão da imediata funcionalidade do objeto (Gomes, 2002, pp.34-44).

No conjunto de peças em estudo, possuímos loiça de mesa onde se integram as taças e jarras, na loiça de armazenamento as talhas, no grupo dos contentores de fogo as candeias, nas peças de uso complementar dois testos e em outros objetos um fragmento de pia de abluções. Relativamente às 18 peças publicadas, utilizamos as designações atribuídas pelo Dr. António Carvalho que se enquadram nos grupos mencionados, inserindo-se neste grupo: loiça de mesa (taças e jarras), loiça de armazenamento (talha), loiça de cozinha (panela e alguidar) e contentores de fogo (lamparina e fogareiro).

Chamamos a atenção para a utilização do termo candil em vez de lucerna, dado que esta última designação é normalmente atribuída ao Período Romano, enquanto no Período Muçulmano designa-se de candil, sendo o seu nome em árabe *qandîl* e a utilização do termo candeia, precisamente para a distinguir da forma mais fechada do

candil, possuindo esta uma forma mais aberta, surgindo no *al-Andalus* a partir das últimas décadas do século XII, mantendo-se esta forma praticamente até à atualidade (Gomes, 2002, p. 41; Martínez, 2001, p. 160).

As peças foram descritas segundo a sua forma de bordo e lábio, do corpo e do pé ou fundo, fazendo-se referência à sua decoração, quando existente, tratamento das superfícies, cor e ao tipo de pasta, sendo estas características elaboradas somente para a amostra das peças em estudo, dado as restantes 18 já se encontrarem descritas.

Relativamente à descrição das pastas, optou-se pela descrição do conjunto total das 30 peças, tendo em vista conhecer o predomínio do tipo de pastas fabricadas no conjunto total da amostra. Os elementos não plásticos descritos segundo a sua identificação mineralógica (mica, feldspato, quartzo e pedaços de argila) e de acordo com a quantidade e tamanho, foram descritos de acordo com a definição elaborada pela investigadora Rosa Varela Gomes: elementos não plásticos com dimensões inferiores a 0,5 mm, de grão finíssimo a fino formulam pastas muito homogéneas e compactas; de grão médio apresentam-se os elementos não plásticos medindo entre os 0,5 mm e os 1,0 mm, constituindo pastas homogéneas e compactas. Pastas contendo elementos não plásticos com grão grosseiro, de dimensões superiores às anteriormente referidas, podendo atingir os 4,0 mm, são, quase sempre, pouco homogéneas e não muito compactas (Gomes, 2002, p. 44).

Tentou-se, seguidamente, inserir o espólio da nossa amostra total (as 30 peças) no contexto arqueológico, estabelecendo a sua ligação com as estruturas encontradas, tendo em vista datar e caracterizar o compartimento da habitação, assim como a sua disposição na alcáçova, contribuindo desta forma para o conhecimento do espaço urbano e, em particular, a sua datação.

Por fim, para além da análise do espólio do sector I, optou-se igualmente por incluir o estudo das peças e outros materiais muçulmanos que se encontram em exposição nas vitrines do Museu da Cripta Arqueológica, provenientes das escavações atrás referidas, alguns já publicados e outros inéditos, seguindo os mesmos procedimentos de análise mencionados anteriormente. Aqueles abrangem todos os sectores escavados e foram selecionados pelos arqueólogos que fizeram parte do projeto da cripta, consoante a sua relevância e estado de conservação, para serem colocados em exposição no museu. Não nos foi possível fazer uma descrição minuciosa das pastas, como fizemos para as cerâmicas do sector I, uma vez que não foi autorizada a abertura

das vitrines para aceder às mesmas, dada a degradação de alguns materiais em ferro. Deste modo, a análise daquele espólio foi realizado com base nas fotografias.

No conjunto das peças do museu insere-se do ponto de vista funcional: loiça de mesa onde se integram as taças, jarras, jarros, púcaros e bules, na loiça de cozinha duas panelas e duas frigideiras, na loiça de armazenamento, um cântaro e talhas, no grupo dos contentores de fogo dois candis e uma candeia. Em outros objetos incluímos duas peças de jogo, um espevitador de candil, duas torres de roca e um fragmento de alcatruz de nora de água. Por fim, incluímos no grupo do armamento, pontas de flecha e lança, projéteis de funda, dedal de arqueiro e um fragmento de noz de besta.

1.3. Estado atual da investigação

A investigação científica que se tem produzido sobre o urbanismo das cidades islâmicas é de alguma relevância, dada a importância que a arqueologia medieval islâmica tem vindo a adquirir ao longo dos anos. A nível peninsular são essenciais os estudos de Leopoldo Torres Balbás, como *Ciudades Hispanomusulmanas* (1985) e outros artigos do mesmo autor, como *Los edificios hispano-musulmanes* (1953), publicado na revista nº1 do Instituto Egipcio de Estudios Islámicos e *Los contornos de las ciudades hispanomusulmanas* (1950), publicado na revista *Al-Andalus*, nº15, que são fundamentais para a compreensão da organização de uma cidade islâmica.

De grande relevância, são também, as obras de Basílio Pavón Maldonado, nomeadamente, *Ciudades y Fortaleza Lusomusulmanas: Crónicas de Viajes por el sur de Portugal* (1993) e a sua obra *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*, composta por quatro volumes, publicados respetivamente, em 1990, 1999, 2004 e 2009, que são imprescindíveis para a compreensão da arquitetura dos edifícios civis e militares do período islâmico.

Ainda, de imensa importância, para o estudo do urbanismo, são os vários estudos publicados por Júlio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo como por exemplo: *Casas e Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII (1995), El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia* (2001), *Sobre la ciudad islámica y su evolución* (2003), *Evolución del paisaje urbano andalusí. De la medina dispersa a la saturada* (2004) e *Las ciudades de Alandalús. Nuevas*

perspectivas (2007) que são fundamentais para a compreensão da evolução urbanística de uma cidade islâmica.

Relativamente ao caso português, conhecem-se vários estudos para o período que nos interessa, em grande maioria para as cidades de Silves e Mértola. A primeira foi intervencionada durante vários anos, por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, dando origem em 1999, à dissertação de doutoramento desta última autora, com o título *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: Arqueologia e História (séculos VIII-XIII*). Está obra dá a conhecer o urbanismo da cidade de Silves e é imprescindível para o estudo do urbanismo islâmico.

Em 2004, decorreu em Granada um congresso intitulado: *La Ciudad en el Occidente Islámico Medieval: nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes*, onde a investigadora, Roa Varela Gomes, falou sobre o urbanismo islâmico em Portugal, abordando o que se conhece das várias cidades. Uma monografia, mais recente, publicada pela mesma autora em 2013, com o título: *Arquiteturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*, faz uma abordagem muito importante das cidades islâmicas, passando pelos principais edifícios públicos e privados, tal como as edificações militares, apresentando no final um catálogo muito ilustrativo dos testemunhos arquitetónicos deste mesmo período.

Para o caso de Mértola, as várias intervenções realizadas ao longo dos anos na alcáçova do castelo, deram origem a uma série de estudos, destaque para a dissertação de Santiago Macias, *O bairro de Alcáçova de Mértola: imagens de um conjunto urbano nos finais do período islâmico* (1995) e a obra: *Mértola o último porto do Mediterrâneo* (2006) que aborda muitos aspetos do urbanismo islâmico, sendo também bastante importante a obra publicada por este e Cláudio Torres com o título, *O legado islâmico em Portugal* (1998).

É de referir ainda, alguns estudos para as outras regiões, como a tese de Helena Catarino *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados* (1997) que aborda aspetos muitos interessantes relacionados com o mundo rural que está em perfeita ligação com o mundo urbano, mas também elementos sobre o sistema defensivo.

Para a cidade de Palmela temos a obra de Isabel Cristina Fernandes, *O Castelo de Palmela – do islâmico ao cristão* (2004) que nos fornece informações sobre o

sistema defensivo da fortificação presente nesta cidade, assim como as várias ocupações daquele espaço no período islâmico. Mais recentemente, em 2013, a autora coordenou a publicação de uma obra, com o título *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI),* que reúne uma série de artigos publicados por vários investigadores sobre as fortificações na Península e no Magreb. Ainda, neste mesmo ano de 2013, foi publicada a dissertação de mestrado de Fernando Branco Correia, com o título, *Elvas na Idade Média* que nos veio dar algumas informações sobre o espaço urbano da cidade de Elvas sob o domínio islâmico.

Relativamente aos estudos sobre Alcácer do Sal, no que toca ao período que nos interessa, centram-se essencialmente nos factos políticos ocorridos na *medina* ao longo dos séculos VIII e XIII, deixando de parte, quer o sistema defensivo, quer o urbanismo. Como exemplo disso, temos a obra publicada, em 2004, pelos três arqueólogos do município, João Faria, Marisol Ferreira e António Carvalho, com o título *Al-Qasr – Arqueologia e História de uma Madina do Garb al-Andalus (séc. VIII-XIII),* que se foca nos factos políticos ocorridos nesta cidade durante o período islâmico, lançando somente na conclusão, alguns aspetos, de forma reduzida, sobre o sistema defensivo e necrópole identificada na encosta do castelo.

Em 1995, José Chagas, defendeu dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico na Universidade de Évora, com o título, *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante o domínio almóada*, onde apresenta uma análise da composição da taipa da fortificação. Bastante importante, se revela a obra de Maria Teresa Lopes Pereira, publicada em 2000, com o título *Alcácer do Sal na Idade Média*, onde a autora caracteriza, com base nas fontes documentais cristãs, a cidade na Baixa Idade Média, apresentando uma planta com a dimensão da cidade e com as várias vias de comunicação existentes. Esta obra é fundamental para a compreensão da cidade durante a ocupação cristã porque nos dá uma série de elementos sobre a organização da cidade, dos seus meios de produção e quotidianos das pessoas que nela habitavam.

No que respeita ao estudo de algum espólio cerâmico foi publicado, em 1994, um artigo da autoria de António Carvalho, João Faria e António Cavaleiro Paixão, com o título "*O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana",* nas atas do Encontro de Arqueologia Urbana em Braga, onde se falou um pouco dos objetivos e resultados da intervenção arqueológica no Convento de Aracoeli, apresentando algumas

cerâmicas dessas intervenções e das escavações realizadas no *forum* romano. Ainda, nesse mesmo ano, foi publicado, um outro artigo na *revista de Arqueologia Medieval* nº 3, com o título: *"Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal*", descrevendo-se cerâmicas que se encontravam depositadas nos fundos arqueológicos do museu da cidade provenientes de recolhas de superfície efetuadas na área do castelo e zona envolvente.

Em 2001, foi publicado, por António Carvalho e António Cavaleiro Paixão, artigo na obra *Garb: Sítios islâmicos do Sul Peninsular,* com o título "*Cerâmicas almoadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal)*", onde foram descritas algumas cerâmicas provenientes das intervenções arqueológicas no Convento de Aracoeli, todavia não se mencionado os setores e estruturas respetivas associadas, não se estabelecendo, desde modo, a sua relação com o contexto arqueológico, tendo em vista uma aproximação ao conhecimento do espaço. Nesse mesmo ano, os autores referidos, juntamente com o arqueólogo João Carlos Faria, publicaram um artigo na revista *Arqueologia Medieval* nº 7, com o título, *Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli*, onde se faz algumas referências a estruturas defensivas encontradas nas intervenções arqueológicas e apresenta-se uma coleção de cerâmicas provenientes dessas intervenções, todavia, novamente com a lacuna de não ser mencionado o contexto exato da proveniência do espólio.

Capitulo II: O Espaço Geográfico e o Território

2.1. Enquadramento geográfico

Alcácer do Sal localiza-se na região Sul do País, distrito de Setúbal e o seu concelho abrange uma área aproximadamente de 146.510 ha, tornando-o no segundo maior do país (Costa, 2009, p. 5). Faz fronteira com os concelhos de Palmela, Vendas Novas e Montemor-o-Novo (a Norte), Viana do Alentejo e Alvito (a Este), Grândola (a Oeste) e

Ferreira do Alentejo e Grândola (a Sul). Está organizado administrativamente em 6 freguesias, nomeadamente: Comporta, Santa Maria do Castelo, Santa Susana, Santiago, São Martinho e Torrão. (**Figs. 1; 2**).

A instalação das comunidades humanas neste território só foi possível devido aos abundantes recursos naturais que este disponibilizava, como solos extremamente férteis para a agricultura, com uma diversificada fauna e flora e um riquíssimo coberto vegetal, aliado às condições climáticas e à sua ligação com o rio Sado, fizeram deste território uma atração, para as populações humanas que nele se foram estabelecendo.

2.2. A geologia e a geomorfologia

A maior parte da superfície do país, cerca de sete décimos, é constituída pelo Maciço Hespérico que corresponde à formação mais antiga, predominando nessas zonas as rochas eruptivas e metamórficas, todavia nos outros três décimos, o Maciço Hespérico encontra-se coberto pelas camadas do Mesozoico e do Cenozoico, sendo essas camadas pouco inclinadas. Estas formações de cariz mais recente encontram-se nas porções de Portugal mais afastadas do eixo de culminação, como é o caso da região em estudo onde predominam superfícies de erosão mais recentes e baixas, terraços e áreas de colinas ou mesmo formações litorais de acumulação, como rias de tipo haff, restingas, largas extensões dunares e deltas (Lautensach, 1987, p. 14).

As características geomorfológicas principais do Portugal Meridional são marcadas pelas suas grandes bacias do Tejo e do Sado e à vasta peneplanície que se estende para leste e para sul. A bacia do Sado, tal como a do Tejo, é preenchida por uma camada do Miocénico e do Pliocénico convergindo em direção à Península de Setúbal e apresenta alguma atividade sísmica por ser uma zona de formação mais recente e portanto pouco consolidada, ao contrário das zonas mais próximas do eixo de culminação ibérico (Lautensach, 1987, p. 130).

O vale do Sado em Alcácer do Sal apresenta traçado claramente angular, devido ao condicionalismo ocasionado por fraturas do soco, motivado, pelo contacto entre a formação de Alcácer do Sal com o Vale do Guizo. Desta forma, estudo efetuado sobre o sismo de 1755, mostra que este, afetou significativamente, a zona de Alcácer do Sal, verificando-se intensidades de 7 a 10 na escala de Mercalli (Faria, 2002, p. 21).

Apesar desta incidência sísmica (contudo mais recorrente no Tejo), o rio não corre ao nível do enchimento da bacia, porém encaixa-se nele de 100 m ou mais. O rio Tejo e o Sado, abriram vales muito amplos, porém mantêm vertentes bastante íngremes, nas quais se escalonam terraços interglaciários. Devido à declinação do nível do mar durante os períodos glaciários, e particularmente durante esta última, os vales foram aprofundados muito abaixo do perfil atual. Na era pós-glaciária a subida do nível do mar fomentou neste entalhe a acumulação de depósitos arenosos e lodosos com muitas dezenas de metros e espessura e cuja superfície, larga e plana, forma impressionante contraste com as encostas íngremes. Segundo Hermann Lautensach, "*como os dois rios não acabaram ainda o assoreamento resultante da subida pós-glaciária do nível do mar, desaguam em baías de transgressão*." (Lautensach, 1987, p. 158).

O estuário do Sado contém em relação ao do Tejo uma homologia apenas ilusória. É um autêntico estuário, de margens baixas, alagadiças e sezonáticas, fechado por um cabedelo que se prolonga por uma linha de baixios que despontam em porção na baixa-mar. Entre a terra rasa e a água salgada, as marinhas e os arrozais simbolizam a combinação dos modos de vida ligados ao campo e à beira-mar (Ribeiro, 1987, p. 82).

Na foz do Rio Sado, constituindo a região sul da Península de Setúbal, ergue-se a cordilheira da Arrábida, sendo o único troço verdadeiramente mediterrâneo da costa portuguesa, quer pela topografia do terreno, dobrado e cortado de grandes desarticulações, quer pelas águas tépidas, pacíficas e refugiadas, dando quase a sensação de ser um mar interior (Ribeiro, 1987, p. 81).

Segundo o geografo árabe, *Al Razi*[1], a Serra da Arrábida, na altura denominada, a Serra dos *Banu Matari* ou *Banu Matri*, marcava a fronteira entre os territórios administrativos de Lisboa e os administrativos de Beja, durante o século X, servindo assim de divisão entre estas regiões do *al-Andalus* (Sidarus e Rei, 2001, p. 40,41).

No que diz respeito, geologicamente à formação de Alcácer do Sal, enquadra-se no Miocénico Médio e Superior, preservando a bacia do Sado vestígios de uma transgressão marinha. Foram realizados furos de captação de água em Asseiceira e Albergaria onde se encontraram depósitos marinhos a profundidades notáveis, mostrando subsistir uma zona deprimida a sul do único afloramento do soco, em

[1] Segundo a obra de *Abu Bakr Ahmad ibn Muhammad al-Razi,* elaborada por Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo segundo os Geógrafos Árabes" *in Arqueologia Medieval*, nº7, 2001, pp. 40-41.

Valverde. De acordo, com o investigador, José Chagas, esta formação constitui um conjunto de assentadas detríticas, ordenadas em sequências de granulometrias decrescentes: conglomerados mais importantes na base e na periferia da bacia, biocalcarenitos mais ou menos arenosos e escassez de argilas (especialmente, minerais, micáceos e montemorilonite) (Chagas, 1995, p. 23).

A região de Alcácer do Sal, de um modo geral, possui relevo pouco acentuado, à excepção da área onde a cidade está implantada. Quanto aos relevos estruturais, há a considerar os blocos soerguidos, consequentes de depósitos da formação de Alcácer do Sal e de Vale de Guizo, nomeadamente o bloco onde se situa o Santuário do Senhor dos Mártires e o Castelo (Faria, 2002, p. 19).

No que respeita à geomorfologia, existem algumas particularidades, entre elas, os retalhos da peneplanície alentejana e as formas de relevo relacionadas com a atual bacia do Sado. Na primeira área, insere-se toda a região da vila do Torrão, existe uma zona plana que desce gradualmente desde as Alcáçovas até ao rio Xarrama, formando larga depressão, com fundo coberto de aluviões junto à barragem de S. Brissos. A depressão do Xarrama parece derivar do pequeno abalançamento da peneplanície com abaixamento para sul e da erosão diferencial dos dioritos e quartzodioritos que na área originam topografia rebaixada (Faria, 2002, p. 19 e 20).

Relativamente ao Vale do Sado, tal como a ribeira de Santa Catarina, são ambos largos, com planície de inundação extensa e vertentes escarpadas, expondo a forma característica de vale em caleira aluvial. João Faria refere que "*na planície de inundação, nota-se vestígios de meandros abandonados, de que é exemplo a ribeira de Santa Catarina.*" (Faria, 2002, p. 20).

O delineamento dos principais cursos de água obedece, no principal, à orientação de fraturas, sendo alguns dissimétricos em perfil transversal, resultado de pequenas deformações locais (ribeiras de Santa Catarina e do Arcão). Neste curso de água, e relacionado com as variações do nível da base, desenvolvem-se terraços que se conservam com admirável desenvolvimento na parte convexa dos meandros. Apenas foram cartografados terraços a cotas de 20 a 30 m, não obstante, existem vestígios morfológicos, materializados por não corresponderem a depósitos minimamente significativos (Gonçalves e Antunes, 1992).

No que respeita à administração territorial do concelho de Alcácer do Sal, com uma altitude média de 95 metros, o concelho tem a sua cota máxima nos 250 metros (Serra Alta), a Norte, e a sua cota mínima ao nível do mar, a Oeste, junto ao rio Sado, e ao longo do estuário do Sado, sendo que a maioria da área do município se encontra entre os 50 m e os 100 m. É ainda possível observar no município algumas formações montanhosas, nomeadamente, a zona do Barrancão estendendo-se à Serra Alta e Escancha Burros, a Serra da Maceira, e ainda Cabeço de Águia e a Serrinha (Costa, 2009, p. 7).

No que respeita ao nível da totalidade do concelho de Alcácer do Sal, o declive médio ronda os 2,4 graus, porém, na zona mais a Sul, e nas vertentes localizadas ao longo do rio Sado, os declives são maioritariamente superiores a 20 graus e em muitas zonas superiores a 30-40 graus (**Fig. 3**). Contudo, é na zona a Norte do rio Sado, onde se acha zonas mais declivosas, chegando a atingir o máximo de 47,6 graus, nas formações montanhosas (Costa, 2009, p. 7).

Quanto aos recursos minerais da região, estes são particularmente raros, acentuando-se a efetiva inexistência de exploração de argilas, em comparação com o número expressivo de explorações e fornos romanos nas margens do Sado. As argilas utlizadas na época romana, muçulmana e cristã poderão ter pertencido à formação da Marateca, ou ter sido provenientes de aluviões do Sado.

Até meados do século passado, para a fabricação de adobes era utilizado material argiloso de distintas origens, designadamente de aluviões, argilas da formação da Marateca e entulhos do castelo. A pedra é relativamente rara na região de Alcácer do Sal, havendo, no entanto, biocalcarenitos arenosos da formação de Alcácer que foram empregues durante séculos na construção de habitações da Idade do Ferro, Período Romano, assim como na muralha da cerca califal da alcáçova, edificada após a ocupação muçulmana da cidade. Os afloramentos calcários abrangem área reduzida, sendo os mais importantes os de Alcácer do Sal, localizando-se outros em Montalvo, Montevil, Lezíria e Ribeira de Arcão (Chagas, 1995, p. 23; Faria, 2002, p. 21).

2.2.1. O clima

A região em estudo apresenta um clima de influência mediterrânica, caracterizada por um verão muito quente e seco, coincidindo com o interior do vale do médio Sado e a

região de Beja e um Inverno relativamente ameno, à semelhança da região da Arrábida, Península de Setúbal e o núcleo de terras altas do conjunto Grândola-Cercal (Daveau, 1988, p. 454). A duração média da estação seca permite constituir a tendência que é verificável na região. Nas zonas mais interiores da região de Alcácer do Sal verifica-se um prolongamento da estação seca, abrangendo cerca de 5 meses. Contrariamente na região de Setúbal, a sua situação litoral, possibilita uma estação seca mais reduzida (pouco mais de cinco meses).

Quanto aos dados de precipitação, verifica-se a concentração da precipitação nos meses de inverno, originando, por um lado, frequentes períodos de excesso de água no solo, e, por outro, salientando a particular importância do solo como reservatório de água no período seco. Em qualquer das estações meteorológicas, a precipitação ocorrida no outono e inverno representa cerca de 80% do total da precipitação total anual. A precipitação da primavera é inferior a 20%, o que é pouco frequente, tendo em conta que a precipitação do mês de março nela está incluída. O verão é caracterizado por uma precipitação de 5% (Costa, 2009, p. 11).

Outra característica evidente do clima mediterrânico verificada na região é a variação inter-anual da precipitação. Quer a precipitação anual, quer a mensal anunciam uma grande variabilidade de ano para ano, com extremos acentuados. É de assinalar, uma grande irregularidade para qualquer das estações observadas e a ausência de padrão na sequência inter-anual da precipitação. Tânia Costa refere, que ao contrário do que muitas vezes é dito, a frequência de precipitações anuais superiores à média é maior do que a de precipitações inferiores. A proximidade geográfica das duas localidades, ainda que permitindo refletir diferenças na quantidade total de precipitação ocorrida (maior no litoral do que no interior), explica a mesma tendência de comportamento, isto é, os anos de precipitações superiores à média são geralmente comuns a todas as estações (Costa, 2009, p. 12).

À medida que o afastamento do oceano vai aumentando, verifica-se características acentuadas de continentalidade. A amplitude térmica anual vai aumentando, resultando por isso, em invernos menos suaves e verões mais quentes. A influência atlântica, representada por uma precipitação anual mais elevada, nomeadamente nos meses de outono e inverno, é nesta zona bem evidente onde as maiores precipitações surgem no litoral. Ao mesmo tempo, a relação entre a temperatura e a precipitação ou humidade relativa do ar, indiciam uma situação hídrica cada vez

menos favorável à medida que a distância para o litoral vai aumentando (Ribeiro, 1988, p. 384, 385).

É ainda, de destacar, a diminuição acentuada da precipitação nos meses de março e abril, determinando o início da estação seca e a diminuição acentuada da temperatura entre os meses de setembro-outubro e outubro-novembro. Os valores da humidade relativa do ar são mais elevados para as estações de Setúbal e Grândola, devido à maior influência atlântica nestas localidades (Daveau, 1988, p. 454).

Para a zona de Alcácer do Sal, distinguem-se duas zonas com características climáticas distintas[2], uma primeira, com um clima do tipo sub-húmido chuvoso, mesotérmico, com grande deficiência de água no verão, grande excesso de água no inverno e nula ou pequena concentração da eficiência térmica, correspondendo ao litoral do concelho de Alcácer do Sal, ficando excluída a região nordeste do concelho e uma segunda, respeitante ao centro e leste do município a partir de Montevil e Moinhola, que apresenta um clima do tipo sub-húmido chuvoso, mesotérmico, com grande deficiência de água no verão, moderado excesso de água no inverno e nula ou pequena concentração da eficiência térmica (Costa, 2009, p. 12).

Segundo Tânia Costa, no que respeita aos ventos, para o período de 1967/1980, os dados encontrados, da velocidade média do vento não alteram muito ao longo do ano, porém é por norma superior nos meses mais quentes, tendo o seu cume nos meses de maio (7,1 Km/h), junho (7,0 Km/h), julho (7,6 Km/h) e agosto (7,1 Km/h). De um modo genérico, estes valores são relativamente baixos quando comparados com outros concelhos mais a Norte do País, onde os valores médios podem rondar os 20-30 Km/h., Os ventos oriundos de leste tendem a ser bastante quentes e secos, durante a época estival, favorecendo a ocorrência de incêndios, que se poderão tornar complicados em algumas zonas com maior declive, como é por exemplo, o caso da Serrinha e Serra da Maceira.

2.2.2. A hidrografia

O rio Sado, juntamente com os seus afluentes, define uma Bacia Hidrográfica com 7.640 km^2, pertencendo, deste modo, à maior área de bacia localizada inteiramente em

[2] Com base na Classificação climática de Thornthwaite. Ver: COSTA, Tânia, *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base,* PAREDES, Pedro, (coord.), Alcácer do Sal, 2009, Gabinete Técnico Florestal, p. 12.

território nacional. Este rio nasce na serra da Vigia no concelho de Ourique a 230 m de altitude, percorre 180 km no sentido Sul/Norte, até à sua foz no Oceano Atlântico, formando assim, um vasto estuário, definido entre a serra da Arrábida e a península de Tróia (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, p. 15).

A bacia do Sado possui uma orientação pouco comum em Portugal, é orientada praticamente de Sul-Norte, porém de largura só levemente inferior ao compartimento. A sua altitude de conjunto é relativamente moderada, assenta geologicamente numa bacia terciária rodeada por rochas do Maciço Antigo, e a sua posição quase litoral faz com que haja bastante uniformidade no regime dos seus distintos constituintes. No ano hidrológico de 1976-77, nesta região do país, só moderadamente superior à média, mostra que as serras que a separam do litoral transportam para o Sado abundância de águas mais elevadas do que as colinas orientais. Segundo Suzanne Daveau, em Moinho de Gamitinha o Sado levou só um caudal médio de 11,5 m^3/s ou seja 4,21/s/km^2, contra 9 m_2/s 3,3 1/s/ km^2 em média inter-anual. Todavia, esta bacia curta e mal alimentada abre-se repentinamente, a jusante, num enorme e intrincado estuário, de dimensão só inferior à do próprio Tejo. Não se sabe, ainda hoje, o caudal que circula alternadamente para montante e para jusante em Alcácer ou na foz do rio, ao sabor das marés e das águas vindas de montante (Daveau, 1988, p. 522-523).

Além deste facto, o Sado apresenta, variações interanuais muito acentuadas. Em 51 anos de observação, a relação entre o escoamento anual máximo e mínimo foi de 100. Com efeito, o que caracteriza sobretudo o Sado, à semelhança dos outros rios do sul de país, é a continuada ocorrência de anos em que o escoamento total é extraordinariamente reduzido. Por exemplo, nos anos de 1980-84, o caudal instantâneo máximo de todo o ano foi apenas de 3,5 m^3/s, no dia 12 de janeiro e em 1944-45, o escoamento anual total foi somente de 9 285 000 m^3, ou seja um caudal médio muito baixo de 0,3 m^3/s. (Daveau, 1988, p. 523-524).

O concelho de Alcácer do Sal, por estar integrado na bacia hidrográfica do Rio Sado, possui uma rede hidrográfica relativamente ampla **(Fig. 4**), tendo como principais afluentes o Rio Xarrama que alimenta a Barragem Trigo de Morais (Barragem Vale de Gaio), a Ribeira do Arcão, a Ribeira de São Martinho, a Ribeira de Stª Catarina de Sítimos, a Ribeira de Santa Susana que alimenta a albufeira da Barragem do Pego do Altar e as Ribeiras de Remourinho e de São Cristóvão (Costa, 2009, p. 10). Inclusive, a Ribeira de Stª Catarina de Sítimos é referida nas memórias paróquias, de 1758, de Padre

Luís Cardoso, como sendo navegável até ao Sado.[3] As Barragens de Vale do Gaio e do Pego do Altar são as principais alusões ao nível de albufeiras, surgindo pontualmente pequenas barragens por todo o concelho. Dado o regime de assinalada sazonalidade dos cursos de água nesta região mediterrânica são os açudes, as albufeiras e os pontos de água, relativamente bem repartidos pelo município.

O rio Sado teve portanto, um papel fundamental na organização do espaço do Portugal Meridional, através dos 70 km do seu estuário e do troço vestibular, navegável até Porto Rei (apesar dos seus sucessivos assoreamentos), a cerca de trinta quilómetros da cidade, onde na Idade Média permitia a troca de mercadorias com as outras zonas do Alentejo.[4] Verificou-se ainda neste local, a presença de vestígios da época romana, nomeadamente cerâmica de construção e doméstica, *terra sigilata*, moedas e fragmentos de *opus signinum*, demostrando que nessa zona, certamente, haveria um povoado que remontaria a essa época, encontrando-se ainda nas proximidades de Porto Rei, outras *vilae* romanas, como Porto Carro e Herdade dos Frades (onde passaria uma via romana). Para além disso, este local, permitia não só a navegabilidade até à cidade, como ainda se encontrava perto da via terrestre que ligaria *Salacia* quer a *Olisipo*, quer a *Ossonoba*, sendo portanto, um local estrategicamente importante no estabelecimento das redes comerciais, não só romanas e cristãs, como também islâmicas (Daveau, 1988, p. 521; Faria, 2002, p. 74).

Durante o Período Islâmico, nomeadamente nos inícios do século XII, Alcácer do Sal, é referida nas fontes árabes, pela importância da sua ligação com o rio Sado. É *al-Idrisi*, que mais nos fornece informações sobre esta relação referindo que "*Alcácer do Sal (al-Qasr) é uma cidade bonita, de grandeza média, banhada pelas águas do narh Satubar (rio de Setúbal/rio Sado). Grande rio que é navegado por grande número de embarcações e navios destinados a viagens*." (Idrîcî, 1999, p. 263-264).

[3] "*Ribeira de Santa Catherina de Sitimos a qual se pode fazer navegavel the ao Rio de Sadão (…)".* Ver: ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734. Disponível online: Memórias Paroquiais 1758, CIDEHUS e F.C.T, 2011. http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/44-alcacer-do-sal/62-alcacer-do-sal-santa-susana (Consultado entre os dias 10 e 15 de Fevereiro de 2015).

[4] Para além deste porto, haveria outros importantes na Idade Média, como os portos da Pera, Areia, Lama, Andives, Carvalho e Ancho. Ver: PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2000, p. 87.

Esta descrição permite-nos verificar a importância que o rio tinha pelo intenso tráfego naval durante esta época, permitindo a ligação desta cidade com as outras regiões do *al-Andalus* numa intensa rede de trocas comerciais e ideias, beneficiando o crescimento e importância de *al-Qasr* no panorama da história económica, social e política do *al-Andalus*.

O rio Sado, nem sempre possuiu o mesmo nome, por exemplo, na Idade do Ferro tinha o nome de *Caetion* e na época romana passou a chamar-se *Callipus*. Na descrição de *al-Idrisi*, o rio já aparece apelidado como rio de Setúbal, tendo possivelmente este nome, entre os séculos VIII e IX, devido ao *Vicus* de Tróia (perto de Setúbal) que manteria ainda a sua importância desde a época romana (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, p. 17). Todavia, com o domínio da família berbere *Abu Danis* em Alcácer, este passa a designar-se, o rio de *Abu Danis* ou *Budanis* e posteriormente, com a reconquista cristã da cidade, aparece nas cartas de doação do rei à Ordem de Santiago de Espada, com o nome rio de Alcácer do Sal que irá permanecer, pelo menos, até ao século XVI (Sidarus e Rei, 2001, p. 61; Pereira, 2000, p. 30). No século XVIII, já nos surge como o rio Sadão[5], remetendo desta forma para o nome atual de rio Sado.

O rio, era por isso, uma importante via de penetração no Alentejo, tal como, o Guadiana, reduzindo o caminho terrestre entre Lisboa e Beja. Era também, um lugar de produção de sal, graças ao clima soalheiro, entre o fundo do estuário, onde se erguia a antiga Alcácer e a saída sobre mar, que viu crescer gradualmente Setúbal (Daveau, 1988, p. 521)

O sal foi desde sempre um produto presente nesta região (tal como em Setúbal), que permitia na época romana uma indústria de salga de peixe, patenteada pela presença de fornos e cetárias junto aos afluentes do rio Sado e surge ainda, documentada nas fontes do século XVI, pela sua qualidade, brancura e pureza, proporcionada pela existência de algas que funcionavam como tapetes nas marinhas de fundo lodoso. A primeira recolha de sal fazia-se aproveitando a forte evaporação dos meses secos e quentes do verão, geralmente em meados de agosto. Devido à elevada temperatura dos talhões, a colheita só podia ser efetuada durante o final do dia pela tarde, já que, antes

[5] Ver: ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734. Disponível online: Memórias Paroquiais 1758, CIDEHUS e F.C.T, 2011. http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/44-alcacer-do-sal/62-alcacer-do-sal-santa-susana (Consultado entre os dias 10 e 15 de Fevereiro de 2015).

dessa hora os marnoteiros não conseguiam suportar o calor (Faria, 2002, p. 49; Pereira, 2000, p. 139-140).

Eram as salinas do Sado, que em todo o reino, davam maior rentabilidade por hectare. Ao contrário de outras regiões, como por exemplo, Aveiro, em que havia dezenas de recolhas, no Sado laborava-se todo o ano para se proceder a três colheitas quase consecutivas, com intervalos de aproximadamente três semanas. O sal assim produzido era de maior quantidade e de muito melhor qualidade proporcionado um aspeto mais agradável ao peixe, que com ele era salgado (Pereira, 2000, p. 140).

2.3. O coberto vegetal

As particularidades da cobertura vegetal do país correspondem às do seu clima, todavia também os solos influenciam o coberto vegetal de determinadas zonas e convém ainda ter em atenção que o homem modificou bastante as condições florísticas e ecológicas ao longo da história, sendo esta uma característica muito acentuada na Península Ibérica devido aos vários povos que por aqui passaram (Lautensach, 1987, p. 17, 18).

A zona em estudo apresenta grande presença de plantas mediterrâneas, adaptadas a verões secos, sendo também estas as mais difundidas em Portugal. Esta característica deve-se em grande parte à forte presença muçulmana no território. Aqueles são conhecidos sobretudo pelo desenvolvimento que deram à vida rural, introduzindo a agricultura de regadio que proporcionava uma grande produção de vários bens de consumo. Eles vieram, portanto, reforçar o tom mediterrâneo que os romanos haviam já começado a imprimir na agricultura. Introduziram plantas como o limoeiro, a laranjeira azeda e também a doce, possivelmente o arroz que tem uma forte presença em Alcácer do Sal, desenvolveram a cultura da oliveira como se vê do nome que deixaram à colheita (safra), ao fruto (azeitona) e ao óleo extraído dele (azeite), a alfarrobeira, que parece evidenciar já ser uma árvore muito antiga e que terá tido a sua difusão com os muçulmanos (Ribeiro, 1989, p. 657).

Os cereais mais consumidos nesta região eram o trigo, centeio e a cevada, sendo ainda muito particular na paisagem da Idade Média de Alcácer, a presença de vinhas, olivais e figueiras que já eram uma característica muito presente na paisagem alcacerense desde os tempos da reconquista cristã. Diz-nos Maria Lopes Pereira, que no início do cerco cristão da cidade, em 1217, o primeiro encontro entre muçulmanos e

cristãos teve lugar quando os cruzados foram surpreendidos pela população a colher as belas uvas de Alcácer fora do acampamento. Durante o cerco, com o propósito de entulhar o fosso que rodeava a fortificação, os cristãos recorreram à lenha proveniente das oliveiras e figueiras, já que eram as árvores maioritárias e abundantes na zona, para tentar chegar ao cimo das muralhas da cidade, porém, o esforço não resultou, já que os muçulmanos incendiaram a madeira dos fossos, conseguindo anular o ímpeto dos atacantes (Pereira, 2000, p. 144).

No século II a.C. Políbio já fazia referência à importância do trigo e do vinho nesta região, mas também o azeite já era bastante consumido, tal como se pode constatar pela presença de pesos de lagar nas ruínas de estabelecimentos rurais, em parte correspondentes a antigas *villae* dispersas pelo território. O território de Alcácer era bastante fértil, tal como comprovam as moedas pré-romanas encontradas nas intervenções arqueológicas, com representações de espigas e ramos que Vasconcelos relaciona precisamente com a fertilidade da região (Faria, 2002, p. 49 e 65).

O geógrafo árabe, *Al- Idrici*, nos inícios do século XII, ao fazer referência a Alcácer, dá-nos algumas informações preciosas acerca do seu território, referindo o seguinte: "*Alcácer é uma bonita vila de grandeza média, erguida nas margens do Sado, grande rio sulcado por embarcações e navios de comércio. A vila está rodeada por todos os lados de bosques e pinheiros, cuja madeira serve para a construção de numerosos barcos. A região, muito fértil, produz em abundância lacticínios, manteiga, mel e carne*" (Coelho, 2008, p. 53).

Esta descrição de Alcácer, para além de nos mostrar a importância que a mesma tinha na sua ligação com o rio, faz referência ao território dizendo que a cidade era fértil, por isso possuía bons solos para a agricultura, estava ainda coberta de bosques de pinheiros, sendo, ainda hoje a presença, quer do pinheiro bravo, quer do manso muito presente na região e que servia na época, para a construção dos barcos. Faz ainda alusão, à carne que nos remete para a fauna da região, tal como os derivados dessa mesma fauna, os lacticínios, como por exemplo a manteiga. Haveria certamente na zona grandes ovinos, caprinos e bovinos. É feita ainda uma referência ao mel, um produto muito ligado à presença muçulmana na região. Nas visitações de D. Jorge a Alcácer, em

1512-13, ao fazer-se referência às rendas da Ordem de Santiago na vila, surge mencionado o mel, assim como o gado ovino, caprino e bovino.[6]

No século XVIII existem algumas fontes cristãs que vêm reforçar a importância dos elementos já característicos da região nas épocas anteriores. Diz-nos António Carvalho Costa, na sua obra Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, que Alcácer do Sal "*He abundante de todos os frutos, tem muyta caça, gado, carne de porco, colmeyas, produz admiráveis juncos, de que se fazem excelentes esteyras, outras curiosidades*." (Costa, 1706-1712, p. 331). E nas Memórias Paroquiais, de 1758, do Padre Luís Cardoso é referido sobre Santa Susana, uma das freguesias de Alcácer o seguinte " *os frutos que dão suas terras são trigo, cevada, centeo, mas trigo em maior abundancia; todo o governo desta freguezia está sugeito ao governo de Alcacere, de que he termo, e de Setuval comarca (...) Toda a serra se cultiva; cortados, ou roçados os matos de que se veste, e produs centeos, cevadas, e mais trigos, o seo temperamento he calido, e ha em ella, criaçoes limitadas, mas de todo o genero de gados e de muitos coelhos, lebres, perdizes, e alguns porcos bravos (...).*[7]"

Mais uma vez, estas descrições da cidade vêm reforçar a fertilidade dos solos, da quantidade de fauna presente na região e da sua carne e ainda, dos cereais como, o centeio, cevada e sobretudo o trigo que já teria muita importância desde a época romana, tal como refere Políbio.

Na Idade Média, na zona periurbana, para além das zonas alagadas, havia toda uma cintura verdejante, onde vigoravam, os já mencionados, olivais, vinhedos, e muitas árvores, desde figueiras, sobreiros, freixos, carvalhos e pinheiros, sendo este último, como verificamos, já mencionado nas fontes árabes, destacando-se pela sua enorme presença pelo território. Abundavam naturalmente as hortas e os pomares que exigiam um trabalho constante, obrigando às idas e vindas diárias, ao labor continuando, garantindo desta forma, o abastecimento de produtos frescos aos moradores da vila, como acontecia na maioria dos aglomerados populacionais da Idade Média (Pereira, 2000, p. 143).

[6] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 56.

[7] Ver: ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734. Disponível online: Memórias Paroquiais 1758, CIDEHUS e F.C.T, 2011. http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/lista-memorias/44-alcacer-do-sal/62-alcacer-do-sal-santa-susana (Consultado entre os dias 10 e 15 de Fevereiro de 2015).

Também na época islâmica, o território deveria estar repleto de áreas cultivadas onde muitos moradores da cidade se deslocavam de manhã cedo para ir trabalhar e regressavam à tarde para a cidade. Muitos desses territórios possivelmente, estariam localizados num raio de 5 km a partir da cidade, tal como acontece em Silves, permitindo desta forma que um agricultor que residisse no núcleo urbano ou a ele se deslocasse para comercializar os seus produtos, regressasse, no mesmo dia, a casa, depois de cerca de uma hora de marcha para cada lado (Gomes, 2002, p. 141).

Esta hipótese é ainda reforçada, pela descrição que *Ibn Saíde*, faz na sua obra *al Mughrad biholi-l-Maghreb*, sobre os recursos agrícolas e população do *Al-Andalus.* Refere ele o seguinte: "*Quando falei em dar uma adequada e justa descrição do Al-Andalus, quis dizer que é um país cercado pelo mar, abundante em frutos e produções de todo o género, com muitas cidades e vilas, e de tal modo povoadas que, se um viajante percorre uma certa distância, encontra a cada passo no seu caminho aldeias, cidades e vilas rústicas e campos cultivados e nunca deparará, como é geralmente o caso noutros países, com grandes porções de terra não cultivada ou deserto*." (Coelho, 2008, p. 63).

Através desta descrição de *Ibn Saíde,* podemos efetivamente perceber a importância que a atividade agrícola teria na época islâmica, através dos vários campos cultivados pelas populações das várias cidades do *al-Andalus,* onde certamente, Alcácer do Sal não seria excepção, estando repleta de áreas cultivadas nas suas proximidades. Na Idade Média, nas hortas do território cresciam favas, tremoços e outras leguminosas, para além das imprescindíveis cebolas, alhos, hortaliças e ervas aromáticas. Apesar de não haver notícia de linhares, o linho estava presente na lista das rendas pagas à Ordem de Santiago. Como esta planta precisa de terrenos frescos, é possível que fosse cultivada junto às zonas de horticultura (Pereira, 2000, p. 143).

Várias manchas de concentração hortícola, retalhadas em pequenas parcelas, surgiam na zona da Fonte Santa, na Palmeira, no Cabo contra Setúbal, em Porches, em Arpilha, na Horta do Cano e na Horta do Mestre. Na margem sul do rio, desde o século XIV que os textos indicam Arpessol Carrinho e Vale de como terras mimosas de hortas e pomares de boas árvores frutícolas. Também as romãzeiras, pereiras, laranjeiras, marmeleiros e pinheiros juntavam-se às habituais figueiras e oliveiras na paisagem alcacerense (Pereira, 2000, p. 143).

Todavia, eram os olivais, vinhas e figueiras, como já mencionado, que dominavam a paisagem de Alcácer do Sal, aliado a outras árvores de fruto e flores silvestres que formavam um ambiente favorável à abundancia de mel, referido pelas fontes árabes e cristãs, já mencionadas. Na chancelaria Régia de Afonso V[8], vem referido que, em 1430, Gonçalo de Alvito, encarregue de guardar umas vinhas na zona envolvente da vila, deixou queimar uma "soma" de colmeias, propriedade de João Beirão, originando para este um grave prejuízo.

Valorizando a produção de cera e mel da região, D. Manuel, procurando incentivar a sua produção, numa carta de concessão de privilégios aos moradores de Alcácer, proibiu, sob pena de pagamento de dois mil reais, que fossem arrancadas cepas numa área até meia légua em redor das silhas de colmeias, porque esse era um espaço considerado conveniente para o pasto de abelhas (Pereira, 2000, p. 150).

2.4. As faunas

A fauna é em muito influenciada pelo coberto vegetal da zona, por exemplo as azinheiras produziam a bolota que alimentava os porcos produzindo desta forma a sua criação e consumo da sua carne, tal como menciona António Carvalho Costa. As fontes referidas são unânimes em referir a importância da riqueza da carne e da caça em Alcácer do Sal e dos seus derivados. Alcácer possuía ovinos, caprinos, bovinos em grande relevância. Apesar do consumo de carne de porco ser mencionada por António Costa no século XVIII, ela não seria consumida em época islâmica, já que os árabes consideram-na uma carne impura, todavia poderia ser consumida pelas comunidades moçárabes da zona.

Já em época romana, Alcácer do Sal, era muito conhecida, como nos diz Plínio, pelos seus famosos tecidos de lã exportados, bicolores, fabricados de lã branca e lã negra (Guerra, 1995, p. 39; Faria, 2002, p. 52). Isto remete-nos para a presença bastante significativa do gado ovino, nesta zona já em época romana, tal como na época islâmica, possibilitando a abundância dos tais lacticínios referidos, no século XII, por *al-Idrici*. Todavia, também havia pelo território, caprinos e bovinos, conforme atestamos anteriormente, encontrando-se os mesmos no Alentejo até à atualidade.

[8] ANTT., Chancelaria de Afonso V, livº. 18, fl.14.

Na Idade Média, a criação de gado graúdo, como bois, vacas e cavalos, assim como o gado miúdo, nomeadamente caprino e ovino, era também muito expressivo na área periurbana e no próprio termo. Diz-nos Maria Teresa Lopes Pereira, que a sua continuidade pode-se comprovar desde o foral de 1218, à documentação de inícios do século XVI. São constantes nesta, as queixas e pressões dos residentes, impondo barcos para fazer a travessia dos animais de uma para a outra margem do Sado. Os cavalos eram uma presença frequente nos amplos pastos da Ordem de Santiago. A título de exemplo, refere-se a condenação, em 1459, de um alcacerense por ter roubado uma égua e poldros bravos pertencentes ao Infante D. Fernando, mestre dos Espatários (Pereira, 2000, p. 147).

Nas receitas da Ordem de Santiago figurava o pagamento do dízimo do gado de qualquer espécie, assim como dos queijos das cabras e das ovelhas. Relativamente à lã, já famosa nos tecidos da época romana, sabe-se que na portagem, era pago um soldo por fardo ao rei. Todos os matos e terras marinhas que o almoxarife da Ordem poderia dar em sesmaria tinham de acautelar os terrenos comuns de pastos do concelho, bem como a lenha, carvão e barro necessários para o quotidiano das populações (Pereira, 2000, p. 148).

Era também comum na época, tal como ainda hoje em dia, a prática da caça (**Fig. 5**). Alcácer era muito conhecida pelas caçadas, já que com frequência a nobreza, incluindo príncipes e o próprio rei, deslocavam-se muitas vezes a esta vila para descansar e caçar, ficando famosas as deslocações de D. João II a Alcácer do Sal, precisamente para caçar. Abundavam, por isso, no seu território os coelhos, as lebres, os gamos, veados e porco-montês (Pereira, 2000, p. 148).

Relativamente ao peixe existente nesta zona, temos: a sardinha, o carapau, chicharro (*trahurus trachurus*), caraparu negro, atum rabilho (*thunnus thynnus*), espadilha (*sprattus sprattus*), cavala (*scomber japonicus*) e o pargo (*paggus*). Destacam-se ainda outras espécies, como a lagosta, lagostim, o caranguejo e a amêijoa (Lautensach, 1991, p. 1116-1117).

Durante a Idade Média a importância da riqueza das águas e do comércio que ela proporcionava era bem ciente por parte dos monarcas. Devido a vários conflitos entre o rei e a Ordem de Santiago, surge em várias cartas, desde o reinado de Afonso III até D. João I, a imposição de por fim a contendas, estipulando o imposto a pagar às duas instituições sobre mercadorias e pescado, relatando-se nesses documentos os peixes e

cetáceos sobre os quais recaiam dízimas tais como baleias, golfinhos, cocas, ruazes, muzaranhas e outro pescado de grande porte (Pereira, 2000, p. 140-141).

2.5. A fertilidade dos solos

Al-Idrici na sua descrição sobre Alcácer do Sal, refere que ela era fértil, possuiria portanto, bons terrenos agrícolas e proporcionada uma vasta produção de culturas, sendo ela, igualmente, já conhecida pela sua fertilidade, na época pré-romana e romana. Os melhores solos, denominados de classe A e B, possuem capacidade de uso agrícola, de muito elevado a elevado. No Vale do Sado existem faixas de solos com esta classe, junto à cidade, no curso do Médio Sado entre a cidade de Alvalade e na região do Torrão. O mesmo se pode verificar no Vale da ribeira de Santa Catarina, onde existe um predomínio deste tipo de solos (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, p. 24).

Este tipo de solos riquíssimos para a atividade agrícola, justifica a intensa ocupação romana nas margens do Médio Sado, assim como nas margens dos seus principais afluentes. Inclusive, junto à aldeia de Santa Catarina de Sítimos, acha-se umas das mais importantes *villae* e a única intervencionada até ao momento e ainda, nas suas proximidades avista-se uma torre muçulmana em taipa que estaria possivelmente ligada a uma alcaria no Período Muçulmano, efetuando um controlo daquela zona envolvente, já que nas suas proximidades situava-se uma via romana que permitia a ligação entre Alcácer e as cidades de Évora e Beja (Carvalho, 2007, p. 3).

Os solos de classe C, possuem aptidão de uso agrícola mediana, condicionado a um aproveitamento pouco intensivo. Contêm por isso, pouca expressão, e dispõem-se em espécie de corredores, ocupando os depósitos sedimentares que formam os leitos das principais ribeiras e cursos de água da região. Verifica-se que na maioria, encontram-se os solos de classe D. Estes apresentam baixa capacidade de uso agrícola, sendo mais adequados para as pastagens, matos e exploração florestal. Este tipo de solo ocupa vastas áreas do interior da Península de Setúbal, margem direita do rio Sado e a zona envolvente do maciço montanhoso de Grândola-Cercal (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, p. 24).

Relativamente aos solos de classe E, são pobres, não sendo suscetíveis, na maioria dos casos, de aproveitamento agrícola ou florestal. Inclui-se nesta tipologia, os solos dos afloramentos calcários do maciço da Arrábida, as dunas móveis e as semi

consolidadas, que se encontram no interior da Península de Setúbal e que constituem grande parte da margem esquerda do rio Sado. Fazem também parte deste grupo de solos, os afloramentos xistosos das Serras de Grândola e Cercal (Carvalho, Faria e Ferreira, 2004, p. 24).

Verifica-se que no concelho, segundo dados fornecidos pela tabela do *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra os Incêndios de Alcácer do Sal*, (**Figs. 6; 7**) que prevalece o uso florestal 72,0% seguido do uso agrícola (20,2%). As representatividades dos outros usos do solo situam-se nos 2,13% no caso dos incultos, 1,8% nos improdutivos, 1,2% para as áreas sociais e no caso das superfícies aquáticas apenas 3,0%.

Observa-se ainda que é na freguesia de Santa Maria do Castelo onde se concentra a maior área florestal do concelho com 33.117,3 ha (79,5 %), assim como a maior área de superfícies aquáticas (3,1 ha). As classes dos improdutivos, incultos e áreas sociais centram-se, com maior área no concelho, nas freguesias de Comporta, Stª Maria do Castelo e Santiago, respectivamente. Por outro lado, a maior área de ocupação agrícola regista-se na freguesia do Torrão com 9.440 ha (25,3 %) (Costa, 2009, p. 17).

2.6. Os recursos naturais

2.6.1. As atividades extrativas

No sul de Portugal era muito característico até pelo menos ao século XX, o uso da taipa para a construção das habitações. Foi durante o Império Romano que se iniciaram as técnicas construtivas em taipa, nomeadamente através do "formigão" ou *opus coementicium* que era constituído por uma mistura de cal, areia, pozolana e agregados grossos. A descoberta desta nova técnica de construção pelos romanos, era mais rápida, económica e de fácil execução, em qualquer tipo de estrutura edificada pelos mesmos. (Chagas, 1995, p.82).

Tanto na arquitetura civil como militar, este género de argamassa era sobretudo utilizada em obras onde se fazia recurso às características de hidraulicidade que as pozolanas naturais lhe concedem. Este processo construtivo (nomeadamente as argamassas hidráulicas) utlizada pelos romanos era semelhante, embora com algumas diferenças, ao *opus signinum*. Esta última técnica, pelas suas características hidrófugas

que evidenciava, era destinada a outras aplicações, tais como, no revestimento das piscinas das termas e dos tanques utilizados na indústria de salga de peixe, situada junto aos portos de pesca onde esse pescado era preparado e transformado em produtos de amplo consumo, como era o exemplo do *garum, liquamen, hallec* (Chagas, 1995, p.82).

Este tipo de construção próprio do Mediterrâneo subsistiu após a queda do grande Império Romano como um dos seus legados culturais e civilizacionais. No entanto, a sua maior difusão e utilização na Península Ibérica verificou-se com a ocupação islâmica, nomeadamente com as comunidades magrebinas, quer em edifícios modestos, quer em estruturas de carácter militar. Deste modo, o castelo de Alcácer do Sal é um bom exemplo dessa técnica construtiva por parte dos Almóadas. Tal como era comum neste tipo de construções, as fundações do castelo de Alcácer do Sal assentam sobre alvenaria de pedra, aparelhada, sendo depois edificados os muros com várias fiadas de taipa (Chagas, 1995, p.134).

Durante a Idade Média, os materiais de construção mais comuns eram a pedra e a cal, que era muito utilizada nos alicerces dos edifícios mas similarmente em alguns casos nas paredes. Usava-se a pedra principalmente na construção de edifícios de prestígio, mas também nas de tipo corrente, para alicerces, cunhais, escadas, arcos, ombreiras de portas e janelas e peitoris, embora o tijolo fosse igualmente bastante utilizado. Também a taipa nesta altura era bastante empregue. Abundava analogamente nesta zona, a cal, que ainda hoje se vê em muitas das habitações alcacerenses. Na época islâmica, as muralhas do castelo em taipa foram revestidas com um reboco de cal e areia com o intuito de projetar uma falsa silharia. (Pereira, 2000, p. 125; Chagas, 1995, p. 43).

Inclusive na arquitetura civil, durante o Período Islâmico, era aplicada a cal nas paredes das habitações. Sobre este costume, diz-nos *Ibn Saíde*, na sua obra *al Mughrad biholi-l-Maghreb*, ao descrever o território do *Al-Andalus "(...) as suas casas, continuamente caídas de branco, por dentro e por fora, dá gosto vê-las ao lado das árvores verdes."* (Coelho, 2008, p. 63). Era portanto, bastante empregue nesta época mantendo-se até aos nossos dias na zona em estudo, assim como por todo o sul do País.

Identicamente, durante o domínio cristão na cidade de Alcácer, o uso da cal no exterior e interior das paredes das habitações manteve-se. É possível que tenha havido mais do que um forno de cal na envolvente de Alcácer para fornecer um produto tantas vezes referido nas construções, todavia, segundo Maria Teresa Lopes Pereira, a documentação só refere um forno localizado à saída de Alcácer, na estrada para Évora

(Pereira, 2000, p. 126). Curiosamente, existe hoje em dia localizada em frente à cidade, na margem esquerda do rio Sado, uma aldeia com o nome Forno da Cal (**Fig. 8)**, é bem possível que nessa zona houvesse um forno relacionado com este tipo de produção, perdurando o topónimo até hoje, todavia é algo que carece de comprovação.

Relativamente às pedreiras, havia uma na Idade Média que ficava por detrás da Igreja de Santa Maria dos Mártires. Não se sabe quando esta terá começado a ser utlizada, nem quando teve o seu fim, assim como se desconhece a quantidade de pedra que dela se poderia extrair, mas certamente seria uma matéria-prima utilizada na construção. O vidro igualmente encontrava-se presente na cidade, nomeadamente na povoação de Palma, onde haveria um forno de vidro (Pereira, 2000, p. 126).

Outros materiais muito comuns em Alcácer do Sal, eram o barro, possivelmente proveniente em locais hoje com o topónimo de Barrosinha e Barreiras, enquanto a areia, proviria do Porto de Areia e Arieiros. Eram também utilizados vários tipos de madeira, provenientes das árvores do território envolvente da cidade, como por exemplo, o olival (oliveira), o pinho, a faia, o castanho, o carvalho e o cedro. Utilizava-se a madeira em grande escala nas grades, portas, janelas, travejamento dos telhados, coros das igrejas e capelas, sobrados e forro dos tetos eram feitos com esta matéria-prima (Pereira, 2000, p. 126), mantendo-se a sua utilização, até ao século XVI, na construção das habitações dos moradores do concelho.[9]

Para a construção dos telhados nos edifícios comuns, normalmente utilizava-se a telha de duas águas, enquanto nos religiosos, por serem construídos em pedra, cobria-se o teto com abóbadas. O pavimento mais usual era o de terra batida, embora também houvesse pavimentos ladrilhados, ou seja, com o chão coberto por retângulos ou quadrados de barro cozido e taboadas, isto é, revestidos de tábuas compridas de distintas qualidades de madeira, sendo umas mais largas e outras mais estreitas. Os lajeamentos são referidos para as construções de melhor qualidade, tais como a Igreja Maria de Santa Maria do Castelo, a de Santiago e outras capelas. O ferro era também um elemento presente nesta zona, utilizado nos edifícios e variadas aplicações, nomeadamente nas portas, em ferrolhos e chaves, fechaduras e aldrabas, em argolas para prender os animais, em dobradiças, em grades, assim como em todas as variantes dos pregos (Pereira, 2000, p. 127).

[9] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 50v.

2.1.1. A mineração

A região de Alcácer e a sua envolvente não possui nenhuma jazido mineral de grande relevância, ainda assim perto de Alcácer do Sal, nomeadamente em Santa Susana havia uma mina de carvão, sendo este produto, largamente exportado no século XVI, de Alcácer para Lisboa e outras zonas do reino (Pereira, 2000, 149). Também o cobre das minas de Aljustrel e da Caveira transitavam pelo porto de Alcácer, possuindo um papel bastante importante nas atividades comerciais da região, nomeadamente, na Idade do Bronze e Ferro, assim como na época romana (Faria, 2002, p. 65).

Na Idade do Bronze com os fenícios já se exploravam minas de cobre e de estanho, por isso é natural que as minas de Aljustrel e da Caveira fossem bastante conhecidas nesta altura. Durante o período romano, sabe-se que as minas de Aljustrel seriam bastante exploradas, já que se encontrou nas mesmas, três tábuas do Imperador Flávio, nas quais está gravada a *Lex metalli vispacensis*, ou seja, as normas que regulamentavam a exploração regional das minhas de cobre (Lautensach, 1991, p. 1160).

Existe ainda junto ao Rio Sado e os seus afluentes, ocupando uma área bastante considerável, depósitos aluvionares, que eram aproveitados para as marinhas de sal, sendo praticamente abandonadas após os anos de 1950/60. No período romano, estes eram fundamentais para o abastecimento das indústrias de conserva de peixe e para acondicionar diversos produtos, permanecendo a sua importância na época islâmica e cristã (Antunes, 1983, p. 30).

2.1.1. As florestas

As florestas presentes no ecossistema distribuem-se consoante o clima e as modificações provocadas pelo homem, deste modo é difícil reconstituir as florestas do passado, já que estas sofreram grandes alterações. Ainda assim, sabe-se que na zona de Alcácer do Sal, durante a Idade do Bronze final e Idade do Ferro inicial assistiu-se a um diversificado impacto antropogénico na maior parte dos ecossistemas da região, verificando-se uma expansão das pastagens nas terras altas e baixas, assim como o aumento dos campos de agricultura nos vales de solos ricos e zonas ribeirinhas e presumivelmente o cultivo de oliveira. Na 2ª Idade do Ferro já se denotava o cultivo de campos de cereais. As pastagens alcançaram grande desenvolvimento, assim como a

criação de animais. Segundo, João Faria, este padrão, um tanto peculiar, paralelo ao desenvolvimento urbano, assume certamente um novo papel na organização dos recursos territoriais (Faria, 2002, p. 22).

Durante o Período Romano surgiu um novo espaço totalmente distinto do da Idade do Ferro, verificando-se nesta altura, uma das maiores descontinuidades de paleovegetação. A cultura em extensão, nomeadamente os cereais, desenvolveu-se significativamente, tal como as pastagens nas terras altas e nas terras húmidas, adotando os hábitos da 2ª Idade do Ferro. A paisagem passou a estar marcada pela presença da cortiça e do carvalho, sendo uma nova característica desta fase, porém faltavam as florestas naturais, destruídas pelos bons solos para a agricultura, ou utilizadas para a produção local de ânforas. A paisagem tornou-se mais pobre, o que levou à proliferação de arbustos. A degradação foi contínua dos solos, provocado pelo acentuado cultivo em extensão e pastagens, o que se refletiu igualmente numa modificação aparente do clima nesta altura (Faria, 2002, p. 22 e 23).

Por todo o concelho de Alcácer do Sal, é possível observar grandes manchas de vegetação arbustiva, pinheiros mansos e bravos, sobreiros e azinheiras, que formam um ecossistema muito característico desta região (**Fig. 9**) Segundo a tabela que se encontra no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal (**Fig. 10**), verifica-se uma notória predominância do sobreiro (48,3%), seguido do pinheiro bravo (18,0%), azinheira (8,6%), eucalipto com 5,1%, e pinheiro manso com apenas 4,8%. Observa-se ainda que o sobreiro é a principal espécie florestal em todas as freguesias do concelho (exceto na Comporta) atingindo o máximo na freguesia do Torrão com 14.656,5 ha. A segunda espécie florestal, o pinheiro bravo, distribui-se similarmente na sua maioria pela freguesia de Santa Maria do Castelo com 12.515,1 ha. (Costa, 2009, p. 17).

Ainda, segundo o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (PROF AL), o território do concelho divide-se em 4 sub-regiões homogéneas, nomeadamente, Pinhais do Alentejo Litoral, Montados da Bacia do Sado, Charneca do Tejo e do Sado, e Estuário e Vale do Baixo Sado, que pertencem a unidades territoriais homogeneizadas pelas funções dos espaços florestais e suas características (**Fig. 11**).

Nos Pinhais do Alentejo Litoral, verifica-se a presença de manchas contínuas de pinhal manso que se propagam até ao concelho de Grândola, e manchas de pinhal bravo, ao longo da faixa sul do concelho. A sub-região, denominada, Montados da Bacia do

Sado, é absorvida principalmente por sobreiros e azinheiras, ainda que haja manchas importantes de eucalipto, pinheiro manso e algum bravo. Preenche a freguesia de Santa Susana e alarga-se pela zona norte das freguesias de Santiago e Torrão. Na sub-região Charneca do Tejo e do Sado, associada à margem norte do Rio Sado, abundam as azinheiras, sobreiros, pinhais bravos e mansos, e ainda, os eucaliptos. Por fim, na sub-região, designada, Estuário e Vale do Baixo Sado, prevalecem os arrozais e culturas de sequeiro, associadas ao sobreiro e pinheiros, abrangendo todo o rio Sado (Costa, 2009, p. 23).

A madeira extraída destas florestas, permitiu durante o Período Islâmico mas também ao longo das Idades Média e Moderna, a sua utilização na construção naval e na arquitetura civil. As fontes árabes são unânimes em referir o pinheiro como parte integrante da paisagem alcacerense, tal como a sua importância na construção dos barcos para navegação. A madeira e cortiça eram muito exportadas para Lisboa nos alvores da Idade Moderna, fazendo com que D. Sebastião legislasse no sentido de proteger os sobreiros ao longo da margem do Sado de Alcácer até à foz, especificando uma zona interdita para o seu corte para dez léguas para o interior, a norte e a sul. De facto, o consumo descomunal de madeira, lenha e resina esgotava as reservas destas árvores, necessárias para a referida construção naval. Os bosques de Alcácer forneciam ainda a lenha necessária para abastecer os vários fornos de pão, cerâmica, telha e de cal da região e servia de refúgio e habitat para os vários tipos de espécies animais, que faziam de Alcácer uma zona privilegiada para a caça. Também as pastagens eram úteis para a criação de gado (Pereira, 2000, p. 149).

2.1.1. Os rios e as ribeiras

Alcácer do Sal foi sempre privilegiada devido à sua condição de cidade portuária, permitindo que vários povos para aqui se deslocassem em busca de comércio e de novas riquezas. O rio Sado seria uma importante via de comunicação, possibilitando os contactos com o hinterland, assim como possibilitava a realização de trocas comerciais com o exterior, por vezes mesmo a longa distância. Os vários portos fluviais ao longo das margens do rio, existentes nesta zona em época romana, permitiam a deslocação das populações rurais à cidade, criando uma rede de ligações comerciais que caracterizariam o quotidiano de Alcácer do Sal.

A pesca também era uma das atividades de eleição desta zona. O clima e a morfologia do Sado, associados a uma costa rica em peixes, permitiram que aqui se tivesse desenvolvido uma importante indústria de conserva de peixe e transformação de pescado, sobretudo em época romana. A indústria piscícola apenas se pode desenvolver graças à existência de barreiros e lenhas nas margens do Sado, que permitiam fabricar os contentores para o seu transporte. Foram descobertos na zona, vários fornos de produção de ânforas, que reforçam precisamente o enunciado, nomeadamente, a Barrosinha I e II, Alcácer, Telhada, Ameira, Bugio I e II, Vale da Cepa, Abul, entre outros (Faria, 2002, p. 65).

O rio foi na Idade Média uma importante via de comunicação bem enraizada nos quotidianos das populações. A comprová-lo, está, toda uma extensa negociação existente entre a Ordem de Santiago e os distintos monarcas, desde D. Afonso III, sobre os direitos das pescarias, do sal e de todas as mercadorias que circulavam, entravam e saiam pela foz do rio. O comércio externo da época incluía a exportação de alguns produtos presentes na zona como o sal, o vinho, o azeite, o mel, a cera e os figos secos, todavia, a maior parte deles, principalmente os cereais, destinavam-se nomeadamente ao abastecimento de Lisboa. Na época da expansão portuguesa, está cidade teve um papel importante na defesa da praça de Ceuta, através das rendas que a Ordem de Santiago doava a esta praça (Pereira, 2000, p. 89-90).

O sal que abundava nesta zona permitia a conservação dos alimentos como o peixe, a carne, o queijo, a manteiga, permitindo o seu transporte a longas distâncias, sendo utilizado na farmacopeia e, ainda, no tratamento de couros (Pereira, 2002, p. 133). O sal de Alcácer era um dos produtos que pagava dizima à entrada do porto de Lisboa, como é confirmado pela referência contida no foral da portagem desta cidade, anterior a 1377. D. Fernando, para incrementar a produção do sal sadino, isentou os concelhos de Setúbal e Alcácer, em 1378, do *alfolim* do sal, o que comprova, no século XIV, a continuidade da produção e comercialização do sal da região (Pereira, 2002, p. 136-137). É também possível que houvesse nas costas do Sado o âmbar. No século XIII, al-Hamawî, numa descrição sobre Alcácer refere "*cidade em al-Andalus, pertencente às zonas rurais de Beja. Está próxima do mar. Diz-se que o âmbar existe nas suas costas*." (Rei, 2012, p. 190).

O rio e os seus principais afluentes permitiam o abastecimento de água das populações que habitavam quer a cidade, quer as várias aldeias dispersas pelo território,

proporcionando a fertilidade dos solos e o desenvolvimento da agricultura, de hortas e pomares. Era, ainda possível, através das várias ribeiras existentes na zona, navegar até ao rio Sado. Sabe-se pela descrição, mencionada anteriormente, pelo Padre Luís Cardoso nas Memórias Paróquias, de 1758, que a ribeira de Santa Catarina de Sítimos era navegável até ao Sado, isto permitia que um agricultor que residisse no núcleo urbano ou que a ele se deslocasse, navegasse pela ribeira para um dos dois lados num raio de 6 a 7 km no espaço de uma hora (Carvalho, 2007, p. 2). Isto explica, a grande concentração de vestígios da presença humana ao longo do Vale de Sítimos.

Capitulo III: A presença islâmica em al-Qasr – O sistema defensivo

3.1. Breve contextualização histórica

3.1.1. Antecedentes

As mais antigas escavações arqueológicas no local, efetuadas entre os anos de 1979 e 1981, por Carlos Tavares de Silva, Joaquina Soares e Caetano Maria de Melo Beirão, comprovaram a existência de uma intensa ocupação na área em estudo que remonta ao Neolítico Final, continuando no período da Idade do Bronze iniciando-se, seguidamente, a Idade do Ferro em VII a. C, colocando-se a descoberto, nesta última fase, algumas habitações de alvenaria de pedra e outras de adobe, tal como espólio cerâmico, nomeadamente cerâmica pintada de feição ibérico púnica, cerâmica campaniense e cerâmica de engobe vermelho (Silva, 1983, p. 2).

Também as escavações realizadas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, entre os anos de 1993 a 1997, vieram reforçar a intensa ocupação da área que corresponde à colina onde se ergue o castelo, à semelhança das escavações anteriores, com estratos correspondentes ao Neolítico Final, continuando a ocupação do sítio na Idade do Bronze. Todavia, foi, nos estratos da Idade do Ferro, correspondentes ao século VII a. C, que se colocaram a descoberto grandes vestígios, como um santuário e um conjunto de habitações, vindo demonstrar o grande crescimento que a cidade teve sob o domínio cartaginês e fenício, possuindo aquela, nessa altura, o nome *Bevipo*, conforme consta nas moedas encontradas dessa época (Pereira, 2000, p. 32).

Vergílio Correia e António Cavaleiro Paixão através das várias escavações realizadas no século passado em Alcácer do Sal, colocaram a descoberto uma grande necrópole da Idade do Ferro no Olival do Senhor dos Mártires que pôs em evidência a descoberta de uma série de espólio de cariz orientalizante como peças de cerâmica ática de verniz negro e escaravelhos egípcios, fruto das relações comerciais com os vários povos provenientes do mediterrâneo que ali afluíam, graças à situação geoestratégica de Alcácer com um amplo estuário permitindo a navegação oceânica e o escoamento de produtos (Faria, 2002, p. 38-39).

Com a ocupação romana da cidade, cujo nome era *Salacia*, detinham os seus habitantes o direito do antigo lácio, possuindo os mesmos direitos que os cidadãos de Roma. Sendo uma das cidades mais importantes e romanizadas da província da Lusitânia, conforme atestam as epígrafes encontradas com nomes latinos, assim como os vários vestígios encontrados que dizem respeito ao *forum* romano da cidade, um aqueduto, necrópoles, um conjunto de habitações e de *tabernae* e uma série de vias que permitiam a circulação de pessoas que afluíam à cidade (Silva, 1983, p. 1; Pereira, 2000, p. 33-35).

Esta ocupação romana fez-se sentir de igual modo pelo território já que são várias as *villae* dispersas pelo região, como por exemplo a *villa* romana de Santa Catarina de Sítimos, uma das mais importantes do concelho e ainda, um conjunto de fornos de cerâmica e cetárias junto das margens do Sado que atestam uma grande atividade económica proveniente dos preparados de peixe (Faria, 2002, p. 69-77).

Com a queda do Império Romano a cidade terá ficado sob o domínio visigótico, embora para esta fase não se conheçam grandes vestígios, resumindo-se a sua presença a meros fragmentos de cerâmica, datáveis do século V e VI, uma inscrição funerária do século VII e uma pilastra retirada das paredes do Convento de Aracoeli, pertencente provavelmente a um templo visigótico (Cottart e Carvalho, 2010, p. 188; Pereira, 2000, p. 36). Os poucos vestígios referentes a este período poderão indicar a decadência da cidade durante esta fase.

3.1.2. Islamização

Desconhece-se o ano em que Alcácer do Sal terá ficado sob o domínio islâmico mas, possivelmente, terá sido durante as campanhas militares realizadas entre 713-14, por

Abd al-Aziz, momento em que se dão as conquistas de Lisboa e Coimbra (Paixão, Faria, Carvalho, 2001, p. 198). Nos finais do século IX, o historiador *Ibn Hayyan* faz referência a Alcácer do Sal no contexto da *fitna*, momento em que os *Banu Danis*, uma família berbere que estava instalada em Coimbra, foge desta mesma cidade, devido à perseguição de Afonso III de Leão e de forças *muladis*, em franca progressão na região do Mondego, vindo instalar-se em Alcácer do Sal, sob o presumível comando de *Abi Danis*, em 875-876, tendo esta cidade conhecido um desenvolvimento urbano e económico sob esta dinastia, passando a chamar-se *Qasr Abi Danis* (Fernandes, 2004, p. 60; Picard, 2000, p. 194).

Em 844, Lisboa é atacada pelos normandos, sendo o governador da cidade, *Wahb Allāh b. Hazm* que dá o alerta da presença de embarcações vikings no estuário do Tejo. Este fenómeno irá fazer com que o poder emiral de Córdova, sob o domínio de *Abd al-Rahmān II*, invista na defesa das zonas litorais do ocidente do *al-Andalus*, até aí consideradas zonas periféricas por parte do poder central de Córdova, instalando uma rede de atalaias e *ribats* para proteção dessas zonas (Correia, 2013, p. 74), fazendo com que cidades como Sines e Alcácer cresçam no século X, na medida em que é desta última que se dá em 956, um alerta de um novo ataque viking (Silva, 2010, p. 73).

Este crescimento da cidade, não se deve, somente, aos acontecimentos políticos como também à existência de um comércio que se formava a partir de um grande eixo viário que ligava Badajoz a Alcácer do Sal e Lisboa. Aquela era nesse século, um centro urbano em pleno desenvolvimento, referida por *Alî ibn Hawqal*, como sendo uma cidade fortificada (Rei, 2012, p. 117).

Com a instalação do califado de Córdova em 929, Alcácer do Sal, já capital de distrito, encontrava-se sob o domínio califal, tendo *Abd al-Rahman III* confirmado *Yahyā b.Abi Dānis* à frente do governo de Alcácer e o seu sobrinho *Abd Allān b. Umar b. Abī Danis* como governador das dependências montanhosas da fortaleza, os montes *Banu Benamocer*, ou seja a Serra da Arrábida, indicando que esta família berbere, que em certo momento teve movimentos autonomistas, decidiu colocar-se sob o domínio de Córdova (Fernandes, 2004, p. 273; Levi-Provençal e Gómez, 1950, p. 158). Este facto irá reforçar o investimento que os Omíadas farão em Alcácer instalando nela um estaleiro naval que impulsionará a sua dinâmica portuária que irá ser fundamental para a investida que *Ibn`Amir al-Mansur* fará a Santiago de Compostela em 997, servindo-se daquele estaleiro para equipar a sua frota, demonstração clara da importância que este

porto tinha, indicando a presença de infra-estruturas que permitissem a construção de navios e a presença de uma administração em volta desses equipamentos (Picard, 1997, p. 81; Kennedy, 1999, p. 142).

Com a queda do califado, no século XI, dá-se a emergência de pequenos reinos independentes, os Reinos de Taifas, sendo Alcácer do Sal incorporada no reino *Aftássida* de Badajoz por volta de 1033-34, possivelmente por vontade da elite local face ao clima de conflito que se vivia no *Garb al-Andalus* entre os Reinos de Taifa de Sevilha e Badajoz (Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 56). Nesta altura, o porto de Alcácer do Sal, torna-se o porto principal do reino *Aftássida* de Badajoz, a única entrada deste reino no atlântico (Correia, 2013a, p. 59).

Durante a dominação Almorávida, o distrito de *al-Qasr* englobava, pelo menos no plano militar, a vasta região de Évora, Badajoz, Mérida e Coria, mantendo a sua importância de cidade portuária e de base militar, na medida em que é a partir dela, nesta altura, que se fazem incursões contra o norte cristão, possuindo também, nesta época, para além da sua importância de base naval, conforme atesta *al-Idrisi*, uma intensa atividade comercial, conforme já aludimos anteriormente (Picard, 1997, p. 81); Coelho, 2008, p. 53).

Com a queda dos Almorávidas, é possível que, há semelhança de Lisboa, Alcácer se tenha tornado independente nos primeiros tempos, já que possuía boas condições para tal, como um vasto domínio territorial, uma frota naval e um comércio bastante rico, contendo todos os meios para conseguir subsistir como um Reino de Taifa, tendo à sua frente um governador escolhido pela população local, aliado de D. Afonso Henriques, *Alī ibn al-Wahībī* que tinha governado a Taifa de Tavira. Sobre as razões que levaram a população a escolher aquele governador são desconhecidas, apenas se sabe que será assassinado pelos habitantes de Alcácer por volta de 1159-1160, altura em que D. Afonso Henriques conquistará a cidade (Fernandes, 2004, p. 38; Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 59).

Durante esta primeira fase do domínio cristão, Alcácer do Sal sofrerá alguns ataques, nomeadamente, em 1178, quando *Ali b. Wazir* e o governador almóada *Umar b. Timsalut* atacam-na sendo vencidos e feitos prisioneiros (Silva, 2010, p. 74). Somente em 1191, o califa almóada, *Ya´qub al-Mansur*, reconquista a cidade nomeando-a de *Qasr al-Fath*, ou seja, *Alcácer da Vitória*, tendo-se procedido a obras de fortificação na

cidade, colocando-se, seguidamente no governo, *Muhammad b. Sidray b. Wazir* (Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 62).

Durante o Período Almóada Alcácer do Sal, tornou-se numa das cidades mais importantes do *Garb al-Andalus*, possuindo uma importância política e militar de extrema relevância, face à sua situação de fronteira com o reino cristão, sendo abastecida pelas cidades de Ceuta e Sevilha, continuou a manter um comércio bastante ativo, tornando-se o centro escoador de produtos para o Alentejo. Em 1217, é definitivamente reconquistada pelos cristãos tornando-se sede da Ordem de Santiago de Espada (Cottart, Carvalho, 2010, p. 194; Torres e Macias, 1998, p. 132; Picard, 1997, p. 230).

3.2. A Alcáçova

3.2.1. Descrição dos vestígios

Descrever a alcáçova da *medina* de Alcácer do Sal revela-se um grande desafio, já que a mesma, foi bastante alterada pelas ocupações posteriores, nomeadamente, durante o século XIII, pela construção do Paço da Ordem de Santiago e durante o século XVI, com a construção do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, dificultando hoje em dia a sua leitura. Ainda assim, subsistem alguns vestígios da mesma que nos dão uma ideia da sua configuração.

A alcáçova da *medina* de Alcácer do Sal, à semelhança de outras alcáçovas do *al-Andalus*, ergue-se no extremo noroeste da colina mais elevada do castelo, a uma cota máxima de 62 m, abrangendo uma área de 0,9 ha, correspondendo a um quarto da área total do recinto amuralhado da *medina*. Encontra-se sobranceira ao rio Sado, possuindo uma planta sensivelmente quadrangular, desenvolvendo-se o núcleo urbano pelas encostas nascente e norte. O material utilizado na edificação da mesma foi essencialmente a taipa militar e alvenaria de pedra, nomeadamente, alguns biocalcarenitos arenosos da região (**Fig. 12**).

Entre os anos 50 e 80 do século passado, a DGEMN efetuou obras de consolidação e restauro nos panos de muralha e torres da alcáçova e *medina*, sobretudo na zona sul, norte e oeste do perímetro amuralhado, sendo estas intervenções atestadas

pelo registo fotográfico proveniente do arquivo daquela instituição, onde através da documentação se pode verificar a fortificação antes e depois das intervenções realizadas.

Encontrando-se a alcáçova bastante modificada pelas construções posteriores e sobretudo pela edificação da pousada, torna-se impossível obter medidas para todas as torres que a integrariam, assim como obter uma análise minuciosa dos aparelhos com base nos vestígios atuais, deste modo serão utlizadas fotografias antes da construção deste edifício, de modo, a analisar a configuração das torres e dos seus materiais construtivos.

A descrição da alcáçova vai ser feita segundo a orientação dos ponteiros do relógio, tendo início na torre localizada a sudeste da alcáçova (**Figs.13;13a**).

Torre 1

Esta torre possui sensivelmente uma forma de retângulo deitado, ou seja com a base disposta na horizontal e as restantes faces mais estreitas dispostas na vertical, apresentando uma grande robustez. Hoje encontra-se incorporada no edifício da pousada, tendo sido adaptada a capela-mor e sacristia quando se instalou nesta zona o Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, assentando possivelmente numa das primitivas torres da alcáçova, situando-se no vértice sudeste da mesma (**Figs. 14; 15; 16; 17**).

Segundo o investigador José Chagas, era possível observar na galeria claustral, antes da edificação da pousada, junto da sacristia, um acentuando empeno, anunciando uma adaptação arquitetónica do edifício conventual a estruturas construídas pré-existentes, tardo-romanas ou muçulmanas (Chagas, 1995, p. 32).

Encontra-se a torre adossada ao pano de muralha que faria parte da delimitação do *al-qasr*, conforme foi possível verificar nas intervenções arqueológicas de emergência, realizadas entre 1993 e 1997, sendo edificada em alvenaria de pedra e fiadas de tijolo. Possui uma abóbada de tijolo e uma estrutura circular no topo com pequenas aberturas à volta com um chapéu em forma de cone. No topo da torre rodeando a abóbada, encontram-se nos vértices ameias em forma piramidal e ao centro de cada linha destes vértices, encontram-se ameias com forma arredondada. Esta torre integra ainda em duas das suas faces uma pequena janela retangular, ambas tapadas com uma grade de ferro.

Durante as intervenções arqueológicas mencionadas, identificou-se a base do pano de muralha que delimitava a alcáçova seguindo em linha reta para Norte, edificado em silharia de pedra, atingindo o vértice onde se localiza a próxima torre da alcáçova (**Fig. 18**).

Torre 2

Esta torre encontra-se bastante modificada, quer pela construção do convento, quer pela construção da pousada, ainda assim, durante as intervenções arqueológicas mencionadas foi possível detetar os vestígios de uma grande torre existente nesta zona. Como se encontra bastante alterada, torna-se difícil ter uma perceção da sua forma, podendo possuir uma planta quadrangular ou retangular. Foi edificada em alvenaria de pedra e encontra-se adossada no vértice nordeste da alcáçova, possuindo dois contrafortes adossados em duas das suas faces que, possivelmente, fariam parte da primitiva torre da alcáçova (**Figs. 18; 19**). Desta torre segue um pano de muralha em direção a noroeste em alvenaria de pedra, identificado durante a intervenção arqueológica. É escalonado na base e inflete seguidamente para Oeste indo terminar na torre 9 da alcáçova de que falaremos adiante. Esta muralha tem 1,60 m de espessura e fecharia o circuito da alcáçova separando-a da *medina*. É possível verificar neste pano de muralha, um negativo que poderia ter pertencido a uma porta que ligaria a alcáçova à *medina* (**Fig. 20**). A partir desta torre em linha reta para Norte atinge-se a torre 3 (**Fig. 21**).

Torre 3

À semelhança da torre 1, esta torre possui forma retangular, tendo sido edificada em pedra e fiadas de tijolo, possuindo na sua face Norte uma largura de 7,58. Encontra-se no topo noroeste da alcáçova adossada à muralha e possui um arco monumental de volta perfeita na sua face Norte (**Figs. 22; 23; 24; 25**).

Esta torre divide-se em dois pisos, onde se pode vislumbrar no segundo uma porta de arco ultrapassado, localizada na face poente e edificada em silharia de pedra, os já mencionados biocalcarenitos da região, encontrando-se as juntas das pedras ligadas por argamassa de tom amarelado. Esta porta possui 2,63 m de altura, 0,94 m na base,

0,96 m de largura nas juntas onde assenta o arco e encontra-se a 2 metros do nível do solo. Os silhares da base da porta são semelhantes entre si, sendo o do lado direito uma ara romana, possuindo 1,39 m de altura, 0,40 m de largura e 0,30 de espessura, enquanto o do lado esquerdo possui 1,40 de altura, 0,39 de largura e 0,30 de espessura, sendo, possivelmente, também ele, uma ara romana reutilizada, conforme se pode constatar pelas medidas semelhantes ao primeiro silhar referido. Relativamente aos silhares onde assenta o arco ultrapassado possuem entre 0,63 e 0,66 de largura e entre 0,21 e 0,33 de altura, já os silhares que compõem o arco possuem entre 0,27 e 0,68 de largura e 0,20 e 0,47 de altura.

Esta porta de arco ultrapassado daria acesso ao segundo piso da torre que foi adaptado a cozinha durante o funcionamento do convento, tendo sido a porta desativada em algum momento, já que a mesma encontrava-se selada com silharia de pedra e fiadas de tijolo na altura da edificação da pousada, indicando a sua desativação, já durante a permanência das freiras no edifício religioso. Durante a intervenção arqueológica procedeu-se à sua abertura (**Figs. 26; 27; 28**).

É de salientar que no topo do arco da referida porta, num silhar bem talhado com 0,32 m de comprimento e 0,20 de altura, apresentando algumas fraturas, se encontra um grafito, já bastante deteriorado pela passagem do tempo e do cimento que foi colocado sobre ele durante a edificação da pousada tapando algumas linhas que o compõem. Ainda assim, apesar da deterioração deste grafito, é possível observar, através do registo fotográfico com luz rasante, um conjunto de linhas horizontais paralelas entre si e um outro conjunto de linhas perpendiculares a estas, formando uma rede geométrica composta por pequenos quadrados cujo formato se assemelha a um tabuleiro de jogo, nomeadamente o *ludus latrunculorum*. (**Figs. 29; 30; 31**).

Esta torre onde se encontra a porta foi, ainda, adaptada a cozinha durante o funcionamento do convento, conforme aludimos anteriormente, havendo no interior daquela, nomeadamente no segundo piso, imediatamente em frente à porta de arco ultrapassado, uma lareira pertencente a essa mesma cozinha, enquanto na face Sul, observa-se uma janela de formato retangular, encontrando-se por cima desta, uma outra janela de formato quadrangular com um arco quebrado no topo. Durante as intervenções arqueológicas descobriu-se o cunhal desta mesma torre, verificando-se que o mesmo assentava sobre um troço de muralha em alvenaria que seguia para Sul em direção à

torre 4, um pouco afastado da muralha de taipa, definindo assim, um perfeito quadrado com torres nos ângulos (**Fig. 32**).

Torre 4

Torre de formato retangular corresponde ao coro alto e baixo da igreja conventual, pertenceria a uma outra torre que integraria a alcáçova, com 10,88 m de largura na sua face Norte, sendo edificada em silharia de pedra e fiadas de tijolo. Possui, à semelhança da torre 3, um arco de volta perfeita na sua face Norte e duas janelas quadrangulares gradeadas na sua face Sul e uma outra também quadrangular, mas mais pequenina, na face Este. Nesta mesma face, é ainda possível ver por debaixo da janela, uma pequena porta de formato retangular, onde se observa na base o vão de entrada que daria acesso ao interior da torre durante o funcionamento do convento (**Figs. 33; 34; 35**).

Torre 5

Situada a sudoeste da torre 4, hoje em dia somente restam vestígios da sua base que são visíveis apenas em fotografias antes da edificação da pousada. Trata-se de uma torre quadrangular, adossada ao pano de muralha, edificada em pedra e pedaços de tijolo (**Figs. 36; 37**).

Torre 6

Trata-se de torre quadrangular, em pedra e taipa, revestida com argamassa, com 11,39 m de altura e 3,65 m de largura na face de frente e 3,25 de ambos os lados. Possui um escalonamento acentuado na base, com 5,18 m de comprimento, devido ao seu embasamento em pedra para suster os taipais, encontrando-se bastante modificada pelas intervenções da DGEMN nos anos 80 do século passado. Contém, na atualidade, ameias quadrangulares e nos espaços entre as mesmas uma pequena saliência almofadada. A sua câmara que se encontra ao nível do adarve em abóbada está edificada em tijolo e o acesso a esta câmara faz-se através de um adarve que se estende até à torre 11 e que foi edificado pela DGEMN, em alvenaria de pedra com uma largura de 1,45 m. Tem-se acesso a esta torre através de uma porta retangular na face Sul edificada em silharia de

pedra. Imediatamente na face Norte encontra-se uma pequena janela onde se tem uma boa visibilidade da paisagem envolvente.

Podemos verificar nas fotografias do arquivo da DGEMN antes das intervenções que a mesma foi bastante modificada devido à construção do Convento de Aracoeli que aproveitou em grande parte estas estruturas defensivas, tapando as ameias desta torre e aplicando cal ao longo da mesma, tornando difícil a sua leitura construtiva. Esta torre possui também silhares de pedra nos cunhais que poderão ter sido colocados em período ulterior à reconquista cristã da cidade tendo em vista reforçá-la (**Figs. 36; 38; 39**).

Nas fotografias do arquivo da DGEMN, antes das intervenções de consolidação desta torre, podemos verificar uma fratura próxima da base que mostra precisamente o interior em taipa. (**Figs. 36 e 40).** Outro aspeto que podemos observar no registo fotográfico, é a existência de um passadiço, visível no interior da alcáçova, que une esta torre à torre 4, podendo tratar-se de uma torre albarrã, ou simplesmente de um acesso criado para estabelecer ligação entre a torre precedente e esta. Este arco possui as aduelas compostas por fiadas de tijolo e no seu topo tem uma espécie de moldura assemelhando-se a um alfiz que terá sido depois revestido com argamassa e cal. Parece tratar-se de uma porta de arco ultrapassado. Na base deste arco podemos ver os vãos da entrada de uma porta que ai se localizaria. Não nos foi possível obter medidas desta porta monumental, uma vez que a mesma já se encontra bastante modificada devido à construção da pousada (**Figs. 41; 42; 43**).

Entre esta torre e a seguinte, de que falaremos a seguir, em direção a Norte existe um passadiço com 6,51 m de comprimento e 8,54 m de altura, assente sobre um arco abatido edificado em pedra e tijolo, estabelecendo a ligação entre esta torre e a seguinte. Possui 9 aberturas rectangulares, assemelhando-se ao que os investigadores espanhóis designam de *buharedas*, com tendência a arredondar no seu topo em arco de meia volta. Na base daquele arco encontra-se uma estrutura circular que desce pela encosta edificada em pedra e tijolo, podendo ter a função de escoar as águas das chuvas no interior da alcáçova. Dentro deste arco à direita, nomeadamente na face Este da torre, havia um arco que foi entaipado, possivelmente pertencente a uma porta em cotovelo que daria acesso ao exterior da alcáçova (**Figs. 44; 45; 46**).

Durante as prospeções arqueológicas, realizadas pelo investigador José Chagas, foi descoberto do lado interior da alcáçova parte do vão de uma porta primitiva na muralha de alvenaria de pedra, entre esta torre e a seguinte que daria acesso ao exterior

da alcáçova, seria portanto uma entrada direta que teria sido posteriormente desativada e entaipada (Chagas, 1995, p. 39). Hoje em dia, nada resta desses vestígios.

Torre 7

É uma torre quadrangular edificada em pedra e taipa, revestida com argamassa conforme se pode observar nos registos fotográficos da DGEMN, nos anos 50 e 60, com 10,57 m de altura, possui na sua base da face de frente um comprimento de 3,65 e 3,25 de espessura na base das faces Este e Oeste. Trata-se, à semelhança da torre 6, de uma torre escalonada na base, com 5,18 de comprimento, devido ao seu embasamento em pedra para suster os taipais, tendo sido também esta torre reforçada nos seus cunhais com silharia de pedra e pintada com cal, durante o período ulterior à reconquista cristã e funcionamento do convento. Durante as intervenções da DGEMN foi consolidada com pedra proveniente das pedreiras de Grândola. Possui, como a anterior, ameias quadrangulares e entre as juntas das mesmas uma saliência almofadada (**Figs. 47; 48).**

Tem uma câmara ao nível do adarve com um teto em abóbada ogival onde se ergue uma divisão com um pequeno altar edificado em fiadas de tijolo (**Fig. 49**). O acesso a esta divisão faz-se por uma porta com um arco de volta perfeita, edificada em alvenaria de pedra e fiadas de tijolo. Imediatamente a Norte desta entrada encontra-se uma pequena janela retangular que dá para o exterior da torre.

A partir desta torre o pano de muralha em taipa, segue para Oeste, com uma altura entre 3,25 e 5,29, percorrendo 7,60 de comprimento, infletindo para norte com 0,74 m de comprimento, infletindo seguidamente para nordeste e sudeste com um comprimento de 1,33 m, voltando a infletir para Sul com 0,74 m de comprimento. A partir daqui a cortina segue em linha reta com 19,24 m até alcançar a próxima torre. Todo este pano de muralha foi restaurado pela DGEMN nos anos 80, reforçando-o com pedra proveniente da região de Grândola. Ao longo desta cortina ergue-se ameias quadrangulares no topo oscilando entre 0,84 m e 0,88 m de largura e as juntas entre as ameias são almofadadas oscilando entre os 0,24 e 0,28 m de espessura (**Fig. 50**).

Torre 8

Esta torre tem um formato retangular, encontrando-se adossada ao pano de muralha e ao nível do adarve. Foi edificada em taipa e revestida com argamassa, tendo sido alvo de restauro pela DGEMN nos anos 80. Possui 5,29 de altura, 4,40 m de largura na face Oeste, 3,93 m na face da frente e 1,95 m na face Este. Possui ameias quadrangulares oscilando entre 0,84 m e 0,88 m de largura e as juntas das ameias almofadadas medindo entre os 0,24 e 0,28 de espessura. O pano de muralha que se segue, foi edificado em pedra e taipa e possui 12,75 m de comprimento e 4,88 de altura até atingir a próxima torre (**Figs. 51; 52**).

Torre 9 (Torre da Adaga)

Torre que atualmente possui formato retangular com câmara ao nível do adarve, edificada em taipa e revestida com argamassa, possui ameias quadrangulares e mede 8,54 de altura, 3,65 m de largura nas suas faces voltadas a Este e Oeste e de frente 5,41 m. Na sua câmara possui uma porta de entrada rectangular com 0,75 m de largura na base e topo e 1,72 m de altura. Imediatamente à frente e direita da entrada descobrem-se duas janelas, sendo a primeira retangular com uma grade de ferro, possuindo 1,44 m de altura e 0,65 m de largura no topo e base, enquanto a segunda tem um 1,62 m de altura e 0,72 de largura no topo e base. Esta última acha-se selada também por uma grade de ferro e possui um arco de meia volta (**Fig. 53**).

Em 1747, o padre Luís Cardoso numa das suas deslocações a Alcácer do Sal, faz menção a esta mesma torre. Diz-nos ele o seguinte sobre a fortificação "*seus muros occupão grande circuito, são de pedra, e alguma parte de taipa de formigão: tem de largura mais de vinte palmos, todos cercados de altas, e grandes torres; e entre ellas huma chamada da Adaga, por ter no meyo esta arma esculpida em huma pedra, denotando ser feita no tempo, que os mestres da Ordem de Santiago assistirão nesta villa. He de cantaria, obra fortíssima: tem de altura cento e vinte palmos, e de largura cem, e he quasi quadrada* (…)" (Cardoso, 1747, p.135).

Hoje em dia não se encontram vestígios da adaga esculpida que Luís Cardoso menciona devido às intervenções que a DGEMN realizou na torre, todavia graças ao registo fotográfico desta mesma instituição, podemos não só constatar que a torre se encontrava edificada com silhares de pedra, como possuía ainda, eventualmente o que

poderá ter sido a dita adaga esculpida numa das suas pedras que terá sido tapada com o restauro efetuado pela DGEMN (**Figs. 54; 55; 56**).

Esta torre, tinha, ainda, um muro em alvenaria de pedra, encontrado durante as intervenções arqueológicas, com um 1,60 de espessura que infletia para Sul e depois ligeiramente para sudoeste atingindo a torre 2 da alcáçova, que já mencionamos anteriormente, fechando o circuito amuralhado da alcáçova, separando-o assim da *medina*.

3.2.2. Análise dos aparelhos e das técnicas construtivas

Através do registo fotográfico que se efetuou, durante as intervenções arqueológicas, às paredes do convento de Aracoeli, podemos verificar que existem vários tipos diferentes de aparelhos construtivos mostrando que o convento não foi edificado de raiz, mas que aproveitou uma série de estruturas pré-existentes no local pertencentes a outros edifícios, como é o exemplo da alcáçova muçulmana e do Paço Real da Ordem de Santiago.

As torres 1 e 2 da alcáçova encontram-se bastante modificadas pela construção do convento sendo difícil a leitura dos seus paramentos construtivos originais, ainda assim, através do registo fotográfico, é possível verificar que a primeira foi edificada com alvenaria de pedra bem aparelhada, nomeadamente os biocalcarenitos da região dispostos de forma regular, encontrando-se ainda, várias fiadas de tijolo seguidas em várias filas no centro da face sua Norte. Todo o resto do paramento foi tapado com argamassa e cal. Nos cunhais da referida torre, encontram-se grandes silhares bem aparelhados.

Relativamente à torre 2, encontra-se totalmente revestida com argamassa não sendo possível a leitura do seu paramento construtivo, ainda assim, as intervenções arqueológicas que se realizaram no local puseram a descoberto a sua base, onde podemos verificar, que a mesma possuía um aparelho em silharia de pedra com silhares de médio e grande calibre dispostos em fiadas horizontais mais ou menos regulares, ligados por argamassa e pequenas pedras nas juntas, tal como a base da parede que une esta torre à sua precedente, encontrando-se o resto do pano revestido com argamassa e cal.

As intervenções colocaram ainda a descoberto um muro que partiria desta torre em direção à torre 9, fechando a alcáçova, com um paramento composto por três primeiras fileiras de fiadas mais largas que as restantes que se encontram por cima, sendo as fileiras deste muro compostas por silhares de pedra, alguns aparelhados e outros não, dispostos de forma irregular e ligados por argamassa, possuindo as suas juntas pedrinhas mais pequenas.

O aparelho construtivo do pano de muralha que se segue até à torre 3 apresenta quatro tipos diferentes de aparelhos construtivos, encontrando-se um deles mais ou menos a meio da muralha, onde se observa um paramento com pedras de médio calibre dispostas de forma irregular um pouco afastadas entre si e ligadas por fiadas de tijolo, argamassa e pedras mais pequenas. Um segundo onde existem paramentos construtivos com pedras de médio calibre dispostas de forma mais regular que o anterior, onde as fiadas de pedras não estão tão afastadas entre si, encontrando-se ligadas por fiadas de tijolo e argamassa. O seguinte aparelho construtivo observável encontra-se próximo do anterior, onde se verifica a presença de pedaços de fiadas de tijolo dispostas de forma horizontal e regular. Mais acima do pano encontra-se o último paramento construtivo onde os silhares terão sido revestidos em época posterior com argamassa e uma grande quantidade de cal (**Fig. 21**).

A torre 3 da alcáçova apresenta 9 tipos de aparelhos construtivos, bem diferenciados, devido às várias intervenções que sofreu ao longo do tempo. O primeiro pode-se observar no cunhal desta mesma torre encontrado nas intervenções arqueológicas, entre 1993-97, já mencionadas, onde se observa fiadas de pedras não aparelhadas de grande e médio calibre dispostas de forma irregular afastadas um pouco entre si e ligadas com uma argamassa muito forte. Entre estas fiadas de pedra encontra-se uma coluna de mármore romana que foi reutilizada na construção desta torre **(Fig. 32)**.

Na face Este da torre o paramento construtivo integra pedras de médio calibre e não aparelhadas dispostas de forma irregular, reforçadas nas juntas por fiadas de tijolo e pedra miúda. Encontra-se neste aparelho uma laje em mármore reutilizada disposta na horizontal, podendo conter inscrição epigráfica. Outro aparelho visível, junto à lareira, apresenta fiadas de tijolo aparelhadas dispostas de forma regular e na horizontal. Imediatamente acima desta camada construtiva descobrem-se fiadas de tijolo dispostas de forma regular alternando entre si a face maior e a face mais pequena, todavia existem

fiadas somente com a face mais pequena do tijolo à vista. No cimo da torre encontra-se um paramento em argamassa e cal, enquanto nos vértices se vislumbra um paramento com silhares bem aparelhados de grande e médio calibre com arestas arredondadas ligados por uma argamassa muito fina (**Figs. 21; 22**).

Ainda na mesma face, mas do lado interior da torre, observa-se um paramento construtivo alternando entre uma fileira de fiadas de pedras não aparelhadas, dispostas de forma regular e duas fiadas de tijolo dispostas também de forma regular. A face Sul da torre possui um aparelho com pedras dispostas de forma irregular ligadas por argamassa e pequenas pedras nas juntas, observando-se ainda pedaços de tijolo, à semelhança da face poente onde se encontra a porta muçulmana, tendo sido esta última, selada com o mesmo tipo de paramento descrito. Acima da face poente da torre observa-se uma grande concentração de cal com pequenos pedaços de cerâmica dispostos aleatoriamente (**Figs. 23; 24**).

Relativamente à porta de arco ultrapassado foi edificada com blocos de silharia de biocalcarenitos encontrando-se os silhares ligados por uma argamassa muito amarela e pequenas fiadas de xisto e tijolo na consolidação das juntas das pedras.

O pano de muralha que liga a torre 3 à 4 apresenta um paramento com fiadas de pedras dispostas de forma irregular e consolidadas nas juntas por pedra miúda observando-se, ainda, vestígios de cal e pedaços de tijoleira à semelhança da torre anterior e do pano de muralha que liga a torre 2 à 3. Relativamente à torre 4 ostenta, à semelhança de um paramento da torre 3, um aparelho de silhares, bem aparelhados, de grande e médio calibre dispostos na vertical e na horizontal de forma regular, oscilando entre 1,14 m e 0,66 de comprimento e 0,44 e 0,35 de altura, possivelmente pertencentes a uma construção romana. Intercalando com estas encontram-se fiadas de tijolo e pedras não aparelhadas dispostas de forma irregular, encontrando-se as juntas entre estas reforçadas com pedra miúda (**Fig. 34**). Acima desta camada descobre-se um paramento de cal.

O arco que compõe a face Norte desta torre, possui um paramento construtivo em fiadas de tijolo e cal, imediatamente na face Sul, identificamos três aparelhos construtivos, sendo o primeiro constituído por pedras de médio calibre dispostas de forma irregular alternando com fiadas de tijolo. O segundo paramento é composto por tijoleira que se dispõe em vários quadrados na horizontal dispostos de forma regular e

outras fiadas de tijolo dispostas na vertical e horizontal. Já a última camada possui uma grande concentração de argamassa e cal (**Fig. 35**).

Relativamente à torre 5, infelizmente hoje em dia nada resta dos seus vestígios visíveis, possuía um paramento construtivo em grande parte semelhante ao das torres anteriormente mencionadas, com pequenos blocos de pedra de médio calibre dispostos de forma mais ou menos regular com fiadas de tijolo entre as juntas dos silhares, à semelhança do pano de muralha onde ela estava adossada e do arco abatido que une as torres 6 e 7 que possui precisamente este mesmo tipo de aparelho construtivo. Ao longo, ainda, do pano de muralha e da base desta torre, podemos verificar, para além deste tipo construtivo, um outro composto por grande concentração de argamassa de cal e inclusive, numa das zonas da base do pano é possível observar, através do registo fotográfico, um outro aparelho composto por silhares dispostos de forma irregular e ligados por bastante argamassa, sinal das várias reparações que sofreu ao longo dos tempos (**Figs. 36; 37**).

No que respeita às torres 6, 7, 8 e 9, tal como todo o pano de muralha que as une, encontram-se bastante alteradas pelas intervenções da DGEMN, realizadas nos anos 80, em todo este sector Oeste da muralha, tornando impossível na atualidade a leitura construtiva dos seus aparelhos originais, uma vez que estas intervenções vieram ocultar os paramentos construtivos dos panos e torres. Atualmente as torres estão edificadas em taipa com uma grande concentração de argamassa e reforçadas com pedaços de tijoleira e pedra proveniente da região de Grândola, fruto das intervenções da DGEMN, já que este sector da muralha se achava completamente arruinado antes destas intervenções (**Fig. 57)**.

As torres 6 e 7, possuem ambas um embasamento em pedra, compondo-se o da primeira, em silhares de biocalcarenito aparelhados de médio e grande calibre dispostos de forma regular, ligados nas juntas por fiadas de tijolo, enquanto o embasamento da segunda é composto por silhares de biocalcarenito aparelhados dispostos de forma regular e mais acima no meio da torre encontra-se um aparelho em pedra da região de Grândola que terá sido acrescentado durante as intervenções da DGEMN. Após este embasamento as torres terão sido edificadas em taipa, possuindo conforme visível nas fotografias antigas, um reforço nos seus cunhais com pedra bem aparelhada e argamassa ao longo das torres.

O paramento do pano de muralha até à torre 8, assim como a própria torre, foram edificados em taipa já recente com argamassa, com pedaços de silhares e tijolos. A base de todo o pano assenta em silhares de pedra não aparelhados dispostos em fileira para assentamento dos taipais.

Por fim, relativamente ao paramento construtivo do pano de muralha que se segue desta torre, assim como o da torre 9, similarmente possuem um aparelho em taipa com silharia de pedra mais escura, proveniente da região de Grândola e pedaços de cerâmica, enquanto em outras partes observam-se silhares de pedra de biocalcarenitos com fiadas de tijolo semelhantes a alguns paramentos construtivos existentes, como o paramento da torre 5 e o aparelho do pano em que a mesma se encontra adossada. Através de uma fotografia dos anos 50, podemos observar no pano de muralha que se segue até à torre 9 um paramento em silharia de pedra, com silhares de médio e pequeno calibre dispostos de forma irregular, ligados por pedrinhas mais pequenas, enquanto nos seus cunhais e base, o paramento compõem-se por silhares de grande calibre bem aparelhados dispostos de forma regular, semelhante aos paramentos das torres 3, 4 e 5 e os seus respetivos panos de muralhas (**Fig. 58**).

Nas muralhas e torres da alcáçova encontram-se seis tipos diferentes de paramentos construtivos em silharia de pedra:

1 – Apresenta silhares de pedra não aparelhada e outras aparelhadas de médio calibre dispostos de forma irregular com as juntas ligadas por argamassa e pedras de pequena dimensão. Este tipo de aparelho é visível no muro que separa a alcáçova da *medina* e nos panos de muralha entre a torre 1 e 2 e a 3 e 4.

2 – Composto por silhares de pedra de grande e médio calibre, alguns aparelhados e outros não, dispostos de forma irregular, ligados entre eles por pedaços de tijolo, pequenas pedras e argamassa. Este paramento construtivo é muito comum ao longo das paredes e torres da alcáçova, sendo visível nos panos de muralha que unem a torre 2 à 3, ao longo de todo o pano da torre 5 e o arco abatido que une as torres 6 e 7, assim como o pano que se encontra entre a torre 8 e 9. Também as torres 3 e 5 apresentam este tipo de paramento construtivo.

3 – Composto por uma fileira de silharia de pedra de médio calibre, não aparelhada, disposta de forma regular que intercala com uma fileira de tijoleira. É visível na torre 3 e no pano de muralha que une esta à torre 4.

4 – Apresenta grandes silhares de pedra, bem aparelhados, dispostos na vertical e na horizontal de forma regular com pedaços de pedrinhas e tijolo nas juntas entre os silhares. É visível nas torres 3 e 4 e no pano de muralha entre a torre 8 e 9 (**Fig. 59**).

5 – Composto por silhares de pedra, não aparelhados de médio e grande calibre, dispostos de forma irregular e ligados com uma argamassa muito forte. Encontra-se na base da torre 3 encontrada nas intervenções arqueológicas.

6 – Apresenta silharia de pedra bem aparelhada e não aparelhada disposta em fileira, encontrando-se os silhares um pouco afastados entre si e ligados por uma grande quantidade de argamassa. É visível no pano de muralha onde se encontra adossada a torre 5.

3.2.3. Interpretação e atribuição cronológica

A alcáçova apresenta planta quadrangular, estruturando-se em redor de um pátio central, com pelo menos quatro torres retangulares nos seus ângulos, assemelhando-se este tipo de fortaleza às fortificações omíadas orientais presentes na zona da Síria e da Jordânia com claras influências bizantinas e sassânidas, como são exemplo as fortificações de *Qasr Minya, Qasr al-Anyar, Qasr al-Hayr al Sharqi*, Palácio *Amman* de Jerusalém, *Qasr Kharana, Palácios de Mshatta* e *Khirbal al-Mafjar*, datados do século VIII (Soler e Zozaya, 1989, p. 265; Stierlin, 2002, pp. 65-82; Enderlein, 2004, pp. 73-78).

Na Península Ibérica também se encontram fortificações com este tipo de modelo erguidas durante o Período Omíada, no século IX, como o caso da Alcáçova de Mérida, Castelo de El Vacar na província de Córdova, Castelo de Guadalerzas na província de Toledo, Castelo das Relíquias, Castelo Velho de Alcoutim, a primitiva Alcáçova de Silves e a Alcáçova do Castelo de Palmela, também se conhecendo casos para o Norte de África, datáveis do século X, já no Período Califal, como o caso de Ceuta (Soler e Zozaya, 1989, p 265; Catarino, 1997, p. 312; Gomes, 2014, p. 26; Fernandes, 2004, p. 239; Paredes e Daza, 2013, p. 54).

Ao tentar atribuir uma datação para as torres e panos da alcáçova do castelo de Alcácer do Sal, deparamo-nos com algumas dificuldades já que as várias populações que ocuparam o local deixaram uma diversidade de aparelhos construtivos, ocultando por vezes, em parte, aquilo que eram os aparelhos construtivos originais da alcáçova em época islâmica. Ainda assim, as escavações realizadas no local permitiram obter alguns dados sobre a configuração daquela, ainda que muito superficialmente, já que não se obtiveram dados sólidos e conclusivos sobre a mesma.

As torres 1, 3 e 4 da alcáçova caracterizam-se por serem grandes bastiões mais largas do que altas e bem destacadas da muralha, característica das torres tardo romanas e do Período Emiral, que tinham como objetivo proteger os ângulos da alcáçova (Torres Balbás, 1985, p. 569).

Por sua vez, as torres 3 e 4, utilizam *spolia* nos seus paramentos construtivos, onde se observa a reutilização de elementos arquitetónicos e epigráficos do período romano, assim como silhares de biocalcarenito, presente na região, de grandes dimensões bem talhados, possuindo ainda as marcas de extração da obra, claramente do Período Romano, pertencentes a um grande vão de configuração monumental e que foram reutilizados na construção destas torres. Os mesmos foram dispostos em diversas fiadas na horizontal de forma um pouco irregular e afastados entre si, ligados por argamassa, apresentado o sistema de construção em *soga* e *tissão*, como se observa nas muralhas omíadas de Mérida, de Cória, de Vascos, do castelo de Castros em Cáceres e também em uma das torres do castelo de Palmela que inclusive, apresenta uma dimensão de 10,2 m × 10,5 m, assemelhando-se à largura da face Norte da torre 4 da alcáçova de Alcácer com 10,88 (Fernandes, 2004, p. 239).

Poderemos assim presumir que as torres 1, 3 e 4 da alcáçova pelas suas formas e aparelhos construtivos, assim como os vestígios existentes da 2, terão sido erguidas no século IX, aquando da instalação dos *Banu Danis* nesta zona, coincidindo com o século em que se iniciam as invasões vikings no *al-Andalus*, obrigando o poder omíada a investir na defesa do litoral ocidental peninsular até então considerada uma zona periférica (Correia, 2013, p. 759).

Por outro lado, o facto de já existir uma fortaleza nesta zona, nomeadamente um palácio fortificado, conforme podemos atestar pelo nome *al-Qasr* do sítio, já referido no século IX, assim como pela presença de cerâmicas datáveis desse mesmo século encontradas durante as intervenções arqueológicas em 1993-97 e de dois capitéis

descobertos em Alcácer do Sal, um exposto no museu da cripta e outro abandonado no exterior do castelo, pertencentes a uma construção palaciana, sendo atribuíveis aos finais do século IX e inícios do X, reforçam a hipótese do *al-qasr* de planta quadrada com 4 torres nos seus ângulos ter sido edificado nessa altura (Paixão, Faria, Carvalho, 1994, p. 227; Faria e Carvalho, 1994, p. 101-102; Almeida, 1993, p. 81).

Aquelas torres terão sofrido obras de remodelação, durante os inícios da modernidade quando a alcáçova e Paço da Ordem de Santiago foram adaptados a um convento, tendo as torres 1, 3 e 4 sido alvo de obras de remodelação e consolidação acrescentando-se pedras dispostas de forma irregular, não aparelhadas, apresentando nas juntas das mesmas, fiadas de tijolo e, ainda, podemos observar paramentos somente edificados em tijoleira também desta fase, como se encontra na face Este da torre 3 onde foi edificada a lareira da cozinha do convento.

Relativamente à torre 5 da alcáçova, assim como o pano de muralha onde a mesma se insere e a torre 8, do ponto vista formal, são torres semelhantes às mencionadas anteriormente mas como um tipo de aparelho construtivo diferente. Através do registo fotográfico da DGEMN, podemos observar que onde hoje se encontra a torre edificada em taipa pela DGEMN, teria havido uma outra torre, possivelmente de planta quadrangular edificada em alvenaria de pedra média aparelhada e outras não, dispostas em fiadas paralelas, ligadas por argamassa e consolidadas nas juntas por pedra miúda e fragmentos de tijolo, à semelhança do paramento da torre 5 da alcáçova, assemelhando-se estas a algumas torres do castelo de Palmela datáveis do século X (Fernandes, 2004, p. 241). Identicamente a muralha que separa a alcáçova da *medina* encontrada nas intervenções arqueológicas realizados no local mostra-nos um aparelho similar podendo datar também desta época.

Por outro, lado temos de reconhecer e aceitar que as zonas mais distantes do poder central de Córdova, não dispondo de arquitetos provenientes da bacia do Guadalquivir, tenham visto as suas fortificações ser erguidas por arquitetos regionais, originando deste modo aparelhos construtivos diferentes de tradição local, sujeitos à matéria-prima existente na região e não o habitual conhecido aparelho *soga* e *tissão* que estamos habituados a ver nas fortificações do Período Emiral e Califal mais próximas do poder central (Correia, 2013, p. 74). Deste modo, as torres 5 e 8 deverão ser fruto de um poder regional, nomeadamente os *Banu Danis*, dai encontrarmos analogias entre os aparelhos construtivos existentes na fortificação de Alcácer e no *hisn* de Palmela, uma

vez que esta família dominou estas duas regiões, incluindo a Serra da Arrábida, durante o século X, portanto não é de estranhar as semelhanças nas técnicas construtivas de ambas as fortalezas.

Posto isto, poderemos admitir que teria havido uma remodelação do palácio fortificado durante o século X, tendo em vista a sua adaptação a alcáçova, construindo-se novos panos de muralhas e torres, assim como o pano de muralha de separação entre a alcáçova e *medina*, consequência certamente do crescimento urbanístico que a cidade teve neste século sob a família berbere dos *Banu Danis,* encontrando-se Alcácer nesta altura, já sob o domínio de Córdova (Silva, 2010, p. 67; Picard, 1997, p. 227).

Relativamente às portas da alcáçova, haveria pelo menos duas, uma que daria acesso à *medina*, localizada a Este, e outra ao exterior, localizada a Oeste, sendo a primeira, possivelmente construída no século X quando se edificou a muralha de separação entre a alcáçova e a *medina*, conforme sugere o aparelho construtivo, desconhecendo-se que tipo de entrada seria. No que respeita à porta que daria acesso ao exterior, possuía uma entrada direta, conforme atestaram os vestidos arqueológicos encontrados dos vãos da entrada dessa mesma porta, infelizmente hoje em dia já não são visíveis e era defendida pela torre 5 e, possivelmente, por uma outra torre que deveria de existir no local onde hoje se ergue a torre 7 do Período Almóada. Entradas diretas são conhecidas para a fase inicial do Período Islâmico defendidas por duas torres na alcáçova de Mérida (Torres Balbás, 1985, p. 606).

Numa fase posterior essa porta terá sido desativada, tendo sido entaipada e tendo-se aberto uma nova porta no interior da torre 6, denunciando deste modo, um sistema mais complexo para dificultar a entrada (**Fig. 46**). Esta mesma torre de formato quadrangular foi edificada em taipa, com embasamento em pedra, tendo-se aberto nela a mencionada porta, criando-se igualmente um passadiço entre esta torre e a torre 4 de alcáçova encontrando-se por baixo daquele uma outra porta de arco ultrapassado integrada num alfiz, formando este conjunto uma entrada em triplo cotovelo (**Figs. 41; 42**).

É possível que a torre 6, assim como este sistema mais complexo de entrada na alcáçova, tenha sido edificado durante a segunda metade do século XI, nomeadamente durante o período do domínio Almorávida, uma vez que são conhecidas portas inseridas nas torres neste período e, para além disso, sabe-se que estes procederam à edificação e restauro de estruturas defensivas no *al- Andalus* nas alcáçovas e nos núcleos urbanos,

sendo que Alcácer possuía um grande valor estratégico nessa altura, servindo de base militar contra o norte cristão, tendo-se efetuado a partir dela, ataques contra as possessões cristãs (Torres Balbás, 1985, p. 478); Picard, 2000, p. 195; Silva, 2010, p. 73).

Relativamente às torres 7 e 9, foram edificadas durante o Período Almóada, após a reconquista da cidade em 1191, enquanto a 8 foi praticamente toda reconstruída pela DGEMN, conforme podemos constatar pelo registo fotográfico desta mesma instituição. As torres 7 e 9 foram edificadas em taipa militar, possuindo a primeira embasamento em silharia de pedra para suster os taipais, conforme se pode encontrar nas torres da *medina* de Silves e em Cáceres, encontrando este tipo de torres, do ponto de vista formal, paralelos com as torres desta última cidade mencionada e em Badajoz, datáveis também do Período Almóada. (Gomes, 2006, p. 12-18; Bueno e Daza, 2003, p.88; Torres Balbás, 1985, p. 590-591).

Algumas torres terão sofrido remodelações, possivelmente em época cristã tendo-se acrescentado silhares de grande dimensão ao longo das suas faces e cunhais como foi o caso da torre 6, 7 e 9, tendo sido ainda tapadas as ameias nas torres 6 e 7, durante a modernidade, enquanto a torre 9, foi alvo de reparações durante a fase cristã pela Ordem de Santiago, conforme atestou o padre Luís Cardoso, tendo sido nessa altura que se gravou uma adaga num dos silhares da torre.

O arco abatido que une as torres 6 e 7 poderá pertencer ao período romano, nomeadamente a uma porta que daria acesso ao exterior da cidade, sendo também as aberturas que compõem o topo deste arco possivelmente edificadas nesta altura. Estas têm origens orientais, tendo sido utilizadas largamente durante o Período Romano por cima das cortinas onde se rasgavam as portas, como se observa na Porta Vieja de Bisagra, em Toledo, tendo em vista reforçar a defesa dessas mesmas portas (Zozaya, 2009, p. 81). Este arco passou depois a integrar o sistema complexo de entrada e saída na alcáçova durante os Períodos Almorávida e Almóada.

Porta e grafito da torre 3

A porta muçulmana que se encontra atualmente dentro do bar da pousada integra a face Oeste da torre 3 da alcáçova, encontrando-se a dois metros do nível do solo da referida torre, dando acesso a um segundo piso que existe no interior daquela e que albergava a

cozinha do Convento de Aracoeli. Durante as intervenções arqueológicas os arqueólogos constataram a presença desta porta na face Oeste da torre encontrando-se entaipada com pedras e fiadas de tijolo e sem qualquer tipo de acesso à mesma, tendo-se procedido à sua abertura.

Trata-se de uma porta de entrada direta de arco em ferradura ou ultrapassado não apontando e sem alfiz que daria acesso a um segundo piso da torre da alcáçova em época muçulmana, tendo sido construída com *spolia* à semelhança da torre em que aquela se encontra e da torre 4 da alcáçova, encontrando-se na base da mesma uma ara romana, sendo que o outro silhar da base do lado esquerdo, pelas dimensões semelhantes que apresenta, poderá também se tratar de uma ara romana reutilizada (**Figs. 26; 60**). Alguns silhares que compõem o arco encontram-se muito bem talhados, tendo pertencido possivelmente a construções romanas e no topo do arco ultrapassado está um silhar onde se encontra gravado um fragmento de um tabuleiro de jogo (**Fig. 29**).

Este tipo de arco ultrapassado, não apontado e sem alfiz remete para uma fase inicial do Período Islâmico, conhecendo-se caso semelhante na porta da alcáçova de Elvas que também reutiliza materiais de construções anteriores, atribuída ao Período Emiral ou inícios do Califal (Correia, 2013a, p. 108). É possível que a construção desta porta se enquadre numa cronologia semelhante, sendo contemporânea da construção da torre 3, possivelmente edificada no século IX e tendo sido desativada provavelmente após a reconquista cristã da cidade, em 1217, quando foram edificados os paços da Ordem de Santiago.

Relativamente ao grafito que se encontra no topo do silhar do arco ultrapassado, encontra-se bastante sumido devido ao material da própria pedra onde foi traçado, já que esta trata-se de um biocalcarenito bastante arenoso, à semelhança dos restantes silhares que compõem a porta, sendo que esta característica aliada à passagem do tempo terá desgastado a gravação do tabuleiro de jogo que se encontra no silhar, juntamente com o cimento que terá sido colocado sobre ele quando se construiu a pousada.

Ainda assim, apesar de todos estes inconvenientes, é possível verificar um conjunto de linhas horizontais paralelas entre sim, traçadas com algum cuidado e um outro conjunto de linhas perpendiculares a estas, formando uma rede geométrica composta por pequenos quadrados com dimensões de 4×4, cujo formato em geral se

assemelha a um fragmento de tabuleiro de jogo, nomeadamente o *Ludus Latrunculorum* ou Jogo do Soldado, como também é designado (**Figs. 30; 31**).

Desconhece-se quando terá surgido este jogo, sendo que uma das primeiras referências ao mesmo é feita por Marco Terêncio Varrão, no século II a.C., no livro X da obra latina *De Língua Latina*, onde refere ser praticado num tabuleiro marcado por linhas e espaços, tratando-se de um jogo muito popular junto das legiões romanas. Era um jogo ligado à guerra e estratégia militar, dando origem desta forma ao seu nome Jogo do Soldado, tendo sido através destas legiões que se terá expandindo aquele pelas várias províncias do império, sendo conhecidos exemplares daqueles no Reino Unido, junto à muralha de Adriano, datados entre o séc. II e IV a.C. Em Portugal, são conhecidos pelo menos quatro, nomeadamente o de Conímbriga que é o mais conhecido, desconhecendo-se a sua datação, e outros três provenientes do Castelo de Lousa, relativos aos inícios do Período Romano. Para além daqueles, é conhecido, igualmente tabuleiro semelhante, na Igreja da Nossa Senhora de Graça de Évora, porém, datado do século XVI (Fernandes, 2013, p. 57-58).

O *Ludus Latrunculorum* era jogado num tabuleiro onde eram gravadas um conjunto de linhas paralelas e perpendiculares entre si onde se moviam as peças de jogo que podiam ser de vidro, pedras preciosas ou até mesmo de cerâmica, vencendo primeiro o jogador que conseguisse atravessar as suas peças pelo tabuleiro até ao fim, havendo outra forma de jogar que consistia em colocar cinco peças em linha, ganhando o primeiro jogador que conseguisse realizar esse feito (Fuentes, 2008, p. 28).

Normalmente aquele tabuleiro de jogo possuía 8×8 casas, fazendo um total de 64 quadrados, todavia esse número também podia variar entre 7×8 ou 9×10, não havendo propriamente uma norma para o número de casas deste tabuleiro (Fernandes, 2013, p. 57). O fragmento de tabuleiro de jogo presente na porta muçulmana de Alcácer do Sal apresenta 7×4, contudo o silhar onde se encontra gravado esse tabuleiro encontra-se fraturado em baixo e do seu lado direito impossibilitando saber o número exato de casas que o mesmo possuiria.

Estes tipos de tabuleiros normalmente eram gravados em pedras bem talhadas, como é o caso do de Alcácer do Sal que foi gravado numa pedra bem talhada e que terá sido cortada possivelmente no momento em que foi reutilizada pelos muçulmanos para a construção da porta (Fernandes, 2013, p. 251). As linhas que compõem o tabuleiro apresentam uma regularidade bastante razoável, notando-se que houve uma

preocupação e um cuidado na gravação do tabuleiro por parte do autor, conforme sugerem as medidas bastante precisas (4×4) entre os quadrados visíveis que se dispõem no tabuleiro.

É possível que aquele se trata de um exemplar gravado durante a ocupação romana em Alcácer do Sal, provavelmente com uma cronologia entre os séculos II a.C. e II d.C., fazendo parte de um edifício público da cidade, como era hábito aparecer em construções como teatros, anfiteatros, circos, entre outros, tendo sido, posteriormente, reaproveitado durante o século IX, na construção da porta muçulmana que integra o segundo piso da torre 3 da alcáçova (Fuentes, 2008, p. 29).

3.3. As muralhas e as torres da *medina*

3.3.1. Descrição dos vestígios

As muralhas e torres que rodeavam em época islâmica a *medina* de *al-Qasr* encontram-se hoje, em grande parte, bastante arruinadas, quer pela passagem do tempo, quer pela negligência humana, subsistindo desta época alguns setores originais, nomeadamente no setor Sul e Norte, encontrando-se o restante já bastante modificado pelas intervenções da DGEMN.

São vários os autores que fazem referência ao estado de ruína em que se encontrava a fortificação em pleno século XIX. Diz-nos, em 1869, o Padre António Costa que "*tem esta villa hum castello altissimo de taipa de formigão, antigamente fortíssimo, hoje quasi todo arruinado*." (Costa, 1869, p. 331).

Apesar de não nos dizer diretamente que esta ruína poderá ter a ver com as sequelas deixadas pelo terramoto de 1775, sabemos através dos testemunhos deixados pelo padre Luís Cardoso que em 1747, a fortificação ainda se encontrava em bom estado de conservação (Cardoso, 1747, p. 135). Além disso, sabemos que o terramoto de 1755, igualmente atingiu Alcácer, conforme mencionamos anteriormente, podendo-se, ainda hoje, observar a existência de uma fratura, derivada desse terramoto, na parede do museu que se encontra ao lado da Igreja do Senhor dos Mártires.

Para além de António Costa, também Abel Viana numa das suas deslocações a Alcácer, para além de fazer menção ao estado de ruína e abandono em que se encontrava a fortificação, faz também referência aos vandalismos que sobre ela incidiam por parte da população por causa da construção de umas habitações junto ao castelo. Diz-nos o seguinte "*Na mesma ocasião da minha estadia, por causa da construção de umas casinholas sem alcance de qualquer espécie, andavam a dinamitar precisamente o lance de muralha em que, no ano de 1940, se fixou solenemente a lápide comemorativa dos Centenários da Fundação e da Restauração. Apesar daquelas ruínas estarem classificadas como monumento nacional! A barbaridade parou no momento em que uma pedra projetada por um tiro foi abrir o crânio de uma pobre criança que brincava em uma das ruas da vila.*" (Viana, 1948, p. 355).

Esta destruição da muralha que nos fala Abel Viana tem a ver com a construção de umas moradias que ocorreram junto à fortificação no lado Norte e Este que a Câmara Municipal autorizou e que decorreram no ano de 1947. Devido ao mau estado em que se encontrava a muralha e torres destes setores a câmara mandou, para segurança dos habitantes dessas moradias, derrubar grande parte da muralha que se encontrava a nascente e algumas zonas a Norte, colocando ainda um letreiro à porta da câmara com um anúncio da venda destes blocos da muralha (**Fig. 61**).

Esta destruição de elementos da fortificação não se deu somente no século XX, foi um processo ao longo dos séculos, já que em 1882, por ocasião do alargamento de uma das vias de acesso ao castelo se demoliu uma torre albarrã que se encontrava a nascente (Chagas, 1995, p. 48).

Para além das demolições que foram feitas a alguns setores das muralhas do castelo, a DGEMN realizou algumas obras de conservação e restauro na fortificação entre os anos de 1958 a 1983. Na maioria destas intervenções foram derrubados, nos finais da década de 50 e inícios da 60, alguns panos de muralha em risco de queda e substituídos por alvenaria de pedra da região de Grândola, sobretudo na zona Sul da fortificação provocando um desvirtuamento do conjunto edificado das muralhas. Em 1963, ocorreu um terramoto que voltou a afetar a fortificação, tendo a DGEMN voltado a derrubar alguns panos da muralha na zona Norte, assim como uma torre que defendia uma porta que se encontrava nessa zona, tendo a mesma sido entaipada com um paramento de alvenaria de pedra e o resto dos panos reconstruídos também com esta matéria-prima, novamente proveniente da região de Grândola.

Ainda, durante os finais da década de 60 e ao longo da 70, houve uma preocupação em respeitar as técnicas construtivas originais da fortificação tendo-se efetuado restauros que respeitassem essa mesma técnica, na zona Sul e Oeste, todavia com algum insucesso, já que as dimensões dos taipais utilizados nestas intervenções eram diferentes dos originais, não havendo concordância entre as fiadas de taipa militar reconstruídas e as da construção original (Chagas, 1995, p. 73).

Importa ainda salientar que durante a Idade Média, encontrando-se a fortaleza já bastante arruinada pela guerra da reconquista cristã de 1217, efetuaram-se algumas reparações, nomeadamente, em 1348, no reinado de Afonso IV, tendo sido este chamado a intervir na discórdia entre a Ordem de Santiago e o Concelho de Alcácer, sobre qual destas entidades deveria proceder a reparações na cerca e, ainda, em 1383, devido, certamente, à conjetura política que Portugal atravessava, ordenou D. Fernando que se repara-se os muros, as torres e barbacã do castelo (Pereira, 2000, p. 66-67)[10].

A muralha da *medina*, construída em pedra e taipa, que engloba a alcáçova no seu interior possui forma de um polígono irregular, perfeitamente adaptado à topografia do terreno, com uma área aproximada de 3,6 ha e um perímetro amuralhado de 750 metros, desenvolvendo-se o núcleo urbano pelas encostas norte e nascente. A fortificação encontra-se implantada diretamente sobre a rocha talhada, achando-se o seu ponto mais elevado, onde se encontra a alcáçova, a 62 m e o seu ponto mais baixo com 40 m, no sentido Oeste-Este[11], localizando-se deste modo, a uma altitude bastante considerável, do ponto de vista estratégico e militar, para a implantação de uma fortificação, proporcionando os relevos naturais das encostas Sul, onde é banhada pelo rio, e a Oeste, boas condições de defesa.

Era esta fortaleza provida de torres albarrãs e adossadas aos panos de muralha que passaremos a descrever a partir da torre 9 da alcáçova, no sentido dos ponteiros do relógio, onde se encontra o pano de muralha que separa a alcáçova da *medina*, achando-se a cortina que se segue até à torre 10, edificada em taipa e pedra com um comprimento de 12, 60 m e uma altura que oscila entre os 5,29 e 6,91 m (**Fig. 13**).

[10] Informação que a autora recolheu das fontes: CF.T.T., O.S., *Conventos de Santiago de Palmela*, maç. 1, doc.18 e CF, T.T., *Chanc. De D. Fernando*, livro 3, fl. 57.
[11] Segundo a Carta Militar de Portugal (folha nº 476) à escala 1:25 000.

Torre 10

Trata-se de torre retangular que se encontra ao nível do adarve, edificada em taipa possuindo embasamento em silharia de pedra. Tem 6,10 m de altura e possui 3,12 m de largura na face Sul e 3,28 na face Norte, enquanto na frente tem 5,30 m. É coroada por ameias quadrangulares com 0,89 de altura e um espaço entre elas de 0,54 m. Esta torre, à semelhança das restantes já descritas, como a torre 6, 7, 8 e 9, está bastante modificada pelos restauros da DGEMN, com uma grande concentração de argamassa a cobrir a taipa (**Fig. 62**).

A partir desta torre, o pano de muralha, construído em pedra e taipa e revestido com argamassa, possui um sistema de escoamento de águas edificado em silharia de pedra, sendo visível partes da muralha erigida inteiramente em alvenaria de pedra e tijolo (**Fig. 63**). Segue o pano em direção a Este com 37,32 m de comprimento, infletindo para Norte com 2,14 m, voltando novamente a infletir em direção a Este com 17,40 m até atingir a próxima torre, possuindo uma altura que oscila entre 4,47 e 5,69 m.

Torre 11

Trata-se de torre completamente reconstruída pela DGEMN, no ano de 1983, no lugar de uma outra que ali existiria edificada em taipa, possivelmente, com a base em pedra conforme se pode observar no local, por detrás daquela, uma base em silharia de pedra e tijolo pertencente a uma torre que teria existido no local. Atualmente a mesma possui uma forma quadrada, com ameias quadrangulares no seu topo, encontrando-se edificada em taipa e revestida com argamassa, como as restantes mencionadas, com uma altura de 10,17 e 7,8 m de largura nas suas 4 faces definindo deste modo um perfeito quadrado (**Figs. 64; 65; 66**).

Esta torre encontra-se edificada com compartimento ao nível do adarve possuindo um teto abobadado no seu interior, construído em tijolo, com uma decoração formando um espiral. Acede-se ao interior desta câmara por um adarve reconstruído pela DGEMN com uma largura de 1,45 m, como já mencionamos, e por duas portas de formato retangular, uma na face Oeste e outra na face Este, possuindo a primeira, uma altura de 1,95 e 0,70 de largura no topo e 0,69 na base, já do lado interior possui 0,93 m de largura na base e 0,89 no topo. Relativamente à porta localizada a Este, possui uma

altura de 1,88, 0,68 de largura na base e topo da porta pelo lado exterior, já no interior mede 0,72 de largura na base e topo.

Possui ainda, esta torre, também duas janelas de formato retangular, uma localizada na face Este onde se encontra uma das portas e uma outra na face Norte. A primeira possui uma altura de 1,38 e de largura na base 0,58 e de 0,56 no topo, enquanto a segunda mede 1,38 de altura, 0.57 de largura no topo e 0,59 de largura na base.

O pano de muralha que se segue a partir desta torre em direção a Este possui 40,70 m de comprimento e uma altura entre 6, 91 e os 4,1 m, encontrando-se este pano edificado em pedra na base e o resto em taipa revestido com argamassa, todavia nos registos fotográficos da DGEMN, o pano de muralha original surge edificado em taipa (**Fig. 67**).

Torre 12 e Porta Nova (PN)

Trata-se de torre que foi destruída nos anos 60 pela DGEMN e que dela hoje em dia, somente restam vestígios da sua existência entre a vegetação que a oculta. Tinha como função defender a Porta Nova que se encontrava nesta zona, da qual também não há indícios, a não ser, o caminho de terra batida que seguia em direção ao seu encontro, uma vez que a passagem que ainda subsistia no século XX da mesma, terá sido entaipada pela DGEMN com um paramento de alvenaria de pedra (Chagas, 1995, p. 72).

Esta porta não aparece mencionada na documentação medieval, todavia no final da Idade Média já era conhecida como Porta Nova, fazendo menção à sua existência, no século XVIII, o padre Luís Cardoso quando refere o número de portas que a fortificação possuía localizando a *Porta Nova* na zona Norte do circuito amuralhado (Pereira, 2000, p. 65; Afonso, 2013, p. 532; Cardoso, 1747, p. 135).

Curiosamente através de uma gravura desta fortificação de J. Hill datada de 1813, pode-se observar aquela assim como o torreão que a defendia, possuindo este uma altura enorme destacando-se no conjunto amuralhado, tal como a torre octogonal a nascente (**Fig. 68**). Esta torre que defendia a Porta Nova possuía, conforme podemos constatar pela gravura, um formato retangular e deveria se encontrar edificada em taipa,

já relativamente à porta não se consegue visualizar o seu formato e elementos arquitetónicos, apenas se vislumbrando uma abertura na muralha indicando a sua existência.

No local entre a vegetação que cobre em grande parte aquilo que resta dos vestígios dessa torre, pode-se observar a base onde aquela assentava, composta por silharia de pedra já muito degradada pela vegetação que a cobre e que servia para assentamento dos taipais, tal como existe nas outras torres mencionadas anteriormente.

No que diz respeito à porta que ali existia, dava acesso ao exterior da zona Norte que na época islâmica deveria estar coberta por zonas de cultivo e o caminho que ainda se pode visualizar no local, dentro do recinto em direção a esta porta, dava acesso, dentro do núcleo urbano, à Igreja do Senhor dos Mártires indo confluir com a rua, cujo nome no século XIV era: Rua dos Mercadores (Pereira, 2000, p. 68), e que hoje em dia chama-se Rua das Torres, partindo aquela em direção a uma outra porta de que falaremos mais adiante (**Figs. 69, 70, 71**).

A partir desta torre segue pano de muralha muito arruinado em taipa com 18,20 m até alcançar a próxima torre.

Torre 13

Trata-se de possível torre que existiria com as bases em pedra e edificada em taipa. É visível no local pedaços de silharia de pedra onde possivelmente a mesma assentaria e blocos de taipa dispersos no chão possivelmente pertencentes a esta mesma edificação (**Fig. 72**).

Esta torre não se encontra visível na gravura de J. Hill, o que poderá significar que a mesma já se encontraria destruída no século XIX, mas possivelmente faria parte, juntamente com a torre 12, da defesa da Porta Nova. A partir desta torre não restam vestígios do pano de muralha que seguiria 17,40 m até alcançar a próxima torre.

Torre 14

É uma torre edificada em alvenaria de pedra que se encontra oculta pela densa vegetação que a cobre e por uma rede, devido ao degradamento em que se acha todo o setor Norte da fortificação, tendo aquela como finalidade impedir que a torre se

despenhe em cima das habitações que se encontram nessa zona. Foi identificada em 2003, quando se procedia a trabalhos de consolidação e limpeza na encosta Norte a cargo do IPPAR, sob a coordenação do arqueólogo da Câmara Municipal, João Carlos Faria (**Fig. 73; 74**).

A partir desta torre o pano de muralha seguiria em direção a Este, edificado em taipa, conforme é possível observar pela existência de um pedaço original dessa muralha com 1,53 de espessura e com um comprimento de 13,25 até alcançar a próxima torre (**Fig. 75**).

Torre 15 (torre dos grafitos)

Trata-se de torre edificada em taipa assente sobre uma plataforma de alvenaria de pedra de formato quadrangular com 4,47 de altura, enquanto a torre em taipa por cima dela possui uma altura de 6 metros. Tem a sua parte superior formato retangular, onde ainda são bem visíveis as bandas de cor branca traçadas com gesso de estuque a cobrir as aberturas deixadas pelos taipais, possuindo entre si uma distância entre os 0,50 e os 0,80 m (**Fig. 76**).

Esta torre possui um conjunto de grafitos na sua face Norte que foram identificados entre 2003 e 2009 e, posteriormente, estudados por António Carvalho e Nicole Cottart. Trata-se de grafitos que foram executados com um pico sobre a argamassa militar durante a última fase de ocupação islâmica e que teriam como função passar uma mensagem a um coletivo, já que o local onde se encontram a uma altura considerável do chão, virados para a zona rural, permitia que quem ali se deslocasse ou passasse os visse. Trata-se de grafitos, com representação de barcos de pesca, um barco sobre um conjunto de ondas, um tridente berbere, um cachalote e duas palavras em árabe, nomeadamente a palavra *Allah* e *Hasan* que ilustrariam as atividades económicas e quotidianas de Alcácer do Sal, ligadas a um porto bastante ativo de construção naval, comércio de sal, salga de peixe e âmbar (Carvalho e Cottart, 2010, p. 199-205) (**Figs. 77 à 81**).

A partir desta torre seguia um pano de muralha, edificado em taipa, de que já não restam vestígios com um comprimento de 37,41 m até alcançar a próxima torre. Através do registo fotográfico da DGEMN dos anos 60, vemos que este pano possuía bandas de estuque formando quadriláteros simulando uma falsa silharia (**Fig. 82**).

Torre 16 (Torre Algique) e Postigo Velho (PV)

Trata-se de torre octogonal, edificada em taipa, situada no extremo nascente do circuito amuralhado, que se encontra já bastante arruinada pela passagem do tempo, possuindo na atualidade 5,29 m de altura e 7,80 de espessura, sendo ainda visíveis as bandas de gesso de estuque a cobrir as aberturas dos taipais. (**Fig. 83**). O padre Luís Cardoso faz referência a esta torre, em 1747, denominando-a de torre Algique de forma oitavada, altíssima, bem formada e edificada em taipa de formigão (Cardoso, 1747, p. 135)

Também Virgílio Correia, em 1930, no seu esboço de uma monografia, numa das suas passagens por Alcácer do Sal faz referência a ela dizendo "*Desta fortificação mourisca, em que a taipa substituíra já o opus signinum, restam troços de muros e torres, uma das quais, o torreão que se ergue isolado fora do alinhamento, no extremo nascente do circuito, faz às vezes de baluarte. É quadrado na base, passando à forma octogonal por quatro taludes triangulares, sendo idêntico a duas das torres de Cáceres e à torre albarrã de Badajoz*" (Correia, 1930, p. 40).

Pela descrição que Virgílio Correia nos faz desta torre, ela seria, possivelmente, uma torre albarrã, dado encontrar-se isolada fora do alinhamento do circuito amuralhado, conforme sugere o autor. Teria uma base quadrada possuindo depois uma forma octogonal, sendo das torres que mais se destacava no circuito amuralhado conforme podemos visualizar na gravura de J. Hill de 1813, assim como o seu afastamento da muralha (**Fig. 68**). Em uma outra fotografia do século XIX, é possível visualizar a sua forma octogonal possuindo no seu cimo um cone, sendo interessante salientar que uma barbacã rodearia a torre, onde se consegue ainda visualizar uma pequena porta de arco ultrapassado (**Fig. 84; 84a**).

Poder-se-á tratar de um dos postigos que nos fala a documentação medieval, nomeadamente o Postigo Velho, que apesar de a documentação não mencionar a sua localização exata, faz referência a umas habitações que se situavam junto deste postigo, sendo possível que se localizasse a nascente por ser uma zona onde o núcleo urbano se expandiu em época islâmica e também cristã, conforme se pode constar pelas ruas íngremes existentes ao longo da encosta Este, tal como a sua toponímia (Pereira, 2000, p. 64).

No que respeita à barbacã, foi identificada em 2003, um troço da mesma, quando se procedia a trabalhos de limpeza e consolidação na encosta Norte do castelo, já mencionados, a cargo do IPPAR, tendo sido esta barbacã edificada em taipa e alvenaria de pedra, possivelmente, reutilizando silhares de construções anteriores (**Figs. 85; 86**). Aquela estendia-se por toda a encosta Norte do castelo por ser uma das zonas mais frágeis, não se sabe arqueologicamente se ela estender-se-ia à zona Este, todavia pela gravura do século XIX, pode-se comprovar que efetivamente ela abrangeria esta área. Hoje em dia não se vislumbram estes vestígios, todavia, toda a encosta Norte até Este possui uma plataforma artificial incitando a sua existência.

A presença desta barbacã ao longo da zona Norte e Este explica-se pelo facto de essa ser uma zona menos defensável do ponto de vista da topografia do terreno, já que é uma zona de mais fácil acesso por parte do inimigo, logo as defesas teriam de ser maiores, razão precisamente da presença desta torre octogonal na zona referida, protegendo não só aquele setor como também o postigo ali existente.

A partir desta torre não existem vestígios da muralha original, não se sabendo para onde infletiria, uma vez que toda a muralha presente nesta zona terá sido derrubada nos anos 40 para a construção de umas habitações nesse mesmo local.

Torres 17 e 18 e a Porta de Ferro (PF)

Toda a muralha que se encontrava no setor Este terá sido arrasada conforme já aludimos anteriormente, tornando-se impossível conhecer como seriam os panos de muralhas e torres que se localizariam nessa zona. Sabe-se que era naquele local que se localizava a Porta de Ferro, uma das principais da cidade, onde durante a Idade Média, fora dela, se encontraria os arrabaldes e na Idade Moderna o bairro das olarias (Pereira, 2000, p.64; Cardoso, 1747, p. 140).

Durante as visitações que, D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Santiago, efetuou à vila, durante os anos de 1512-13, é mencionada aquela porta, quando se faz alusão a uma ermida que existia junto dela com o mesmo nome: "*visitey a dita jrmida de Nosa Senhora da Porta do Ferro que estaa situada à porta do castello da dita villa (…) arrimada a uma torre (…).*"[12]

[12] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 194, fls. 45v-16.

Infelizmente desconhece-se documentação iconográfica que nos mostre como ela seria, todavia sabe-se que este tipo de porta era guarnecido exteriormente por uma lâmina de ferro que se fixava com cravos do mesmo metal ao madeiramento daquela de modo a conseguir resistir em situações de ataque e também aos incêndios (Torres Balbás, 1985, p. 605).

Na descrição, faz-se menção a uma torre onde estaria localizada a ermida, possivelmente, uma das torres que defenderia a entrada. A toponímia de uma das ruas que parte do circuito amuralhado, nomeadamente Rua das Torres, sugere a existência não de uma, mas de duas torres que defenderiam a Porta de Ferro, não se sabendo como elas seriam pela inexistência de vestígios iconográficos e arqueológicos.

Torre 19 (Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro)

Trata-se de torre que foi adaptada à construção da nova Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro, no ano de 1512-13, já que a outra, se encontrava na altura "*muyto danificada*"[13], optando-se por fazer "*outra nova na torre à entrada do castello, como ellRey que estaa em glorya ordenou*."[14]. Pela descrição, fala-se de uma entrada no castelo junto a esta torre, podendo tratar-se, possivelmente, de um postigo que permitia o acesso ao exterior da zona Sul do recinto amuralhado, onde se encontrava o rio, não descartando a hipótese de este poder remontar ao período islâmico.

Exteriormente esta ermida possui um teto de duas águas em tijolo e as suas paredes encontram-se pintadas com cal. Na sua face Norte existe uma pequena janela quadrangular e, imediatamente acima da daquela, acha-se um brasão de armas. Na mesma face referida, existe uma porta retangular pelo qual se teria acesso ao seu interior, descobrindo-se o teto, pelo lado de dentro do edifício, construído em madeira e as paredes revestidas com argamassa, cimento e pedaços de tijolo.

Possui esta ermida formato retangular com uma altura de 4,50 m, 2,46 nas suas faces de lado e 4,26 na sua face de frente, enquanto no topo possui um comprimento de 4,50 m (**Fig. 87**).

[13] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 194, fl. 16.
[14] Ibidem, fl. 16.

Torre 20

Trata-se de passadiço com 1,65 m de altura, edificado em alvenaria de pedra, encontrando-se mesmo ao lado da Ermida da Nossa Senhora da Porta de Ferro, pertencente a uma torre albarrã que havia na zona e que foi demolida, em 1882, devido ao alargamento de uma das vias de acesso ao castelo. Esta torre albarrã aparece numa gravura do século XIX, possuindo um formato quadrangular com uma base mais larga do que o topo, tendo sido possivelmente edificada em taipa (**Figs. 88; 89**). Aquela teria como função proteger a zona mais debilitada do recinto amuralhado, já que o relevo da encosta Este é muito menos acentuado que as restantes.

A partir dos vestígios desta torre, a muralha edificada em taipa, segue em direção a Norte com uma altura entre 2,90 e 3,10 e um comprimento de 13,60 até alcançar a próxima torre.

Torre 21

Trata-se de torre retangular adossada à muralha que se encontra edificada em taipa e pedra, possuindo 5,69 m de altura, 11,80 de comprimento na sua face Norte e 4,30 de lado. Encontra-se já bastante arruinada, sendo visíveis as aberturas deixadas pelos taipais, possuindo as mesmas, uma largura entre 10,2 cm e 10,4 cm (**Fig. 90**).

A partir desta torre a muralha segue para Norte, com uma altura de 2,85 m, edificada em pedra e taipa, sendo ainda visíveis as marcas dos quadriláteros. Possui 9,35 de comprimento até alcançar dois contrafortes, edificados em alvenaria de pedra, que servem de suporte à muralha edificada em taipa, continuando novamente para Norte o pano de muralha com 11,11 de comprimento até à próxima torre.

Torre 22

Trata-se de torre sub-quadrangular adossada à muralha que se encontra ao nível do adarve e que terá sido reconstruída em taipa, nos anos 70, pela DGEMN (**Fig. 91**). Possui 3,7 m de altura e 3,25 de largura nas suas faces. A partir dela o pano de muralha,

edificado em taipa e alvenaria de pedra, também reconstruído pela DGEMN, tem 16,67 m de comprimento e 22,44 de altura até alcançar a próxima torre.

Torre 23 (Torre do Relógio)

Trata-se de torre quadrangular, adossada à muralha, com um paramento inclinado em relação à muralha e uma base escalonada de modo a adaptar-se à inclinação acentuada do terreno. Possui 8,13 m de altura, 3,7 m de comprimento na sua face Norte e de lado 4,1, possuindo, ainda, no seu topo uma estrutura para suporte do sino de formato quadrangular com uma altura e largura de 1,63, encontrando-se acima deste suporte uma estrutura semelhante a um cone com 2,44 m de altura (**Fig. 92**).

Arquitetonicamente esta torre possui na base do lado Oeste uma porta retangular por onde se entrava para tocar o sino e uma outra na sua face Sul, pelo qual se tem acesso através de uma escada com quatro degraus, servindo aquela porta para obter acesso ao cimo da torre através de uma escadaria existente no seu interior. Contém ainda a torre, no topo da face Oeste uma seteira e outras duas na sua face Este, fruto dos restauros na Época Cristã.

Do ponto de vista construtivo, a torre tem uma base em alvenaria de pedra encontrando-se o restante revestido com forte argamassa e tijolo, tendo sido aplicada cal por cima dessa última no século passado. Na base da sua face Oeste onde se encontra a porta de formato retangular, pela qual se entrava para tocar o sino, é interessante salientar que ao entrar por ela, olhando para o lado esquerdo vemos o paramento construtivo da base da torre erigido em alvenaria de pedra, e do lado direito, a muralha em taipa, enquanto o topo possui um teto edificado em tijolo, o que indica que esta torre tratava-se de uma torre afastada da muralha, nomeadamente uma torre albarrã que terá sido adossada quando se transformou em torre campanário (**Fig. 93**).

Trata-se esta, portanto, de uma torre que foi sendo modificada ao longo dos tempos tendo sido adaptada a torre do relógio durante as Idades Média ou Moderna, à semelhança de outras, como por exemplo, as torres do relógio de Montemor-o-Novo, Mourão, Arraiolos, Viana do Alentejo, Castelo Rodrigo, que também foram adaptadas, possivelmente, no decorrer destas épocas (Caetano, 2013, p. 596).

Como aquela foi sendo alterada ao longo dos tempos pelos povos que na cidade habitaram, sempre persistiu a dúvida sobre a sua datação, porém, no decorrer das obras

de restauro que se têm vindo a realizar atualmente naquela, foi possível observar o seu interior edificado em taipa militar, comprovando deste modo, a sua construção no Período Muçulmano, possivelmente durante o domínio das comunidades magrebinas (**Fig. 94**). No século XVIII, o padre Luís Cardoso, ao descrever a fortificação, faz menção a esta torre, corroborando ainda mais a hipótese enunciada, afirmando que aquela se encontrava edificada em "*taipa de formigão, altíssima e bem formada*" (Cardoso, 1747, p.135).

Posto o enunciado, esta seria uma torre edificada em taipa e detinha uma base em alvenaria de pedra para suster os taipais, à semelhança das torres mencionadas anteriormente, tratando-se ainda, de uma torre albarrã, conforme atestam os vestígios do seu afastamento em relação à muralha, tendo sido modificada ao longo dos períodos posteriores. Ela teria como função, o controlo e a vigilância da encosta Sul da fortificação, encosta essa, envolvida pelo rio Sado, efetuando um controlo da paisagem envolvente, assim como o avistamento de embarcações inimigas que para ali se poderiam dirigir.

A partir daquela, o pano de muralha segue em direção a Norte com 34,16 de comprimento até alcançar a próxima torre, encontrando-se edificado em pedra e taipa, sendo ainda visíveis em algumas zonas as marcas dos quadriláteros desenhados sobre a taipa com gesso de estuque (**Fig. 95**).

Torre 24

Trata-se de torre albarrã em taipa de formato retangular cujo acesso era feito através de um passadiço de que já não restam vestígios. Possui 5,50 de altura e 5,03 m de comprimento na sua face Sul, encontrando-se a uma distância da muralha de 1,27. Arquitetonicamente tem um embasamento em pedra, tal como a torre precedente, para assentamento das várias fiadas de taipa, sendo ainda visíveis as marcas deixadas pelas bandas e as aberturas deixadas pelos taipais (**Fig. 96**).

Teria esta torre a função de controlo e vigilância, juntamente com a torre do relógio, das embarcações que afluiriam na margem do rio Sado. A partir dela segue pano de muralha em direção a Norte, edificado em taipa, alvenaria de pedra e fiadas de tijolo, com uma altura entre os 2,00 m e 2,85 e um comprimento de 11,39 até alcançar a próxima torre. Encontra-se, este pano, em grande estado do ruína, sendo ainda possível

observar nele, pedaços do adarve e de uma escada edificada em pedra que daria acesso ao mesmo com 1,10 de largura e 3,67 de comprimento.

Torre 25

Trata-se de torre adossada à muralha, tendo sido restaurada pela DGEMN nos anos 80, possuindo um formato retangular, edificada em alvenaria de pedra com 3,25 de altura e 1,63 de largura nas suas faces de lado. A partir desta torre a muralha segue em direção a Norte, edificada alvenaria de pedra, reconstrução da DGEMN, com uma altura que oscila entre 2,85 e 1,22 até alcançar a próxima torre (**Fig. 97**).

Torre 26

Trata-se de torre retangular que se encontra ao nível do adarve edificada em taipa e restaurada pela DGEMN. Tem 6,51 de altura, 5,10 de comprimento na sua face Norte, 4,00 na sua face Oeste e 3,45 na sua face Este. Possui um caminho de ronda no seu topo e ameias quadrangulares achando-se entre aquelas uma saliência almofadada, todavia através do registo fotográfico da DGEMN, verifica-se que as ameias possuíam no topo uma forma piramidal (**Figs. 98; 99**).

A partir desta torre segue pano de muralha em direção a Norte, edificado em alvenaria de pedra pela DGEMN, com 48,40 m de comprimento até atingir a próxima torre.

Torres 27 e 28

Trata-se de duas torres das quais já não restam vestígios, sendo atestada a existência daquelas, somente pelo registo fotográfico, através de duas gravuras do século XIX, tratando-se uma delas de uma torre albarrã retangular e a outra de uma torre quadrangular adossada ao pano de muralha. Aquelas completariam a defesa da zona Sul, juntamente com as restantes que se encontram naquela encosta (**Figs. 89; 100**).

Torre 29

Trata-se de torre ao nível do adarve, virada para o rio, cuja base possui um formato quadrangular e sensivelmente a meio da mesma o formato torna-se pentagonal, cujos lados medem precisamente nas primeiras faces, 2,84 e 2,56 de largura, enquanto as outras duas faces medem 2,16 e 3,37 e a última que completaria o pentágono mede 1,90 de largura. Possui aquela uma altura de 5,90, tendo sido edificada em alvenaria de pedra (**Fig. 101**).

Curiosamente, numa gravura de Alcácer do Sal do século XVIII, cujo autor é desconhecido, surge-nos esta torre adaptada a um baluarte com uma guarita no seu topo. Esta trata-se de uma imagem fantasiosa da fortificação, de modo que é preciso olhar para ela com cuidado, embora alguns dos traços presentes nesta gravura, no que diz respeita à fortificação com a alcáçova com torres nos ângulos, o arco abatido que se encontra na face Oeste, a configuração do rio Sado, assim como o formato da torre referida, entre outros aspetos, assemelham-se à realidade (**Fig. 102**).

Torre 30 e Postigo (P)

Trata-se de torre quadrangular, atualmente integrada no edifício da pousada, possui 8,85 de comprimento e terá sido uma torre edificada em alvenaria de pedra (**Figs. 103; 104**).

Teria como objetivo proteger, possivelmente uma porta que se localizaria na zona Oeste da fortificação, dado que ai se situaria, durante o período islâmico, uma das possíveis vias principais da cidade, a atual Rua dos Torres, que conduzia para Este em direção à Porta de Ferro e para Oeste em direção a esta porta. A partir dela para o exterior ter-se-ia acesso à necrópole existente nessa encosta, indo ainda confluir com a antiga via romana, a *decumanus*, que partiria em direção a Setúbal, Palmela, Lisboa e dai para Norte e que terá continuado até aos nossos dias sem grandes alterações.

A documentação do Convento de Santiago de Palmela, respeitante à Ordem de Santiago, refere a existência de um postigo, perto da Capela de Santiago, junto do Convento e Paço da Ordem. A investigadora Maria Teresa Lopes Pereira coloca o postigo nesta mesma zona, encontrando-se esta torre, segundo a autora integrada nos Paços da Ordem, precisamente junto ao postigo (Pereira, 2000, p. 64-68).

Pensamos que durante o período muçulmano ter-se-á localizado nessa zona, não um postigo, mas uma das principais portas da cidade, dado que era habitual situar-se juntos destas, as principais vias de comunicação que comunicavam com o exterior, sendo plausível a existência nessa zona de tal estrutura. É possível, que após a reconquista cristã da cidade, em 1217, a porta tenha sido desativada para dar lugar a um postigo, dai a mesma já não surgir mencionada na documentação como porta, mas sim como postigo. Ainda assim, não podemos descartar a hipótese da localização deste mesmo postigo, numa outra zona desta encosta, junto do Convento e Paços da Ordem, todavia a análise dos panos, assim como as fotografias da fortificação ao longo da encosta Este, não revelaram a existência de qualquer construção deste tipo, sendo por isso, mais exequível a sua localização entre a torre 29 e 30 do circuito amuralhado, onde pensamos ter-se localizado uma das principais portas da cidade no período muçulmano.

Outras estruturas defensivas

Em 2003, quando se procedia a trabalhos de consolidação e limpeza na encosta Norte do castelo a cargo do IPPAR, como já aludimos, para além da identificação da barbacã e base de torre em alvenaria de pedra, foram também reconhecidos vestígios de uma couraça, construída em taipa, próxima da torre 10, que arrancaria da barbacã em direção a uma linha de água que se encontraria a Norte, tendo, sido ainda, encontrados vestígios de um recinto amuralhado anterior em alvenaria de pedra (Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 79-80). (**Figs. 105; 106; 107**).

3.3.2. Análise dos aparelhos e das técnicas construtivas

Uma das técnicas construtivas mais comuns que se observa na fortificação, é sem dúvida, a taipa militar, encontrando-se esta, já muito bem estudada (Chagas, 1995). Esta técnica consistia no levantamento de fiadas de taipais, sendo a terra muito bem compactada, introduzindo-se inertes, como pedaços de cerâmicas, conchas, pedras, entre outros para aumentar a resistência das argamassas que a compunham (Torres Balbás, 1985, p. 557).

Nas muralhas e torres em taipa da fortificação o material utilizado é composto por uma argamassa em que os ligantes que entram na composição são a cal aérea hidratada e a pozolana natural. As torres possuem um embasamento em alvenaria de pedra aparelhada e irregular com pequenas pedras entre os silhares, tendo-se erguido por cima dos mesmos as fiadas da taipa, com dimensões aproximadas de dois côvados de largura por quatro de comprimento (Chagas, 1995, p.134). Possuem este embasamento em silharia de pedra, as torres 10, 11, 12, 23 e 24.

Os inertes utilizados são variados, abrangendo desde os finos, como as areias, alguma pedra de pequena dimensão, a outros materiais de aproveitamento como pedaços de cerâmica romana, tesselas, ferro, fauna malacológica e fauna mamalógica que serviam neste caso para aumentar a impermeabilização das águas, à semelhança dos inertes presentes na taipa de outras fortificações, como são exemplo, o Castelo Belinho e o Castelo de Salir (Gomes e Gomes, 2013, p. 145; Catarino, 1992, p. 17).

É ainda possível, observar bandas de gesso de estuque que eram colocadas sobre as aberturas deixadas pelos taipais, projetando uma falsa silharia, sendo estas visíveis na torre 15 e 16, assim como em alguns panos que ainda subsistem na zona Norte e também no pano de muralha a Sul, entre as torres 23 e 24, assim como nas próprias torres mencionadas (**Figs. 76; 82; 83; 95; 96**).

Para além da taipa e do paramento em alvenaria da base destas torres, é possível reconhecer outros tipos de aparelhos construtivos em alvenaria de pedra nas torres e muralhas da *medina*, sendo possível identificar dez deles:

1. Composto por pedras de média dimensão não aparelhadas dispostas em fileira e ligadas por argamassa. É visível no passadiço da torre albarrã 20, na torre 25 e na base da plataforma da torre 15 (**Figs. 88; 97**)

2. Apresenta silhares de pedra de grande e médio calibre, alguns aparelhados e outros não, dispostos de forma irregular, ligados entre eles por pedaços de tijolo, pequenas pedras e argamassa. É visível na torre 29 e 30 da *medina*, sendo este paramento construtivo utilizado também nas paredes e torres da alcáçova como a parede que une a torre 2 e 3, ao longo de todo o pano da torre 5, igualmente no arco abatido que une as torres 6 e 7, assim como o pano que se encontra entre a

torre 8 e 9. Também as torres 3 e 5 da alcáçova apresentam este tipo de paramento construtivo (**Figs. 19; 21; 22; 37; 45; 58; 101; 104**).

3. Composto por silhares de pedra, sendo um tipo de pedra claramente diferente da mencionada anteriormente, tratando-se de uma pedra proveniente da região de Grândola, fruto das intervenções da DGEMN, encontrando-se estes silhares dispostos de forma irregular, não aparelhados e ligados por argamassa. São visíveis em grande parte dos panos do setor Sul da fortificação, nomeadamente, deste a torre 21 até à torre 29 e ainda, no lado Norte da fortificação na base do pano de muralha entre a torre 10 e 11 (**Figs. 95; 101**).

4. Apresenta silhares de pedra, alguns aparelhados e outros não, dispostos de forma mais ou menos regular, ligados por argamassa com fiadas de tijolo dispostos de forma regular e outras aleatoriamente à volta dos silhares. Este paramento é visível no pano de muralha que se encontra entre a torre 10 e 11, pelo lado exterior e interior do recinto, na plataforma onde assenta a torre 15 e na torre 29, apresentando este aparelho construtivo semelhanças com alguns panos de muralha e torres da alcáçova, como é exemplo a torre 3 e 4, pano de muralha da torre 5 e do arco abatido que une as torres 6 e 7 da alcáçova (**Figs. 23; 34; 37; 45; 63; 101**).

5. Composto por pedras de grande dimensão aparelhadas e outras de médio calibre e mais pequenas, dispostas de forma regular e ligadas por argamassa e pequenas pedrinhas nas juntas. Encontra-se este paramento nos vestígios de muralha e torre, identificados em 2003, durante os trabalhos de consolidação da encosta Norte, apresentando semelhanças com os paramentos existentes nas torres 4 e 5 da alcáçova e pano de muralha entre as torres 8 e 9 da alcáçova (**Figs. 37; 34; 35; 58; 74; 107**).

6. Apresenta pedras aparelhadas, dispostas de forma irregular, bastante afastadas ente si e ligadas por uma argamassa castanha escura. Encontra-se na torre 29 e no pano de muralha da torre 5 da alcáçova, fruto das pequenas reparações efetuadas pela DGEMEN (**Figs. 37; 108**).

7. Composto por grandes silhares de pedra, não aparelhados, dispostos de forma irregular com fiadas de pedras mais pequenas nas juntas. Visível na plataforma da torre 15 (**Fig. 109**).

8. Apresenta silhares de grande calibre e médio, dispostos de forma irregular, alguns aparelhados e outros não, ligados por argamassa amarela e pedaços de tijoleiras. É visível na torre do relógio, apresentando o mesmo paramento construtivo que os panos de muralhas e torres da alcáçova (**Fig. 110**).

9. Apresenta silhares bem talhados de grande calibre e alguns mais pequenos não aparelhados, dispostos de forma regular e ligados por argamassa, encontrando-se somente este paramento nos dois contrafortes existentes a Sul (**Fig. 111**).

10. Composto por silhares de pedras de médio calibre, não aparelhados, dispostos de forma irregular e ligados por argamassa, sendo possível encontrar este aparelho ao longo de todo o adarve interior do recinto que vai desde a torre 6 à 11, praticamente todo ele construído pela DGEMN nos anos 80, para se conseguir ter acesso ao interior das câmaras dentro das torres (**Fig. 112**).

3.3.3. Interpretação e atribuição cronológica

O castelo de Alcácer do Sal aquando da conquista cristã da cidade, em 1217, possuía uma barbacã e era rodeada por um grande fosso, dispondo também de uma guarnição de tropas, pagas e abastecidas a partir de Sevilha e Ceuta, possuindo o castelo todo o tipo de mantimentos necessários para aguentar um cerco como poços com abundância de água e silos para armazenamento dos cereais. Sobre o fosso e a barbacã nos fala Rui Pina na crónica de D. Afonso II, no momento em que os cristãos puseram cerco ao castelo, afirma que "*hos Mouros posto que com tanta estreyreza se vissem cercados nom mostravam ter por esto desmayo, nem temor, vendo que o castello em que estavam era de muros, torres, barreyras, e ha cava muy forte, e bem provido de muitas gentes, e armas e mantimentos para grandes tempos* (…) *e vendo que pela largua, e alta cava com que ho muro era em torno valado nom poderão bem cheguar haos muros*" (Pina, 1727, p. 11-12).

Sobre o fosso sabemos que já existia antes da dominação Almóada, uma vez que quando *Abu Yu´qub al-Mansur* se dirigiu a Alcácer do Sal para a tomar, em 1191, se deparou com um enorme fosso que rodeava a fortaleza pelas suas quatro encostas, vendo-se obrigado a mandar os seus soldados entulhá-lo de modo a conseguir tomar a fortaleza (Torres Balbás, 1985, p. 544). Relativamente à barbacã não é mencionada diretamente na crónica de D. Afonso II de Rui Pina, somente se fazendo referência à existência de *barreyras* fazendo supor a sua existência.

É possível que o fosso tenha sido construído durante os primeiros Reinos de Taifas ou até mesmo durante o Período Almorávida, reflexo da maior fase de insegurança e conflito que se vivia nesta época. Quanto à barbacã poderá ter sido edificada, juntamente com a couraça, após a conquista da cidade por *Abu Yu´qub al-Mansur* em 1191, uma vez que este passou alguns dias em Alcácer e mandou que se realizassem obras na fortificação e no espaço urbano (Silva, 2010, p. 74; Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 75).

A barbacã que se encontra construída em taipa e pedra terá sido reparada, em 1383, no reinado de D. Fernando, datando dessa época a pedra que terá sido acrescentada àquela, enquanto a couraça possivelmente já teria sido desativada, uma vez que não se faz menção a obras de reparação naquela estrutura (Pereira, 2000, p. 67) (**Figs. 85; 86**).

Praticamente em toda a fortificação persistem traços da ocupação almóada ao longo das torres e muralhas, todavia durante o Período Califal, encontrando-se Alcácer do Sal sob o domínio de Córdova, foi construído o primeiro recinto amuralhado que iria cercar a cidade, conforme podemos comprovar pela descoberta daquele durante as obras de consolidação do IPPAR em 2003. Recinto esse, edificado em silharia de pedra aparelhada, disposta de forma paralela, ligada por argamassa e consolidada nas juntas por pedra miúda e fragmentos de tijolo (**Fig. 107**).

Datarão dessa época as torres 14, base da torre 15, torre 25, 29 e 30, já que apresentam semelhanças do ponto de vista formal e construtivo com as torres de cronologia mais antigas da alcáçova. No que respeita à torre 29, apresenta uma particularidade que as restantes não têm que é uma base quadrada e um topo em formato pentagonal, fruto da sua adaptação a um baluarte na Idade Moderna, conforme podemos constatar pela gravura do século XVIII e pela técnica construtiva, semelhante à técnica

utilizada em algumas torres do castelo de Palmela, igualmente adaptadas à artilharia moderna (Fernandes, 2004, p. 252).

Sabe-se, ainda, que o engenheiro militar, João Rodrigues Mouro que trabalhou no século XVII nas obras da construção da fortificação moderna de Setúbal e das fortalezas da barra do Sado, terá também realizado, a partir de 1693, alguns reparos no castelo de Alcácer do Sal, tendo em vista adaptá-la à artilharia moderna (Quaresma, 2009, p. 222).

É natural que se tenham realizado anteriormente obras em Alcácer do Sal, dado que em 1663, um exército composto por 5000 mil soldados espanhóis foi destacado para avançar sobre a cidade no contexto das Guerras da Restauração, obrigando, desta forma, a uma reestruturação das defesas da cidade, protegendo deste modo as cidades de Setúbal e Lisboa (Sousa e Monteiro, 2010, p. 313). Pensamos por isso, que estas obras terão incidido sobre a torre 29 do recinto amuralhado do castelo de Alcácer, com uma posição estratégica privilegiada pela sua visibilidade sobre o rio Sado, conferindo-lhe, João Rodrigues Mouro, um traçado pentagonal de modo a permitir um alcance de tiro em todos os ângulos.

As restantes torres que integram o circuito amuralhado retangulares, quadrangulares, adossadas à muralha e albarrãs edificadas em taipa, datam do Período Almóada, fruto das obras de *Abu Yu´qub al-Mansur*, conhecendo-se este tipo de torres em Silves, Badajoz e Cáceres, similarmente alvo de reconstruções no Período Almóada por parte do mesmo califa, onde se pode encontrar torres octogonais com base quadrada, semelhantes à torre octogonal que se encontra no extremo nascente do circuito amuralhado de Alcácer do Sal e que teria como objetivo defender um postigo que ai se localizaria (Gomes, 2006, p. 9-26; Maldonado, 1993, p. 17; Bueno e Daza, 2003, p. 65 e 97; Torres Balbás, 1985, p. 483 e 486). Relativamente às torres que se encontram à altura do adarve podemos encontrar também na muralha de Hoya em Almeria (Maldonado, 1993, p. 17).

Uma das características das torres e panos de muralha em taipa do Período Almóada que podemos encontrar em Alcácer do Sal apresentam embasamento em pedra para suster os taipais, mas igualmente para evitar que a humidade das águas danifique a taipa. Observam-se, ainda, nestas construções as marcas dos quadriláteros, traçados com gesso de estuque sobre as aberturas dos taipais simulando uma falsa silharia, podendo-se encontrar também no castelo de Silves, no Castelo Belinho e de Paderne atribuíveis

ao Período Almóada e possivelmente uma característica das construções de *Abu Yu´qub al-Mansur* (Gomes, 2013, p. 47; Gomes e Gomes, 2013, p. 146; Catarino, 1994, p. 74; Fernandes, 2004, p.35).

Outra característica destas torres são as suas ameias em forma quadrangular com coberturas em piramidal, conforme podemos verificar pelas fotografias mais antigas das torres (**Fig. 99**), conhecendo-se casos semelhantes para Badajoz, Sevilha, Tarifa, assim como para Cáceres (Torres Balbás, 1985, p. 512 e 585; Zozaya, 1994, p.143; Bueno e Daza, 2003, p. 95).

Algumas obras de consolidação e reparos terão sido efetuadas durante a época cristã, para além da barbacã, como já aludimos, sendo possivelmente datado dessa época a introdução das seteiras na torre do relógio e o acrescentamento dos contrafortes nos panos de muralhas a Sul do conjunto amuralhado, tal como o reforço dos cunhais das torres com silhares de pedra, encontrando-se esta última característica igualmente nas torres de Cáceres, também ela atribuída a uma fase posterior (Bueno e Daza, 2003, p. 67).

Relativamente às portas e postigos que a *medina* possuía infelizmente não restam qualquer tipo de vestígios dos mesmos, impedindo-nos de saber como seriam feitas essas entradas, se diretas ou se possuíam sistemas mais complexos como as entradas em cotovelo. Ainda assim, podemos verificar que a cidade possuía três portas, duas delas surgem mencionadas na documentação, nomeadamente a Porta Nova, a Norte e a Porta de Ferro localizada a nascente e, ainda, uma outra localizada a Oeste, conforme sugere o traçado viário.

Não podemos afirmar com exatidão, se essas portas terão sido construídas durante a época islâmica, poderemos apenas lançar hipóteses, sendo possível que a Porta de Ferro já existisse nessa época, dado que se conhecem portas de fundação islâmica com esta designação em Córdova, Sagunto, Huesca, Palma de Maiorca e igualmente em Elvas, podendo também remeter ao Período Islâmico (Torres Balbás, 1985, p. 605; Correia, 2013a, p. 114).

Esta porta deveria ser defendida por duas torres, conforme atesta hoje em dia o nome da rua que iria dar àquela. Relativamente à Porta Nova sabe-se que já existia no final da Idade Média conhecendo-se a sua localização por um gravura da fortificação de 1813, onde se observa uma torre que a defendia, possivelmente do Período Islâmico,

existindo ainda hoje, no local, vestígios dessa torre e de uma outra que juntamente com aquela defenderia a porta (**Fig. 68**). Apesar de a designação de Porta Nova ser já um nome que nos remete para o Período Cristão, não quer dizer que essa porta tenha sido edificada nessa altura, caso semelhante surge em Elvas onde uma porta com esta designação foi erguida no final do Período Islâmico, podendo a Porta Nova de Alcácer remeter também para essa fase (Correia, 2013a, p. 165).

Relativamente à porta que se encontraria a Oeste, surge mencionada na documentação como postigo, situada perto do Paço da Ordem de Santiago, talvez entre as torres 29 e 30 do recinto amuralhado, tendo sido possivelmente uma das principais portas da cidade durante o período islâmico, dado ai se localizar uma das possíveis vias principais da cidade, atual Rua das Torres, que em direção a Este iria ter à Porta de Ferro. O facto de a mesma, já não surgir mencionada na documentação como porta, mas sim como um postigo, poderá indicar a sua desativação durante o domínio cristão da cidade, após a reconquista de 1217.

Para além das três portas, haveria ainda dois postigos, um situado a nascente e outro a Sul. Relativamente ao primeiro, surge mencionado na documentação como o Postigo Velho, não sendo referida a sua localização, todavia o mesmo surge numa gravura do século XIX, junto da torre octogonal a nascente, possuindo um arco ultrapassado remetendo a sua edificação para a época islâmica, possivelmente durante a dominação Almóada, no século XII, quando se ergueu a torre octogonal (**Fig. 84a**). No que respeita ao postigo que se encontrava a Sul, junto da torre 19, que foi adaptada, no ano 1512-13, à construção da nova Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro, não se sabe quando terá sido edificado.

Capitulo IV – A presença islâmica em al-Qasr – O espaço urbano

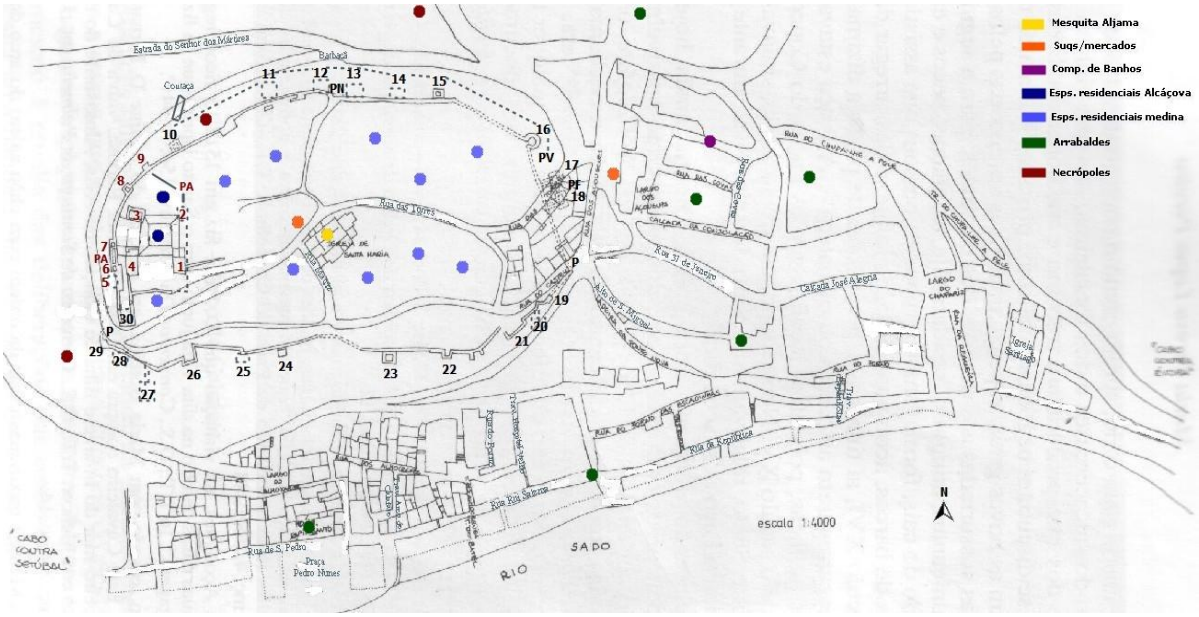


Fig. 113. Proposta da localização das vias e dos principais espaços públicos distribuídos na malha urbana durante o período islâmico com base nos vestígios arqueológicos, documentação histórica e fotográfica.

4.1. A Alcáçova

4.1.1. Espaços residenciais

As alcáçovas muçulmanas, autênticas cidadelas, onde estava instalado o poder político e administrativo da cidade, eram espaços independentes da *medina* possuindo os seus próprios equipamentos, constituídos pelo palácio onde habitava o governador, a mesquita privada, o complexo de banhos e muitas vezes a alcáçova tinha também os seus próprios mercados (Torres Balbás, 1985, p. 128; Macias, 2006, p.112).

As intervenções arqueológicas no interior e cerca do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, já mencionadas anteriormente, colocaram a descoberto uma série de estruturas que vão desde a Idade do Ferro até à Idade Moderna e o hábito de desmantelar as estruturas dos períodos precedentes dificultaram em muito a leitura das estruturas arqueológicas que foram sendo encontradas, dado que a maioria das camadas

estratigráficas, se encontravam bastante revolvidas com espólio dos mesmos períodos muitas das vezes afluindo à idêntica camada (**Figs. 114; 115**).

No que respeita aos vestígios de espaços habitacionais islâmicos identificados dentro daquilo que corresponderia à alcáçova muçulmana, cabe mencionar a identificação no canto sudoeste do claustro do convento das clarissas, até à cota de cerca de dois metros abaixo da superfície do pavimento atual, de uma secção terminal de uma parede parcialmente revestida de estuque pintado com motivos geométricos rectangulares, encontrando-se nas proximidades da mesma, um quadrante pertencente a uma coluna que eventualmente teria existido no local[15] (Faria, 1996, p. 14).

A descoberta desta estrutura levanta a hipótese de nos encontrarmos num local porticado, não afastando a possibilidade de ter antecedentes romanos, pertencente ao antigo palácio muçulmano, quiçá da zona de pátio, dado que era habitual os pátios dos palácios muçulmanos se encontrarem porticados com arcos sobrepostos em redor do mesmo, dando acesso aos restantes compartimentos, como acontece com o palácio identificado em Silves, Murcia e Zisa de Palermo (Gomes, 2003, p. 55; Palazón e Castillo, 1995, p. 22) (**Fig. 116**).

Estes palácios possuíam muitas das vezes decorações em estuque, sendo as arcarias e paredes decoradas através de pintura de carácter policromado, geométrico ou através da técnica de incisão sendo possível que esta parede pudesse pertencer ao palácio Almóada da alcáçova da *medina* de *al-Qasr*, com antecedentes Omíadas e Califais (Gomes, 2013, p. 26). Vêm comprovar esta possibilidade, os capitéis anteriormente mencionados, encontrados dispersos pela cidade de Alcácer do Sal, datados dos finais do séc. IX ou inícios do X, que poderão ter pertencido a este mesmo palácio, todavia só um estudo integrando o espólio devidamente contextualizado poderá dar mais informações cronológicas sobre esta estrutura.

Na zona do claustro a céu aberto, a cerca de 1,30 m de profundidade, foram identificados restos de muros construídos em silharia de pedra que compunham vários compartimentos, pertencentes a uma grande construção palaciana, datável entre os séculos XIII e XIV, associada a pavimentos em tijoleira, podendo estas estruturas terem pertencido ao Paço da Ordem de Santiago de Espada que terá sido edificado após a

[15] Infelizmente esta estrutura não se encontra presente na planta geral das estruturas identificadas (possivelmente não terá sido desenhada ou incluída na planta), encontrando-se a mesma, somente documentada através de uma fotografia.

reconquista cristã da cidade, em 1217. Imediatamente abaixo desta camada foram identificados vestígios de paredes muçulmanas revestidas em estuque com pintura a vermelho e branco delimitando espaços habitacionais, aflorando ao mesmo nível que estas construções habitações da Idade do Ferro e Romanas que terão sido reutilizadas durante o Período Muçulmano, dado que se encontraram reminiscências da realização de obras nessas mesmas paredes efetuadas na época mencionada. Associadas às construções muçulmanas, surgiram silos para a conservação e armazenamento dos alimentos e fossas sépticas com condutas (**Fig. 117**).

Os muros que correspondem possivelmente a dois compartimentos do palácio almóada, foram edificados em silharia de pedra não aparelhada, dispostos de forma ligeiramente regular, intercalados por fiadas de tijolo e terra. Estes compartimentos tornam-se de bastante difícil perceção, uma vez que, é desconhecido o tipo de espólio proveniente dos mesmos, assim como as suas dimensões e a inexistência de compartimentos em associação, torna arriscado fazer uma análise mais concreta destas estruturas.

Ainda assim, um dos compartimentos parece apresentar dois momentos construtivos, dado que o piso em terra batida deste compartimento apresenta ao centro um grande negativo correspondente a um outro piso de uma construção anterior com pedaços de silhares de pedra dispersos no seu meio, em associação com esta estrutura surgiram materiais islâmicos *in situ*[16], sendo de destacar uma peça de um cântaro intacto do século IX, correspondente ao Período Emiral, possuindo a típica decoração desta fase com três traços de pintura branca na vertical sobre a pasta vermelha (**Fig. 118**). Este aspeto permite-nos apontar a possibilidade de este primeiro compartimento datar da época referida, tendo sido aquele construído durante o domínio da família berbere, os *Banu Danis*, todavia é somente uma hipótese que deixamos em aberto. Quanto à caracterização deste primeiro compartimento, não fazemos ideia de qual seria a sua funcionalidade.

Imediatamente acima da estrutura mencionada, ergue-se então o piso do outro compartimento que se encontra com as paredes decoradas com restos de estuque, podendo este setor ter pertencido a um salão, porém desconhecendo-se a localização da alcova, este tipo de decoração é semelhante à existente nos salões das habitações

[16] Informações cedidas gentilmente pelo Dr.º António Carvalho (arqueólogo da Câmara Municipal de Alcácer do Sal), a quem agradecemos.

almorávidas do bairro islâmico do castelo de S. Jorge em Lisboa e no compartimento islâmico encontrado na Sé Catedral desta mesma cidade (Bugalhão, 2009, p. 388).

Uma das divisões das casas e palácios islâmicos mais decorados eram normalmente os pátios por ser o coração de toda a casa que dava acesso às outras divisões, assim como os salões uma vez que estes eram locais muitas das vezes de receções (Palazón e Castillo, 1995, p. 17).

Junto deste compartimento que identificamos como salão, existe um muro que define um outro compartimento um pouco sobrelevado em relação ao anterior, edificado com a mesma técnica construtiva mencionada anteriormente, que se encontra ligado a uma fossa séptica. A presença desta última estrutura sugere a existência de rua, já que estas se encontravam nos arruamentos que davam acesso aos espaços residenciais, como podemos observar, por exemplo, no bairro islâmico de Mértola, assim como na Residência Paroquial e Zona da Arrochela em Silves (Macias, 2006, p.408; Gomes, 2011, p. 363).

Esta pequena divisão poderia tratar-se de uma possível instalação sanitária, devido à sua posição sobrelevada em relação ao piso do salão, característica própria para o arejamento deste compartimento como surge na instalação sanitária identificada na alcáçova de Silves e ao facto deste compartimento possuir uma dimensão reduzida e encontrar-se ligado a uma fossa, todavia a ausência da identificação de uma latrina coloca-nos dúvidas quanto a esta hipótese (Gomes, 2003, p. 91). É possível que estas divisões fizessem parte da mesma estrutura porticada mencionada anteriormente e designada como pátio, fazendo o conjunto parte do palácio almorávida e almóada da alcáçova, com antecedentes emirais e califais, como já vimos.

Para além destes compartimentos, surgem outras divisões ao mesmo nível que estas construções, correspondentes a setores de paredes islâmicas em associação com silos e fossas e ao mesmo tempo em associação com paredes romanas e da Idade do Ferro que foram reutilizadas durante este mesmo período, as quais não nos é possível fazer uma caracterização da sua função, somente uma análise de todo o espólio devidamente contextualizado poderá oferecer mais respostas acerca da funcionalidade destes compartimentos.

Junto da arcaria Sul do claustro do convento, mas num nível mais abaixo em relação às estruturas anteriores, foi identificado o arranque de uma parede muçulmana

com vestígios de estuque, encontrando-se adossada a esta, do lado Este, uma lareira ligada a um poço de abertura e secção circular[17], com uma profundidade de cerca de 5 metros, edificado em silharia de pedra bem aparelhada, disposta de forma regular e intercalada por fiadas de tijolo e argamassa.

Este tipo de construção é característico das edificações iniciais do Período Islâmico, permitindo lançar a possibilidade daquelas terem sido erigidas durante o Período Emiral/Califal, possivelmente sob o domínio dos Banu Danis, à semelhança do compartimento que antecede o salão já mencionado, onde foram identificados espólios respetivos a esse período (Palazón e Castillo, 1997, p. 30). Esta divisão possivelmente pertenceria a uma cozinha, tal como sugere a presença da lareira e do poço (**Figs. 119; 120**).

Ainda no interior da alcáçova, nas proximidades da muralha que separa esta da *medina*, foram identificados dois muros perpendiculares entre si, construídos em silharia de pedra, dispostas de forma irregular e afastados entre si, preenchidas nas juntas por pequenas pedras e terra de cor castanha escura muito terrosa. Eventualmente, os silhares utilizados na construção destes muros terão sido retirados de construções precedentes existentes no local, nomeadamente da Idade do Ferro e Período Romano.

Estes dois muros foram classificados pelos arqueólogos durante as intervenções como sendo da Idade do Ferro, todavia, a nosso ver, trata-se de muros datáveis do Período Muçulmano, possivelmente edificados com silhares de pedra de edificações anteriores, dado que a disposição dos mesmos parece definir um grande pátio, encontrando-se no muro que corre no sentido Este-Oeste, uma abertura para o escoamento de águas, semelhante às existentes em alguns pátios das casas do bairro islâmico de Mértola (**Figs. 121 e 122**). Para além deste aspeto, o espólio arqueológico proveniente deste compartimento, que será analisado no próximo e último capítulo desta dissertação, parece comprovar esta mesma hipótese de que esta estrutura, se tratará de um pátio islâmico, nomeadamente de uma habitação da fase Almóada (**Fig. 123)**. Imediatamente acima destas estruturas foram encontrados uma série de muros e outras construções ulteriores.

[17] Destas estruturas resta hoje em dia o poço, dado que as outras estruturas foram demolidas durante a intervenção, tendo em vista aprofundar as camadas para conhecer a ocupação do sítio. Na planta geral das estruturas surge unicamente representado o poço, enquanto as restantes estruturas estão documentadas somente no registo fotográfico.

4.1.2. Espaços de armazenamento e outras estruturas subterrâneas

No espaço que corresponde à alcáçova muçulmana foram identificadas nas intervenções arqueológicas efetuadas no convento, uma série de estruturas subterrâneas, nomeadamente silos para o armazenamento de cereais e frutos, assim como fossas sépticas para o saneamento básico. No que respeita às estruturas de armazenamento de água, foi identificado um poço que estava em associação com uma lareira como já foi mencionado, com a profundidade de cerca de 5 metros e que datará possivelmente dos inícios da islamização de Alcácer do Sal, portanto, contemporâneo da construção da primitiva alcáçova durante o século IX.

Para além do poço foram também identificados na zona descoberta dos claustros vários troços de canalizações que transportavam as águas das chuvas recolhidas nos telhados do convento para a cisterna localizada sob a parede sul do claustro, assim como para o tanque com repuxo localizado no centro do mesmo. Apesar de desconhecer-se a datação da edificação destas estruturas não podemos descartar a hipótese de elas poderem ter sido construídas durante a ocupação islâmica na alcáçova, sendo reutilizadas depois nos períodos posteriores, uma vez que os muçulmanos consideravam a água um bem essencial para qualquer cidade, não só para consumo e abastecimento dos principais edifícios públicos, mas também para fins religiosos e de higiene, por isso para ter acesso a esse bem os muçulmanos construíam uma série de poços, aljibes e cisternas de modo a terem acesso a este elemento tão essencial para qualquer cidade (Palazón e Castillo, 2012, p. 107; Torres Balbás, 1985, p. 138). (**Figs. 124; 125**).

Foram igualmente identificados naquelas intervenções um conjunto de 6 silos e 2 fossas sépticas dentro da alcáçova, datáveis do Período Muçulmano, rompendo os níveis de ocupação anteriores, todavia desconhece-se infelizmente as dimensões destas estruturas e o tipo de espólio identificado nas mesmas, sabendo-se apenas que era espólio do período mencionado e para se efetuar uma datação destas mesmas estruturas é necessário uma análise minuciosa desses mesmos materiais.

No que diz respeito às duas fossas, encontram-se escavadas no subsolo, rodeadas por pedras à sua volta, uma delas encontra-se em associação com o compartimento que identificamos como casa de banho junto do salão e possivelmente, no espaço de rua, já que era comum estas estruturas se encontram nas ruas e sobretudo em associação com latrinas ligadas através de uma conduta para o despejo das imundices, sendo visível esta disposição, por exemplo, no bairro islâmico da alcáçova de Mértola e na alcáçova de

Silves (Macias, 2006, p. 377; Gomes, 2003, p. 60). A outra fossa encontra-se também na mesma rua que a anterior, todavia não foi escavada na totalidade, ainda assim, também ela, estava rodeada por pedrinhas e em associação com paredes datáveis da Idade do Ferro que deverão ter sido reutilizadas durante o Período Muçulmano.

Relativamente aos 6 silos identificados para armazenamento dos cereais, dois deles não foram inteiramente intervencionados, encontravam-se dispostos lado a lado, possuindo forma circular, provavelmente mais largos na parte inferior e mais estreitos nas bocas, encontrando-se um rodeado por pedras que foram retiradas das estruturas da Idade do Ferro.

Outros dois encontraram-se a perfurar igualmente muros deste mesmo período, possuindo formas semelhantes aos mencionados anteriormente, um outro silo igual aos referidos, foi identificado junto de uma habitação da Idade do Ferro, encontrando-se rodeado por pedras na sua boca, enquanto o último identificado se achava em associação com uma casa do Período Romano reutilizada durante a época islâmica e ao contrário dos restantes, possui uma forma retangular, semelhante ao formato de uma sepultura, encontrando-se rodeado por pedras retiradas das construções romanas, sendo estes últimos próprios para o armazenamento de frutos secos, limões, maças e romãs (García Sánchez, 1994, p. 280).

Estas estruturas de armazenamento de cereais e frutos permitiam uma conservação adequada dos alimentos, impedindo que os mesmos apanhassem humidade e sol, e para isso, havia formas específicas que os autores muçulmanos fazem referência, nomeadamente as formas de sepultura e as formas cilíndricas com a parte inferior mais larga e a boca mais estreita, enquadrando-se os silos identificados nas formas descritas pelos mesmos (García Sánchez, 1994, p. 280: Gomes, 2011, p. 309).

Não fazemos ideia em que data, dentro do período islâmico, estes silos terão sido edificados assim como não sabemos se eles terão sido reutilizados em períodos posteriores, a única análise que poderemos afirmar com certeza, é que estes numerosos silos encontrados, quer na alcáçova, quer na *medina*, demonstram que Alcácer possuía uma grande produção de cereais, como já foi referido no primeiro capítulo, e que este era um dos principais alimentos das populações, permitindo ainda, estas construções no subsolo, juntamente com as estruturas de armazenamento de água, que a cidade resistisse a cercos prolongados efetuados por parte do inimigo cristão.

4.2. A medina

4.2.1. As vias e as portas

Sabemos hoje em dia que uma das características das cidades islâmicas da primeira fase, era a sua regularidade, no que respeitava ao traçado do sistema viário e à distribuição dos edifícios públicos ao longo da malha urbana em torno desses mesmos eixos principais, contrariamente ao que iremos ver nas cidades da última fase de ocupação muçulmana em que se dá uma saturação dos espaços gerando uma série de arruamentos tortuosos e labirintos, momento em que a cidade atinge um dos seus picos evolutivos (Palazón e Jiménez; 2003, p. 323; García-Bellido, 2004[18]).

Uma das principais características do sistema viário islâmico era o traçado de duas ruas principais que se cruzavam entre si onde depois se iria localizar a mesquita principal, assim como os estabelecimentos comerciais, muito semelhante ao traçado das cidades romanas (Almagro, 1987, p. 422; Torres Balbás, 1985, p. 335; Gomes, 2011, p. 317-318). Para o caso de Alcácer do Sal, temos de ter em atenção que este procedimento pode não se ter dado exatamente desta forma, uma vez que esta cidade já herdava um urbanismo da Idade do Ferro e posteriormente do Período Romano, o que terá condicionado o urbanismo da cidade islâmica.

Ainda assim, posto o enunciado, ao olharmos para as vias atuais da cidade de Alcácer do Sal, quer da zona amuralhada, quer fora do recinto, tendo em atenção os vestígios arqueológicos encontrados, podemos vislumbrar algumas reminiscências daquilo que poderá ter sido o traçado viário do Período Muçulmano, herdado, por sua vez, também do Período Romano. As intervenções arqueológicas já mencionadas, realizadas pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do distrito de Setúbal, entre os anos 1979 e 1981, colocaram a descoberto uma via romana (**Fig. 126**), datada do séc. I d.C., com a largura mínima de 5 m não se conhecendo o seu comprimento, ladeada pelo seu lado norte por *tabernae* e uma conduta de água que corre no sentido Norte-Sul (Soares e Silva, 1982, p. 75).

A nosso ver, esta tratar-se-á, pela sua grande largura, uma vez que as vias principais romanas ultrapassavam os 4 metros, de uma das vias principais da cidade durante o Império Romano, nomeadamente a via que seguia no sentido Este-Oeste, a

[18] Pré-actas do congresso realizado em Granada, em Novembro de 2004, organizado pelo CSIC e a Universidade de Granada, intitulado "La Ciudad en el Occidente Islámico Medieval: nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes".

decumanus (Tavares, 2009, p. 271; Martins, Ribeiro, Magalhães e Braga, 2012, p. 38; Maciel, 2009, p. 53).

Um setor da mesma terá sido encontrado durante as intervenções no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, cujos materiais no seu interior, revelaram uma datação entre os séculos II a.C. e II d.C., abarcando o período cronológico do troço da anterior via mencionada (Faria, 2002, p. 102). Esta seguiria então, até ao arco abatido que consideramos como romano e que seria uma das principais saídas da cidade e, posteriormente, na época islâmica a saída da alcáçova para o exterior. Esta via seguiria para Oeste em direção às cidades de Setúbal e Lisboa, sendo um traçado que se manteve praticamente inalterado até aos nossos dias e no sentido Este em direção às cidades de Évora e Beja (Fabião, 1997, p. 237) (**Fig. 127**).

É possível que esta via tenha sido reutilizada durante o Período Islâmico, sobretudo na primeira fase, já que a mesma dá-nos a sensação de seguir em direção a Oeste à porta de entrada na alcáçova através da *medina* e da porta da alcáçova para o exterior, partindo dai em direção à zona de necrópole, de que já falaremos adiante, e por sua vez em direção a Setúbal e Lisboa, traçado herdado do período romano. No sentido Este, a mesma deveria seguir em direção à Rua da Calçada da Consolação até ao Largo do Chafariz, sendo este último conhecido nos inícios do século XVI pelo largo onde desembocava a estrada em direção a Évora[19], podendo remontar ainda ao período romano e islâmico.

Com a construção do primeiro recinto amuralhado, durante o Período Califal, esta via ter-se-á tornado provavelmente uma via secundária que continuaria a servir a alcáçova, mas já não seria considerada um dos principais eixos viários da cidade, devido à construção de uma outra, mais ao centro do recinto e que era conhecida no século XIV, como a Rua dos Mercadores, atual Rua das Torres, onde o Bispo de Évora possuía umas casas junto da mesma (Pereira, 2000, p. 68).

O nome que aquela possuía remete-nos para o carácter económico daquele eixo viário e como era comum nas cidades islâmicas, era nas vias principais que se

[19] *"Pêro Guomez tráz huum chão no cabo desta villa comtra Setuvall e outro farregeall no cabo da villa comtra Évora. E o chão que estaa comtra Setuvall parte ao norte com camjnho que vay pera os Marteres e ao sull com as casas do dito Pêro Gomez e ao levamte e ponemte com ruas pubricas; e tem de norte ao sull sete varas e de levamte a ponemte dez varas. E o farregeall que estaa detrás das estalageens de Gonçalo de Nabaees parte ao sull com estrada que vem do chafarjz pera Évora e ao norte com farregeall de Martim Callado (…)."* Ver em: ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 83v.

localizava a mesquita e os mercados, sendo possível que esta via remonte a esse mesmo período, já que a própria conduzia às principais saídas da cidade, nomeadamente para Este em direção à Porta de Ferro indo desembocar na Rua dos Açougues e para Oeste em direção a uma outra porta que dava acesso à via que seguia em direção a Setúbal e Lisboa.

No século XVI, nas visitações de D. Jorge, em 1512-13, esta via surge mencionada como a Rua Pública: "*Felipa da Rosa tráz huumas cassas da jgreija de Nosa Senhora dos Marteres no castello desta villa que partem ao norte com rua pubrica e ao sull com casas de Gonçalo Pirez e ao levamte com Estevão Pirjz e o ponemte com adro da jreija de Samta Maria*."[20]. Esta já não era conhecida como a Rua dos Mercadores, talvez devido ao despovoamento do castelo, passando a ser conhecida como a Rua Pública, mantendo desta forma o seu carácter e memória de uma das vias principais da cidade em tempos anteriores.

A partir desta rua para Este vai-se confluir com a Rua do Castelo que iria dar a uma outra saída do recinto em direção ao rio e para Este em direção às ruas 31 de Janeiro e Calçada José Alegria, conhecida no século XV como apenas Rua da Calçada e no século XVI como Rua Pública[21], indo desembocar na estrada para Évora que partia do Largo do Chafariz (Pereira, 2000, p. 101). A partir da Porta de Ferro ter-se-ia acesso ao Largo dos Açougues, possivelmente a zona de um dos *suqs* islâmicos e à Rua da Calçada da Consolação, indo desembocar também com o Largo do Chafariz.

Voltando novamente ao interior do recinto amuralhado, existe uma outra via que parte da Porta Nova, já bastante alterada, que seguiria no sentido Norte-Sul cruzando com a outra artéria principal da cidade de que falamos (Rua dos Mercadores/Rua Das Torres), passando junto da Igreja de Santa Maria do Castelo, sendo esta zona conhecida como o Adro da Igreja no século XVI[22], hoje designada Rua Matriz, indo confluir para Este com a Rua do Castelo. Para sul devido à topografia do terreno com uma encosta muito íngreme, seria impossível haver uma saída em linha reta que partisse da Porta Nova até à outra extremidade do recinto em direção ao exterior. Para além destas, haveria outras vias secundárias que dariam acesso aos espaços habitacionais mas que

[20] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 102v.
[21] *"Joham Pestana e Felipa Coelha, sua molher, trázem humas casas da Ordem juunto do chafariz que partem ao norte com chão do Poço Novo e ao sull com casas de Ruj Martins e com casas d'Amtonio d'Abreu e ao levamte com rua da Regeira e ao ponemte com rua pubrica (…)."* Ver em: ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 65.
[22] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 102v.

por falta de dados arqueológicos não nos é possível ter uma perceção da sua configuração.

Na encosta Este do castelo, já fora do recinto amuralhado e por isso zona de arrabalde, para além das ruas das calçadas já mencionadas, existem outras ruas estreitas que poderão ser reminiscências da ocupação islâmica no local e que se enquadram nas ruas tipicamente deste período (Torres Balbás, 1985, p. 285; Almagro, 1987, p. 423; Correia, 2013[a], p. 60-70). Uma delas, trata-se da Rua das Covas (**Fig. 128**), possuindo uma largura de 2,83, assim como a Rua do Forno com 2,30 de largura mínima e 3.23 m de máxima e a Travessa das Espanholas com 2,31 m de largura máxima e 0,68 cm de mínima, indo desembocar na zona portuária (**Figs. 129; 130**).

Na zona portuária vamos também encontrar uma série de arruamentos que poderão remontar ao período em estudo, sendo uma dessas vias principais, a Rua dos Almocreves[23] que infelizmente não surge mencionada na documentação, mas que manteve o seu traçado praticamente quase inalterado até aos nossos dias (**Fig. 131**). Possui uma largura que oscila entre 1,78 e os 2,43, encontrando-se pelas suas medidas num possível eixo viário do período islâmico que seria uma artéria principal da zona portuária, ramificando-se a partir dela uma série de pequenos arruamentos que serviriam os espaços de habitação e outros que dariam acesso ao rio.

Sabe-se que era comum os arrabaldes em época islâmica de alguma importância terem uma via principal, sendo possível que a Rua dos Almocreves fosse uma das principais vias públicas do arrabalde portuário que se encontrava nesta zona, atualmente dentro da Igreja do Espírito Santo, assim como do estaleiro naval que as fontes islâmicas mencionam (Torres Balbás, 1985, p. 337; Paixão, Faria, Carvalho, 2001, p. 207).

Quando os comerciantes chegavam ao porto da cidade e desembarcavam, seria através desta via que subiriam com as suas mercadorias até à cidade para comercializar os seus produtos. A partir desta, existe uma série de arruamentos sem saída e outros muitos estreitos que dão acesso às habitações e outras que seguem em direção à Rua Direita da Idade Moderna, atuais ruas Rui Salema, República e Marquês de Pombal, que em época islâmica estaria ocupada pela margem do rio (Pereira, 2000, p. 93).

[23] Almocreve é derivado da palavra arabe *al-mukârî* que significa "o arrieiro". Ver: ALVES, *Adalberto, Dicionário de Arabismos na Língua Portuguesa*, Lisboa, INCM, 2013, P. 185.

Uma dessas ruas seria a Travessa do Arco de Calafate (**fig. 132**), com uma largura entre os 1,85 e os 2,64 m, possuindo um arco que liga duas habitações, sendo típico em outras cidades muçulmanas do *al-Andalus*, como Sevilha, Córdova, Toledo, entre outras, devido à possibilidade da lei islâmica permitir o crescimento da casa para cima, num segundo piso, desde que isso não perturbasse o próximo, unindo muitas das vezes, habitações de ambos os lados da rua que se encontravam frente a frente, deixando aquela parcialmente coberta (Torres Balbás, 1985, p. 389; Hoteit, 1993, p. 25).

Para além das ruas mencionadas, existem outras que também estão articuladas com a Rua dos Almocreves e que se enquadram nas características dos núcleos populacionais islâmicos, nomeadamente a Travessa do Hospital Velho com 2,05 de largura, uma outra Rua do Forno com 1,86 m e a Rua das Escadinhas do Forno com 1,40 de largura, encontrando-se estas duas últimas ligadas a possíveis atividades artesanais (**Figs. 133; 134**).

4.2.2. A mesquita *aljama,* o complexo de banhos e o *suq*

Era comum nas cidades islâmicas os principais serviços e edifícios públicos se localizarem junto dos principais eixos viários que conduziam às principais portas da cidade, tendo em conta esta disposição, é possível lançarmos algumas hipóteses quanto à localização destes principais edifícios na malha urbana. No cruzamento das duas principais vias da *medina*, encontra-se na atualidade, a Igreja de Santa Maria do Castelo que terá sido edificada após a reconquista cristã da cidade em 1217, possivelmente no local da anterior mesquita muçulmana (Torres Balbás, 1985, p. 129-130).

Como era hábito, quando uma comunidade ocupava uma cidade, havia um respeito pelos locais onde se encontravam os espaços sagrados anteriores, erguendo-se por cima dos mesmos, novos edifícios consoante os preceitos religiosos da nova comunidade que ocuparia a cidade, este aspeto era importante não só pelo respeito do espaço sagrado em questão mas também, no caso dos muçulmanos e cristãos era importante para a purificação do espaço e afirmação da nova religião. Poderemos encontrar alguns exemplos desta situação em várias cidades do *al-Andalus* como em Córdova, Toledo, Sevilha, Mértola, entre outras, em que as mesquitas principais foram erguidas no local de anteriores igrejas cristãs (Torres Balbás, 1985, p. 175; Goméz Martínez, 2006, p. 320-324).

Sabe-se também que as principais igrejas dedicadas ao culto de Santa Maria foram anteriores mesquitas, como por exemplo, a Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas que foi edificada sobre a anterior mesquita, conforme foi possível comprovar através da documentação e possivelmente, também a de Moura, dado que se encontrou uma epígrafe, referente à construção de um minarete por parte de *Abbad al-Mutadid,* em meados do século XI, perto do local onde após a reconquista cristã foi edificada a Igreja de Santa Maria do Castelo (Correia, 2013a, p. 75; Macias, 2006, pp. 118-119).

Anteriores mesquitas dedicadas igualmente ao orago de Santa Maria, após a reconquista cristã, verificam-se, similarmente, em Badajoz, Almeria e Puerto de Santa Maria (Torres Balbás, 1943, p. 467; 1953, p. 426).

Em 2002, durante o decorrer de uma obra, junto à igreja de Santa Maria do Castelo, sem qualquer acompanhamento arqueológico, foram perturbados e revolvidos uma série de sedimentos de interesse arqueológico que causaram a destruição dos vários níveis de ocupação no local que poderiam ter dado informações sobre a pré-existência daquele edifício. No decorrer dessa obra foram localizados amontoados de terras com diversos fragmentos de cerâmica de construção, cerâmicas de recipientes atribuíveis às épocas islâmica, medieval e moderna, pedras que possivelmente estariam integradas noutras construções e um considerável número de elementos osteológicos humanos, assim como a identificação de um muro que eventualmente teria pertencido a um edifício pré-existente no local (Regala e Gomes, 2004, p. 44).

Um dos fragmentos de cerâmica islâmica identificados, oferece decoração composta por quatro traços de pintura a vermelho, cor obtida através do óxido de ferro, encontrando-se esses traços dispostos na horizontal sobre a pasta, sendo esse fragmento atribuído ao Período Almóada (**Figs. 135; 136**).

Obviamente com estes dados, não podemos de facto afirmar que, onde hoje se ergue a Igreja de Santa Maria do Castelo, estaria localizada a mesquita principal, mas são dados que poderão reforçar a hipótese enunciada. Se de facto a mesma se localizasse naquele local, encontrar-se-ia próxima das imediações da alcáçova e seria certamente constituída por uma sala de oração, composta por um *qibla* voltada para sudeste onde se ergueria ao centro o *mihrab* (o oratório), orientado para Meca, onde os fiéis faziam as suas preces. No exterior da sala de orações haveria um pátio que antecederia esta mesma sala, onde existiria uma pia de abluções para os fiéis procederem à lavagem das partes expostas do corpo, de modo a entrarem na sala de

orações purificados. Na parede oposta à *qibla*, estaria localizada a torre minarete que tinha como finalidade chamar os fiéis à oração.

Ainda hoje, ao observarmos a disposição da Igreja de Santa Maria do Castelo, dentro do recinto amuralhado, verificamos um certo desalinhamento na sua orientação, já que esta encontra-se erguida no sentido Sudoeste-Nordeste e Sudeste-Noroeste, indicando a sua clara adaptação a um edifício pré-existente, conforme se verifica em outras igrejas que foram anteriores mesquitas, como são os casos de Mértola e Elvas (Macias, 2006, p. 118; Correia, 2013a, p. 82).

Seguindo o raciocínio enunciado, poderemos supor que o *mihrab* estaria localizado na parede da igreja virada a sudeste, direção de Meca, podendo este muro ser parte integrante da antiga *qibla* da mesquita, enquanto o pátio se desenvolveria em direção à Rua Das Torres (anterior Rua dos Mercadores), onde se encontraria o *alminar* (torre minarete) e a porta de entrada principal no edifício religioso. Atualmente o altar-mor da igreja encontra-se virado a nordeste, o que poderá reforçar a localização do *mihrab* na parede sudeste, dada a carga simbólica que o mesmo possuiria, ter-se-ia optado pela instalação do altar a nordeste, de modo a evitar a oração para sudeste, mesma direção para onde os muçulmanos efetuavam as suas preces, conforme ocorreu em Mértola e Granada (Macias, 2006, p. 282; Torres Balbás, 1945, p. 416). Para além desta, haveria outras mesquitas mais pequenas nas zonas de arrabaldes, assim como templos dedicados ao culto cristão, à semelhança do que aconteceria nas outras cidades do *al-Andalus* (Torres Balbás, 1985, p. 181).

Junto das mesquitas e vias principais era comum localizar-se também a zona comercial composta pelo *suq* (mercado), onde se situava os comércios mais importantes, tal situação se verificava em Sevilha e Córdova, assim como os *hammam* (banhos) que igualmente se localizavam normalmente junto destes (Torres Balbás, 1985, p. 175).

É possível que a principal vida económica da cidade se realizasse junto da mesquita, onde hoje se ergue a Igreja de Santa Maria do Castelo, junto da Rua dos Mercadores/Rua das Torres, por outro lado a existência da Rua dos Açougues no exterior da Porta de Ferro, onde hoje se ergue um grande largo, sugerem a sua localização neste local. Nas visitações de D. Jorge a Alcácer do Sal, em 1512-13, vem referido o seguinte, acerca do local onde se achavam os açougues: "*Depois de ouvjdos os do castello e asy os da villa sobre omde estarjam os açouges, asemtamos que se*

fizesem nas Covas por ser lugar comvenjente pera huuma parte e pera a outra. E ahj estem pera sempre pera o quall lhe damos lugar e leçemça que posam lemçar taxa polos moradores desta villa e termo."[24]

A mudança do local dos açougues, por ser mais conveniente para os habitantes do castelo e dos arrabaldes, fez com que D. Jorge optasse pela mudança dos mesmos para a zona alta da vila, dado que anteriormente estavam situados na zona portuária, conforme sugere a designação "*Paaço da Açougajem"*[25], que se encontrava junto da Igreja do Espírito Santo, precisamente na zona baixa da vila, optando-se pela sua mudança para a Rua das Covas, portanto na zona hoje conhecida pelo Largo dos Açougues, junto da Rua das Covas, nas imediações onde se localizava a Porta de Ferro. Curiosamente ainda hoje se realizam pequenos mercados nessa zona, evocando deste modo, o carácter comercial daquele espaço desde a época islâmica.

A nosso ver, é possível que houvesse dois espaços comerciais, um junto da mesquita onde se encontraria os comércios mais importantes, possivelmente na fase inicial da ocupação islâmica localizar-se-ia junto da via romana ladeada pelas *tabernae*, tendo sido possivelmente reaproveitadas estas lojas romanas para a instalação dos estabelecimentos comerciais muçulmanos e com a construção da mesquita maior e dos dois eixos principais viários (Rua dos Mercadores e Rua Matriz) passasse a fixar-se junto destes.

À porta da cidade encontrava-se outros mercados onde se comercializam os produtos artesanais e agrícolas provenientes dos arrabaldes e espaços rurais envolventes, assim como os produtos importados que ali chegariam por via marítima, trazidos pelos vários mercadores que afluíam à cidade, não sendo de descartar também a hipótese de ter havido um mercado junto do porto, próximo do arrabalde portuário que ali existia.

Relativamente à localização dos banhos, estes normalmente situavam-se nas proximidades da mesquita principal e *suq*, ou às portas da cidade, tal como sucedia em Lisboa ou próximos dos cursos de água, já que estes necessitavam de grandes quantidades deste elemento para o seu abastecimento e funcionamento (Gomes, 2011, p. 336; Palazón e Castillo, 2009, pp. 104-108).

[24] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 51v.
[25] ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 94v.

No século XVIII, o Padre Luís Cardoso, ao descrever as várias fontes nos limites de Alcácer, refere que a nascente da mesma, se situava a fonte do Rio dos Clérigos que abastecia a maior parte do povo da vila, curiosamente perto da mesma, no Bairro do Rio de Clérigos, assim designado pelas proximidades desta fonte, terão sido identificados restos de um aqueduto romano, construído em *opus incertum* com as paredes externas revestidas por argamassa, que abasteceria a cidade nesta época (Cardoso, 1747, p. 130; Faria, 2002, p. 61) (**Fig. 137**).

O Padre Luís Cardoso, faz também referência a abundância de água proveniente do Largo do Chafariz e da Rua da Regueira que recebeu esse nome exactamente por uma nascente de água que ai se situava (Cardoso, 1747, p. 130). Parece-nos, portanto, possível que os banhos islâmicos, possivelmente ocupando as antigas termas romanas, se localizassem junto dos mercados realizados à Porta de Ferro, ou seja próximos da Rua dos Açougues e das Covas, por nessa zona se encontrar grandes abundâncias de águas e por ser conveniente a sua utilização, quer pelos moradores da cidade, quer pelos moradores dos arrabaldes e dos meios rurais.

4.2.3. Espaços residenciais – o bairro

Toda a zona da *medina* desenvolvia-se pelas encostas Este, Sul e Norte da alcáçova e os bairros residenciais distribuíam-se ao longo dessas zonas. Pouco se conhece sobre como seriam esses bairros e as suas vias, devido à falta de uma intervenção arqueológica mais minuciosa que nos forneça dados mais precisos para poder abordar devidamente este assunto, ainda assim as intervenções efetuadas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, já fora do espaço da alcáçova, assim como as realizadas em frente da Igreja de Santa Maria do Castelo, nos anos 80, puseram a descoberta algumas estruturas e espólios do Período Muçulmano.

As primeiras escavações mencionadas, para além da identificação dos testemunhos da alcáçova, deram a conhecer, no que diz respeito à *medina*, a existência de 4 silos contendo espólio muçulmano (não se sabe a cronologia dentro do período) rompendo estruturas da Idade do Ferro e Romanas, com formas semelhantes às já mencionadas, ou seja, com a parte inferior mais larga e a boca mais estreita. Três deles possuem pedras em volta da boca e dois deles são enormes, possuindo mais de um metro de profundidade, possibilitando grandes quantidades de armazenamento de

cereais e frutos secos para alimentar um grande número da população (**Figs. 115; 138**). Outros silos identificados como pertencentes à Idade do Ferro e Período Romano poderão ter sido reutilizados durante o Período Islâmico também para armazenamento dos alimentos.

As intervenções arqueológicas realizadas em frente da Igreja de Santa Maria do Castelo, onde se localiza o *forum romano*, levaram à descoberta de uma série de muros muçulmanos, a cerca de 40-50 centímetros de profundidade, construídos em silharia de pedra com pedaços de tijolo entre as juntas dessas mesmas pedras, mas também uma fossa séptica e um silo com forma semelhante aos mencionados atrás, possuindo a boca coberta em redor por silhares de pedra (Faria, 2002, p. 90) (**Figs. 139 à 142**).

O silo encontra-se em ligação com dois muros que seguem no sentido Norte e Oeste e a fossa encontra-se isolada sem nenhuma estrutura ao qual se encontra associada. Deste modo, não é possível analisarmos estas estruturas, dado que os elementos disponíveis não são suficientes para tal abordagem, só uma intervenção no local, tendo em vista intervencionar uma área maior, poderá fornecer mais informação sobre estas estruturas, sendo possível que elas definam espaços habitacionais da zona de bairro da *medina*, conforme sugerem a continuidade dessas estruturas, ainda não intervencionadas, por debaixo do solo em direção à Rua do Castelo. O espólio proveniente desta zona abarca uma cronologia, no que diz respeito ao período em estudo, que vai desde o século VIII até ao século XIII, denunciando portanto a larga ocupação do espaço (Paixão, Faria e Carvalho, 1994, pp. 235-253).

Na zona Norte da *medina* foram realizadas obras em 2000 para a construção de um recinto de espetáculos, sem qualquer acompanhamento arqueológico, que alteraram uma área de cerca de 2900 m^2, com a destruição de níveis arqueológicos em aproximadamente 1000 m^2, tendo a retroescavadora destruindo estruturas, conforme se verificou pela existência de uma quantidade apreciável de blocos e vestígios de argamassa inclusos das terras provenientes das estruturas arquitetónicas atingidas. Daqui surgiram espólios desde época romana à Idade Média que foram depositados em contentores (Regala e Gomes, 2004, p. 41-43).

É possível que o bairro da *medina* se estende-se ao longo de toda esta zona Norte, mas só uma intervenção de área aberta poderá fornecer maiores informações sobre o nível de destruição causada por esta obra, assim como o conhecimento do tipo de estruturas.

4.2.4. Os arrabaldes e o porto

Os arrabaldes estender-se-iam ao longo da encosta Este e Sul do Castelo, dado que foram as zonas para onde se expandiu o núcleo urbano desde, pelo menos, a Idade do Ferro. Em 2008, no decorrer de intervenções arqueológicas na Igreja do Espírito Santo/Museu Municipal, foi identificado um arrabalde pertencente à zona portuária, onde se colocou a descoberto uma série de estruturas que vão desde a Idade do Ferro ao Período Muçulmano, estendendo-se este arrabalde ao longo de uma das artérias principais dessa zona, a Rua dos Almocreves que era um dos principais eixos viários da zona portuária (Paixão, Faria e Carvalho, 2001, p. 207).

Este arrabalde estaria certamente relacionado com o comércio proveniente do rio, onde habitariam as classes menos abastadas da cidade, nomeadamente os pescadores e outros comerciantes que se dedicaram às atividades portuárias e a alguns ofícios industriais, à semelhança do que se verifica no arrabalde islâmico da rua dos Correeiros em Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007, p. 318).

Fazem parte deste arrabalde um conjunto de habitações e estruturas subterrâneas muçulmanas que poderão corresponder a silos, edificadas em silharia de pedra. Aquele local com vestígios de assentamentos que já vêm desde Idade do Ferro, foi ocupado no Período Islâmico, logo a partir do século IX, inserindo-se a maioria do conjunto cerâmico encontrado entre o século mencionado até ao século XI, abarcando cronologicamente o Período Emiral até ao Período Almorávida (Paixão, Faria e Carvalho, 2001, pp. 207-208).

O facto de a maioria do espólio encontrado se enquadrar dentro da cronologia referida, poderá indicar um certo despovoamento do arrabalde portuário durante o Período Almóada, quiçá devido à maior instabilidade vivida no momento com o avanço da reconquista cristã para sul e pela condição que Alcácer possuiria nesta época como cidade de fronteira com o inimigo a norte, obrigando, deste modo, à deslocação da população para o interior do recinto amuralhado. Vem reforçar esta hipótese, o facto de aquele nem sequer surgir mencionado na reconquista cristã de 1217, dado que se o mesmo estivesse em grande atividade como nos períodos precedentes, seria dos primeiros locais a ser referido no momento da tomada da cidade, tal como sucedeu na reconquista cristã de Lisboa. Junto deste arrabalde estaria o estaleiro de construção naval referido por *al-Idrisi* no século XII e que serviu para equipar as embarcações de *al-Mansur*, em 997.

Para além do arrabalde portuário, existiria um outro à Porta Ferro desenvolvendo-se ao longo de toda a encosta nascente, conforme parece sugerir a identificação de alguns vestígios arqueológicos assim como o topónimo de Rua das Covas que denuncia a existência de silos para armazenamento dos cereais. Tais construções foram, de igual modo, identificadas no designado Chão das Covas em Évora, topónimo semelhante ao da rua existente em Alcácer do Sal (Gomes, 2011, p. 308).

Foram postas à vista, em 2006, durante o acompanhamento de uma obra, junto ao Convento de S. Francisco, duas fossas com materiais islâmicos, datáveis dos séculos XI/XII até à reconquista cristã de 1217[26], portanto abarcando o Período das primeiras Taifas até ao Período Almóada, reforçando deste modo, a ideia da existência de um arrabalde nas imediações da Porta de Ferro que se estenderia ao longo de toda a encosta Este.

Toda a zona mencionada era conhecida como Bairro das Olarias no século XVIII, denunciando a existência de atividades artesanais próprias dos arrabaldes, sendo também nestes que funcionava o setor industrial da cidade como os moinhos, tinturarias, fornos de cerâmica e ferrarias (Cardoso, 1747, p. 130). Estas últimas localizavam-se junto da Rua do Chupa-lhe a Pele, designada assim no século XVI, atual Rua da Restauração, onde a Ordem de Santiago possuía uma ferraria, conforme atestam as visitações de 1512-13[27].

É possível, que durante o Período Muçulmano, estes estabelecimentos industriais igualmente se localizassem nesta mesma zona. Relativamente aos fornos é provável que se situassem quer no interior, quer no exterior da *medina*, dado que várias ruas com esta designação encontram-se distribuídas pela encosta Este do perímetro amuralhado, tal como junto do rio, denunciando a existência de tais estruturas, podendo tratar-se de fornos de produção de pão e cerâmica. Aqueles surgem, ainda, mencionados nas

[26] Informação disponível online no site da Câmara Municipal de Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal – Alentejo Litoral, 2007. http://www.cm-alcacerdosal.pt/PT/Viver/arqueologia/Paginas/ConventodeSantoAntonioIgrejaeCapeladasOnzeMilVirgens.aspx (Consultado dia 8/02/2015).

[27] *"Tem mais huum farregeall que estaa omde chamam Chupalhapelle que parte ao norte com chão d'António d'Abreu e ao sul com chão da molher de Nuno da Fomseca e ao levamte com huuma regueira que vay amtre o dito farregeall e o chão da dita molher de Nuno d'Afomseca e ao ponemte com o dito Amtonio d'Abreu."* Ver em: ANTT*, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 89 e 90v.

visitações do século XVI[28], podendo alguns deles remontar ao domínio islâmico da cidade.

Estes arrabaldes normalmente possuíam os seus próprios equipamentos, desde mercados, banhos e as suas mesquitas e por vezes também podiam ter muralhas a rodeá-los. Para além destes, haveria da mesma forma bairros próprios para as comunidades moçárabes e judaicas, possuindo aqueles similarmente os seus próprios edifícios religiosos, equipamentos comerciais e civis (Torres Balbás, 1985, pp. 187-193).

Relativamente ao arrabalde moçárabe nada se sabe acerca da sua localização, em relação ao arrabalde judeu, situava-se, pelo menos no século XV, na zona portuária, junto da Rua Direita, como era natural, já que os mesmos se dedicavam às atividades mercantis e artesanais, podendo esta fixação ter sido semelhante em Período Islâmico (Pereira, 2000, p. 201).

4.2.5. As necrópoles

Era comum nas cidades islâmicas os cemitérios se encontrarem fora do recinto amuralhado, à semelhança do Período Romano, nomeadamente junto às portas da cidade e juntos das principais vias que partiam dessas mesmas saídas em direção a outras povoações, todavia também se podiam encontrar necrópoles dentro do recinto amuralhado ligadas a uma elite local que sepultaria a sua família junto da mesquita ou em outros casos, nas cidades que ainda não tinham atingido a saturação do espaço e nesses casos, quando havia espaço, era comum as necrópoles se localizarem dentro da cidade em espaços reservados para tal (Torres Balbás, 1985, pp. 235-238; Palazón e Jiménez; 2003, p. 346).

Esta última situação, não se verifica até ao momento em Alcácer do Sal, muito em grande parte, devido à reduzida dimensão do espaço amuralhado tornando-se mais propício a sua localização extra-muros.

[28] *"Johão Fernandez tráz huum forno da Ordem no castello desta villa que parte ao norte com resio e ao sull com Jorge Fernandez e ao levamte e ponemte com ruas pubricas. (…) Pêro Botelho tráz dous foornos da Ordem aalem do arco de Ruy Gago, seu pay que partem, huum deles, ao norte com rua pubrjca e ao sull cm casas de Fernam Martinz."* Ver em: ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 69V e 81.

Em 2003, durante um acompanhamento arqueológico na encosta ocidental do castelo, colocou-se a descoberto 4 enterramentos muçulmanos, sem qualquer tipo de espólio associado, cujas inumações se encontravam depositadas em fossas abertas na rocha calcária, sendo os corpos depositados em decúbito lateral direito com orientação oeste-este e os crânios voltados a sul em direção a Meca, sendo os corpos cobertos com terra de cor castanha acinzentada e pouco compacta.

Dos indivíduos que ai se encontravam sepultados, uma inumação pertencia a um indivíduo do sexo masculino que teria falecido por volta dos 20-30 anos de idade, uma mulher presumivelmente também jovem de idade, tinha entre seus fémures um recém-nascido, possivelmente seu filho, tendo essa jovem falecido possivelmente na altura do parto ou pouco depois do mesmo (**Figs. 143; 144**). Durante o decorrer da obra da EDP, estes dois enterramentos foram afetados, o adulto masculino ligeiramente no crânio e o adulto feminino nos membros inferiores (Faria, 2003, pp. 1-8).

Para além destes três enterramentos foram identificados mais dois, encontrando-se o primeiro com a mesma disposição que os anteriores já mencionados, pertencente a um indivíduo não adulto que teria falecido com apenas 3-4 anos de idade, de sexo indeterminado, encontrando-se os ossos em mau estado de conservação enquanto a outra sepultura identificada, não foi escavada, mas constatou-se que a mesma se encontrava selada por uma cobertura de sepultura constituída por pequenos fragmentos de cerâmica ligada apenas por terra de natureza calcária, possivelmente humedecida antes da sua utilização, conferindo-lhe uma certa dureza (**Figs. 145; 146**).

Constatou-se que estes indivíduos foram enterrados num mesmo momento, pela proximidade em que se encontravam, não havendo qualquer remeximento ou violação do espaço, demonstrando que haveria um conhecimento exato da localização dos enterramentos e que por sua vez este espaço sepulcral seria gerido de forma cuidada tendo-se a noção da área ocupada pelas sepulturas.

Os dados antropológicos vieram ainda demonstrar alguns aspetos interessantes sobre os indivíduos que ali se encontravam sepultados, nomeadamente sobre o indivíduo adulto masculino que possuía uma bifurcação na extremidade esternal de uma costela direita, indicadora de mal formação congénita ou fratura, enquanto o indivíduo do sexo feminino, mostrava alterações degenerativas articulares em vários ossos, perda de dentes, crescimento ósseo na extremidade distal do corpo de esterno e deformação do sacro (Carvalho, 2003, pp. 1-7). Estes aspetos são interessantes porque nos demonstra

que estes indivíduos se dedicavam no dia-a-dia a trabalhos que exigiam bastante esforço físico ou que poderiam ter uma alimentação subnutrida, indicadora de uma fase de crise alimentar.

No que respeita à datação desta necrópole, José Leite Vasconcelos, em 1895, numa das suas deslocações a Alcácer faz referência a uma lápide árabe existente no museu da cidade que teria sido encontrada na encosta do castelo, podendo, de facto, pertencer a esta necrópole (Vasconcelos, 1895, p. 86). Duas lápides, datadas do século XI, encontram-se hoje em exposição na cripta arqueológica de Alcácer do Sal, tendo sido traduzidas por Cármen Bacerló e Ana Labarta (Bacerló e Labarta, 1987, pp. 239-243), sendo pertencentes possivelmente a esta necrópole, sendo uma delas a que José Leite Vasconcelos fez referência no século XIX (**Figs. 147; 148**).

Encontramo-nos perante uma necrópole dos inícios da islamização deste espaço, nomeadamente das primeiras taifas mas também, possivelmente, do Período Califal (algo que carece de comprovação arqueológica), gerada de forma cuidada, certamente por um poder central na cidade na figura do governador e por uma figura responsável pela gerência desse espaço que teria como função zelar pelo mesmo, sendo bastante habitual a presença desta figura nas cidades islâmicas (Torres Balbás, 1985, p. 235).

Esta necrópole encontrava-se assim localizada junto à saída da alcáçova e da *medina*, junto a um dos principais eixos viários do núcleo urbano, conforme se pode verificar em outras cidades do *al-Andalus*, reutilizando um espaço sepulcral que já vinha sendo utilizado desde a Idade do Ferro para sepultamento, mantendo essa tradição nos primórdios da ocupação islâmica da cidade (Torres Balbás, 1985, p. 235; Morales, 2001, pp. 83-99; Gomes, 2004[29]).

Infelizmente desconhecemos a extensão desta necrópole para conseguir estabelecer uma datação temporal da ocupação daquele espaço durante o domínio muçulmano, porém tendo em conta que os enterramentos datam do Período das primeiras Taifas, é possível que aquela zona fosse local de enterramentos já no Período Emiral e Califal, por se encontrar junto a uma das principais portas da cidade e também da porta da alcáçova que dava acesso ao exterior. Com o domínio Almorávida e

[29] Pré-actas do congresso realizado em Granada, em Novembro de 2004, organizado pelo CSIC e a Universidade de Granada, intitulado "La Ciudad en el Occidente Islámico Medieval: nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes".

Almóada, é possível que a zona referida tenha sido igualmente utilizada para enterramentos, todavia só futuras intervenções poderão responder a esta questão.

Para além desta necrópole, na zona norte extra-muros do recinto amuralhado, nas proximidades do convento de S. Francisco e cemitério atual, existiria outro espaço de sepultamento de que infelizmente não se sabe a datação por falta de dados arqueológicos, igualmente com enterramentos que vão deste a Idade do Ferro, passando pelo Romano até ao Período Islâmico.

Aquele local, identificado em 1999-2000, no decurso de um acompanhamento de obra para a construção de um novo hospital na cidade, era já conhecido como zona de necrópole, pelo menos desde 1985, abrangendo pelo menos a Idade do Ferro até ao Período Romano (Faria, 2002, p. 63). Foi portanto, no decorrer do acompanhamento de obra mencionada que se identificou, a cerca de 40 cm de profundidade um enterramento de inumação de um indivíduo em decúbito lateral direito e orientado a sul em direção a Meca, tratando-se portanto de um enterramento muçulmano (Faria, 2000, pp. 1-8) (**Figs. 149; 150**).

Por falta de dados, não se conhece qual seria a extensão desta necrópole, nem a sua datação no que remonta ao período islâmico, todavia em 2006, durante o acompanhamento também de uma obra, como já foi referido anteriormente, foram encontradas, junto ao Convento de S. Francisco duas fossas com materiais islâmicos, datáveis dos séculos XI/XII até à reconquista cristã de 1217, abarcando, deste modo, o Período das primeiras Taifas até ao Período Almóada.

Tendo em conta os dados referidos, poderá aquele local ter pertencido a um arrabalde que existiria naquela zona, sendo deste modo exequível que a necrópole identificada se enquadre também nessa cronologia e que faça parte do espaço fúnebre daquele, não descartando a hipótese que tenha sido um terreno sepulcral, não só utilizado para enterramento dos habitantes do arrabalde ou dos arrabaldes, uma vez que haveriam vários, mas também da cidade.

Na encosta norte do castelo, quando se procedia a trabalhos de limpeza a cargo do IPPAR, já mencionados, foram identificados enterramentos islâmicos, possivelmente tardios, sem qualquer tipo de espólio associado, no interior da barbacã do castelo, novamente depositados em decúbito lateral direito e virados a sul (Carvalho, Faria, Ferreira, 2008, p. 82). Todavia não se sabe se essa zona poderá corresponder a um

espaço de sepultamento, já relativamente tardio, ou se tratar-se-á de enterramentos de habitantes vítimas do cerco da cidade pelos cristãos em 1217, encontrando-se os habitantes da cidade impossibilitados de sair fora de muralhas, terão sepultado no interior da barbacã. Parece-nos que a segunda hipótese se apresenta mais plausível que a primeira, visto que não faria muito sentido uma necrópole tardia na zona da barbacã, já que esta teria sido construída após a reconquista muçulmana da cidade em 1191, impossibilitando utilizar aquele espaço como necrópole nessa mesma fase, tornando-se mais exequível que estes enterramentos se tratem de vítimas do cerco da cidade pelos cristãos em 1217 (**Figs. 151; 152**).

Capitulo V – Estudo do espólio

A intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, entre os anos de 1993-1997, foi realizada mediante a divisão das áreas a intervencionar em 15 setores, divididos de A - O, deste modo, o espólio que será analisado primeiramente neste capítulo é proveniente do setor I (**fig. 153**), nomeadamente, de uma área dentro da Alcáçova que pensamos corresponder a um pátio central de uma habitação do Período Almóada. Foi selecionada uma amostra significativa de 12 fragmentos cerâmicos, em termos de representatividade dos conjuntos encontrados neste setor e ainda não estudados, visando caracterizar e complementar o conhecimento do espaço urbano.

Este capítulo tem como objetivo a análise do conjunto cerâmico mencionado, dividido por grupos funcionais e a sua inserção no contexto arqueológico das estruturas intervencionadas, tendo em vista uma aproximação ao conhecimento daquele espaço, onde se incluirá as 18 peças deste mesmo setor, já analisadas e publicadas, em 2001, pelos arqueólogos, António Rafael Carvalho e António Cavaleiro Paixão, em artigo na obra *Garb: Sítios islâmicos do sul peninsular*, mas que ainda não foram inseridas no seu devido contexto arqueológico estabelecendo uma ligação com as estruturas.

5.1. Cerâmicas provenientes das estruturas do setor I

5.1.1. Análise por grupos funcionais, paralelos e cronologias

5.1.1.1. Loiça de mesa

Podemos inserir neste grupo 4 taças que passaremos a descrever individualmente:

- Taça (AS/CC/95/I.468) com bordo extrovertido, possuindo um corpo cilíndrico curvo com duas asas horizontais coladas à parede e uma base convexa. O seu diâmetro é de 12 cm e as paredes têm 1,1 cm de espessura máxima. Apresenta uma pasta de tom alaranjado, compacta e homogénea contendo elementos não plásticos de grão médio fino e as superfícies foram cobertas com vidrado de tom melado (castanho claro obtido através do óxido de ferro), apresentando ainda a peça, marcas de fogo na superfície externa, conferindo um tom esverdeado ao vidrado, marcas essas, distribuídas ao longo da base e corpo (**Fig. 154**).

Este aspeto mostra-nos que em determinado momento, esta peça com destino a ser colocada a servir à mesa com alimentos ou líquidos, passou a ser utilizada para cozinhar. A nível decorativo encontra-se a marcação de caneluras paralelas em redor do corpo. Esta taça integra-se nas produções típicas do Período Almóada, com paralelos com exemplares recolhidos na encosta do Castelo de Mértola (Martinéz, 2001, p. 155), enquadrando-se, cronologicamente este exemplar, entre a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII.

- Fragmento de taça com carena acusada (AS/CC/95/I.1179), nomeadamente uma porção do bordo, corpo e pé anelar. Possui um bordo vertical curvo com lábio semicircular, corpo bitroncocónico com uma acentuada carena e base convexa com pé anelar diagonal. O seu diâmetro é de 20,8 cm e as paredes têm 0,5 cm de espessura máxima. Apresenta uma pasta vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzo leitoso e mica, tendo sido essa pasta coberta por uma espessa camada de vidrado de cor castanho e aspeto melado.

No Período Almóada são muito comuns este tipo de taças carenadas com ou sem decoração a manganês, encontrando o exemplar paralelos com várias peças encontradas em vários sítios do *al-Andalus*, como Mértola, Silves, Alcácer-Ceguer e Castelo de Salir, sendo possível datá-las entre a segunda metade do século XII e primeira metade

do século XIII (Martinéz, 2001, p. 144; Gomes, 1988, p. 144; Catarino, 1998, p. 494 (**Fig. 155**).

- Taça hemisférica (AS/CC/95/I.459) com bordo vertical arredondado, corpo semi-esférico e base convexa com pé anelar diagonal com uma altura de 1 cm. O seu diâmetro é de 11,5 cm e as paredes têm 0,8 mm de espessura máxima. Tanto a superfície interna como a externa foram cobertas com uma camada de vidrado bastante espesso melado acastanhado muito brilhante. A pasta é vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzo leitoso e mica. Trata-se de um exemplar com paralelos em Silves, Mértola e Múrcia, com uma datação entre a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII (Gomes, 2003, p. 222; Martinéz, 2001, p. 144; Palazón, 1986, p. 227) (**Fig. 156**).

- Fragmento de taça (AS/CC/95/I.440) com porção do bordo introvertido e lábio com secção semicircular, corpo bitroncocónico e base convexa. O seu diâmetro é de 14,6 cm e as paredes têm 1,1 cm de espessura máxima. A pasta é vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino (quartzo leitoso e mica), encontrando-se o fragmento revestido, quer no interior quer no exterior, por uma espessa camada de vidrado castanho e de aspeto melado muito aderente e brilhante. Na sua superfície externa são visíveis cordões verticais em relevo, partindo da zona abaixo do bordo até à carena. Aqueles encontram-se separados entre si a uma distância que oscila entre 2,4 e 3,5 cm.

Estes tipos de taças com cordões verticais foram bastante difundidas por todo o *al-Andalus* no Período Almóada sendo encontradas praticamente em todas as estações arqueológicas da metade ocidental da península, como são o exemplo de Mértola, Silves, Salir e Niebla, enquadrando-se estes exemplares dentro de uma cronologia entre a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII (Martinéz, 2001, p. 153; Gomes, 1988, p. 144; Catarino, 1997, p. 494; Bedia e Macias, 1993, p. 57) (**Fig. 157**).

Para além das taças referidas, insere-se ainda neste grupo, um fragmento de jarra (AS/CC/95/I.1182) com porção possivelmente do corpo (**Fig. 158**). As suas paredes têm uma espessura máxima de 0,4 mm. Apresenta pasta clara de tom bege, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos muito finos, tendo sido o fragmento coberto com engobe negro na sua superfície externa, aplicando-se sobre o mesmo uma linha de vidrado verde, seguido por debaixo da técnica de esgrafitado

através da marcação de várias linhas paralelas entre si e outras com curvaturas, encontrando-se por debaixo das mesmas uma outra linha de vidrado verde.

A utilização do esgrafitado remonta ao século X em Nishapur e tanto no Irão como na Síria estas peças utilizavam bandas epigrafadas e são atribuídas ao século XIII. Na Península Ibérica, nomeadamente no século XIII, em Múrcia, Ilha de Maiorca, Silves e Mértola, começa-se aplicar esta técnica decorativa sobre engobe negro, tratando-se portanto de uma produção do Período Almóada. A sua pouca representatividade e difusão na Península Ibérica sugerem que as mesmas terão sido importadas, tal como documentam as fontes escritas (Gomes, 1988, p. 145-146; Martínez, 2006 p. 104). O fragmento encontra paralelos com algumas peças encontradas em Mértola que combinam o esgrafitado sobre o engobe negro com o vidrado, assemelhando-se à técnica da corda seca parcial (Martínez, 2006 p. 104).

5.1.1.2. Loiça de armazenamento

Neste grupo inserimos 2 fragmentos de talhas estampilhadas:

- Fragmento de talha (AS/CC/95/I.2268) com uma pasta clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo leitoso e mica. As suas paredes têm uma espessura máxima de 2 cm. A nível decorativo foi aplicada sobre a pasta a técnica do estampilhado, encontrando-se na parte superior da peça uma banda com motivos geométricos, nomeadamente losangos, seguido de uma outra banda com motivos vegetalistas com uma espécie de cordão da vida com pétalas de folhas por dentro, seguindo de uma terceira banda com losangos (**Fig. 159**).

- Fragmento de talha (AS/CC/95/I.1010) com pasta clara de cor bege um pouco mais escuro que do fragmento anterior, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo leitoso e mica. As suas paredes têm uma espessura máxima de 1,4 cm. À semelhança do fragmento anterior, este também foi decorada com estampilhas, apresentando na banda superior, motivos vegetalistas, seguindo-se uma banda sem decoração e uma outra com motivos fitomórficos e, por último, uma banda com elementos vegetalistas (**Fig. 160**).

Ambos os fragmentos de talha descritos apresentam paralelos com exemplares provenientes dos outros locais do *al-Andalus* como Silves, Mértola e Castelo de Salir, enquadrando-se cronologicamente entre a segunda metade do século XII e a primeira

metade só século XIII (Gomes, 2003, p. 255-260; Martinéz, 2001, p. 163-164; Catarino, 1997, p. 500).

Este tipo de peças eram normalmente utilizadas para conter líquidos, sendo pouco provável a sua utilização no armazenamento de produtos alimentares, como grãos e azeite, sendo adotadas para esse fim as talhas lisas, que eram, por certo mais em conta financeiramente. Estas peças eram normalmente colocadas nos átrios de entrada e nos pátios das habitações.

5.1.1.3. Contentores de fogo

Dentro deste grupo inserem-se duas peças para iluminação, nomeadamente dois fragmentos de candeias:

- Fragmento de candeia (AS/CC/95/I.460) com porção de bordo extrovertido, corpo troncocónico invertido e base côncava. As suas paredes têm uma espessura máxima de 0,05 mm. A pasta é de tom alaranjado, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo e mica. A peça encontra-se coberta por uma espessa camada de vidrado de cor castanho e aspeto melado escuro e brilhante, sendo visíveis marcas de fogo no bico (**Fig. 161**).

- Fragmento de candeia (AS/CC/95/I.145) com porção do bordo, corpo troncocónico invertido e uma base plana, apresentando a superfície interna da peça vestígios de asa vertical colada ao bordo e base. As suas paredes têm uma espessura máxima de 0,08 mm. A pasta é de tom alaranjado, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo e mica. O fragmento foi coberto por um vidrado castanho e aspeto melado mais claro que a peça anterior que cobre aquela na sua superfície interna e externa (**Fig. 162**).

Estas duas candeias enquadram-se nos modelos mais tardios da ocupação muçulmana, surgindo no *al-Andalus* a partir das últimas décadas do século XII com evidentes influências orientais, tratando-se de uma forma mais aberta que o candil dos períodos precedentes. Peças semelhantes foram encontradas em Mértola, Silves, Salir e Múrcia, enquadrando-se cronologicamente na primeira metade do século XIII (Martinéz, 2001, p. 160; Gomes, 2003, p. 242; Catarino, 1987, p. 494; Palazón, 1986, p. 197).

5.1.1.4. Peças de uso complementar

Fazem parte deste grupo dois testos praticamente iguais com pastas claras, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo. Uma das peças (AS/CC/95/I.143) encontra-se completa, possuindo forma troncocónica, bordo com lábio de secção semicircular, assentando em base plana, sendo visível pega em botão. O seu diâmetro é de 12,1 cm e as paredes têm 0,4 cm de espessura máxima Relativamente à segunda peça (AS/CC/95/I.49) encontra-se fraturada, conservando-se, somente, a pega em botão, parte do bordo e lábio semicircular e a base plana. Os testos eram normalmente utilizados como tampa para cobrir recipientes e são conhecidos para largos períodos históricos tornando-se difícil datá-los, ainda assim não queríamos deixar de mencionar a sua existência no nosso contexto arqueológico em estudo, apresentando paralelos com testos de Múrcia datáveis do século XIII, podendo os exemplares mencionados enquadrar-se nessa cronologia (Palazón, 1986, pp. 22 e 260) (**Fig. 163; 164**).

5.1.1.5. Outros objetos

Enquadramos neste grupo um fragmento de uma pia de abluções (AS/CC/95/I.1186) de formato retangular e corpo com concavidades para conter líquidos no seu interior. As suas paredes têm uma espessura que oscila entre os 1,9 e os 2,6 cm. A pasta é clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente feldspato, mica e pedaços triturados de argila (**Fig. 165**).

O fragmento encontra-se coberto por uma camada espessa de vidrado verde na sua superfície interna e bordo, descobrindo-se nas partes mais largas do mesmo, decoração estampilhada onde foi aplicada uma matriz com motivos florais, enquanto na sua superfície interna foi empregue uma matriz estampilhada epigráfica, possivelmente uma frase corânica, que infelizmente não se consegue decifrar por a peça estar fraturada. Esta combinação de técnicas decorativas é muito habitual durante a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, assim como a combinação dos elementos vegetalistas com epigráficos, para além do facto de ser uma peça destinada a

conter água, indica uma forte simbologia ligada com a purificação do corpo e do espírito (Martínez, 2011, p. 81; Gomes, 2013, p. 78).

Este exemplar tratar-se-ia, eventualmente, de uma peça de uso individual, dado que as abluções podiam ser realizadas em casa e não somente nas mesquitas, sendo muito habitual estes exemplares em cerâmica no Período Almóada. Um bom paralelo para esta peça encontra-se em Mértola, proveniente da alcáçova, enquadrando-se na cronologia referida, assim como a pia de abluções em mármore encontrada em Cacela que contém igualmente frase corânica (Martínez, 2011, p. 81; Gomes, 2013, p. 78).

5.1.1.6. Peças publicadas

No que respeita ao conjunto de 18 peças que foram publicadas em 2001, por António Cavaleiro Paixão e António Carvalho, no artigo contido na obra *Garb: Sítios islâmicos do sul peninsular*, deste setor de escavação em estudo, inserem-se igualmente no âmbito cronológico entre a segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII, portanto do Período Almóada.

Trata-se de quatro taças carenadas, três delas vidradas de cor castanha e de aspecto melado, apresentando uma delas, decoração de cor castanha escura de óxido e manganês na superfície interna (AS/CC/95/I.156-438), (AS/CC/95/I.450), (AS/CC/95/I.443); uma outra esmaltada de cor verde na superfície interna onde oferece ornamentação estampilhada com representação da mão de Fátima (AS/CC/95/I.1020); duas taças hemisféricas, uma delas vidrada a verde com pé anelar (AS/CC/95/I.449) e uma outra com esmaltes de tom turquesa na superfície interna e verde-claro na superfície externa (AS/CC/95/I.442). Para além das taças mencionadas, foram também apresentadas quatro taças com cordões verticais, sendo duas vidradas de cor castanha e aspeto melado e duas sem qualquer tipo de vidrado, apresentando uma delas marcas de fogo, podendo, eventualmente, ter sido utilizada como frigideira (AS/CC/95/I.462), (AS/CC/95/I.62), (AS/CC/95/I.459), (AS/CC/95/I.465) (**Figs. 166 à 168**).

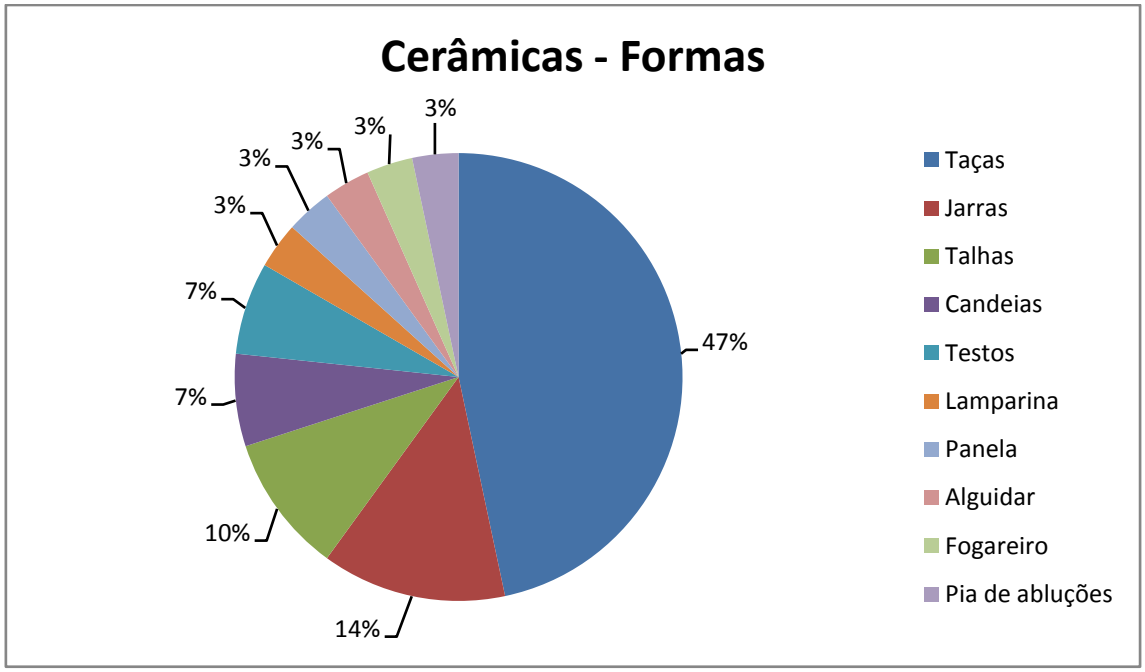
Ainda no que respeita à loiça de mesa, inserem-se um fragmento de jarra estampilhada com motivos vegetalistas e vidrada a verde (AS/CC/95/I.448), um fragmento de jarra moldada a relevo e revestida por vidrado branco com reflexos de dourado (AS/CC/95/I.999) e um fragmento de uma jarra esgrafitada com uma linha de

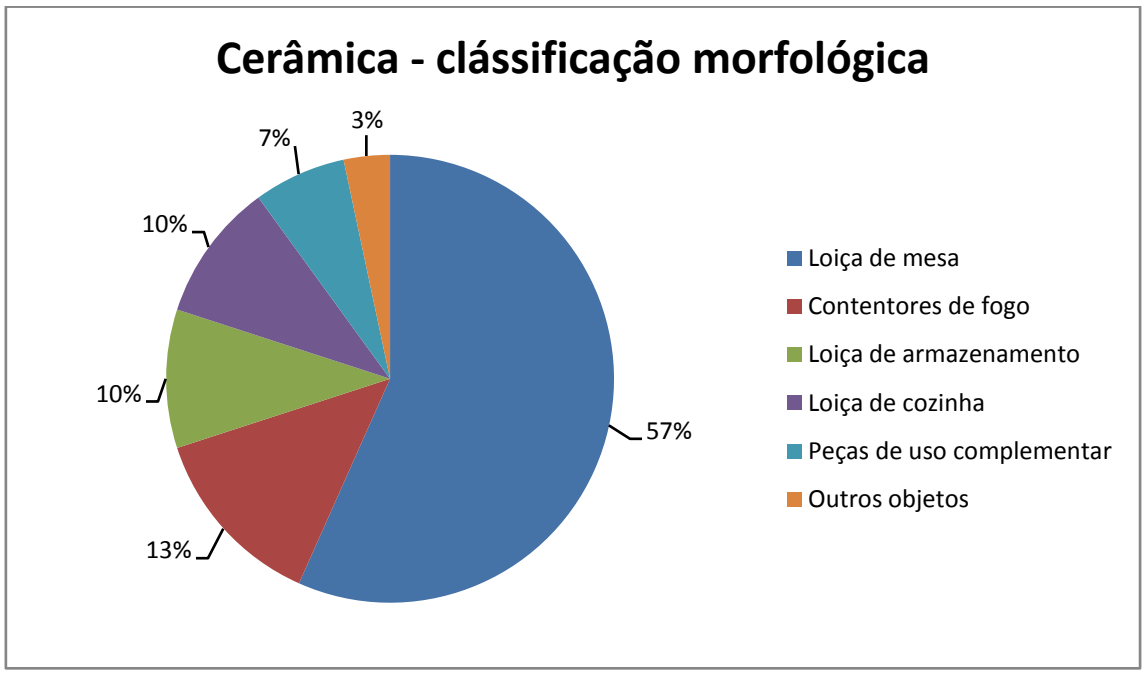
vidrado verde que possivelmente fará parte do fragmento de jarra esgrafitada mencionado anteriormente (AS/CC/95/I.441) (**Figs. 166 e 169**).

Relativamente à loiça de armazenamento temos um fragmento de talha vidrada a verde na sua superfície externa com decoração incisa e estampilhada, nomeadamente motivos geométricos, fitomórficos e epigráficos (AS/CC/95/I.2) (**Fig. 170**). Dentro da loiça de cozinha insere-se um fragmento de bordo e bojo de panela com caneluras (AS/CC/95/I.451) e um fragmento de alguidar (AS/CC/95/I.458). (**Fig. 171**). Relativamente aos contentores de fogo, foram apresentados a base de uma lamparina vidrada de cor castanha e aspeto melado (AS/CC/95/I.463) e um fogareiro quase intacto (AS/CC/95/I.445). (**Fig. 172**).

5.2.1. Pastas, tratamento das superfícies, formas e decorações

Agora que já conhecemos na totalidade, o conjunto da amostra das 30 peças de cerâmica encontradas no setor I da escavação, vamos fazer uma síntese das pastas, tratamentos das superfícies, formas e decorações que foram empregues. No que respeita às formas, há um predomínio de taças, contabilizando estas uma totalidade de catorze exemplares, seguido de quatro jarras, três talhas, duas candeias, dois testos, uma lamparina, uma panela, um alguidar, um fogareiro e uma pia de abluções. Existe, portanto, dentro da nossa amostra, um predomínio da loiça de mesa (17 exemplares), seguido dos contentores de fogo (4 exemplares), loiça de armazenamento (3 exemplares), loiça de cozinha (3 exemplares), peças de uso complementar (2 exemplares) e outros objetos (1 exemplar).



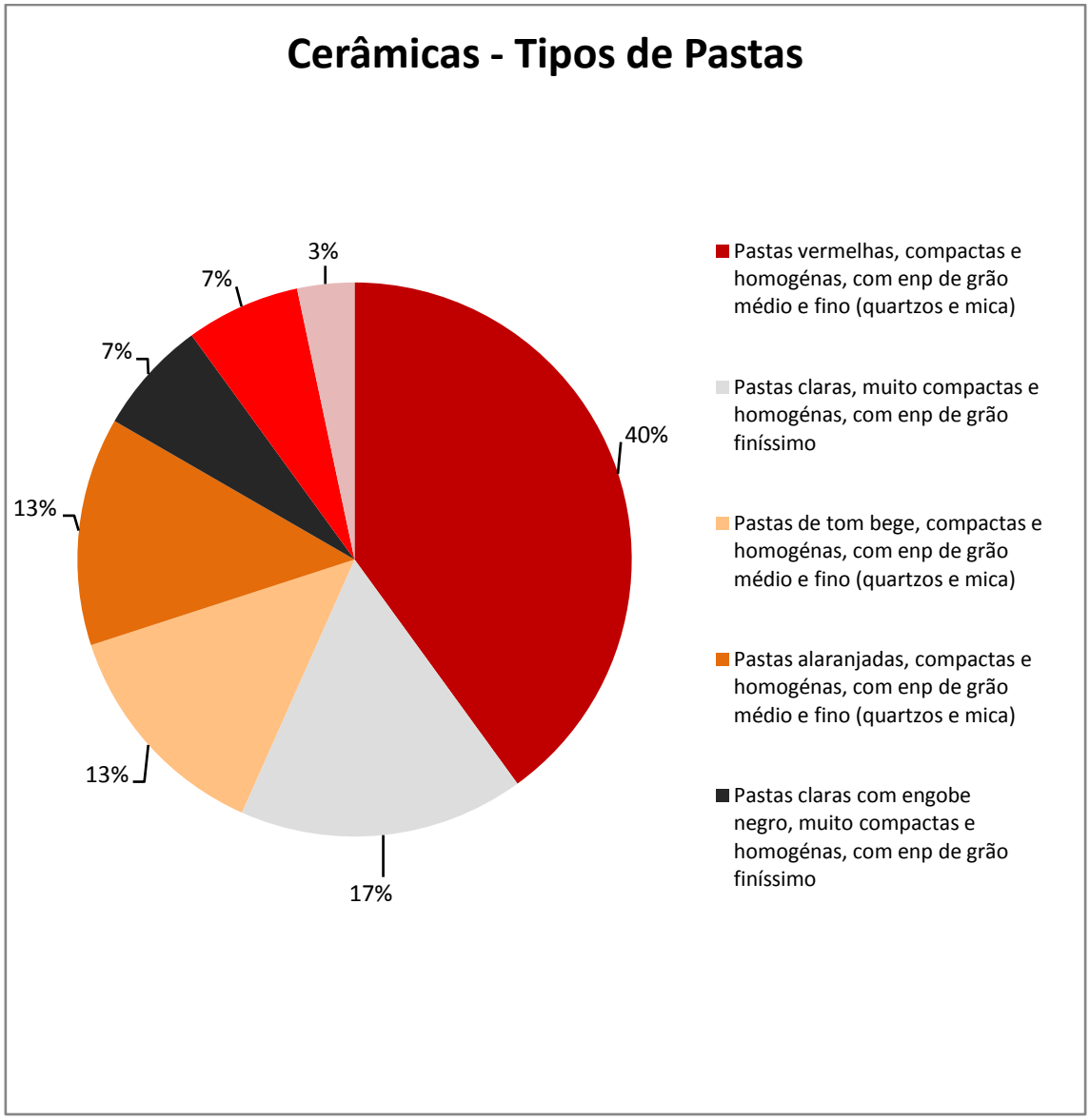


Relativamente ao tipo de pasta utilizada para a elaboração das peças, na maioria dos nossos exemplares, foram utilizadas pastas vermelhas, compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e micas. Podemos encontrar este tipo de pasta em 12 dos fragmentos referidos, nomeadamente em cinco taças carenadas vidradas, quatro taças com cordões verticais, na taça esmaltada a verde com a representação da mão de Fátima, na panela e alguidar. O

segundo tipo de pasta predominante caracteriza-se por ser uma pasta clara, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo, podendo-se encontrar nos dois testos, no fragmento de jarra vidrada a verde, no fragmento de jarra vidrada a branco com reflexo dourado e numa taça vidrada a verde.

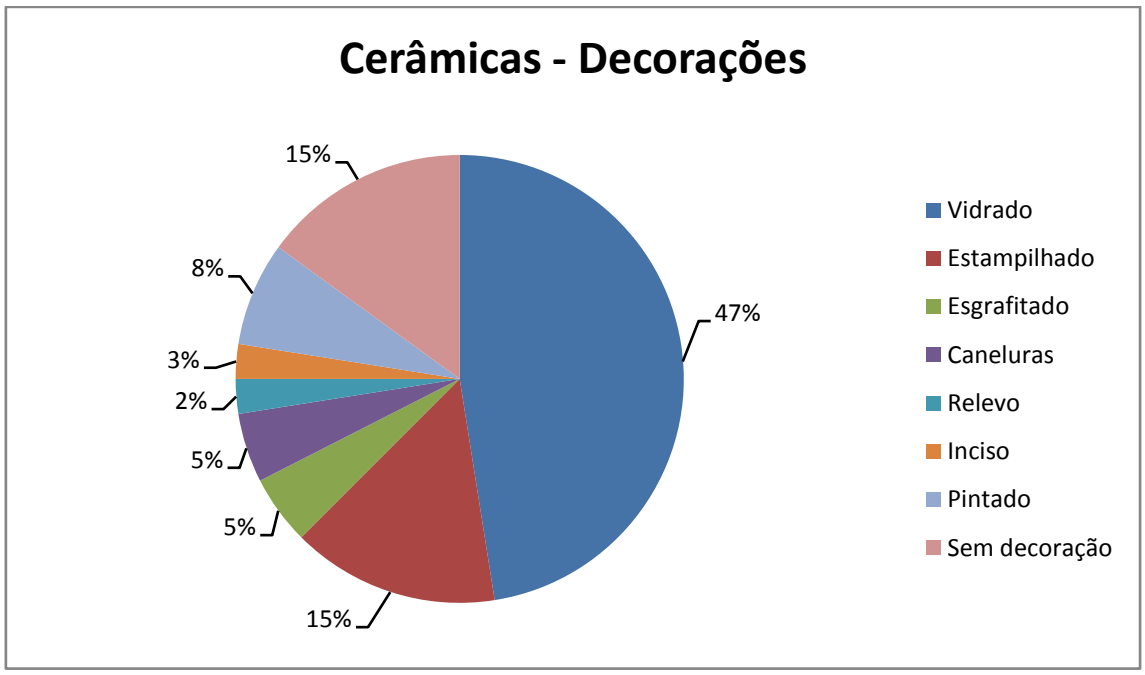
Um outro tipo de pasta que também se observou nas peças é uma pasta alaranjada, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica, podendo-se achar nas duas candeias e numa taça vidrada a melado, assim como no fragmento de lamparina. Pastas de tom bege, compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino com quartzos e mica foram descobertas nos três fragmentos de talhas analisadas e no fogareiro. Pastas claras, muito homogéneas e compactas, com engobe negro e elementos não plásticos de grão finíssimo foram encontrados nos dois fragmentos de jarra esgrafitada com linha de vidrado verde.

Pastas vermelhas, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo foram observadas em duas taças, nomeadamente a taça carenada e vidrada a melado com decoração a manganês e a taça hemisférica, esmaltada a verde clara na superfície interna e turquesa na superfície externa. Por último, pasta clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente feldspato, mica e pedaços triturados de argila foram encontrados no fragmento de pia de abluções.



No que respeita às técnicas decorativas há um predomínio claro dos vidrados, dado que estes foram empregues em 19 peças, nomeadamente vidrado de cor castanha e aspeto melado que é o prevalecente, seguido do vidrado verde e por último o branco, podendo-se encontrar estes vidrados em taças, jarras, candeias, lamparina e talhas. A segunda técnica predominante é o estampilhado aplicado sobre o vidrado ou esmaltado e sobre as pastas, tendo sido executado em 6 exemplares, nomeadamente na taça esmaltada a verde com representação da mão de Fátima, no fragmento de jarra vidrada a verde e nos três fragmentos de talhas. Outra das técnicas utilizadas foi a pintura empregue em dois fragmentos de jarra e numa taça vidrada de cor castanha e aspeto melado, o esgrafitado que está presente em dois fragmentos de jarra, as caneluras aplicadas numa taça vidrada e numa panela, o relevo utilizado num fragmento de jarra

com reflexo dourado e o inciso num fragmento de talha. Seis das peças não apresentam qualquer um destes motivos decorativos mencionados, nomeadamente algumas taças com cordões verticais, o fragmento de alguidar, os dois testos e o fogareiro.



5.3.1. Conhecimento do espaço e do quotidiano

O conhecimento do espaço onde provêm os materiais cerâmicos analisados torna-se de difícil perceção, não só pela ausência de dados referentes às camadas estratigráficas, como também pela intensa ocupação humana que a zona da alcáçova teve ao longo dos séculos, traduzindo-se essa presença no local numa série de sobreposição de estruturas e do desmantelamento de outras para a edificação de novas construções, dificultando imenso a leitura do sítio para o período que nos interessa. Ainda assim, através da análise da disposição dessas mesmas estruturas, juntamente com o estudo do espólio, é possível fazer uma aproximação ao conhecimento do espaço e do quotidiano no Período Medieval Muçulmano.

As intervenções dentro da alcáçova muçulmana colocaram a descoberto uma série de estruturas que testemunham a ocupação humana ao longo de vários séculos. No que respeita ao setor I de onde provêm as peças em análise, foram encontrados dois

muros construídos em época muçulmana que se encontravam dispostos perpendicularmente um ao outro, construídos com silhares de pedra ligados nas juntas por terra e pedras de menores dimensões. Um dos muros encontrava-se orientado no sentido sul-norte e o outro no sentido este-oeste, achando-se neste último uma pequena abertura para o escoamento das águas pluviais.

Imediatamente acima daqueles encontraram-se muros alinhados datados das Idades Medieval e Moderna e um outro da época romana, mas que pensamos datar igualmente das épocas primeiramente mencionadas, dado que se encontrava sobreposto aos muros islâmicos, tendo sido, possivelmente, construído com materiais provenientes do desmantelamento das estruturas romanas. Um deles define uma zona de cozinha, não escavada na totalidade, conforme denunciam as marcas de fogo e lareira no local, que possivelmente terá sido edificada durante a ocupação cristã na cidade. Para além das estruturas referidas, foram ainda encontrados dois silos, datáveis da Idade do Ferro, junto de uma das paredes que define o pátio pelo lado exterior, nomeadamente o muro que segue no sentido sul-norte (**Fig. 120**).

No que respeita às estruturas muçulmanas, como também já mencionamos no capítulo anterior, foram datadas como sendo da Idade do Ferro, todavia pela disposição dos muros, assim como a localização num deles da abertura para o escoamento das águas pluviais, juntamente com a análise do espólio, sugerem tratar-se de um pátio islâmico. Tal afirmação parece-nos plausível, dado que o tipo de abertura identificada é semelhante às existentes em alguns pátios do bairro islâmico de Mértola, sendo frequente estas aberturas localizarem-se nestes locais para expulsar as águas excedentes provenientes das chuvas, dado este ser um espaço a céu aberto, exposto, portanto, às condições climatéricas adversas, servindo estas aberturas também para a libertação das águas provenientes das limpezas que eram efetuadas nos pátios, sendo por isso, indispensável este tipo de estruturas ou de outras com funcionalidade semelhante nestes locais da casa (Macias, 2006, p. 397).

Para compreendermos como se organiza uma casa muçulmana, temos de conhecer o modelo da casa mediterrânea e esta caracteriza-se pela sua organização em redor de um pátio central, sendo este o pólo sociológico e cultural à volta do qual se organizam e diferenciam as outras divisões da habitação, como os salões com a alcova que eram espaços destinados ao descanso onde por vezes os habitantes se entretinham com atividades lúdicas, nomeadamente jogos de tabuleiro, como o alquerque e jogos de

dados, conforme comprova a descoberta dos mesmos encontrados nesses compartimentos, como em alguns dos salões do bairro islâmico de Mértola (Macias, 2006, p. 399-400).

Para além dos salões, estas habitações tinham também cozinhas que eram espaços destinados à preparação dos alimentos, possuindo por vezes uma divisão para armazenamento dos mesmos, uma latrina que se encontrava normalmente numa pequena divisão retangular e um átrio ou saguão por onde se entrava na casa, normalmente a entrada era realizada em cotovelo para preservar a intimidade do interior e através desta acedia-se ao pátio (Gomes, 2013, p. 39).

Estes espaços eram normalmente pavimentados com tijoleira ou lajes, esta opção para revestir os pátios tem a ver com o facto de esta divisão da casa, por ser uma zona descoberta, estar exposta aos agentes climáticos como a chuva e os raios solares (Macias, 2006, p. 383). Todavia não se encontrou durante as intervenções vestígios de qualquer pavimento no compartimento pertencente a um pátio, este aspeto poderá ter a ver com o facto de esse material ter sido pilhado no local por parte dos cristãos para ser incluído em novas construções, dado que em Alcácer do Sal se verifica muito essa situação, mas também em outros locais. Normalmente nas zonas centrais daqueles havia, por vezes, canteiros para cultivo de ervas aromáticas, como a hortelã, a salsa ou os coentros, mas também podiam haver pequenos tanques com água e até jardins (Gomes, 2013, p. 30).

O pátio era por isso o coração da casa, era ele que fornecia a luz e ventilação e sobretudo era nesse local que os habitantes se reuniam, desempenhando aquele um papel fundamental no quotidiano sobretudo das mulheres, dado que num mundo em que aos homens estavam reservadas as tarefas da guerra, do comércio, ou meramente do convívio nos locais públicos, como os mercados, as mesquitas ou os banhos, era o interior da casa o espaço exclusivo das mulheres. Estas reuniam-se no pátio para preparar e confecionar alimentos, mas também para tecer roupas, era local igualmente de convívio e lazer, desempenhando este um papel primordial na vida da casa, não sendo, por isso, de estranhar que o espólio mais representativo provenha deste compartimento durante uma intervenção arqueológica.

O espólio analisado testemunha o quotidiano desse espaço, as taças que se encontram com maior representatividade no conjunto, eram normalmente utilizadas para colocar os alimentos que depois eram servidos à mesa nos salões, enquanto as mais

fundas e de menor diâmetro poderiam servir para conter líquidos, tal como as jarras que eram também destinadas a conter aquele elemento e poderiam ser, quer de uso individual, quer de uso coletivo, sendo tapadas com tampa ou testo (Gomes, 2002, p. 35). Duas das taças mostram marcas de fogo, tendo sido substituídas as suas funções iniciais destinadas ao serviço de mesa para passarem a ser utilizadas, possivelmente, como frigideiras para cozinhar.

Era também habitual haver nos pátios das casas uma ou mais talhas para servir os habitantes nas atividades domésticas e até para se refrescarem nos dias de calor em que o corpo necessitava de ser hidratado com maior frequência, sendo, normalmente, utilizadas para este fim as talhas vidradas, enquanto as restantes serviam para o armazenamento de produtos alimentares, enquadrando-se possivelmente, dois dos fragmentos de talha neste grupo, enquanto a talha vidrada a verde estampilhada serviria para conter água (Martínez, 2001a, p. 66; Torres, 2011, p.132; Gomes, 2003, p. 251; Palazón e Castillo, 2003a, p. 107).

Para preparar os alimentos e cozinhá-los usavam-se normalmente, sobretudo na última fase da ocupação islâmica, fogareiros que eram colocados ao ar livre nos pátios, servindo este contentor de fogo como fogão ou grelha para assar ou até mesmo como braseira para o aquecimento doméstico (Martínez, 2011, p. 77).

O lume fornecia calor estável e duradouro, dado que o mesmo ardia lentamente sob a forma de brasas, economizando tempo e permitindo uma cozedura lenta e apurada dos alimentos. Um fragmento de panela e alguidar que também foram encontrados neste espaço, serviam igualmente para essas atividades, a panela era utilizada para cozinhar, enquanto o alguidar poderia ser usado para preparar os alimentos e para a lavagem da loiça (Gomes, 2002, p. 37-38).

Todas estas atividades necessitavam de iluminação, assim como a deslocação dentro dos vários compartimentos da casa e por isso utilizavam-se candis e sobretudo no Período Almóada, generaliza-se o uso das candeias que eram recipientes mais abertos e lamparinas que possuíam uma base em forma de prato, servindo ambos para iluminar (Martínez, 2001, p. 160; Gomes, 2002, p. 41).

Para além dos objetos essenciais no uso do quotidiano referidos e que fazem parte da amostra na analisada, existiam também outro tipo de peças essenciais no interior das casas, como as pias para abluções, conforme demonstra o fragmento

referido, dado que as cinco orações diárias que um muçulmano devia cumprir com os respetivos rituais de purificação, nomeadamente as abluções, podiam ser realizadas também em casa e não somente na mesquita.

Para além dos quotidianos, estas peças demonstram igualmente a riqueza dos habitantes da alcáçova, dado que para adquirir alguns destes exemplares teriam de possuir meios económicos para importar este tipo de peças com várias decorações, desde vidrados, a estampilhados, esgrafitados, reflexos metálicos de outras zonas do *al-Andalus* que ali chegariam por via marítima, sendo comercializados no *suq* e depois adquiridos por estas elites para uso no quotidiano ou meramente função decorativa. Para além destas, também havia peças de produção local, conforme parecem sugerir os dois fragmentos encontrados de taças com cordões sem qualquer tipo de vidrado, sendo esta hipótese ainda reforçada pela existência de várias ruas das olarias distribuídas pela cidade, como já vimos no capítulo anterior.

A análise do espólio, assim como da disposição das estruturas, permite lançar a hipótese daquele compartimento ser um pátio da fase Almóada, não sabemos se poderia ser um pátio do palácio do governador ou um pátio da casa de alguém dedicado às funções militares, por falta de dados mais concretos que só a análise de todo o espólio encontrado nos restantes setores poderá dar mais respostas, todavia cremos que tratar-se-á de um pátio de uma habitação de um soldado e da sua família, dado o local em que se encontra instalado, nomeadamente junto da muralha que separa a alcáçova da *medina*.

Esta localização permitia um maior controlo militar do local, já que seria mais fácil, dada a localização da habitação, aceder facilmente ao cimo da muralha para vigiar o inimigo. Sendo portanto, mais exequível que o palácio do governador se localizasse onde existe atualmente o Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, onde por sua vez foram edificados o Paço da Ordem de Santiago, reaproveitando, provavelmente, partes do palácio Almóada com antecedentes Emirais e Califais, onde se inserem as estruturas descritas anteriormente, nomeadamente o salão, a casa de banho e a cozinha com o respetivo poço e lareira, tal como as estruturas de armazenamento, como os silos e as fossas sépticas.

5.4. Peças do Museu da Cripta

Atualmente o museu da cripta arqueológica da cidade integra um conjunto de peças muçulmanas distintas em exposição, provenientes das intervenções realizadas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli que testemunham os cinco séculos da presença daquela comunidade em Alcácer do Sal. A coleção abrange toda a área que foi intervencionada durante 4 anos. Para além daquelas, encontra-se igualmente, algum armamento oriundo da encosta norte do castelo, descoberto no decurso da abertura de vala para a implantação de coletor de esgotos na Pousada D. Afonso II, a cerca de 1 metro de profundidade.

5.4.1. Loiça de mesa

Dentro da loiça de mesa inserem-se dois púcaros, um deles (AS/CC/93-97/1131) apresenta um bojo carenado, colo cilíndrico, base convexa e duas asas verticais que unem o colo e o bojo. A pasta é de tom alaranjado e possui a nível decorativo algumas caneluras em redor do colo (**Fig. 173**). O segundo (AS/CC/93-97/1124) apresenta um colo cilíndrico reto e largo e uma base ligeiramente convexa. A pasta é de tom bege com decoração pintada a vermelho, nomeadamente bandas reticuladas (**Fig. 174**). Ambos púcaros mencionados correspondem do ponto de vista formal a peças de cronologia mais antiga dentro do período islâmico, enquadrando-se cronologicamente entre os séculos IX-X, encontrando-se paralelos, dentro das datações referidas, em Silves, Palmela Mértola e Castelo Velho de Alcoutim (Gomes, 1988, p. 195-196; Fernandes, 2004, p. 151; Martínez, 2014, p. 133; Catarino, 1997, p. 361).

Estão presentes também dois bules, um deles (AS/CC/93-97/1146) de pasta de tom bege com bordo extrovertido, corpo hemisférico, base plana, possui um gargalo cilíndrico e convexo. Apresenta decoração a pintura vermelha com bandas reticuladas ao longo do colo, corpo e em redor da ponta do gargalo (**Fig. 175**). O outro bule (AS/CC/93-97/472) apresenta um bordo extrovertido, colo circular, corpo convexo, base plana e possui vestígios do gargalo junto do colo e da asa vertical no lado oposto. A pasta é de tom rosado e apresenta pintura vermelha com motivos reticulados em redor do colo (**Fig. 176**). Não conseguimos encontrar paralelos para estas peças e dado que as mesmas diferem dos bules encontrados em contexto almorávida e almóada em Silves,

acreditamos que poderão tratar-se de peças datáveis dos séculos IX-X, conforme sugerem igualmente os arqueólogos do município (Silves, 1988, p. 274).

Dentro da loiça de mesa estão presentes igualmente dois jarros, um deles (AS/CC/93-97/1154) apresenta um bico que serviria para verter o líquido no seu interior, colo troncocónico invertido e base convexa e plana. A sua pasta é vermelha e apresenta três traços de pintura branca verticais que se desenvolvem desde a base até ao colo (**Fig. 177**). Do ponto de vista formal e decorativo, este tipo de peça assemelha-se às cerâmicas de tradição tardo-romana e visigótica de tradição local, correspondendo ao Período Emiral, enquadrando-se por isso nos séculos IX e X. Peças com estes motivos decorativos foram encontradas em Mértola, Silves e no Castelo Velho de Alcoutim em níveis emirais, correspondentes a uma cronologia entre os séculos IX-X (Gomes, 1988, p. 99; Gómez Martínez, 2015, p. 140; Catarino, 1997, p. 361).

Relativamente ao jarro (AS/CC/93-97/1132) possui colo cilíndrico, corpo globular e assenta em pé anelar. A pasta apresente um tom bege e sobre ela foi aplicada a técnica decorativa de corda seca parcial, apresentando três cordões da eternidade, dois mais pequenos em redor do colo, outro próximo da base e um grande cordão entrelaçado que cobre grande parte do corpo da peça (**Fig. 178**). Este motivo decorativo era colocado em redor dos objetos que se pretendiam preservar de perigos e maléficos, sendo muito comum a sua representação nas peças em verde e manganês do século X (Torres, 2011, p. 86).

Os arqueólogos do município referem que a peça terá sido encontrada em níveis arqueológicos correspondentes ao século IX-X, apesar de não encontrarmos paralelos para este exemplar, cremos que se tratará de uma peça de importação, dada a sua riqueza decorativa. Conhecem-se peças ornamentadas com técnica semelhante em Silves, recolhidas em níveis atribuídos aos séculos referidos (Gomes, 1988, p. 103).

As jarras que se diferenciam dos jarros por possuir mais do que uma asa, destinadas a servir à mesa, contendo líquidos no seu interior, podiam ainda ser utilizadas para se beber diretamente delas. Encontra-se em exposição na cripta seis exemplares deste tipo, uma delas (AS/CC/93-97/1173) possui um colo circular alto, um corpo ovóide, base plana e duas asas que partem do corpo até ao colo. A pasta é vermelha e apesar da decoração se encontrar muito sumida, é possível notar que a peça foi decorada com pintura a branco, nomeadamente traços horizontais em redor do colo e uma sequência de três linhas verticais finas em redor do corpo (**Fig. 179**). Este tipo de

peças encontra algumas semelhanças com jarras encontradas em Silves e Mértola, datadas entre os séculos XI e XII, correspondendo ao Período Almorávida, embora nestas últimas tenha sido aplicada linhas horizontais ao longo de toda a peça, todavia cremos que o exemplar de Alcácer se enquadre em cronologia semelhante (Gomes, 1988, p. 117; Martínez, 2014, p. 397).

A jarrita (AS/CC/93-97/1126) apresenta um bordo introvertido, um colo cilíndrico, corpo ovóide e base plana. A pasta é vermelha e mal depurada, tendo sido aplicada a decoração de linhas verticais ao longo de toda a peça (**Fig. 180**). Pelo tipo de pasta e decoração poder-se-á enquadrar a peça nos séculos X-XI, encontrando-se peças semelhantes com a mesma cronologia para Mértola, todavia com a aplicação de linhas brancas horizontais e não verticais. A jarra (AS/CC/93-97/998) de pasta branca apresenta somente o corpo globular e base assente em pé anelar, ao longo do corpo encontra-se caneluras (**Fig. 181**). Este tipo de pasta e forma apresenta paralelos com exemplares recolhidos também em Mértola, datados dos séculos XII-XIII (Martínez, 2001, 119;141;149).

O fragmento de jarra (AS/CC/93-97/1003) possui corpo globular e a base assenta em pé anelar. Esta peça possui uma pasta de tom bege sobre o qual foi aplicado vidrado de chumbo, aplicando-se por cima daquele, pintura a verde e motivos vegetalistas, nomeadamente folhas pintadas a manganês (**Fig. 182**). Esta técnica decorativa introduzida na Península Ibérica no século X, na cidade palatina de Medina-al-Zahra perdurou ao longo do século XI com os Reinos de Taifas, surgindo mesmo nesta altura peças imitadas localmente (Torres, 2011, p. 82). Não conseguimos encontrar paralelos para este exemplar, o que nos levar a supor que se tratará de uma produção local do verde e manganês, imitando a técnica daquela cidade palatina, cronologicamente datada dos séculos X-XI. Para além das jarras referidas, subsistem quatro fragmentos de jarras esgrafitadas sobre engobe negro (AS/CC/93-97/1042, 435, 1043, 1044), com motivos epigráficos e o cordão da eternidade, claramente são peças importadas, encontrando-se bons paralelos em peças provenientes de Silves, Mértola e Múrcia, datadas do século XIII (Gomes, 1988, p. 127; Martínez, 2014, p. 209; Palazón, 1986, p. 12-15) (**Fig. 183**).

Ainda, dentro da loiça de mesa, inserem-se duas taças. No que respeita à primeira (AS/CC/93-97/1163), resta somente um fragmento do fundo do seu interior, tendo sido decorada, sobre a pasta vermelha com vidrado de chumbo e pintada por cima

deste a verde e manganês, técnica de que já falamos anteriormente (**Fig. 184**). Foi pintado com a cor verde uma cruz quadrada ou possivelmente palmetas e ao centro um cordão da eternidade, porém devido ao tamanho do fragmento não nos é possível adiantar mais sobre a temática decorativa. Este fragmento enquadra-se nas produções típicas de Medina-al-Zahra, datando possivelmente do século X, encontrando paralelos em Évora e no núcleo urbano de Silves (Filipe, 2012, p. 109; Gomes, 2006, p. 92). A taça vidrada de cor castanha e aspeto melado (AS/CC/93-97/469) possui um bordo extrovertido, corpo cilíndrico curvo com duas asas horizontais coladas à parede e base convexa (**Fig. 185**). Trata-se de uma produção com bons paralelos em Mértola, enquadrando-se cronologicamente na segunda metade do século XII e na primeira metade do século XIII (Martinéz, 2001, p. 155).

5.4.2. Loiça de cozinha

Dentro da loiça de cozinha temos duas panelas, a primeira apresenta bordo extrovertido (AS/CC/93-97/1130), colo cilíndrico baixo, corpo globular, base plana e possui duas asas laterais que partem do bordo até ao corpo. A pasta é de tom alaranjado e ao longo do corpo a peça possui algumas caneluras (**Fig. 186**). A segunda panela (AS/CC/93-97/1137) tem igualmente bordo extrovertido, colo cilíndrico baixo, corpo globular, mas muito achatado, base plana e duas asas laterais que partem do bordo até ao corpo. A pasta é castanha e possui marcas de cozedura, encontrando-se ao longo do corpo da peça várias caneluras (**Fig. 187**).

Atribuir datação a estas peças torna-se difícil, dado que estas formas surgem nos séculos IX e permanecem até ao Período Almóada, ainda assim, a primeira peça apresenta semelhanças com exemplares de Medina-al-Zahra, Múrcia, Castelo Velho de Alcoutim e Mértola, datáveis do século X para os dois primeiros arqueossítios mencionados e, entre os séculos XI-XII, para a última cidade mencionada (Triano e Aranda, 1999, 156; Palazón, 1986, p. 133; Catarino, 1997, p. 361; Martínez, 2014, p. 107). É possível que ambas peças se tratem de produções locais, sendo esse aspeto visível no segundo exemplar mais achatado que o primeiro, abrangendo possivelmente a cronologia referida.

Por último, duas frigideiras fazem parte deste reportório, uma delas apresenta bordo extrovertido (AS/CC/93-97/1141), corpo curvo e convexo e ostenta duas asas

verticais grossas que partem do corpo até ao final do corpo. A pasta é alaranjada e apresenta marcas de fogo (**Fig. 188**). A segunda apresenta forma semelhante (AS/CC/93-97/1158), todavia as asas encontram-se na horizontal em redor do bordo e base e a pasta é de cor castanha escura (**Fig. 189**). O primeiro exemplar apresenta paralelos com uma frigideira encontrada no Castelo das Relíquias, enquadrando-se cronologicamente nos séculos IX-X, porém em Mértola surgiram com uma cronologia mais tardia, nomeadamente no século XII (Catarino, 1997, p. 436; Martinez, 2014, p. 111).

5.4.3. Loiça de armazenamento

No que respeita à loiça de armazenamento, podemos enquadrar quatro exemplares, um deles trata-se de um cântaro (AS/CC/93-97/1138) com um bordo bastante acentuado para o exterior, colo troncocónico invertido, corpo ovóide, base convexa e plana e duas asas verticais que partem do colo e terminam no corpo. A pasta é alaranjada e a peça possui a nível decorativo, três traços de pintura branca, sendo muito comum este tipo ornamental nas cerâmicas do Período Emiral, conforme já referimos, enquadrando-se o exemplar no século IX (**Fig. 190**). Peças semelhantes foram encontradas em Silves com a mesma cronologia referida (Gomes, 1988, p. 193).

Para além do cântaro, temos três fragmentos de talhas estampilhadas do período almóada, uma delas apresenta pasta de tom bege e uma outra pasta vermelha, ambas decoradas com motivos vegetalistas (AS/CC/93-97/1015,1175) (**Figs. 191; 192**). O último fragmento de talha (AS/CC/93-97/1016) apresenta pasta clara tendo sido coberta com vidrado verde e decorada com motivos igualmente vegetalistas (**Fig. 193**). Podemos encontrar peças idênticas em Mértola, Silves e Castelo de Salir, inserindo-se cronologicamente entre a segunda metade do século XII e a primeira metade do século XIII (Martinéz, 2001, p. 163-164; Gomes, 2003, p. 255-260; Catarino, 1997, p. 500).

5.4.4. Contentores de fogo

Um dos candis que se encontra no Museu da Cripta de pasta cinzenta (AS/CC/93-97/1142), possui um bico bastante curto triangular, corpo globular e colo pouco desenvolvido, possivelmente com uma cronologia entre os séculos VIII e IX, dado no século X já surgirem candis com bicos maiores (**Fig. 194**). Exemplar semelhante foi

encontrado em Silves na camada 8, correspondente ao início do emirato, enquadrando-se nas cronologias referidas (Gomes, 1988, p. 94).

O candil (AS/CC/93-97/1407) apresenta bordo arredondado, corpo bitroncocónico com uma pronunciada carena e uma asa que une o colo ao corpo e à base. O bico encontra-se fraturado mas são visíveis marcas de fogo e possivelmente teria forma pentagonal. A pasta é branca e a decoração, apesar de estar muito sumida, evidencia traços de pintura vermelha e vestígios de corda seca parcial (**Fig. 195**). Exemplares semelhantes encontram-se, por exemplo, em Mértola, Silves, Castelo Velho de Alcoutim e em Múrcia, enquadrando-se cronologicamente entre os séculos X-XI/XII (Martinez, 2014, p. 155; Gomes, 1988, p. 212, Catarino, 1997, p. 361, Palazón, 1986, p. 139).

Um outro fragmento de candil (AS/CC/93-97/444) possui forma de disco impresso, típico do Período Almóada, com pasta clara e as superfícies vidradas com um melado muito escuro (**Fig. 196**). A última peça de fogo trata-se de um fragmento de candeia (AS/CC/93-97/1028), igualmente característica da última fase de ocupação muçulmana, com um bordo extrovertido, corpo troncocónico invertido, base côncava e asa vertical. Toda a peça foi revestida com vidrado verde (**Fig. 197**). O primeiro exemplar apresenta semelhanças com peças exumadas na Alcáçova do Castelo de Mértola, enquadrando-se cronologicamente no século XII-XIII (Martìnez, 2014, p. 421). O segundo exemplar encontrou-se na mesma cidade referida, igualmente em Silves, Salir e Múrcia, enquadrando-se cronologicamente na primeira metade do século XIII (Martinéz, 2001, p. 160; Gomes, 2003, p. 242; Catarino, 1987, p. 494; Palazón, 1986, p. 197).

5.4.5. Armamento

No que respeita aos testemunhos de guerra existem alguns exemplares no museu, bem ilustrativos, nomeadamente nove pontas de flecha ou virotes de besta (Inv. 502-510), duas delas apresentam estrutura tubular cilíndrica ou levemente cónica devido à fixação da haste de madeira, sessão quadrangular e cabeça piramidal (**Fig. 198**). Em Mértola, Silves e no Castelo de Salir surgiram peças semelhantes em contextos arqueológicos datados entre a segunda metade do século XII e a primeira metade do século XIII (Rafael, 1999, p. 127; Gomes, 2003, p. 198; Catarino, 1987, p. 510). Uma outra ponta

de flecha possui forma semelhante às anteriores referidas, todavia a cabeça é quadrada indo terminar numa ponta em bico.

Duas outras pontas de flecha apresentam estrutura cilíndrica para a fixação central da haste e cabeça piramidal, mas esta é mais estreita e fina que as anteriores mencionadas, possuindo paralelos com peças exumadas na Alcáçova de Silves, na Batalha de Alarcos, Castelo de Calatrava la Vieja e no Castelo cristão de Barrios de Luna (Gomes, 2003, 198; Paixão, Faria, Carvalho, 2001, p. 376). As restantes quatro pontas de flecha caracterizam-se pela sua estrutura cilíndrica na base, onde assentaria a haste, e com uma cabeça comprimida e estreita em bico. Peças semelhantes foram exumadas em Silves e no Castelo de Salir em contexto Almóada. No Castelo de Rougiers, peças idênticas apareceram em contextos arqueológicos datados do século XIII (Gomes, 2003, p. 198; Catarino, 1987, p. 510).

Para além das pontas de flecha, existem ainda dois projéteis de funda em pedra (Inv. 415, 1189) e um fragmento de uma noz de besta em osso (Inv. 527). A documentação europeia refere a utilização daquela no século X, porém o seu uso só começa a ser difundido a partir do século XI, generalizando-se na Península Ibérica no século XII (Rafael, Torres, Gómez, 2008, p. 61). É, possível, que o exemplar referido enquadre-se cronologicamente entre os séculos XII-XIII, momento das duas reconquistas cristãs da cidade, respetivamente em 1160 e em 1217.

Encontra-se igualmente no museu um dedal de arqueiro (Inv. 1133) que protegeria o dedo dos vários disparos efetuados, que a longo prazo, poderiam magoar o dedo indicador no momento da exerção da força do arremesso. Uma ponta de lança (Inv. 501) faz igualmente parte da exposição do museu. Aquela trata-se, possivelmente, de uma evolução das pontas de flecha piramidais, com um cabo de estrutura tubular convexa e uma grande cabeça piramidal pontiaguda. Segundo os arqueólogos do município, aquele exemplar, foi exumado num contexto arqueológico datado entre os séculos XIII-XIV.

5.4.6. Outros objetos

Para além da loiça e dos materiais de guerra referidos, existem ainda outras peças que decidimos enquadrar neste tópico, nomeadamente duas peças de jogo em cerâmica (AS/CC/93-97/1143, 1144), possivelmente utilizadas num tabuleiro do jogo *Alquerque*,

um espevitador de candil (AS/CC/93-97/542) que era usado no controlo da mecha para atiçar ou atenuar a chama, exemplares semelhantes foram exumados no Bairro da Alcáçova Mértola, inserindo-se cronologicamente nos séculos XII-XIII (Macias, 1996, p. 92) (**Figs. 190; 200**).

Dois objetos que ilustram as atividades artesanais diárias, nomeadamente duas torres de roca em osso trabalhado (AS/CC/93-97/530, 1134), possuem formas cilíndricas, com sessão horizontal superior circular e sessão inferior circular e quadrangular (**Fig. 201**). Surgiram em contextos arqueológicos da primeira metade do século XII e segunda metade do século XIII, com paralelos, por exemplo, em Mértola e Silves (Rafael, 2001, p. 171; Gomes, 2003, p. 188).

Por último, temos um fragmento de um alcatruz de nora de água (AS/CC/93-97/1151), nomeadamente a parte inferior daquele com base cónica e paredes curvas, apresentando pasta alaranjada e em redor uma canelura (**Fig. 202**). O Alcatruz era utilizado para a elevação das águas retiradas das noras, incitando, deste modo a sua existência no interior da *medina* ou da alcáçova. A forma desta peça remete-nos para cronologias mais recentes do Período Islâmico, dado as formas mais antigas Emirais e Califais, apresentarem base plana, sendo a base cónica atribuída aos períodos mais recentes (Catarino, 1987, p. 380). Este exemplar apresenta semelhanças com um fragmento de alcatruz exumado na encosta do castelo de Mértola, atribuído cronologicamente aos séculos XII-XIII (Martínez, 2014, p. 165).

5.5. Espaços, quotidianos, comércio e produção

Face ao desconhecimento relativo às estruturas, tal como às unidades estratigráficas de onde provieram os materiais descritos do museu da cripta, torna-se bastante difícil estabelecer cronologias fiáveis para o conjunto analisado e praticamente impossível fazer uma aproximação ao conhecimento do espaço urbano. Para isso, será necessário o estudo e a contextualização de todo o espólio que se encontra ainda por analisar nas reservas da cripta arqueológica, proveniente das escavações atrás referidas, abrangendo todos os setores intervencionados, de modo, a conhecer-se a predominância do conjunto amostral de cada um deles, tendo em vista datar e conhecer os espaços.

Apesar destes inconvenientes, através de paralelos com outros arqueossítios, é possível atribuir datações aproximadas para algumas das peças presentes no museu e ter

igualmente uma ideia de como seriam os quotidianos das populações que habitavam a alcáçova e a *medina*, sendo ainda permissível conjeturar sobre os circuitos comerciais e relações de Alcácer do Sal com as outras cidades do *al-Andalus*.

O conjunto de peças analisadas do museu testemunham, primeiramente, os cinco séculos da presença muçulmana naquela cidade, desde o século VIII até ao século XIII, conforme podemos verificar pelos paralelos formais, técnicos e decorativos dos fragmentos cerâmicos descritos, comprovando a existência de uma ocupação no núcleo urbano logo nos inícios da islamização, conforme referem as fontes muçulmanas e tal como demonstram os vestígios existentes de fortificações anteriores aos Períodos Almorávida e Almóada.

Assim no que se refere ao Período Emiral/Califal, existem cerâmicas características das populações autóctones que já habitariam aquele território antes da chegada dos muçulmanos, denunciado aspetos das produções tardo-romanas e visigóticas, como são exemplo, o candil de bico curto de pasta cinzenta, alguns púcaros, um jarro, algumas jarras e o cântaro decorado com três traços de pintura branca, contrariando deste modo, o que alguns autores referem acerca da cidade se encontrar abandonada no momento da chegada da família bebere dos *Banu Danis*. Por outro lado, existem cerâmicas produzidas localmente ou regionalmente, sobretudo no que toca à loiça de cozinha, com formas e temáticas decorativas do Islão, que indicam a existência de fornos de cerâmica na cidade, sendo aqueles já bastante conhecidos no Período Romano ao longo das margens do rio Sado, sendo atestada ainda a sua existência no núcleo urbano durante a Idade Moderna, porventura alguns deles poderão datar do Período Muçulmano.

Outro pequeno conjunto de cerâmicas vidradas, decoradas com técnicas mais elaboradas, como o caso das peças a verde e manganês, corda seca parcial, os esgrafitados sobre engobe negro e até os reflexos metálicos dourados (como o exemplo do fragmento de jarra proveniente do pátio), indicam tratar-se, na sua maioria, de peças importadas. A cerâmica a verde e manganês, bastante difundida no *al-Andalus* nos séculos X e XI, sobretudo a partir da cidade palatina de Medina-al-Zahra, traduz influências recebidas do Próximo Oriente, desde o século VII, sucessivamente desenvolvidas pelos centros oleiros do Médio Oriente, executando uma técnica decorativa que se iria espalhar por todos os territórios do *dar al-Islam*, como foi o caso da cidade palatina mencionada. Durante os Reinos de Taifas, terão surgindo em algumas

cidades, como o caso de Silves e Mértola, centros oleiros imitando esta técnica (Gomes, 1998, p. 53-54; Martínez, 2014, p. 284).

O fragmento de taça decorada a verde e manganês com a representação de uma cruz quadrada ou palmetas e ao centro um cordão da eternidade, são figurações típicas no reportório cerâmico do século X, devendo-se o exemplar tratar de uma peça importada, possivelmente de Medina-al-Zahra, momento em que a cidade de Alcácer do Sal já se encontrava sob o domínio de Córdova, conforme referem as fontes. Por outro lado, o fragmento de jarra que apresenta esta mesma técnica decorativa e, para a qual, não encontramos paralelos poder-se-á tratar de uma produção local ou regional, quiçá possivelmente, da cidade de Évora, onde existe uma grande coleção de verde e manganês[30], denunciado a existência desta produção na cidade (algo que carece de comprovação), possivelmente nos finais do Período Califal e, sobretudo durante os Reinos de Taifas, altura em que a aquela conhece um grande desenvolvimento económico (Filipe, 2012, p.55).

A técnica corda seca parcial que tem vindo a ser atribuída ao século XI e que irá perdurar até aos últimos séculos da ocupação muçulmana, está presente em dois exemplares no museu, nomeadamente no jarro, encontrado num contexto arqueológico datado do século IX-X e um candil, possivelmente datado do século X-XI/XII, tratando-se, eventualmente ambas de peças importadas. No que respeita ao jarro, com uma cronologia correspondente aos inícios do Período Islâmico, enquadra-se na datação atribuída igualmente a uma peça semelhante, decorado com corda seca parcial, exumado em Silves (Gomes, 1988, p. 103).

Claramente de importação serão os fragmentos de jarras esgrafitadas sobre engobe negro de cronologia Almóada, provavelmente importadas de Múrcia, onde se conhece grande produção deste tipo de cerâmica, tendo chegado a Alcácer do Sal, via marítima, possivelmente de Mértola, onde igualmente surgiram algumas peças idênticas (Palazón, 1986a, pp. 59-65; Gomes, 1988, p. 145; Martínez, 2014, p. 286).

Outros exemplares, durante o Período Almóada, poderão ter sido igualmente importados, todavia não nos é possível saber a sua proveniência, dada a estandardização da cerâmica nesta época por todo o *al-Andalus*, encontrando-se Alcácer do Sal bem enquadrada dentro dos circuitos comerciais, conforme sugerem a riqueza das peças

[30] Atualmente a ser estudada por José Santos, no âmbito da sua tese de Mestrado em História Medieval, na Universidade de Évora.

exumadas deste período. As cerâmicas importadas demonstram a riqueza da elite que viveria na alcáçova, dado que só mesmo alguém com recursos económicos poderia comprar este tipo de peças, todavia essa riqueza não se restringiu somente ao Período Almóada, conforme apontam as peças ricamente decoradas em verde e manganês, assim como em corda seca parcial, correspondente aos inícios da islamização, momento em que a família berbere dos *Banu Danis* estaria instalada em Alcácer do Sal, submetida então ao califado de Córdova.

Para além de aspetos relacionados com os circuitos comerciais e riqueza dos habitantes da alcáçova, os objetos expostos no museu mostram-nos um pouco do quotidiano das populações que viveriam em Alcácer. A existência de peças de jogo, evidencia o gosto dos habitantes por este tipo de atividades lúdicas que não eram bem vistas aos olhos do islão, porém fazia parte dos quotidianos das cidades e seria uma forma de divertimento e de distração, não só para as elites da alcáçova, mas também para os habitantes da *medina*. Para além destas, haveria outro tipo de atividades, conforme sugere a presença das torres de roca, que ocuparia muito tempo entre as mulheres, nomeadamente atividades artesanais, como a tecelagem, a confeção do vestuário ou de artigos de pele.

Testemunhos das guerras da reconquista, são também visíveis nos materiais, não nos podemos esquecer que para além de todo o esplendor vivido nas cidades do *al-Andalu*s, esta era igualmente uma época de conflitos que obrigava, não só à fortificação das cidades, como similarmente à fabricação de materiais destinados a essas atividades bélicas, dado que a qualquer momento uma cidade poderia sofrer um cerco e as populações necessitarem de defender-se.

Conclusão

A presente dissertação foi fruto de um trabalho de investigação pessoal na tentativa de conhecer e dar a conhecer aos outros o passado islâmico da terra que me viu crescer ao longo de todos estes anos. As dúvidas e obstáculos ao longo do desenvolvimento da realização deste estudo foram algumas, dado a falta de informações que permitissem uma abordagem mais clara e precisa que só a realização de novas intervenções arqueológicas poderão vir a dar resposta. Desde modo, sobretudo os aspetos relacionados com a disposição urbanística, são meras hipóteses baseadas na documentação histórica, vestígios arqueológicos, paralelos e toponímia que poderão vir a ser questionadas em futuras investigações.

Este ensaio monográfico é portanto, o resultado das várias pistas descobertas, dos testemunhos que foram encontrados e de muitas perguntas feitas que originaram o corpo do texto desta dissertação, possibilitando assim uma aproximação ao conhecimento do passado da cidade de Alcácer do Sal em Período Muçulmano. Não podemos, todavia, encarar este trabalho como uma meta finalizada, mas sim como um contributo para aquilo que poderá vir a ser o desenrolar de novas investigações, dado que ainda há muito trabalho a ser feito no que diz respeito a Alcácer do Sal.

Pretendeu-se fazer uma aproximação ao conhecimento do espaço urbano da cidade em Período Islâmico e do seu sistema defensivo, tentando ainda compreender a sua evolução, abarcando uma cronologia desde o século IX ao século XIII. Através da análise dos vários panos de muralha e torres da fortificação, podemos constatar com base nos paramentos construtivos, formas, paralelos com outras fortificações do *al-Andalus*, consulta da documentação histórica e fontes iconográficas, que Alcácer do Sal possuiria no século IX uma pequena fortificação quadrangular com quatro torres maciças nos seus ângulos de formato retangular, assemelhando-se às fortificações omíadas orientais presentes na zona da Síria com influências bizantinas e sassânidas, tendo sido possivelmente erguida a partir da segunda metade do século IX, quando a família dos *Banu Danis* se instalou em Alcácer do Sal, passando a cidade a designar-se de *Qasr Abi Danis.*

É contemporânea desta altura a porta de arco ultrapassado que se encontra na torre 3 da alcáçova, dando acesso a um segundo piso daquela, existindo possivelmente várias divisões estruturadas em redor de um pátio central, mantendo-se essa organização

até à instalação das clarissas no Convento. Os paramentos construtivos daquela fortificação primitiva, tal como da porta, caracterizam-se pela utilização de elementos arquitetónicos do Período Romano, a designada *spolia,* sendo ainda visível em alguns aparelhos a utilização de *soga* e *tissão,* denunciado a sua edificação no Período Emiral, tal como podemos observar nas muralhas de Mérida. Desde modo, nos primeiros tempos da ocupação islâmica, a cidade possuiria um palácio fortificado, datando da mesma altura a construção da cozinha, poço e compartimento precedente ao salão que se encontram dentro da alcáçova e estariam em uso os equipamentos e espaços públicos romanos da cidade, como a grande via que segue no sentido Oeste-Este, tendo sido reutilizadas, possivelmente para fins comerciais as *tabernae* que se encontram junto desta via.

Durante o século X, com a instalação do califado de Córdova, a família dos *Banu Danis* submeteu-se ao poder Califal, confirmando *Abd al-Rahman III* o governo de *Yahyā b.Abi Dānis* à frente de Alcácer do Sal e do seu sobrinho *Abd Allān b. Umar b. Abī Danis* como governador das dependências montanhosas da fortaleza, os montes *Banu Benamocer,* ou seja a Serra da Arrábida.

É possível que nesta altura a cidade tenha conhecido um crescimento económico, devido não só à via que a ligava a Évora e Badajoz, como também, devido à sua relação com Córdova e, sobretudo, pela sua condição de cidade marítima, com bastantes recursos naturais, nomeadamente boa madeira conforme nos diz *al-Idrisi*, justificando desta forma a instalação de um estaleiro de construção naval por parte do poder Califal em Alcácer do Sal. É importante relembrar igualmente, os ataques vikings que o *al-Andalus* vinha a sofrer nesta altura, na medida em que foi de Alcácer que se deu um alerta de um novo ataque, em 956, corroborando a hipótese da existência de uma vigilância marítima, assim como de estruturas defensivas para controlo do rio Sado.

O palácio fortificado teria sofrido nesta altura um alargamento construindo-se novas torres, desta vez quadrangulares, conforme comprovam os vestígios da torre 5 e 8, já com paramentos construtivos diferentes das torres e panos de muralha do período anterior, tendo sido aquelas edificadas em alvenaria de pedra média aparelhada e outras não, dispostas em fiadas paralelas, ligadas por argamassa e consolidadas nas juntas por pedra miúda e fragmentos de tijolo, paramentos esses, semelhantes aos paramentos de algumas torres do castelo de Palmela datáveis também do século X, tendo sido essas

torres construídas possivelmente, ao mesmo tempo que decorriam as obras de remodelação em Alcácer do Sal. A torre 5 defenderia, talvez com uma outra torre que se encontraria no lugar da torre 7, a entrada direta na alcáçova que ai se localizaria.

Pensamos que teria sido igualmente nesta altura que se traçaram as principais vias da cidade (atual Rua das Torres e Rua Matriz), construindo-se no seu centro a mesquita principal, tornando-se a via romana uma via secundária, edificando-se igualmente o primeiro recinto fortificado da *medina*, conforme denunciam os vestígios existentes de panos de muralhas e torres, nomeadamente a torre 14, base da torre 15, torres 25, 29 e 30 com o paramento construtivo semelhante às torres 5 e 8 da alcáçova, tendo-se erigido ainda nesta altura a muralha de separação entre a alcáçova e a *medina*.

A importância do crescimento do porto devido à instalação de um estaleiro de construção naval, levou à edificação de um arrabalde portuário que estaria ligado às atividades que achar-se-iam ai fixadas, nomeadamente a pesca, a construção naval, as indústrias e onde se realizavam trocas comerciais, tendo-se edificado a artéria principal deste arrabalde que pensamos tratar-se da Rua dos Almocreves. Na colina Este da fortificação, junto à Porta de Ferro, ter-se-á desenvolvido um outro arrabalde e possivelmente pequenos mercados para a troca de produtos oriundos do meio rural e trazidos igualmente por via marítima.

Durante os Reinos de Taifas e Período Almorávida, devido à maior fase de insegurança vivida nestas épocas, ter-se-á construído um fosso em redor de toda a fortificação, dado que em 1991, quando *Abu Yu´qub al-Mansur* cercou a cidade deparou-se com um fosso enorme rodeando aquela. Ainda durante o Período Almorávida terá sido edificada a torre 6 da alcáçova, construindo-se um sistema mais complexo de entrada em triplo cotovelo, esta hipótese é plausível, dado que aqueles são conhecidos pela inserção de portas nas torres, procedendo também a grandes obras de edificação e restauro de estruturas defensivas no *al- Andalus* nas alcáçovas e nos núcleos urbanos.

Com a instalação dos Almóadas em Alcácer do Sal foram empreendidas grandes obras na fortificação, tendo-se construído uma couraça e barbacã que rodearia toda a encosta a Norte e Este da cidade, construindo-se novas torres e muralhas em taipa na alcáçova e *medina*, datando desta altura as torres albarrãs, adossadas à muralha e a torre albarrã octogonal situada no extremo nascente do circuito amuralhado, tendo-se

reaproveitado as bases do circuito anterior para o assentamento das novas muralhas e torres em taipa.

A nível de estruturas urbanas datarão desta época o salão e complexo de instalação sanitária situados dentro da alcáçova, assim como, possivelmente, algumas fossas sépticas e silos para o armazenamento de frutos e cereais, e ainda o pátio junto da muralha da alcáçova, conforme atestaram a análise dos materiais provenientes desse compartimento. O estudo daqueles comprovou, não sou a caracterização do espaço e a sua datação, como nos mostrou um pouco dos quotidianos daquela casa, assim como a riqueza dos seus habitantes que possuíam um gosto pelo requinte, importando peças de outras zonas do *al-Andalus*, mas também adquirindo peças, provavelmente de produção local, como por exemplo, as taças com cordões verticais não vidradas.

Com a instalação dos Almóadas, ter-se-á edificado, eventualmente uma nova Mesquita *Aljama*, dado que a anterior existente erigida no Período Califal, terá sido desmantelada para a construção de um edifício ligado ao culto cristão. O próprio desalinhamento do edifício da Igreja de Santa Maria do Castelo, orientada no sentido Sudoeste-Nordeste e Sudeste-Noroeste, denuncia a sua adaptação a um edifício pré-existente, tal como o próprio culto ao orago de Santa Maria, característica da existência no local de uma mesquita. Em redor daquela, localizar-se-ia o *suq* onde se comercializaria os produtos de luxo e nas proximidades da Porta de Ferro estariam localizados os banhos públicos e pequenos mercados.

A cidade possuiria pelo menos duas necrópoles, uma situada a poente do recinto amuralhado, junto das portas da alcáçova e da *medina* que ai existiriam, com enterramentos datados do século XI, nomeadamente das primeiras taifas e uma outra localizada junto ao Convento de São Francisco, possivelmente com uma datação entre os séculos XI/XII, dado que se encontraram duas fossas, nas proximidades desse convento, com materiais islâmicos dentro das cronologias referidas, estando esta necrópole eventualmente em ligação com o arrabalde ali existente.

Os testemunhos materiais analisados do Museu da Cripta Arqueológica da cidade demonstram, os cinco séculos da presença muçulmana em Alcácer do Sal e dão-nos alguns elementos relacionados com os circuitos comerciais, a riqueza dos habitantes, ilustrando ainda os seus quotidianos. Peças ricamente decoradas com a técnica verde e manganês, corda seca parcial, reflexo metálico e o esgrafitado terão sido

importadas de outras cidades do *al-Andalus*, todavia outras peças de cerâmica comum terão sido produzidas localmente ou regionalmente.

A longa ocupação humana que Alcácer do Sal teve ao longo dos séculos, só foi possível devido à existência de bons recursos naturais para o estabelecimento destas populações. Durante os primórdios da islamização foi utilizado nas construções das muralhas e torres o biocalcarentio presente na região e no Período Almóada a taipa. A grande concentração de pinheiros dispersos pela região permitiu a construção de embarcações, mas também foi utilizada na construção de habitações, conforme vimos ao longo das Idades Média e Moderna. Possuía ainda, solos férteis para a agricultura, mel, grande produção de trigo, vinhas, oliveiras, muita caça e, certamente, várias alcarias dispersas pelo território que estariam em contínua relação com a cidade, justificando, deste modo, as várias disputas pela posse daquele território ao longo do período em estudo.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas:

AN/TT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734.

AN/TT, Chancelaria de Afonso V, livº. 18, fl.14.

AN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, 194.

Fontes Impressas:

a) Árabes

ABU ´UBAYD AL-BAKRÎ, *Geografia de España (Kitâb al-Masâlik Wa-I-Mamâalik*), (introd. e trad. de Eliseo Vidal Beltrán), col. Textos Medievales, nª53, Zaragoza, Anubar ed., 1982.

BLÁZQUEZ, A., *Abu-Ab-Alla-Mohamed-al-Edrisi – Descripción de Espanã*, Madrid, s/editora, 1901.

CATALÁN, Diego; ANDRES, Mª Soledad de; et alli, Cronica *del Moro Rasis. Version del Aljibar Muluk Al-Andalus de Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musa Al- Rasi, 889-955: Romanzada para el Rey Dom Dionis de Portugal hacia 1300 por Mahomad Alarife y Gil Pérez, (Trad.- Fuentes Cronísticas de la Historia de Espanã III)*, Madrid, Ed. Gredos, 1975.

CRÓNICA ANÓNIMA de Abd al-Rahmân III al-Nâsir, edit e trad. por E. Lévi-Provençal e E.Garcia Gómez, Madrid – Granada, C.S.I.C., 1950.

COELHO, António, Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Editorial Caminho, 2008.

GAMAL ´ABD AL-KARIM (ed.), "La España muçulmana en la obra de Yâqûb (XII-XIII). Repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de al-Andalus extraído

del Mu´yan al-buldân (Diccionario de los países)" *in Cuadernos de Historia del Islam*, nº6, Granada, Universidade de Granada, 1974.

IDRÍSÍ, *la première Geographie de L`Occident*, Presentation, notes, index, chronologie et bibliographie par Henri Bresc et Annliese Nef, traduction du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef, Paris, Flammarion, 1999.

IBN HAYYAN, *Crónica del Califa ´Abd al-Rahman III al-Nasir entre los años 912-942 (al- Muqtabis* V), tradução, notas e índices por de M. J. Viguera e F. Corriente, Zaragosa, Anubar ed./ Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1981.

IBN HAZM, *Naqt al-Arûs*, Valencia, Anubar, ed., 1974.

IBN AL-QÛTIYA, Julián Ribera, *História de la conquista de España de Abenalcotia el cordobés*, Colección de Obras Arábigas de História y Geografía, Tomo II, Madrid, Real Academia de la Historia, 1926.

LÉVI-PROVENÇAL, E., *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d´aprés le Kitab Ar-Rawd Al-mi´tar Fi Habar Al-Aktar d`Ibn Abd Al-Mun`im Al-Himyari*, Leiden: Brill S.A., Publications de la Fondation de Goeje, 1938.

LÉVI-PROVENÇAL, E., *La description de l`Espagne d`Ahmad Al-Razi-Essai de reconstitucion de l`original árabe et tradution française*, Al-Andalus, Madrid, XVIII, 1953, p. 51-108.

b) Cristãs

ALFONSO X (El Sábio), *Cantigas de Santa Maria, vol. II,* notas de Walter Mettman, Madrid, Castalia, 1988.

CARDOSO, Padre Luiz, *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.

COSTA, Padre António Carvalho, *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Reyno de Portugal*, vol. III, Braga, 1869.

FERREYRA, Miguel Lopes, *Chronica DelRey D. Affonso Henriques por Duarte Galvão*, Fielmente copiado do seu original, que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo, Lisboa Occidental, Officina Ferreyriana, 1726.

GALVÃO, Duarte, *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Affonso Henriques Primeiro Rey de Portugal*, Lisboa Occidental, Officina Ferreyriana, 1726.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descripção do Reyno de Portugal*, Lisboa, Imp. Jorge Rodrigues, 1610.

PINA, Ruy de, *Chronica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Principe D. Afonso II. Terceiro Rey de Portugal*, Lisboa Occidental, Officina Ferreyriana, 1727.

Monografias e artigos:

ALARCÃO, Jorge, *O Domínio Romano em Portugal*, Mira-Sintra, Publicações Europa-América, 1988.

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

ALMAGRO, Antonio, "Planimetria de las ciudades hispanomusulmanas" *in Al-Qantara*, vol. VIII, Madrid, 1987, pp. 421-448.

ANTUNES, M. Telles, *Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000: notícia explicativa da folha 39-C, Alcácer do Sal*. *Noticia,* Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal: arte da alta Idade Média*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

ALVES, Adalberto, *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, Lisboa, INCM, 2013.

AFONSO, Carlos Filipe, "Técnicas e tácticas de assédio e defesa dos castelos de Portugal no contexto da reconquista – O caso de Alcácer, 1217" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. II*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 517-539.

BALBÁS, Leopoldo Torres, "La mezquita de la alcazaba de Badajoz" *in Al-Andalus*, vol. III, fasc. 2, Madrid-Granada, 1943, pp. 466-470.

BALBÁS, Leopoldo Torres, "La mezquita mayor de Granada" *in Al-Andalus*, vol. X, fasc. 2, Madrid-Granada, 1945, pp. 412-430.

BALBÁS, Leopoldo Torres, "La mezquita mayor de Almeria" *in Al-Andalus*, vol. X, fasc. 2, Madrid-Granada, 1953, pp. 409-432.

BALBÁS, Leopoldo Torres, *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Instituto Hispano Árabe de Cultura, 1985.

BARCELÓ, Carmen, LABARTA, Ana, "Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal" *in Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, Setúbal, 1987, pp. 239-243.

BEIRANTE, Maria Ângela, *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

BELLIDO, Javier Garcia, "Procesos de Morfogénesis de la Medina" *in La Ciudad en el Occidente Islámico Medieval: nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes*, (Dir.) PAZALÓN, Julio Navarro, Granada, Universidade de Granada, CSIC, 2004.

BEDIA, Juana; MACIAS, Juan Aurelio Pérez, "Un lote de cerâmica islámica de Niebla" *in Arqueologia Medieval, nº 2*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 55-62.

BRITO, Raquel Soeiro De, "Introdução Geográfica" in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, *Antes de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.p. 29-77.

BUENO, Samuel Márquez; DAZA, Pedro Gurriarán, "La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales" *in Arqueología y território medieval*, nº 10, vol. I, 2003, p. 57-118.

BUENO, Samuel Márquez; DAZA, Pedro Gurriarán, "Tras las huellas de los almohades. Reflexiones sobre las últimas fortificaciones del Badajoz andalusí" *in Cuadernos de Arquitectura y Fortificación*, nº 0, Madrid, 2012, p. 55-76.

BUGALHÃO, Jacinta, *"Lisboa Islâmica: uma realidade em construção" in Xelb 9-6º Encontro de arqueologia do Algarve*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp. 379-393.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João, "Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês) " *in Revista Portuguesa de Arqueologia, nº1, vol. 10*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 317-343.

CAETANO, Carlos, "A casa da câmara sobre a porta das muralhas da cidade" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. II*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 589-599.

CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol Aires, *Al-Qasr Arqueologia e Historia de uma Madina do Garb al-Andalus sécs. VIII-XIII*, Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2008.

CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; FARIA, João Carlos Lázaro, "O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana" *in Bracara Augusta, vol. 46 (Actas do Encontro de Arqueologia Urbana)*, Braga, 1994, pp.215-264.

CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro; FARIA, João Carlos Lázaro, "Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli" *in Arqueologia Medieval, nº7*, Mértola, Edições Afrontamento, 2001, pp.197-209.

CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro, "Cerâmicas almoadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal) *in Garb: Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa/Mérida, IPPAR/Junta da Extremadura, 2001a, pp. 199-229.

CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos, "Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal" *in Arqueologia Medieval, nº3*, Mértola, Edições Afrontamento, 1994, pp.101-112.

CARVALHO, Carmen Dolores Sobral, *Relatório de Escavação Antropológic*a: Intervenção Antropológica na encosta ocidental do castelo de Alcácer do Sal – Obra EDP, Alcácer do Sal, 2003.

CARVALHO, António Rafael, "A Torre Medieval de Santa Catarina Sítimos: elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada" *in Al-madan: A Arqueologia Portuguesa em Revista*, II série, Nº 15, Dezembro de 2007, p.5-7.

CARVALHO, António Rafael, *ALCÁCER DO SAL NO FINAL DO PERÍODO ISLÂMICO (Séculos XII-XIII): Novos Elementos sobre a 1ª Conquista Portuguesa*, Município de Alcácer do Sal, 2008.

CARVALHO, Maria Luís Vilhena de; SANTOS, Raquel; GOMES, Mónica, "A necrópole medieval islâmica e cristã de Beja: dados preliminares" *in V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Almodôvar, Igespar, Camara Municipal de Almodôvar, Universidad de Huelva, 2010, pp. 1-24.

CARNEIRO, André, *Itinerários Romanos do Alentejo Uma Releitura de "As Grandes Vias da Lusitânia- O itinerário de Antonino Pio" de Mário Saa, cinquenta anos depois*, Lisboa, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Colibri Artes Gráficas, 2008.

CATARINO, Helena, "Fortificações do Período Almóada no Sul de Portugal" *in Arquitecturas de Terra*, (edição) LEFILLEUL, Jean Nicolas; ALCARCÃO, Adília; CARDOSO, António José, Conimbriga, Museu Monográfico de Conimbriga, 1992, p. 11-28.

CATARINO, Helena, "O castelo de Paderne (Albufeira): Resultados da primeira intervenção arqueológica" *in Arqueologia Medieval, nº3*, Mértola, Edições Afrontamento, 1994, pp.73-87.

CATARINO, Helena, *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados*, Tese em Arqueologia, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997.

CASTILLO, Pedro Jiménez; BELLIDO, *La Ciudad en el Occident Islámico Medieval – nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes*, Pré-Actas do congresso, Granada, CSIC-Universidade de Granada, 2004.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina "O castelo e o povoado de Tavira. Traços evolutivos do islâmico ao cristão" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 427-434.

COTTART, Nicole Daniéle; CARVALHO, António, "Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal" *in Conimbriga*, vol. XLIX, 2010, P. 183-223.

CORREIA, Virgílio; CRUZ, Maria Das Dores, *Cerâmica Utilitária: normas de inventário*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

CORREIA, Virgílio, "Alcácer do Sal. Esboço de uma monografia" *in Biblos, vol. 6*, Coimbra, 1930, p. 40-59.

CORREIA, Fernando Branco, "Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 73-86.

CORREIA, Fernando Branco, *Elvas na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013a.

COSTA, Tânia, *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base*, PAREDES, Pedro, (coord.), Alcácer do Sal, 2009, Gabinete Técnico Florestal.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, "Ocupação Humana e Polarização de um Espaço Rural do Garb-Al-Andalus – O médio Tejo à luz da toponímia arábica" *in Arquipélago e História*, 2ª série, II, 1997, p. 353-385.

CUELLO, Antonio Malpica; ESCUDERO, Ángel González "Las defensas de la ciudad de Ilbira (Granada) " *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb*

(séculos VI a XVI), vol. I, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 63-72.

CHAGAS, José António Amaral Trindade, *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante o domínio almóada*, Dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995.

ENDERLEIN, Volkmar, "Syria and Palestine: The Umayyad caliphate" in HATTSTEIN, Markus; DELIUS, Peter (edi.) - *Islam: Art and Architecture*, Tandem Verlag GmbH, KONEMANN, 2004, pp. 59-87.

FABIÃO, Carlos, "A Romanização do Actual Território Português" in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal, [vol. 1] Antes de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.p. 191-271.

FARIA, João Carlos Lázaro; PAIXÃO, António Cavaleiro, *Relatório das escavações arqueológicas no convento de Nossa Senhora de Aracaeli*, Alcácer do Sal, 1996.

FARIA, João Carlos Lázaro, *Relatório da intervenção arqueológica na necrópole de S. Francisco*, Alcácer do Sal, ARQUEOHOJE, 2000.

FARIA, João Carlos Lázaro, *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

FARIA, João Carlos Lázaro, Relatório dos Trabalhos de acompanhamento arqueológico do troço subterrâneo entre a PT ENATUR – Castelo de Alcácer do Sal e o PT Santa Luzia, Alcácer do Sal, 2003.

FERREIRA, Carlos Jorge Alves, LOURENÇO, Fernando Severino, SILVA, Carlos Manuel Lindo Tavares da e SOARES, Joaquina, *Carta arqueológica do Distrito de Setúbal*. Setúbal, 1993.

FERNANDES, Isabel Cristina Fernandes, "A Península de Setúbal em época islâmica" *in Arqueologia Medieval, nº 7*, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 185-196.

FERNANDES, Isabel Cristina, *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

FERNANDES, Lídia, *Tabuleiros de jogo inscritos na pedra - Um roteiro lúdico português*, Lisboa, Apenas Livros, 2013.

FEIO, Mariano, "Le Bas Alentejo et l`Algarve" *in XVI Congrés International de Géographie*, Lisboa, CEG, 1949.

FILIPE, Vanessa, *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yábura – Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*, Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

FUENTES, Manuel Durán, "Marcas y grafitos en las obras públicas romanas" *in Congreso de las Obras Públicas en la Ciudad Roman*. CITOP. Lugo, 2008, p. 1-37.

GAMITO, Teresa Júdice, *O Algarve e o Magreb (711-1249)*, Algarve, Universidade do Algarve, 2007.

GARCÍA, Sánchez, "la conservación de los productos vegetales en las fuentes agronómicas andalusíes" in *La alimentación en las culturas islâmicas,* Madrid: agencia española de Cooperación internacional, 1994, p. 251-293.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela, "Dispositivos defensivos de Silves (Algarve, Portugal)" *in III Congresso de Arqueología Medieval Española*. Actas III Comunicaciones, (Coord.) CONDE, J. Fernández, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p. 287-295.

GOMES, Rosa Varela, "Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves" *in Xelb*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1988.

GOMES, Rosa Varela, "Contributo para o estudo das cerâmicas com decoração a "verde e castanho", de Silves" *in Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 43-55.

GOMES, Rosa Varela, "Arquitectura civil e militar de taipa no Barlavento Algarvio (sécs. XII-XIII)" *in Terra: Forma de construir 10º Mesa Redonda de Primavera*, (Coord.) CORREIA, Mariana; JORGE, Vitor Oliveira, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Argumentum, 2006, pp. 132-137.

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, Instituto Português de Arqueologia, 2006.

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*, Instituto Português de Arqueologia, 2011.

GOMES, Rosa Varela, "El Mundo Rural En El Sur Del Actual Território Português (Siglos XII-XIII)" *in Arqueologia Medieval – Els Espais De Secá*, nº IV, (Dir.) SABATÉ, Flocel, Agira, 2010, p. 99-116.

GOMES, Rosa Varela, "Urbanismo Islâmico em Portugal. Contributo Arqueológico" *in La Ciudad en el Occidente Islámico Medieval: nuevas aportaciones de la arqueología y relectura de fuentes*, (Dir.) PAZALÓN, Julio Navarro, Granada, Universidade de Granada, CSIC, 2004.

GOMES, Rosa Varela, *Arquiteturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*, Lisboa, Castelo de São Jorge, 2013.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela, "Castelo Belinho-Uma residência fortificada almoada" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 141-152.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela, "Torre de Odeceixe-Um novo tipo de arquitectura militar (sécs. XII-XIII)?" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 153-161.

GOMES, Ana; GASPAR, Alexandre "O castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 393-404.

GONÇALVES, Francisco; ANTUNES, M. Telles, *Noticia Explicativa da Folha 39 D Torrão 1/50.000*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal,1992.

GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri, 1995.

GUICHARD, Pierre, "Geographie historique et historie sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne" *in H.F.O.E.M.M, Travaux de la Maison de l`Orient*, nº4, Lyon, 1983, pp.87-93.

HOTEIT, Aida Youssef, "Espacio y Organización Urbana en la Ciudad Islámica" *in Cuadernos de Investigación Urbanística do Seminario de Planeamiento y Ordenación del Territorio del Instituto Juan del Herrera*, Madrid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, 1993, 5-49.

KENNEDY, Hugh, *Os Muçulmanos Na Península Ibérica : História Política do al-Andalus*, Publicações Europa-América, 1999.

LÉVI-PROVENÇAL, E.; TORRES BALBÁS, L., *España Musulmana (711-1031), Instituciones, sociedad, cultura*, História de España, tomo V, Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

LEÓN, Alberto, "La construcción en sillería en España durante la Alta Edad Media. Una revisión de la información arqueológica" *in Archeologia Medievale,* Vol. XXV, 2008, P. 55-74.

MACIAS, Santiago, *Mértola islâmica – Estudo histórico- arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII e XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

MACIAS, Santiago, *Mértola – o último porto do Mediterrâneo, Vol. I, II, III*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006.

MACIEL, M. Justino, *Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*, Lisboa, IST Press, 2009.

MALDONADO, Pavon Basilio, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas – Crónicas de viajes por el sur de Portugal*, Madrid, Agencia Espanõla De Cooperacion Internacional, 1993.

MALDONADO, Pavón Basilio, *Tratado de arquitectura hispanomusulmana, vol. 1I, Ciudades y fortalezas***,** Madrid, C.S.I.C., 1999.

MAZZOLI-GUINTARD, C. *Villes d`Al-Andalus l`Espagne et le Portugal à l`Époque Musulmane (VIIIe. XVe. Siécles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.

MAN, Adriaan De, "Muralhas urbanas entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 13-17.

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Jorge; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina, "Urbanismo e Arquitectura de Bracara Augusta. Sociedade, Economia e Lazer" *in Evolução da Paisagem Urbana – Sociedade e Economia* (cood.) RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa, Braga, CITCEM, 2012, pp. 29-67.

MARTÍNEZ, Santiago Feijoo; CALZADO, Miguel Alba, "El sentido de la Alcazaba emiral de Mérida: su aljibe, mezquita y torre de señales" *in Mérida, escavaciones arqueológicas*, nº8, 2002, p. 565-586.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, "Catalogo cerâmica" *in Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 107-167.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, "A cerâmica islâmica de Mértola" *in Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001ª, pp. 63-69.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, *La cerámica islámica de Mértola: producción y comércio*, texto policopiado, Dissertação de doutoramento apresentada na Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografia e Historia, 2004.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, "A cerâmica islâmica no Gharb al-Ândalus" *in Seminário a produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp. 95-116.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, "La Mezquita de Mértola, Portugal: Transformaciones de un espacio siempre sagrado" *in Los Monográficos del Consorcio V – Mezquitas en Toledo, a la luz de los nuevos descubrimientos*, Toledo, Consorcio de la ciudad de Toledo, 2006, pp. 319-333.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, "As marcas do trabalho" *in Os Signos do Quotidiano: Gestos, Marcas e Símbolos no al-Andalus*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2011, pp. 65-82.

MARTÍNEZ, Susana Gómez, *Cerâmica Islámica de Mértola: Museu de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2014.

MORALES, Alicia Candón, "A Necrópole Islâmica de Mértola" *in Arte Islâmica* (coord.) TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 83-99.

MUÑOZ, Alberto León, "Las fortificaciones de la Córdoba Almohade" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 337-354.

PALAZÓN, Julio Navarro, *La ceramica islamica em Murcia: volume I catálogo*, Múrcia, Centro Municipal de Arqueologia e Ayuntamiento de Murcia, 1986.

PALAZÓN, Julio Navarro, *La ceramica esgrafiada andalusi de Murcia*, Madrid, Casa de Velázquez, 1986ª.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "Casas e Palacios de al-Andalus. Siglos XII-XIII" *in Arquitectura residencial andalusi siglos XII-XIII*, Barcelona-Granada, Legado Andalusi/ Lunwerb Editores, 1995, pp. 17-32.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia: Platería 14. Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*, Murcia, Centro de Estudos Arabes y Arqueológicos "Ibn Arabi", 1997.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Murcia" in PASSINI, Jean (coord.): *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del primer curso de Historia y Urbanismo Medieval organizado por la Universidad de Castilla-La Mancha*. Cuenca, 2001, pp. 71-129.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "Sobre la ciudad islámica y su evolución" in S. F. Ramallo Asensio (ed.): *Estudios de Arqueología dedicados a la profesora Ana María Muñoz Amilibia*, Universidad de Murcia, 2003, pp. 319-381.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, La cerâmica andalusí de Siyâsa. Estudio preliminar *in Actas das 3ª Jornadas de cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Camâra Municipal de Tondela, 2003a, pp. 103-123.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "Evolución del paisaje urbano andalusí. De la medina dispersa a la saturada" in *Paisaje y naturaleza en Al-Andalus*, Granada: Fundación El Legado Andalusí, 2004, pp. 232-267.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo; GONZÁLEZ, Maria Jesús, "Sobre la formación del zoco. La excavación del solar de calle San Pedro de Murcia" *in Memorias de Arqueologia 14*, Granada, Murcia (Comunidad Autónoma), 2006, pp. 421-458.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, *Las ciudades de Alandálus – Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de estudios islámicos y del Oriente Próximo, 2007.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "Arqueología del baño andalusí: notas para su comprensión y estúdio" *in Cursos sobre el Patrimonio Histórico 13: Actas de los XIX cursos monográficos sobre el Patrimonio Histórico (edição) GIL, Jose Manuel Iglesias,* Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Reinosa, 2009, pp. 71-113.

PALAZÓN, Julio Navarro; JIMÉNEZ, Pedro Castillo, "La gestión del agua en la ciudad andalusí: el caso de Murcia" *in Patrimonio hidráulico y cultura del agua en el Mediterráneo (coord. Gómez Espín, J.Mª.; Hervás Avilés, R.Mª)*, Murcia, Fundación Séneca e Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2012, pp. 105-143.

PALMA, Maria de Fátima; MARTINEZ, Susana Gómez, "O castelo de Mértola em época islâmica" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I,* (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 405-412.

PAREDES, Fernando Villada; DAZA, Pedro Gurriarán "Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del Califato Omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tânger, Ceuta) " *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 51-62.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

PEREIRA, Catarina Saraiva, "Taipeiros, Construção com Terra e Relação com a Natureza" *in Terra: Forma de construir 10º Mesa Redonda de Primavera*, (Coord.) CORREIA, Mariana; JORGE, Vitor Oliveira, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Argumentum, 2006, p. 41-57.

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIIIe - XIIIe siècle): l'occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris Maisonneuve et Larose, 2000.

PICARD, Christophe, *L'Océan Atlantique musulman : de la conquête arabe à l'époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*, Paris, Unesco, 1997.

PICARD, Christophe, "L`origine du ribat en Méditerranée: un héritage «Abbasside»" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. I*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 163-173.

QUARESMA, António Martins, "João Rodrigues Mouro, Engenheiro Militar Oliventino em Setúbal" *in Revista de Estudos Extremenõs*, tomo LXV, nº III, Badajoz, Centro de Estudos Extrerrenõs-Disputación Porvincial, 2009, pp. 195-238.

RAFAEL, Lígia, "Estudo do armamento islâmico procedente da escavação na encosta do castelo e na alcáçova de Mértola" *in Arqueologia Medieval, nº6*, Mértola, Edições Afrontamento, 1999, pp.123-132.

RAFAEL, Lígia, "Metais, osso trabalhado e vidros" *in Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 169-179.

Rafael, Lígia; TORRES, Cláudio; GÓMEZ, Susana, "Os objectos do quotidiano no bairro almóada da Alcáçova de Mértola" *in Alcáçova do Castelo de Mértola: 1978-2008/trinta anos de arqueologia*, Campo Arqueológico de Mértola, 2008, pp. 49-65.

REI, António, *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. – XI h ./ XVII d.c.)*, IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2012.

REGALA, Frederico Tátá; GOMES, Esmeralda, *Património Arqueológico de Alcácer do Sal: Relatório Geral das Intervenções 2000-2004*, IPPAR.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal, vol. I, A Posição geográfica e o território*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal, vol. II, O ritmo climático e a paisagem*. Lisboa, João Sá da Costa, 1989.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal, vol. III, O Povo Português*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal, vol. IV, A vida económica e social*. Lisboa: João Sá da Costa, 1991.

RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização*: *Temas Portugueses*, Lisboa, Livros horizonte, 1980.

SAMPAYO, Mafalda, "A Escolha do Sítio nas Cidades Islâmicas Portuguesas" *in Al-madan*, II série, Tomo I, 2013, pp. 40-44.

SILVA, Carlos Tavares da, "Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal: 5000 anos de História" *in Al-madan*, Nº I, 1ª série, Almada, 1983, pp. 1-3.

SIDARUS, Adel; REI, António, "Lisboa e Seu Termo Segundo os Geógrafos Árabes" *in Arqueologia Medieval, nº 7*, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 37-72.

STIERLIN, Henri, *ISLÃO: DE BAGDADE A CÓRDOVA- A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*, Hohenzollernring, TASCHEN, 2002.

SILVA, Carlos Guardado da, *Lisboa Medieval – A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da, "Castelo de Alcácer do Sal" *in Informação Arqueológica*, vol. 2, Lisboa, 1982, pp. 73-76.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 5ª Edição, RAMOS, Rui (Coord.), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

SOLER, Alvaro; ZOZAYA, Juan, "Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional" *in III Congresso de Arqueología Medieval Española*. Actas III Comunicaciones, (Coord.) CONDE, J. Fernández, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1989, p. 265-274.

TAVARES, António, L. M., "Uma Nova Via na velha rede viária romana de Mangualde" *in actas V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*, Vila Nova de Foz Coa, 2009, pp. 269-288.

TORRES, Cláudio, "O Garb-Al-Andaluz" in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal, [vol. 1] Antes de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.p. 329-384.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Fundação Circulo de Leitores, 1998.

TORRES, Nádia, *O desenho na cerâmica islâmica de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2011.

TRIANO, Antonio Vallejo; ARANDA, José Escudero, "Aportaciones para una tipología de la cerámica común califal de Madinat al-Zahra" in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, 1999, pp. 133-176.

VASCONCELOS, José Leite, "Excursão arqueológica a Alcácer do Sal" *in O Arqueólogo Português*, vol. I, nº 3, 1ª série, Lisboa, 1895, pp. 65-92.

VIANA, Abel, "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*" in Arquivo de Beja, vol. V*, Beja, 1948, p. 3-62.

ZOZAYA, Juan, "Los spoliae en las murallas: significación, utilidade y problemas que plantean" *in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), vol. II*, (Coord.) FERNANDES, Isabel Cristina, Lisboa, Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 555-565.

ZOZAYA, Juan, ”Arquitectura militar en al-Andalus. “Actas do 6º Encontro de Arqueología do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sintesis e perspectivas de estudo.” Homenagem a José Luís de Matos” *in Xelb, nº 9,* 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, 2009, p. 75 - 126.

ZOZAYA, Juan “Fortificaciones tempranas” *in Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, Excma Diptucación Provincial de Palencia, 1994, p. 71 - 146.

ZOZAYA, Juan, "Fortificaciones tempranas en al-Andalus ss. VIII - X." *in Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500*). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (coord.) FERNANDES, Isabel Cristina. Palmela, Câmara Municipal de Palmela-Edições Colibri, 2002, p. 45 - 58.

ZOZAYA, Juan, “Las fortificaciones andalusies” *in Artigrama*, nº 22, 2007, p. 233-257.

ANEXO A – EXCERTOS DOCUMENTAIS

TEXTO 1

Memória Paroquial da freguesia de Santa Susana, comarca de Setúbal

Memória Paroquial da freguesia de Santa Susana, comarca de Setúbal
[ANTT, *Memórias Paroquiais*, Vol. 35, nº 243, pp. 1731 a 1734]
(Transcrição paleográfica de Fátima Pimenta)
(Revisão de Fernanda Olival).

/p. 1731/

Nº 243

"Excelentissimo e Reverendissimo Senhor
Santa Suzana termo de Alcacer do Sal

Para satisfazer aos interrogatorios incluzos que com ordem de Vossa Excelencia Reverendissima me forão entregues, procurei com aquelle ardente dezejo, que sempre me assistio, e conservo de servir a Vossa Excelencia Reverendissima, que pessoas antigas, e fidedignas me certeficassem do que manifesto na forma seguinte.

Fica esta freguezia em a provincia de Alentejo arcebispado de Evora, comarca de Setuval, filial da matris de Alcacere do Sal; e he de Sua Magestade como mestre da ordem militar de Santiago da Espada tem cem vizinhos e numero de pessoas seiscentas, está situada esta aldea am serra não muito alta, e por serras circunvizinhos mais altas se não descobre desta aldea povoação alguma; e está situada em meio quasi da freguezia, de sorte que para todas as partes da mesma terá distancia de huma legoa maior, ou menor he toda termo de Alcacere, excepto duas herdades, que supposto o curativo parochial seja desta freguezia, contudo são do termo, e gouerno das Alcaçovas. Está a parochia da parte de fora da aldeã, mas junta á mesma, e não tem mais lugares, ou aldeas esta freguezia.

A jgreja he de huma só nave, séo orago he = Santa Suzana = tem tres altares: o primeiro

he do orago, o segundo de Nossa Senhora do Rozario, de que há jrmandade, o treceito [sic] he das almas, que tambem tem jrmandade; o parocho he capellão curado, e da aprezentação de El Rei, como mestre da ordem militar de Santiago, tem de renda, que paga o mesmo senhor de seo real celleiro tres moios de trigo, noventa alqueres de cevada para a cavalgadura, e des mil reis em dinheiro, e não tem beneficiado, ou ajudador. Não tem convento, hospital, caza de mezericordia, ermida, ou romagens, os frutos, que dão suas terras são trigo, cevada, centeo, mas trigo em maior abundancia; todo o

governo desta freguezia está sugeito ao governo de Alcacere, de que he termo, e de Setuval comarca. Não he couto, cabeça de concelho, honra, ou behetria, nem ha memoria que desta freguezia florecesse pessoa alguma em arma, letras, ou virtudes; não tem feira, ou mercado, servese com o correo de Alcacere, e dista da cidade capital do arcebispado, que he Evora, sette legoas, e de Lisboa doze, contando em estas as tres do rio da Mouta para a mesma cidade de Lisboa; não tem privilegios alguns, nem fontes, ou lagoas, que tenhão agoas de qualidades especiaes. Não he porto do mar, nem tem muros, ou torres, nem padeceo ruina do terremoto de 1755. Nem acho couza digna de memoria, que ex vi deste interrogatorio haja de discrever mais.

/p. 1732/ E ao segundo interrogatorio respondo que a serra não tem especial denominação; cadaparte della lhe dão o nome da herdade que a ocupa, e tem para Montemor o novo extenção de quatro legoas, para o Torrão tres legoas, e para Alcacere huma legoa: não há em toda a freguezia nascimento do rio, ou fonte de propriedade ou lugar algum, nem minas de metaes, cantarias, ou outros quaesquer matereaes, ou ervas ou plantas de
virtude especial que se se haja de dar noticia. Toda a serra se cultiva; cortados, ou roçados os matos de que se veste, e produs centeos, cevadas, e mais trigos, o seo temperamento he calido, e ha em ella, criaçoes limitadas, mas de todo o genero de gados e de muitos coelhos, lebres, perdizes, e alguns porcos bravos, não tem lagoa fojos, ou couza mais alguma notavel em este interrogatorio que haja de fazer manifesto.

E em quanto ao 3. interrogatorio digo, que não nasce em toda freguezia rio algum, he verdade que sim a cortão duas ribeiras ou rios, a que chamão Rio Mourinho, o outro Ribeira de Dehege, que dizem trazer o seo nascimento da freguezia de Nossa Senhora

da Graça que fica alem de Evora e que nasce regato não caudalozo, e não corre de Verão; e o Rio Mourinho nasce junto as covas dos monges de Montemor o novo, tambem em seo nascimento de curso quieto, e depois que chegão a ser ribeiras grandes são de curso arrebatado, correm ambos do nascente pera o poente; crião alguns peixes, eos de maior entidade chamão e barbos: fazem em os mesmos rios seos vizinhos algumaspescarias dos fins da Quaresma te Agosto, as quais pescarias são livres.

E como em o limite desta freguesia corrão estes rios por penhascos e rochedos em todo elle não dechão margens que se possão cultivar nem se tem conhesido particularidade alguma em suas agoas; nem ha memoria que tivesem outro nome estes rios; o Rio Mourinho conserva o mesmo nome de seo nascimento te que morre: o Dehege dentro de outras freguezias lhe dão outro nome, junto a Val Verde, ou convento dos capuchos lhe chamão a Ribeira de Val Verde morrem estas duas ribeiras, ou rios em outra, a que chamão Ribeira de Santa Catherina de Sitimos a qual se pode fazer navegavel the ao Rio de Sadão, e de Alcasere, que são navegaveis, mas dificultuzissimamente se poderão fazer navegaveis as duas ribeiras em o limite desta freguezia por respeito de seos asperos rochedos, e nenhum tem põte, lagares de azeite, pizoes, noras ou outro algum engenho em o limite desta freguezia, e só o Dehege hum moinho.

Não há noticia que em algum tempo, ou no presente se tirase, ou tire ouro de suas áreas.

Qualquer pessoa uza livremente de suas agoas. O Rio Mourinho tem de seo nascimento te onde morre quatro legoas, e mea. O Rio Dehege nove legoas: ex vi dos interrogatorios não ha nenhuma couza alguma notavel que em este agreste sitio discreva: fico apetecendo emprego, em que possa mais servir, e agradar a Vossa Excelencia Reverendíssima, como rogando a Deus conserve a vida, e saude a Vossa Excelencia Reverendissimo para que se continue a grande felicidade que gosamos todos em este arcebispado o vivermos tam contentes, favorecidos, e amparados debaxo da protecção de Vossa Excelencia Reverendissima que Deus guarde muitos annos."

Santa Susana, 1758, Abril, 27

TEXTO 2

Descrição muçulmana de Alcácer do Sal por *Abû-l-Qâsim Muhammad ibn ‘Alî ibn Hawqal al-Nasibî*, século X

“[...] Quanto ao ocidente desta península, partindo da entrada do golfo do Magrebe já referido, e local de desague da sua água no Mar Circundante, é, desde as regiões de Niebla e Gibraleón tomando [em direcção] a Lepe e Silves, até que atinge Sintra e o rio que toma [curso] desde Zamora, cidade da Galiza, até à sua desembocadura no Mar Circundante.

E o seu norte, [a partir] de Sintra indo para as regiões de Zamora e Leão [...]

O início da sua terra habitada começa junto ao golfo mediterrânico e de Sevilha a Algeciras segue em direcção a Almeria; depois em direcção a França e retornando em direcção à terra da Galiza, segue até Sintra e Ocsónoba, junto ao Mar Circundante [...][...] E Santarém, no bordo do Mar Circundante, também é (cidade) moderna (muhdatha) [...].

[...] De Lepe a Ocsónoba, cidade famosa, magnífica, rica, abundando os seus bens, quatro dias.

De Ocsónoba até à cidade de Silves, seis dias.

De Silves a Alcácer do Sal, cinco dias; a qual é também uma cidade fortificada.

E dela a Almada, que está na boca do rio [Tejo], três dias.

Sendo em si mesma de verdadeira magnitude, da boca do rio a Lisboa, um dia.

De Lisboa a Sintra, dois dias.

De Sintra a Santarém, dois dias.

De Santarém até Aviz, quatro dias.

De Aviz a Juromenha, dois dias.

De Juromenha a Elvas, um dia.

De Elvas a Badajoz, cruzando o rio, um dia [...].”

Bibliografia: REI, António, *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. – XI h ./ XVII d.c.)*, IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 116.

TEXTO 3

Descrição muçulmana de Alcácer do Sal por *al-Idrisi*, inícios do século XII

"*Alcácer é uma bonita vila de grandeza média, erguida nas margens do Sado (3), grande rio sulcado por numerosas embarcações e navios de comércio. A vila está rodeada por todos os lados de bosques de pinheiros, cuja madeira serve para a construção de numerosos barcos. A região, muito fértil, produz em abundancia lacticínios, manteiga, mel e carne.*
De Alcácer ao mar, contam-se 20 milhas; e de Alcácer a Évora, 2 jornadas."

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, 2008, p. 53.

TEXTO 4

Visitação de D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, a Alcácer do Sal

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fl. 56.

"*1512.10.25. / 1513.04.25.*

D. Jorge, Mestre de Santiago e de Avis, Duque de Coimbra, senhor de Montemor-o-Velho e Torres Novas e das beetrias, acompanhado por D. João de Braga, Prior-mor da Ordem e Francisco Barradas, seu chanceler e da dita Ordem, em Visitação à Vila de Alcácer do Sal. Seguida do rol dos foros e possessões que a Ordem tem na dita vila.

"[fol. 51v]

Açougues

Depois de ouvjdos os do castello e asy os da villa sobre omde estarjam os açouges, asemtamos que se fizesem nas Covas por ser lugar comvenjente pera huuma parte e

pera a outra. E ahj estem pera sempre pera o quall lhe damos lugar e leçemça que posam lemçar taxa polos moradores desta villa e termo.

[fol.] 56

Estas sam as remdas que a Ordem tem nesta villa e seu termo

Item. O dízimo do pãao. Item. O dízimo do mell e enxames.

Item. O dízimo do vinho. Item. O dízimo dos frangãos e patos.

Item. O dízimo do azeite. Item. O dízimo dos gaados de toda a sorte.

Item. O dízimo do ljnho. Item. O dízimo dos queijos das ovelhas e cabras e varas.

Item. O dízimo das favas e dos tremoços e de todollos outros legumes. Item. O dízimo dos forõoes.

Item. O dízimo da frujta. Item. A conhecença dos moynhos.

E asy se hão de pagar os dízimos de todollas outras cousas semelhamtes a estas. E asy as conhecemças dos ofiçiaes macanjcos e as outras cousas que aquj nam vãao decraradas. E asy as outras conhecenças, mamdamos que se pagem segundo forma de direito comum e pelas comstitujçõees do prellado.

[fol.] 65

Casas de Joham Pestana e Felipa Coelha, sua molher

Item. Joham Pestana e Felipa Coelha, sua molher, trázem humas casas da Ordem juunto do chafariz que partem ao norte com chão do Poço Novo e ao sull com casas de Ruj Martins e com casas d'Amtonio d'Abreu e ao levamte com rua da Regeira e ao ponemte com rua pubrica;

[fol. 69v]

Forno de Johão Fernandez

Item. Johão Fernandez tráz huum forno da Ordem no castello desta villa que parte ao norte com resio e ao sull com Jorge Fernandez e ao levamte e ponemte com ruas pubricas. (IMPORTANTE)

[fol.] 81

Foornos de Pêro Botelho Item. Pêro Botelho tráz dous foornos da Ordem aalem do arco de Ruy Gago, seu pay que partem, huum deles, ao norte com rua pubrjca e ao sull cm casas de Fernam Martinz.

[fol. 83v]

Chão e farregeal de Pêro Guomez

Item. Pêro Guomez tráz huum chão no cabo desta villa comtra Setuvall e outro farregeall no cabo da villa comtra Évora. E o chão que estaa comtra Setuvall parte ao norte com camjnho que vay pera os Marteres e ao sull com as casas do dito Pêro Gomez e ao levamte e ponemte com ruas pubricas; e tem de norte ao sull sete varas e de levamte a ponemte dez varas. E o farregeall que estaa detrás das estalageens de Gonçalo de Nabaees parte ao sull com estrada que vem do chafarjz pera Évora e ao norte com farregeall de Martim Callado e [riscado: tem de norte ao sull] ao levamte com as casas do forno da call de Brjatiz Gonçalvez, sua may e ao ponemte com ho dito farregeall de Martim Callado. E tem do norte ao sull, pella estrema do forno da cal, dezoito varas e meya e de lomguo da estrada que he de levamte a ponemte trimta varas e he de feiçam de pemdam. O qual chão e farregeal tráz aforado em fatiosym perpetu e paga de foro vimte reaes1, scilicet, x de cada hum pagos per dia de Sa'Mjgell de Setembro. E majs o dízimo.

fls. 89 e 90v.

Tem mais huum farregeall que estaa omde chamam Chupalhapelle que parte ao norte com chão d'António d'Abreu e ao sul com chão da molher de Nuno da Fomseca e ao levamte com huuma regueira que vay amtre o dito farregeall e o chão da dita molher de Nuno d'Afomseca e ao ponemte com o dito Amtonio d'Abreu.

[fol. 94v]

Casas que se fizeram no Paaço da Açougajem

Item. Tem a Ordem huumas casas dentro na dita vila jumto com Samti'Spirito que se fizeram no Paaço da Açougajem;

[fol.] 102v

Item. Felipa da Rosa tráz huumas cassas da jgreija de Nosa Senhora dos Marteres no castello desta villa que partem ao norte com rua pubrica e ao sull com casas de Gonçalo Pirez e ao levamte com Estevão Pirjz e o ponemte com adro da jreija de Samta Maria;

Vinha de Joham Rodrigujz Lucas

Item. Joham Rodrigujz Lucas tráz huuma vinha da jgreija de Nosa Senhora dos Marteres omde chamam a Palmeira que parte ao norte com estrada pubrica e ao sull com camjnho do comçelho;"

TEXTO 5

Visitação de D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, a Alcácer do Sal

ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago*, Códice nº 154, fls. 45v-16.

"1552.10.15. /1552.10.28.

Visitação da igreja paroquial de Nossa Senhora da vila de Alcácer do Sal, com suas capelas, confrarias e ermidas, levada a cabo por D. António Preto, Prior-mor da Ordem de Santiago, por especial mandado de El-Rei D. João III, como Governador e Perpétuo Administrador da dita Ordem.

[fol. 44v: em branco]

[fol. Rb]

Vysitaçam da jrmjda de Nossa Senhora, situada na Porta do Ferro.

Vysitou o visitador a dicta jrmjda e achou por capellam della a Álvaro Ferreira, cleriguo do abito de Sanctiaguo e beneficiado na jgreja matryz da dicta vylla.

A qual jrmida, a apresemtaçam e colaçam della, in solido he d'elRey nosso senhor como Guovernador e Perpétuo Admjnystrador da dicta Ordem.

E o dicto Álvaro Ferreira ha tem per apresentaçam do Mestre dom Jorge, que aja glória, como mostrou ao visitador per sua carta.

Tem obrjgaçam de dizer mjssa todos os sábados de Nossa Senhora, segundo o tempo, com comemoraçam pelos mestres passados e outra pelos presemtes; pela qual mjssa não tem mais que as esmollas que vêm à jrmjda. Mordomo da dicta comfraria, Amtonio de Carvalhães e escrivam Francisco de Novaees.

[fol. 45v]

Está a dicta jrmjda situada sobre arcos d'alvanaria, arrimada a huma torre per onde emtram ao castello.

He a dicta jrmjda sobradada, quadrada, d'alvanaria perlomguada. Tem hum arco metido na parede da parte do norte em que estaa o altar de madeira em mechado nas paredes e vãao por baxo.

Tem hum retavollo da jnvocaçam de Nossa Senhora, de Framdes, cujo oraguo he a dicta jrmjda posto sobre o altar, metido no dito emcasamento.

Humas grades de bordo novas em quadra.

E de demtro dellas seus çirios gramdes que poderam pesar quatro arrovas, todos novos, pimtados de folha.

Hos quaees çirios dam mareamtes devotos de Nossa Senhora.

[fol.] Rbj

Tem quatro alampadas que asçemdem devotos aos sábados e festas de Nossa Senhora.

Item. Huma arca das esmollas que pôs Thome Çalema.

Huma pia d'aguoa bemta de pedra, metida na parede, à entrada da porta.

Três janellas grandes, huma ao levamte e outra ao norte, outra ao sul.

Huns horguãos pequenos.

Huma campaynha pequena posta em huma linha, das da dicta jrmjda.

He madejrada a dicta jrmjda de demguado de castanho, bem tratado.

Huma casa d'ospedaria pera os que vem ter as novenas detrás numa [fol. 46v]

hilhargua da jrmjda a par do norte, ladrilhada de tijollo tosquo, madejrada de trouxo, mea forada de canas, tudo velho; huma chamjne contra o levamte, huma janella grande e huns almareos de bordo sobre que se vestem, hum asemto de castanho que serve de comfissyonajro.

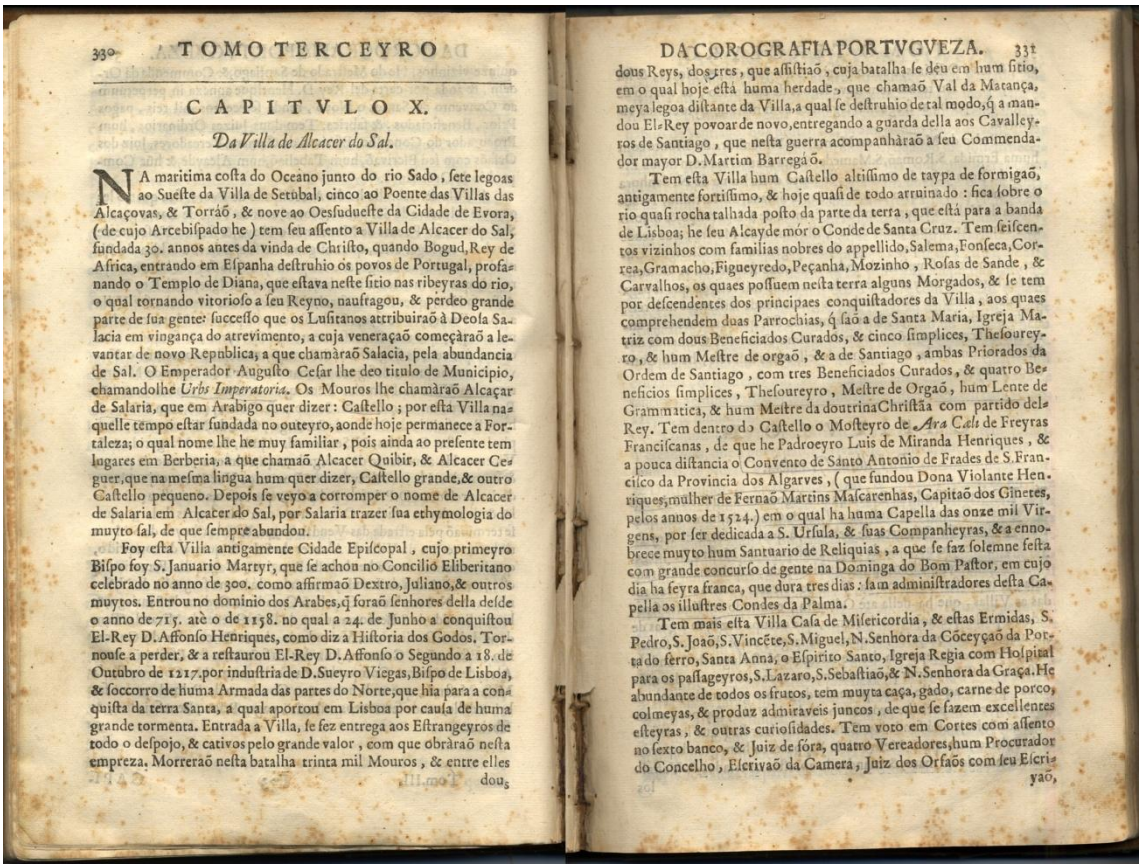
[fol.] 16

Visitação da jrmida de Nosa Senhora da Porta do Ferro da dita villa.

Visitey a dita jrmida de Nosa Senhora da Porta do Ferro que estaa situada à porta do castello da dita villa. Estaa muyto daneficada, faz se outra nova na torre à entrada do castello, como ellRey que estaa em glorya ordenou. Estaa quasi acabada; esta velha à se de derrubar porque estaa pera cayr e pasarse o orago a est'outra nova."

TEXTO 6

Descrição da cidade de Alcácer do Sal



330 TOMO TERCEYRO

CAPITVLO X.

Da Villa de Alcacer do Sal.

NA maritima coſta do Oceano junto do rio Sado, ſete legoas ao Sueſte da Villa de Setubal, cinco ao Poente das Villas das Alcaçovas, & Torrão, & nove ao Oesſudueſte da Cidade de Evora, (de cujo Arcebiſpado he) tem ſeu aſſento a Villa de Alcacer do Sal, fundada 30. annos antes da vinda de Chriſto, quando Bogud, Rey de Africa, entrando em Eſpanha deſtruhio os povos de Portugal, profanando o Templo de Diana, que eſtava neſte ſitio nas ribeyras do rio, o qual tornando vitorioſo a ſeu Reyno, naufragou, & perdeo grande parte de ſua gente: ſucceſſo que os Luſitanos attribuirão à Deoſa Salacia em vingança do atrevimento, a cuja veneraçaõ começàraõ a levantar de novo Republica, a que chamàraõ Salacia, pela abundancia de Sal. O Emperador Auguſto Ceſar lhe deo titulo de Municipio, chamandolhe *Urbs Imperatoria*. Os Mouros lhe chamàraõ Alcaçar de Salaria, que em Arabigo quer dizer: Caſtello; por eſta Villa naquelle tempo eſtar fundada no outeyro, aonde hoje permanece a Fortaleza; o qual nome lhe he muy familiar, pois ainda ao preſente tem lugares em Berberia, a que chamaõ Alcacer Quibir, & Alcacer Ceguer, que na meſma lingua hum quer dizer, Caſtello grande, & outro Caſtello pequeno. Depois ſe veyo a corromper o nome de Alcacer de Salaria em Alcacer do Sal, por Salaria trazer ſua ethymologia do muyto ſal, de que ſempre abundou.

Foy eſta Villa antigamente Cidade Epiſcopal, cujo primeyro Biſpo foy S. Januario Martyr, que ſe achou no Concilio Eliberitano celebrado no anno de 300. como affirmaõ Dextro, Juliano, & outros muytos. Entrou no dominio dos Arabes, q̃ foraõ ſenhores della deſde o anno de 715. atè o de 1158. no qual a 24. de Junho a conquiſtou El-Rey D. Affonſo Henriques, como diz a Hiſtoria dos Godos. Tornouſe a perder, & a reſtaurou El-Rey D. Affonſo o Segundo a 18. de Outubro de 1217. por induſtria de D. Sueyro Viegas, Biſpo de Lisboa, & ſoccorro de huma Armada das partes do Norte, que hia para a conquiſta da terra Santa, a qual aportou em Lisboa por cauſa de huma grande tormenta. Entrada a Villa, ſe fez entrega aos Eſtrangeyros de todo o deſpojo, & cativos pelo grande valor, com que obràraõ neſta empreza. Morreraõ neſta batalha trinta mil Mouros, & entre elles dous

DA COROGRAFIA PORTVGVEZA. 331

dous Reys, dos tres, que aſſiſtiaõ, cuja batalha ſe deu em hum ſitio, em o qual hoje eſtà huma herdade, que chamaõ Val da Matança, meya legoa diſtante da Villa, a qual ſe deſtruhio de tal modo, q̃ a mandou El-Rey povoar de novo, entregando a guarda della aos Cavalleyros de Santiago, que neſta guerra acompanhàraõ a ſeu Commendador mayor D. Martim Barregaõ.

Tem eſta Villa hum Caſtello altiſſimo de taypa de formigaõ, antigamente fortiſſimo, & hoje quaſi de todo arruinado: fica ſobre o rio quaſi rocha talhada poſto da parte da terra, que eſtà para a banda de Lisboa; he ſeu Alcayde mór o Conde de Santa Cruz. Tem ſeiſcentos vizinhos com familias nobres do appellido, Salema, Fonſeca, Correa, Gramacho, Figueyredo, Peçanha, Mozinho, Roſas de Sande, & Carvalhos, os quaes poſſuem neſta terra alguns Morgados, & ſe tem por deſcendentes dos principaes conquiſtadores da Villa, aos quaes comprehendem duas Parrochias, q̃ ſaõ a de Santa Maria, Igreja Matriz com dous Beneficiados Curados, & cinco ſimplices, Theſoureyro, & hum Meſtre de orgaõ, & a de Santiago, ambas Priorados da Ordem de Santiago, com tres Beneficiados Curados, & quatro Beneficios ſimplices, Theſoureyro, Meſtre de Orgaõ, hum Lente de Grammatica, & hum Meſtre da doutrina Chriſtãa com partido del-Rey. Tem dentro do Caſtello o Moſteyro de *Ara Cæli* de Freyras Franciſcanas, de que he Padroeyro Luis de Miranda Henriques, & a pouca diſtancia o Convento de Santo Antonio de Frades de S. Franciſco da Provincia dos Algarves, (que fundou Dona Violante Henriques, mulher de Fernaõ Martins Maſcarenhas, Capitaõ dos Ginetes, pelos annos de 1524.) em o qual ha huma Capella das onze mil Virgens, por ſer dedicada a S. Urſula, & ſuas Companheyras, & a ennobrece muyto hum Santuario de Reliquias, a que ſe faz ſolemne feſta com grande concurſo de gente na Dominga do Bom Paſtor, em cujo dia ha feyra franca, que dura tres dias: ſam adminiſtradores deſta Capella os illuſtres Condes da Palma.

Tem mais eſta Villa Caſa de Miſericordia, & eſtas Ermidas, S. Pedro, S. Joaõ, S. Vincẽte, S. Miguel, N. Senhora da Cõceyçaõ da Porta do ferro, Santa Anna, o Eſpirito Santo, Igreja Regia com Hoſpital para os paſſageyros, S. Lazaro, S. Sebaſtiaõ, & N. Senhora da Graça. He abundante de todos os frutos, tem muyta caça, gado, carne de porco, colmeyas, & produz admiraveis juncos, de que ſe fazem excellentes eſteyras, & outras curioſidades. Tem voto em Cortes com aſſento no ſexto banco, & Juiz de fóra, quatro Vereadores, hum Procurador do Concelho, Eſcrivaõ da Camera, Juiz dos Orfaõs com ſeu Eſcrivaõ,

Padre António Carvalho Costa

Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal

1706-1712

TEXTO 7

Descrição do al-Andalus por *Ibn Saíd*, século XIII

Obra: al Mughrad biholi-l-Maghreb

"Quando falei em dar uma adequada e justa descrição do Al-Andalus, quis dizer que é um país cercado pelo mar, abundante em frutos e produções de todo o género, com muitas cidades e vilas, e de tal modo povoadas que, se um viajante percorre uma certa distância, encontra a cada passo no seu caminho aldeias, cidades e vilas rústicas e campos cultivados e nunca deparará, como é geralmente o caso noutros países, com grandes porções de terra não cultivada ou deserto."

Bibliografia: COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Caminho, 2008, p. 63.

TEXTO 8

Descrição da cidade de Alcácer do Sal por al-Hamawî, século XIII

*"**Alcácer do Sal** [literalmente Castelo de Beja] **(Qasr Bâja)***
Cidade em al-Andalus, pertencente às zonas rurais de Beja. Está próxima do mar. Diz-se que o âmbar existe nas suas costas."

Bibliografia: REI, António, *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ Na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.c. – XI h ./ XVII d.c.)*, IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 190.

TEXTO 9

Descrição da fortificação de Alcácer do Sal

"(…) *seus muros occupão grande circuito, são de pedra, e alguma parte de taipa de formigão: tem de largura mais de vinte palmos, todos cercados de altas, e grandes torres; e entre ellas huma chamada da Adaga, por ter no meyo esta arma esculpida em huma pedra, denotando ser feita no tempo, que os mestres da Ordem de Santiago assistirão nesta villa. He de cantaria, obra fortíssima: tem de altura cento e vinte palmos, e de largura cem, e he quasi quadrada* (…)"

Padre Luís Cardoso, 1747

TEXTO 10

Descrição do castelo

"Na mesma ocasião da minha estadia, por causa da construção de umas casinholas sem alcance de qualquer espécie, andavam a dinamitar precisamente o lance de muralha em que, no ano de 1940, se fixou solenemente a lápide comemorativa dos Centenários da Fundação e da Restauração. Apesar daquelas ruínas estarem classificadas como monumento nacional! A barbaridade parou no momento em que uma pedra projetada por um tiro foi abrir o crânio de uma pobre criança que brincava em uma das ruas da vila."

Abel Viana, 1948.

TEXTO 11

Referência ao castelo

"*Desta fortificação mourisca, em que a taipa substituíra já o opus signinum, restam troços de muros e torres, uma das quais, o torreão que se ergue isolado fora do alinhamento, no extremo nascente do circuito, faz às vezes de baluarte. É quadrado na base, passando à forma octogonal por quatro taludes triangulares, sendo idêntico a duas das torres de Cáceres e à torre albarrã de Badajoz*"

Virgílio Correia, 1930

ANEXO B – IMAGENS[31]

[31] As fotografias, desenhos e outros documentos sem qualquer referência a outrem ou entidade são da autoria da autora desta dissertação.

Fig. 1. Localização de Alcácer do Sal na Carta Militar de Portugal (folha nº 476), à escala 1:25 000.

Freguesia	Área (ha)
Comporta	13.419
Santa Maria do Castelo	41.680
Santa Susana	16.628
Santiago	28.685
São Martinho	8.858
Torrão	37.240
TOTAL	**146.510**

Fig. 2. Freguesias do concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

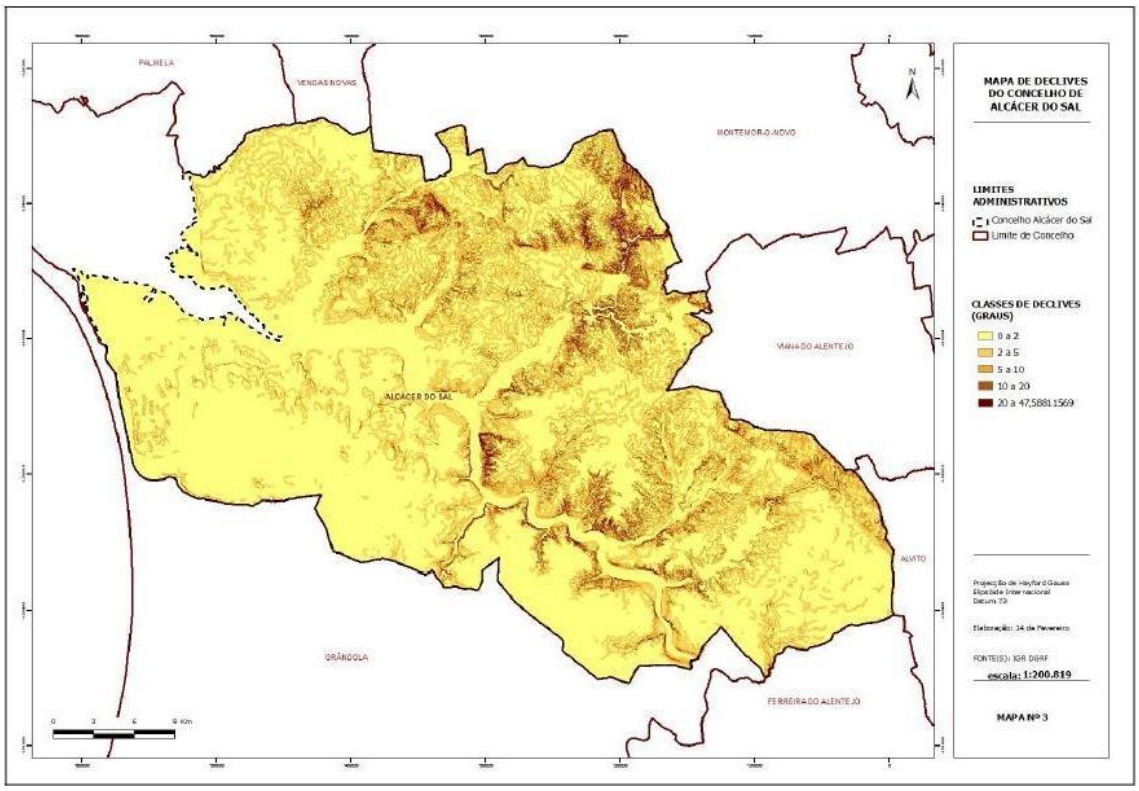


Fig. 3. Declives do concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

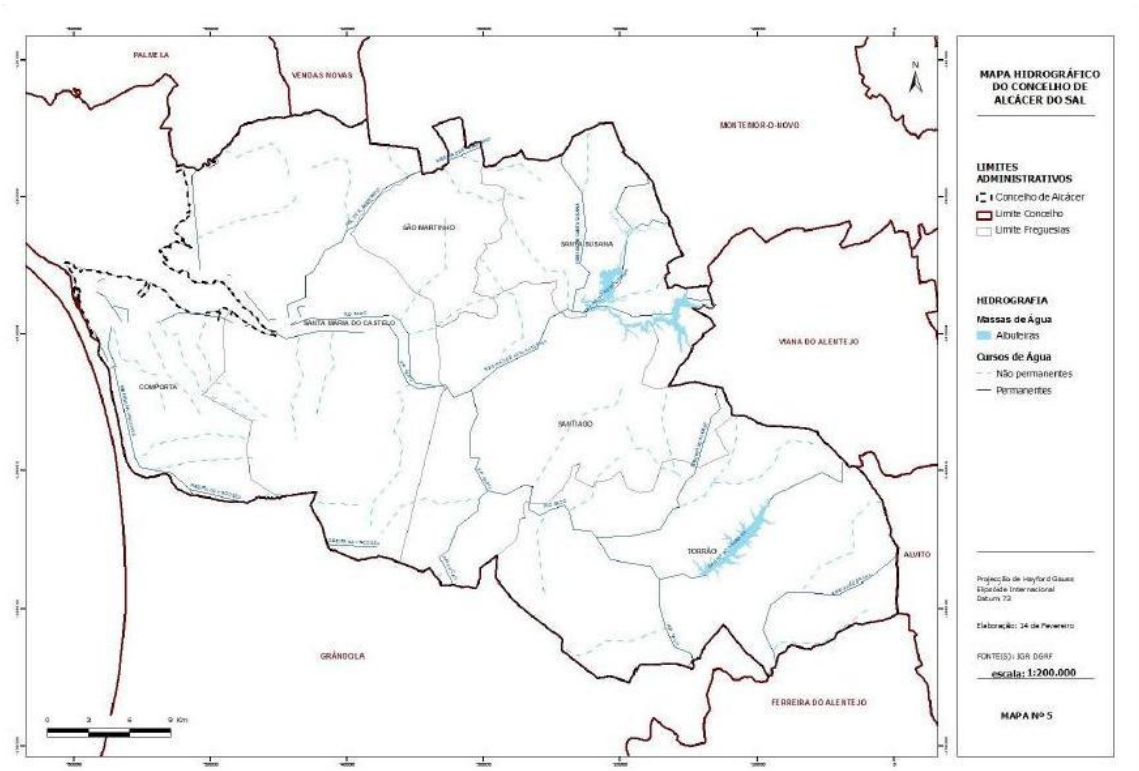


Fig. 4. Mapa hidrográfico do concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

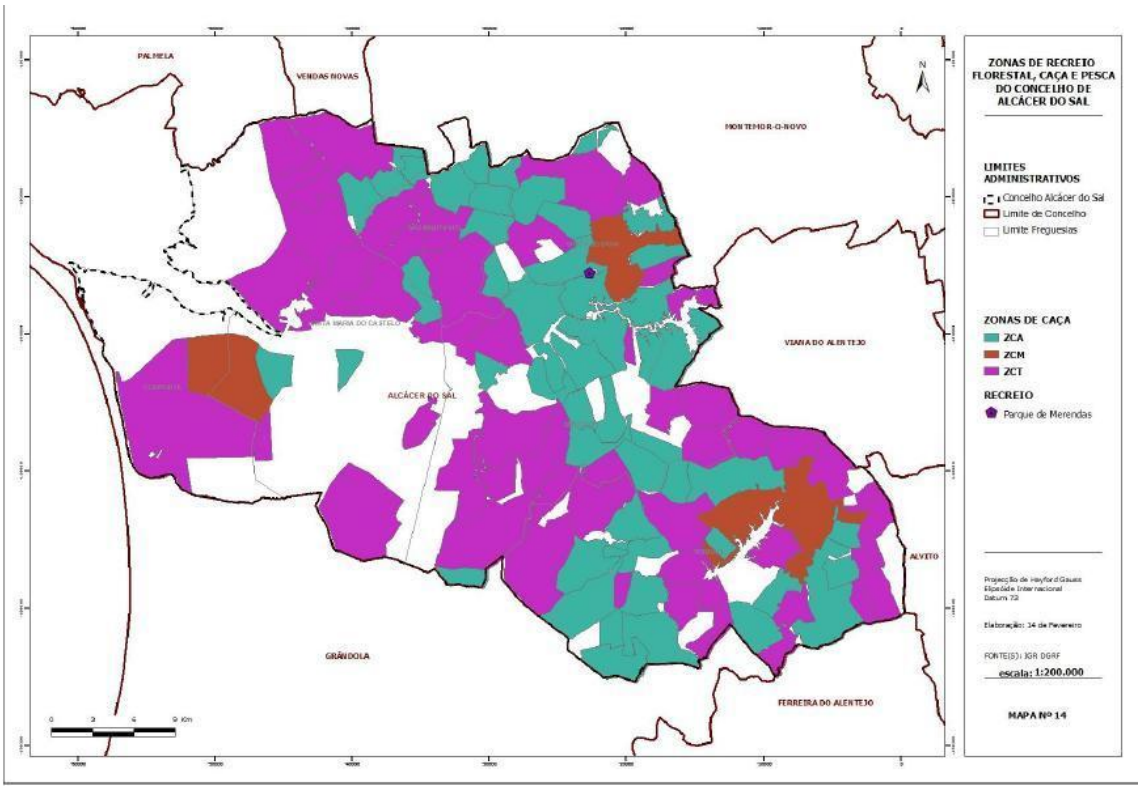


Fig. 5. Zonas de caça, recreio florestal e pesca do concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

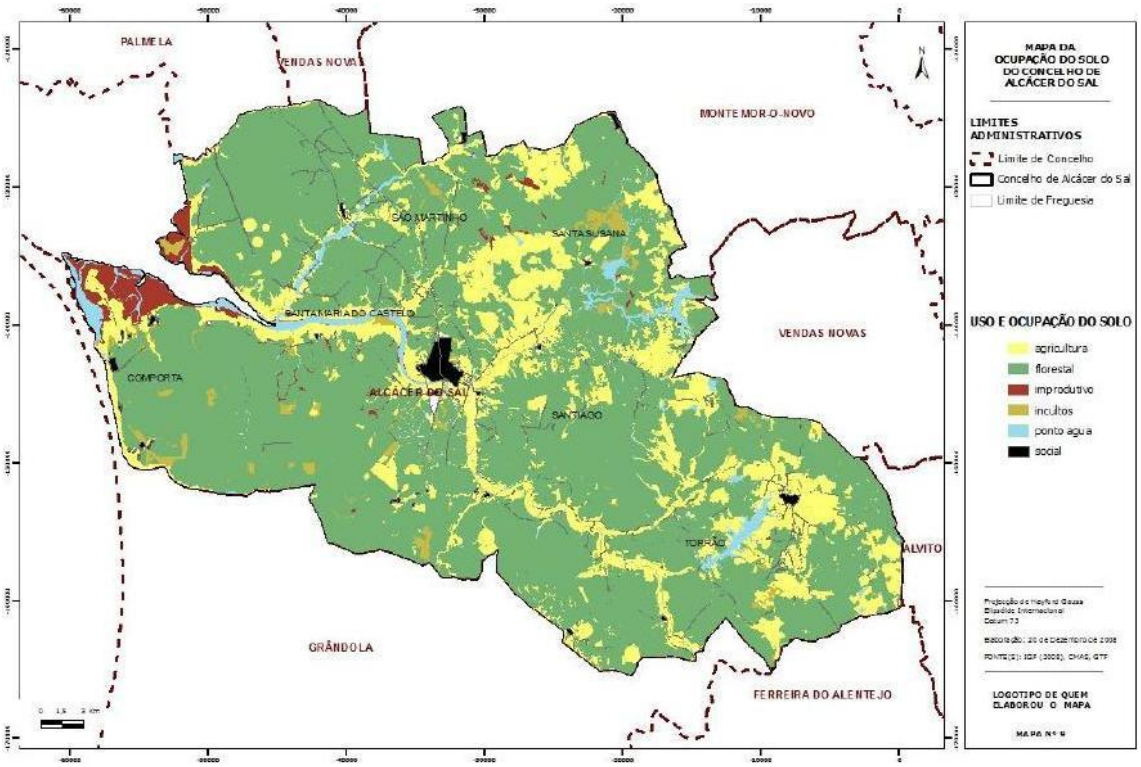


Fig. 6. Evolução da ocupação do solo no concelho de Alcácer do Sal entre 1995 e 2004 (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

Freguesias	Ocupação do Solo (ha)					
	Áreas sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies aquáticas
Comporta	189,3	1.516,3	8.843,7	1.598,0	552,8	709,9
Santa Maria do Castelo	99,9	4.993,5	33.117,3	847,4	798,5	1.291,3
Santa Susana	70,9	5.046,0	9.900,5	160,6	612,7	836,7
Santiago	533,8	6.895,9	20.376,5	-	543,0	454,2
São Martinho	100,0	1.782,6	6.626,9	75,6	108,4	180,9
Torrão	253,2	9.440,1	26.592,6	2,5	507,9	940,5
TOTAL	1.710,0	29.674	105.457,5	2.684,1	3.123,3	4.413,5

Fig. 7. Ocupação do solo no concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

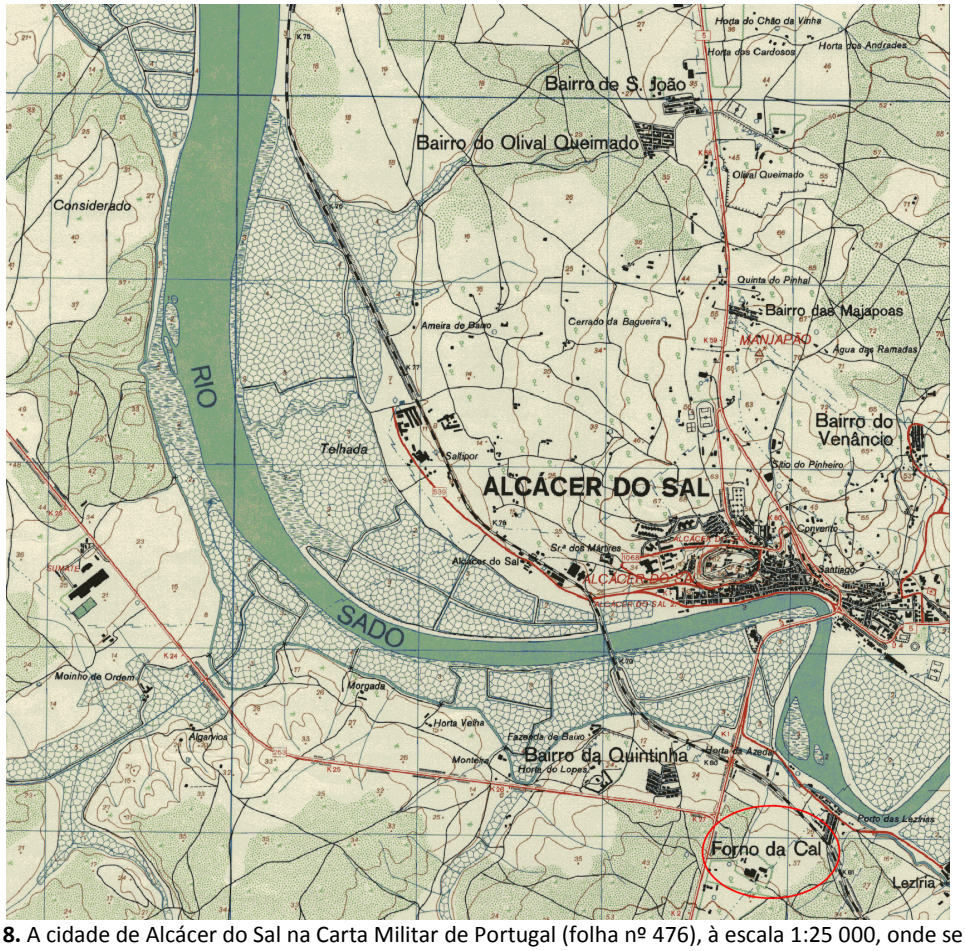


Fig. 8. A cidade de Alcácer do Sal na Carta Militar de Portugal (folha nº 476), à escala 1:25 000, onde se vê assinalado a aldeia do Forno da Cal.

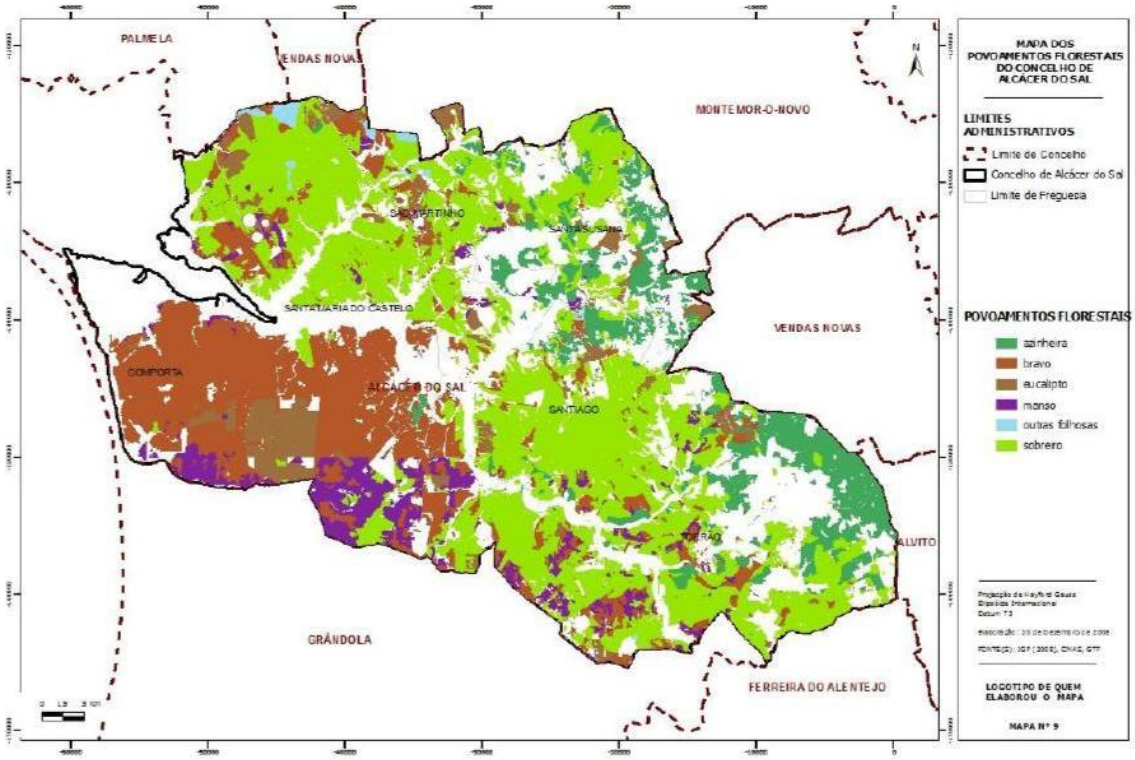


Fig. 9. Distribuição das espécies florestais pelo concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

Freguesias	Área florestal (ha)	Área ocupada por povoamento florestal (ha)				
		Sobreiro	Pinheiro manso	Pinheiro bravo	Azinheira	Eucalipto
Comporta	8.777,5	27,4	1.027,3	7.348,7	-	374,1
Santa Maria do Castelo	32.503,1	13.311,8	2.862,4	12.515,1	175,1	3.638,7
Santa Susana	9.449,2	4.397,5	97,7	96,7	4.034,9	822,4
Santiago	20.024	12.907,7	1.139,2	2.858,0	1.826,2	1.292,9
São Martinho	6.471,1	4.715,9	225,5	711,6	151,5	666,6
Torrão	26.294,6	14.656,5	1.665,3	2.924,3	6.376,0	672,5
TOTAL	103.519,5	50.016,8	7.017,4	26.454,4	12.563,7	7.467,2

Fig. 10. Tabela com a distribuição das espécies florestais no concelho de Alcácer do Sal (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009).

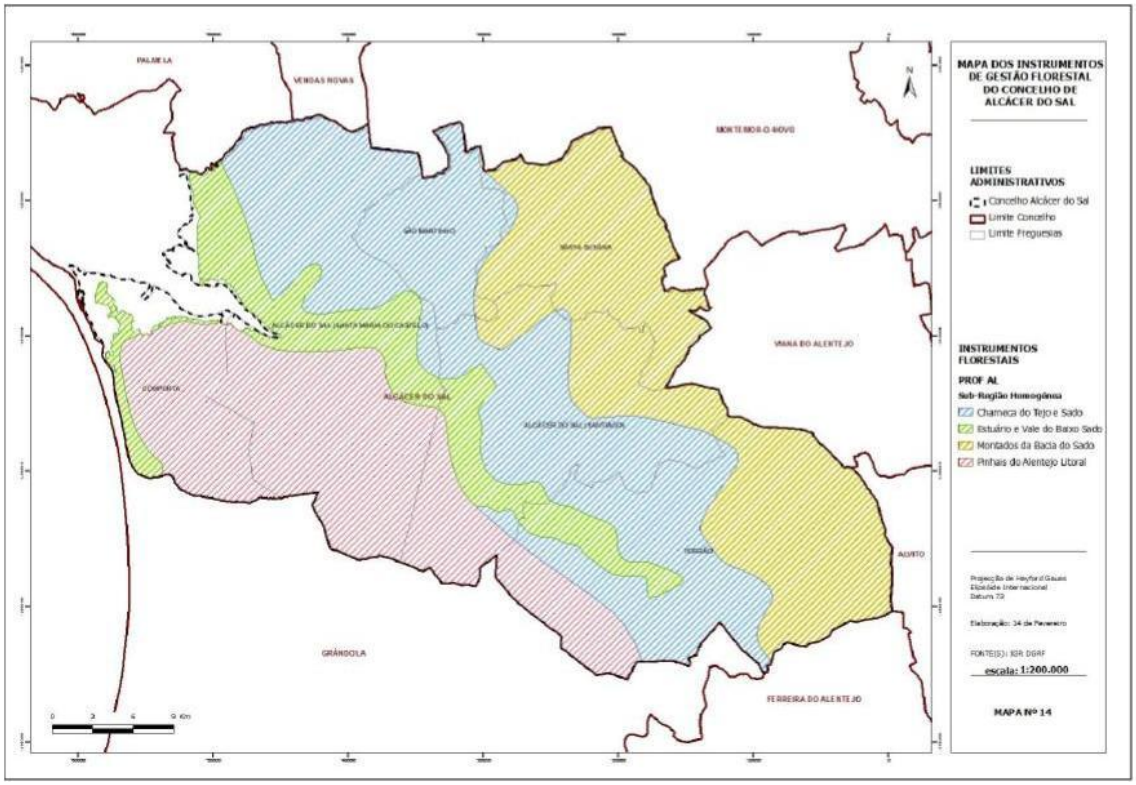


Fig. 11. A divisão em 4 sub-regiões do concelho de Alcácer do Sal (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Litoral (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alcácer do Sal: Caderno II-Informação Base, Gabinete Técnico Florestal, 2009)

Fig. 12. Fotografia aérea do recinto amuralhado do castelo de Alcácer do Sal (cedida pelo Gabinete de Arqueologia de Alcácer do Sal).

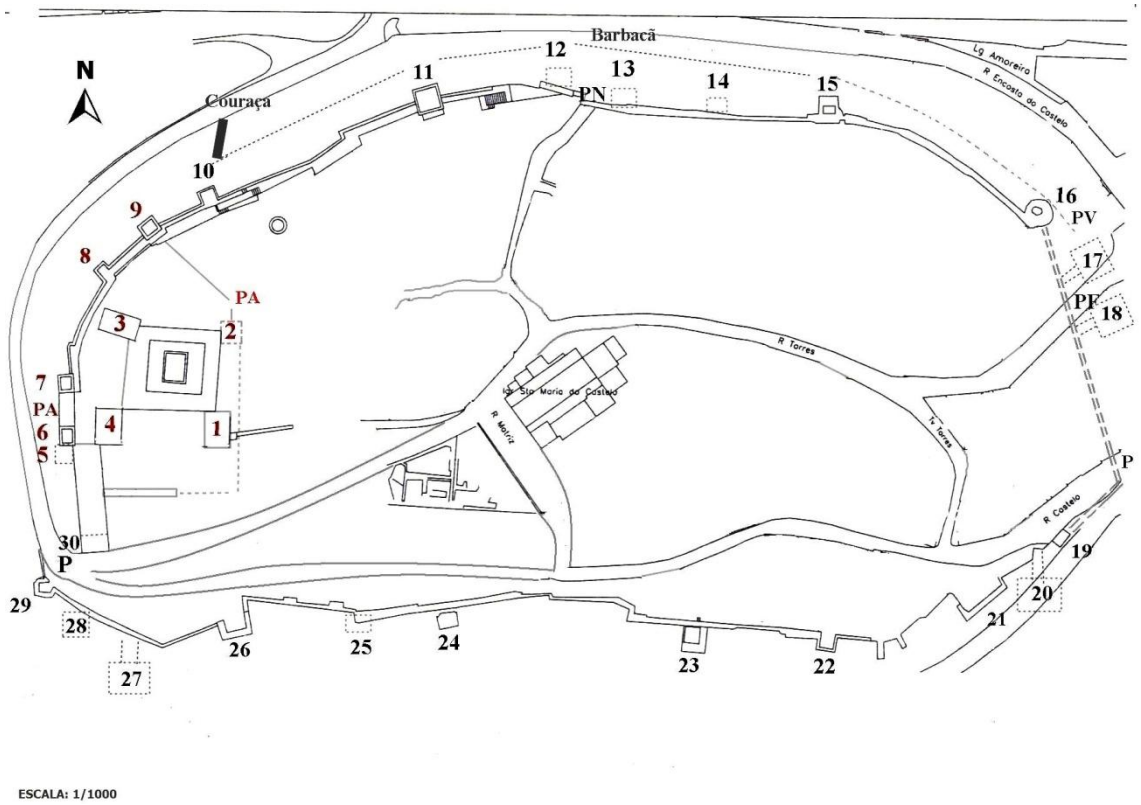


Fig. 13. Planta do recinto amuralhado da *medina* e no extremo noroeste a localização da alcáçova. Reconstituição da *medina* com base nos vestígios arqueológicos, documentação histórica e fotográfica.

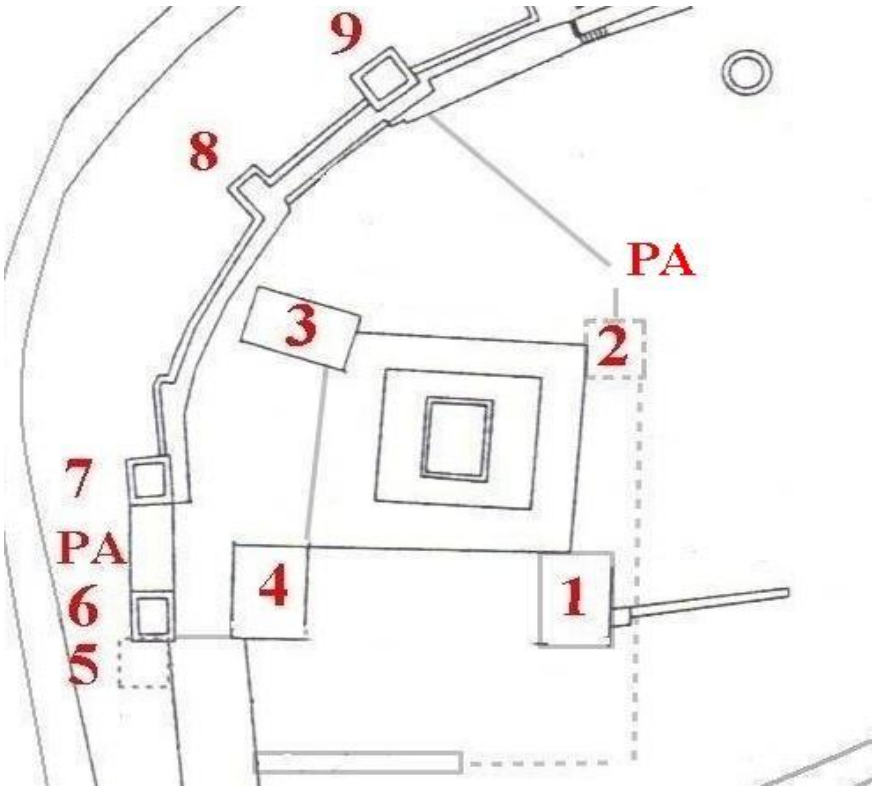


Fig. 13a. Planta da Alcáçova.

Fig. 14. Torre 1 da alcáçova adaptada a capela-mor e sacristia (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 15. Torre 1 da alcáçova durante a edificação da pousada (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 16. Torre 1 da alcáçova adaptada a capela-mor e sacristia da igreja do convento de Aracoeli (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 17. Torre 1 da alcáçova integrada na atualidade no edifício da pousada.

Fig. 18. Intervenções arqueológicas no castelo entre 1993-97. À esquerda na foto a torre 1 e à direita os vestígios da torre 2 (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 19. Vestígios da torre 2 da alcáçova encontrados durante as intervenções arqueológicas no castelo entre 1993-97 (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 20. Pano de muralha que fazia a divisão entre a alcáçova e a *medina* (fotografia de Manuel Perna cedida pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 21. Pano de muralha entre a torre 2 e 3 da alcáçova (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 22. Torre 3 da alcáçova edificada em pedra e tijolo sendo reforçada nos cunhais com pedras de maior dimensão (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 23. Aparelho construtivo do interior da face Este da torre 3 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 24. Aparelho construtivo da face poente da torre 3 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 25. Torre 3 da alcáçova na atualidade integrada no edifício da pousada.

Fig. 26. Porta de arco ultrapassado dentro do bar do edifício da atual pousada.

Fig. 27. Porta de arco ultrapassado entaipada (antes da construção da pousada) integrando a face poente da torre 3 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

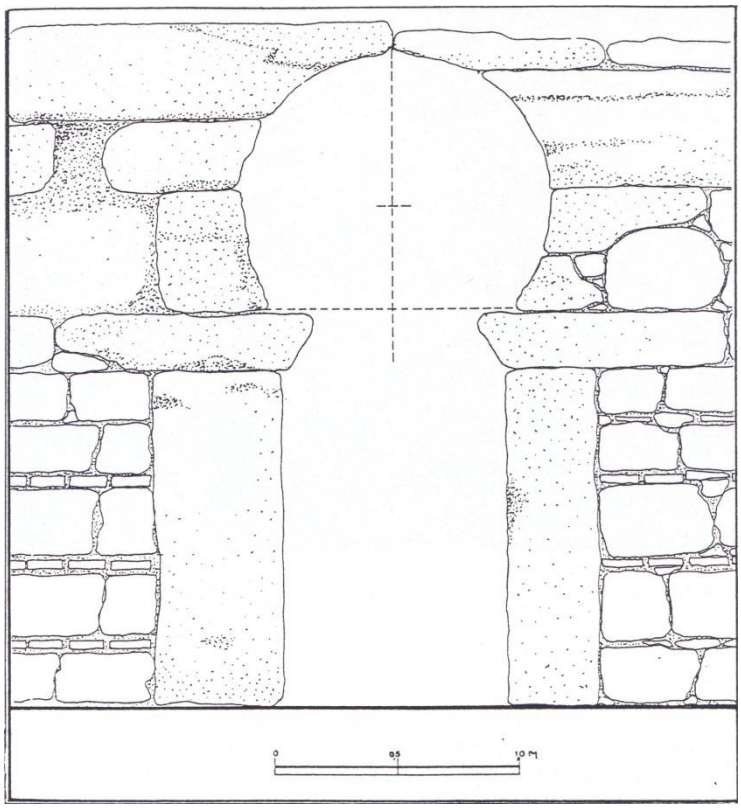


Fig. 28. Planta da porta de arco ultrapassado elaborada por José Chagas (Chagas, 1995, p. 27).

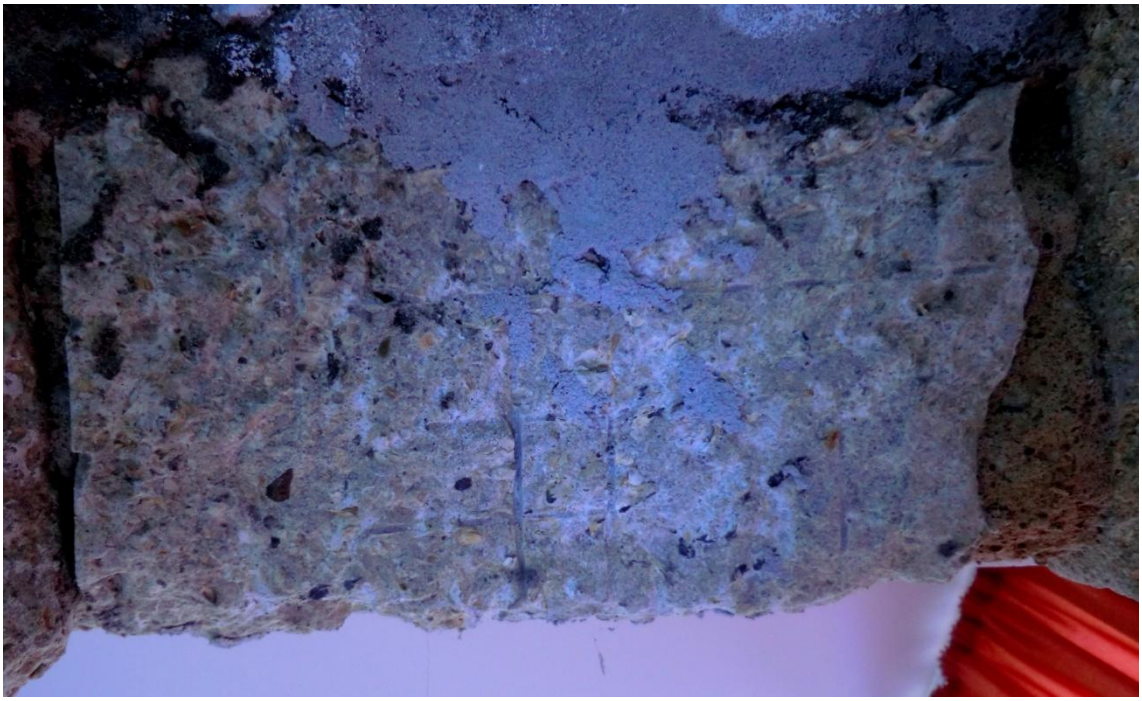


Fig. 29. Grafito que representa o tabuleiro de jogo *ludus latrunculorum* no topo do silhar que compõe o arco ultrapassado da porta.

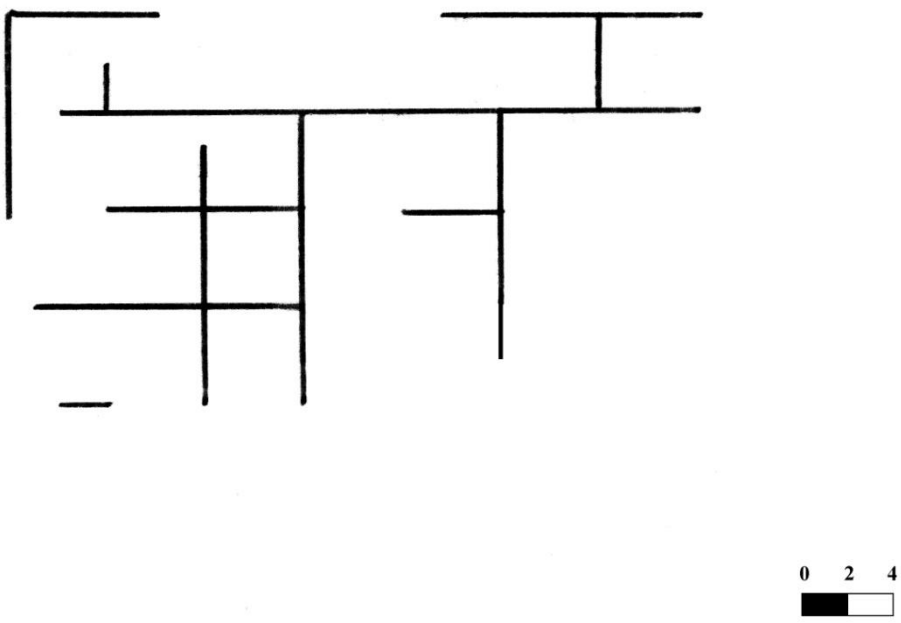


Fig. 30. Desenho do grafito da porta muçulmana.

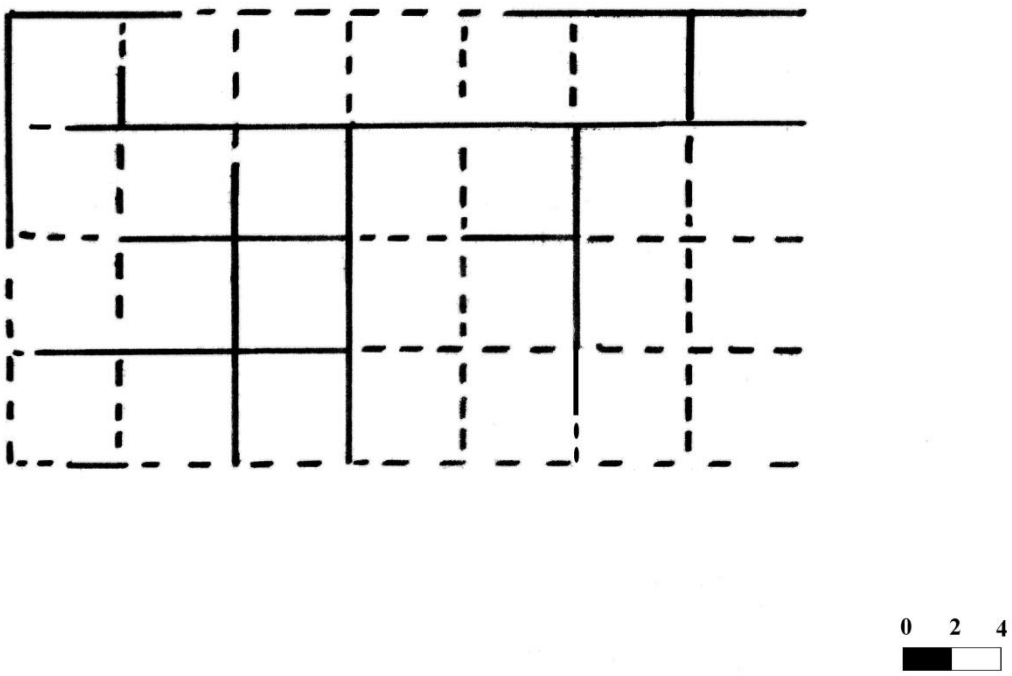


Fig. 31. Desenho do grafito com a representação do tabuleiro de jogo *ludus latrunculorum* presente na porta muçulmana.

Fig. 32. Fundação da torre 3 da alcáçova encontrada durante as intervenções arqueológicas realizadas entre 1993-97, sendo possível observar uma coluna romana reutilizada no paramento construtivo.

Fig. 33. À esquerda torre 4 e à direita torre 6 da alcáçova, encontrando-se ambas ligadas por um passadiço (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

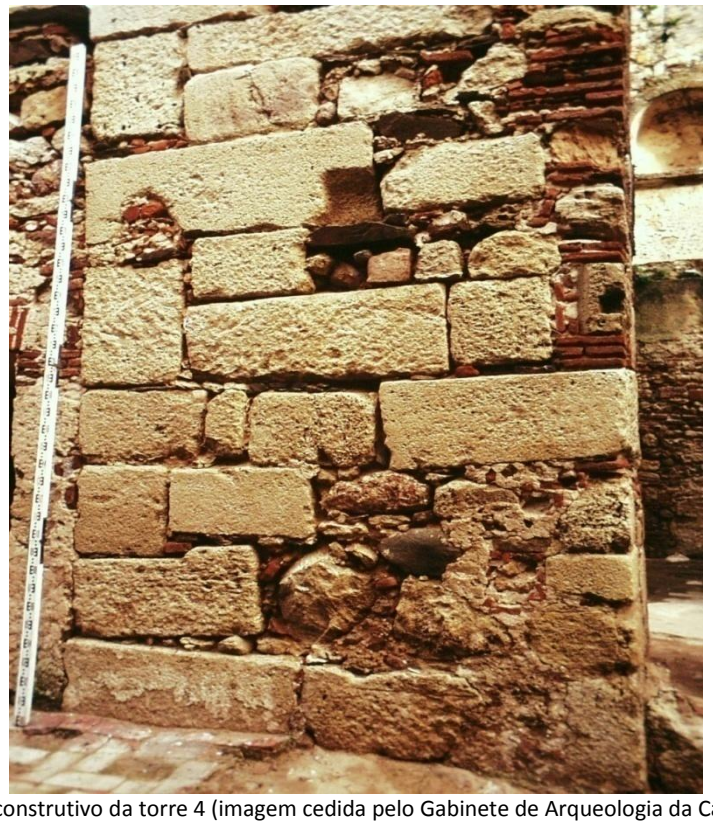


Fig. 34. Paramento construtivo da torre 4 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 35. Paramento construtivo do interior da torre 4 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 36. À direita na foto a base da torre 5 da alcáçova e no lado esquerdo a torre 6, em 1959, antes das intervenções da DGEMN no setor Oeste do castelo (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 37. Base da torre 5 da alcáçova depois das intervenções da DGEMN no setor Oeste do castelo (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 38. Torre 6 da alcáçova que poderá ter sido uma torre albarrã.

Fig. 39. Base escalonada da torre 6.

Fig. 40. Interior da torre 6 em taipa antes dos restauros efetuados pela DGEMN (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 41. Arco que arranca da torre 4 em direção à torre 6, sendo visível no chão o vão de entrada de uma porta (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 42. Possível porta de arco ultrapassado da alcáçova (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

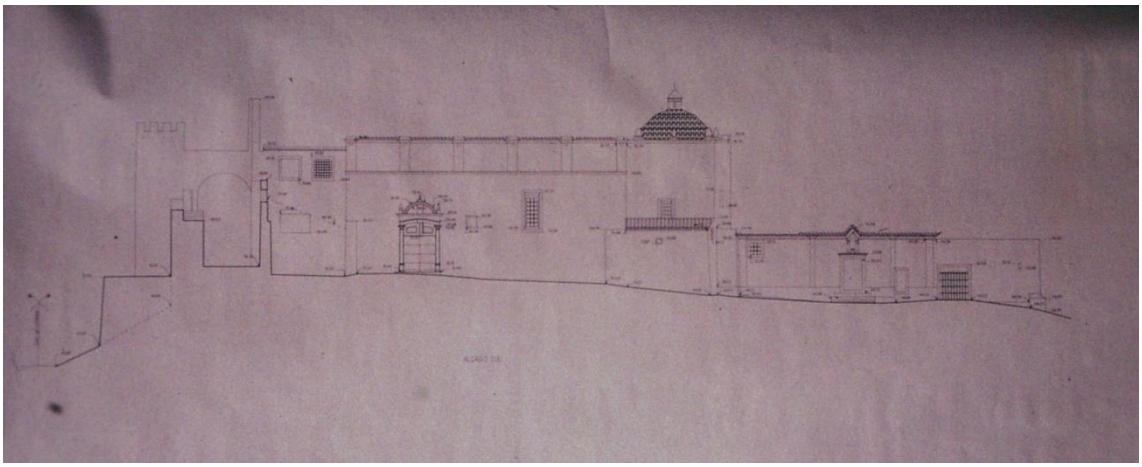


Fig. 43. Perfil Sul da alcáçova onde no lado esquerdo se vê a torre albarrã 6.

Fig. 44. Passadiço que estabelece a ligação entre a torre 6 e 7 da alcáçova e em baixo é visível a estrutura circular para o escoamento de águas.

Fig. 45. Arco abatido durante as intervenções de restauro da DGEMN (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 46. Porta entaipada na face Este da torre (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 47. Torre 7 da alcáçova.

Fig. 48. Torre 7 em 1963 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 49. Pequeno altar no interior da torre 7.

Fig. 50. Pano de muralha que se segue a partir da torre 7.

Fig. 51. Torre 8 ao nível do adarve.

Fig. 52. Pano de muralha que se segue a partir da torre 8.

Fig. 53. Torre 9.

Fig. 54. Torre 9 vista do exterior da alcáçova durante os restauros da DGEMN em 1981 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 55. Torre 9 vista do interior da alcáçova durante os restauros da DGEMN em 1981 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 56. Possíveis vestígios da Adaga esculpida na Torre 9 da alcáçova em 1981 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

.

Fig. 57. Setor Oeste da alcáçova em 1963 (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 58. Fotografia de 1954 que nos mostra o pano de muralha onde se encontra adossada a torre 9, parecendo o pano em silharia de pedra ter pertencido a uma outra torre de cronologia mais antiga (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

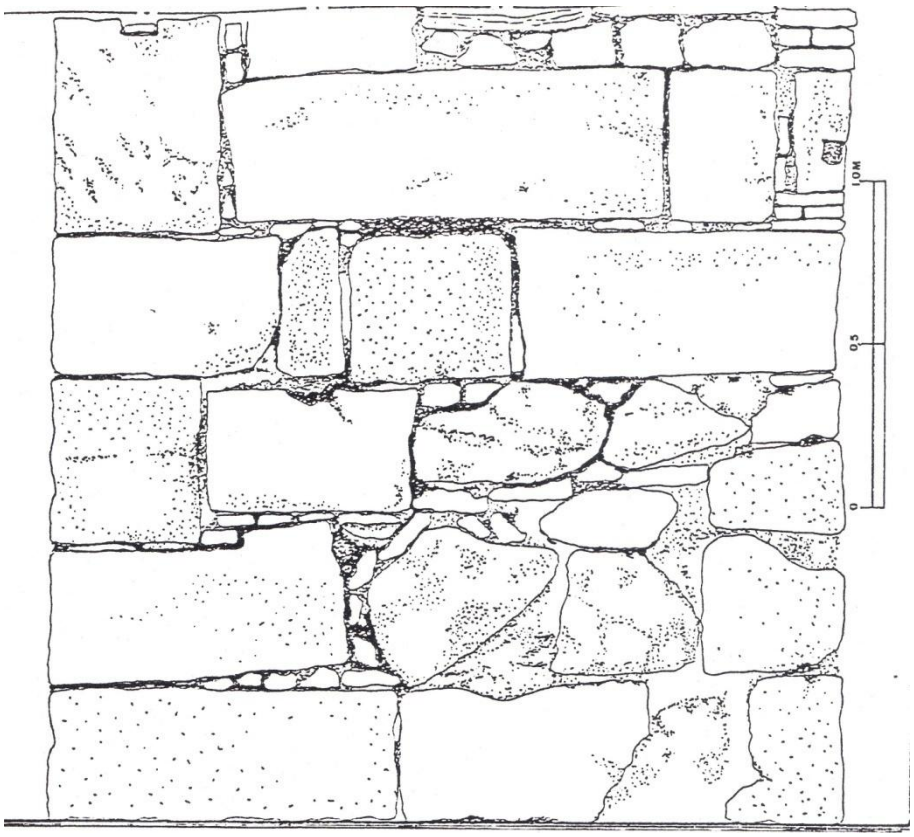


Fig. 59. Paramento da torre 4 (Chagas, 1995, p. 131).

Fig. 60. Ara romana reutilizada na base da porta muçulmana.

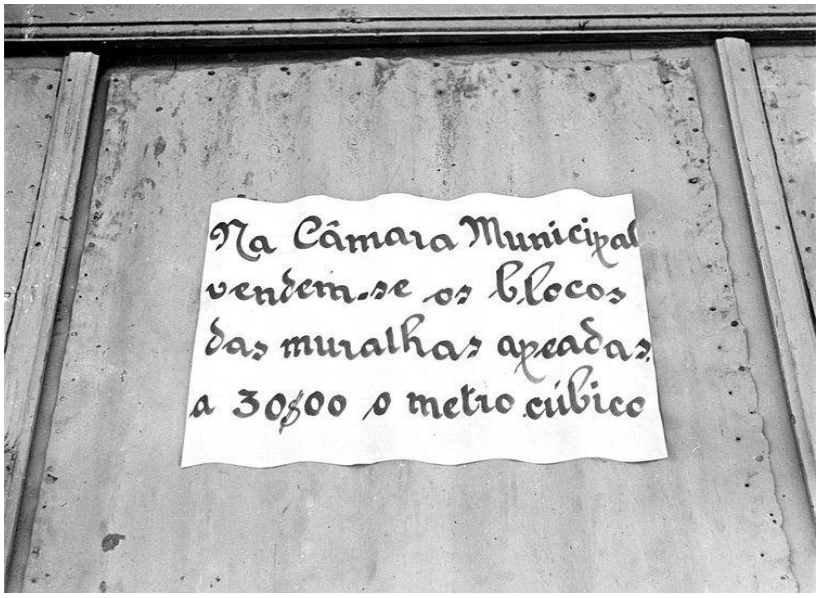


Fig. 61. Anúncio sobre a venda na Câmara Municipal dos blocos das muralhas em 1947 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 62. Torre 10 da *medina*.

Fig. 63. Pano de muralha que se segue a partir da torre 10 edificado em alvenaria de pedra e tijolo, sendo visível o sistema de escoamento de águas.

Fig. 64. Reconstrução da torre 11 da *medina* em 1983 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 65. Base da primitiva torre 11 em pedra (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 66. Torre 11 da *medina*.

Fig. 67. Pano de muralha em taipa visível nos anos 80 que se seguia a partir da torre 11 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 68. Gravura da fortificação de Alcácer do Sal, datada de 1813, onde se pode visualizar a torre 12 e a Porta Nova, sendo visível ao fundo a torre octogonal onde se desenvolve o conjunto urbano (*Alcácer do Sal, Antiently called Salacia, or Urbs Imperatoria; from the East.* Gravura de J.Hill, datada de 1813).

Fig. 69. Local onde se encontrava a Porta Nova.

Fig. 70. Vestígios do caminho de terra batida que segue em direção à Porta Nova.

Fig. 71. Vestígios da torre que defendia a Porta Nova.

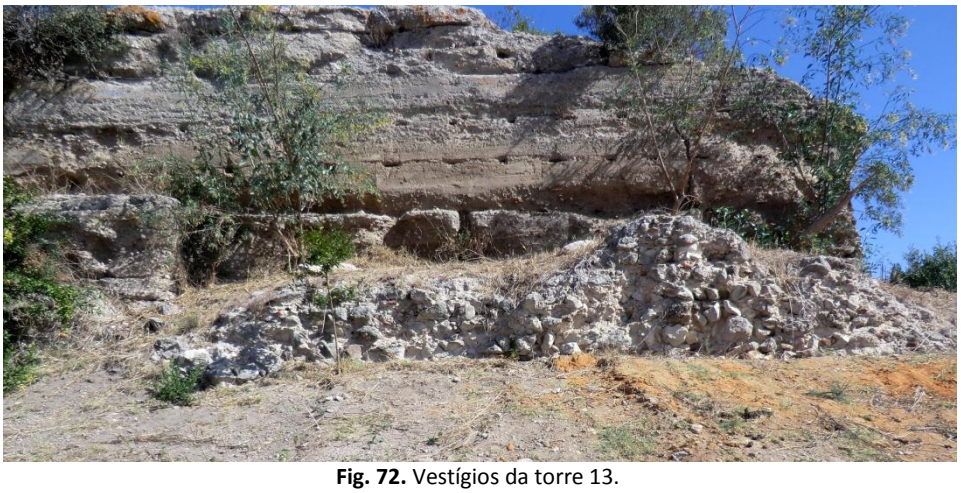


Fig. 72. Vestígios da torre 13.

Fig. 73. Vestígios da torre 14.

Fig. 74. Vestígios da torre 14 identificada em 2003 (Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 75. Vestígios do pano de muralha original entre a torre 14 e 15.

Fig. 76. Torre 15.

Fig. 77. Grafito do barco sobre as ondas presente na Torre 15 (fotografia de António Carvalho).

Fig. 78. Grafito de um barco de pesca da Torre 15 (fotografia de António Carvalho).

Fig. 79. Grafito de um barco com tridentes da Torre 15 (fotografia de António Carvalho).

Fig. 80. Grafito do cachalote na Torre 15 (fotografia de António Carvalho).

Fig. 81. Inscrição em árabe *b-ismi-llāh* na Torre 15 (fotografia de António Carvalho).

Fig. 82. Pano de muralha em taipa visível nos anos 60 que se seguia a partir da torre 15 (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 83. Torre octogonal em ruínas.

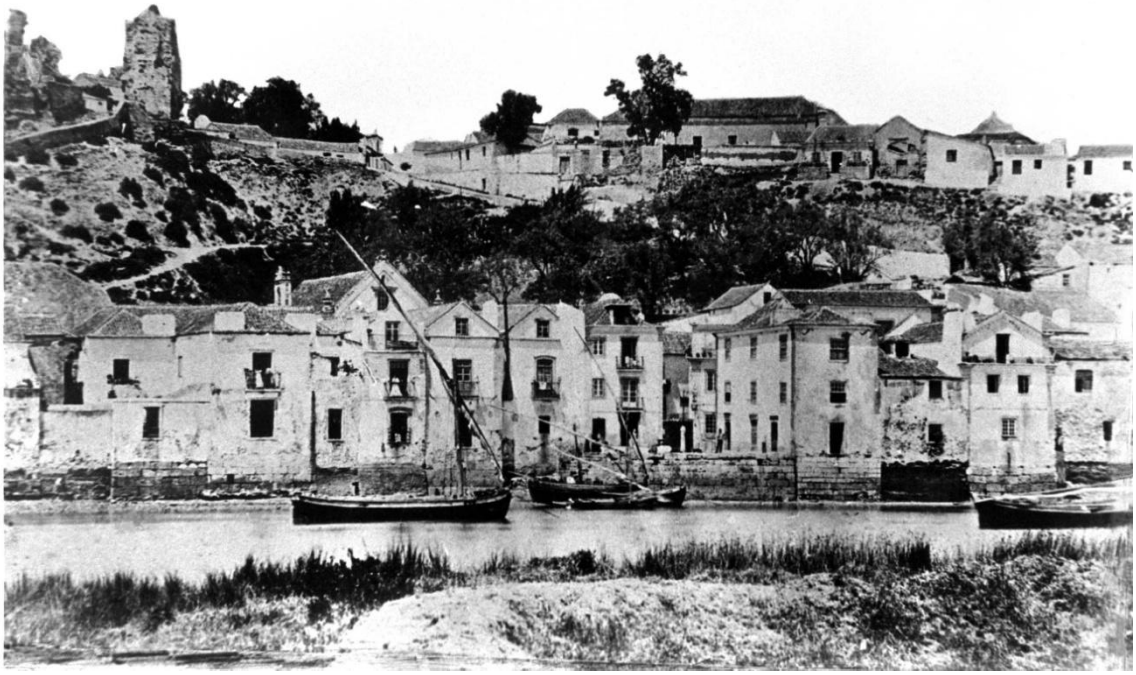


Fig. 84. Gravura do século XIX onde se pode ver a torre octogonal (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 84 a. Gravura onde se reconhece um postigo que se abria na barbacã junto da torre octogonal (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 85. Vestígios da barbacã na zona Norte perto da Porta Nova (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 86. Vestígios da barbacã na zona Norte em alvenaria de pedra (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 87. Ermida da Nossa Senhora da Conceição da Porta de Ferro.

Fig. 88. Passadiço de acesso à torre 20.

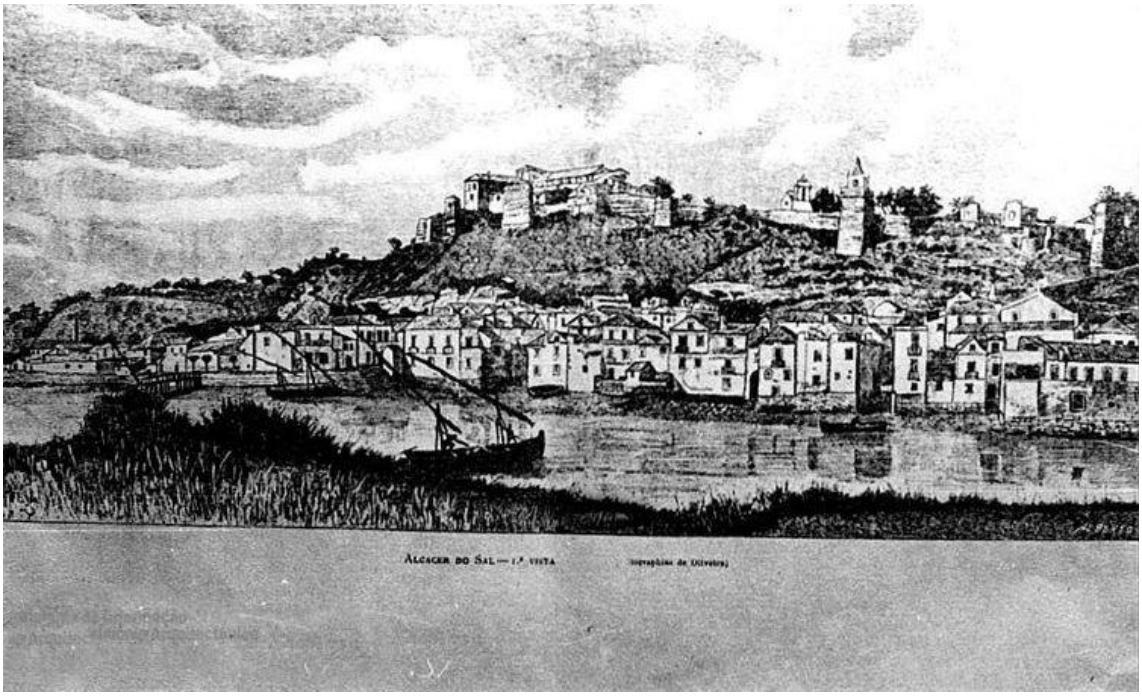


Fig. 89. Gravura de Alcácer do Sal, de 1889, onde é possível reconhecer a existência de duas torres a Oeste (ambas desaparecidas hoje em dia), uma adossada à muralha e outra albarrã e a Este uma torre albarrã (destruída em 1882). (Arquivo do Museu Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 90. Torre 21 da *medina*.

Fig. 91. Torre 22 da *medina*.

Fig. 92. Torre do Relógio.

Fig. 93. Vista interior da base da torre pela porta pela qual se entrava para tocar o sino (fotografia de Rita Balona).

Fig. 94. Interior construído em taipa da torre do relógio identificado durante as obras de restauro (fotografia de Rita Balona).

Fig. 95. Pano de muralha que se segue a partir da Torre do Relógio onde é visível as marcas dos quadriláteros desenhados sobre a taipa.

Fig. 96. Torre albarrã.

Fig. 97. Fotografia de 1973, onde se vê a torre do 23 (relógio), torre 24 (albarrã) e a torre 25 edificada em pedra. (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 98. Torre 26.

Fig. 99. Torre 26 onde é possível ver as ameias quadrangulares com cobertura piramidal (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN, data indeterminada).

Fig. 100. Gravura do século XIX onde se pode visualizar as duas torres, hoje desaparecidas, a Oeste. (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 101. Torre 29 da *medina*.

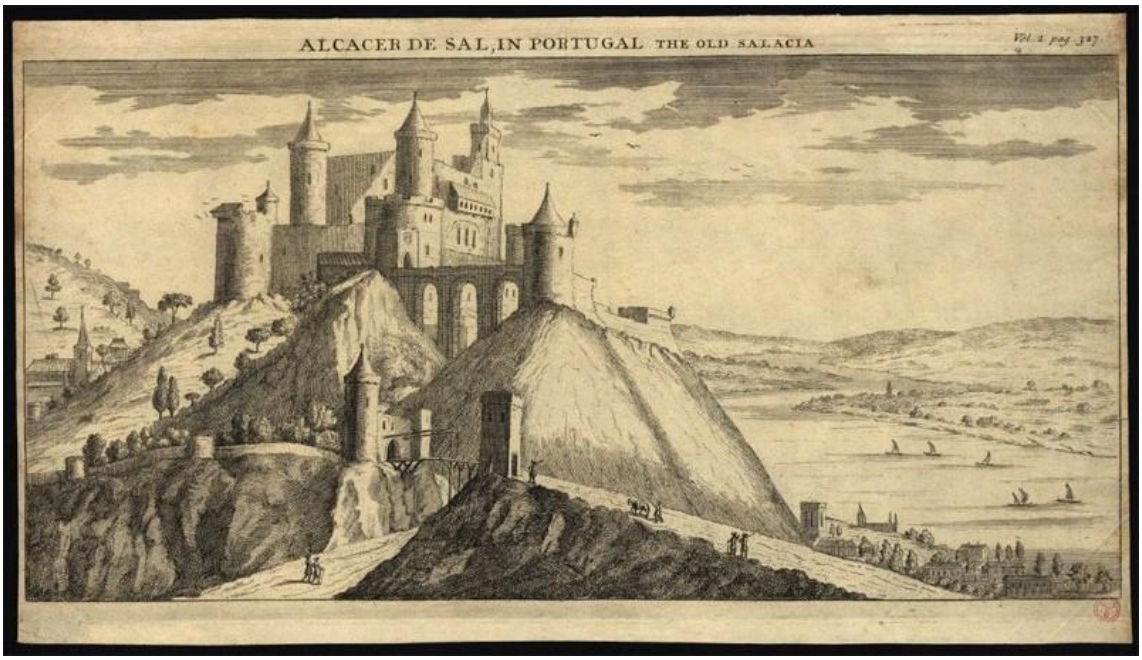


Fig. 102. Gravura de autor desconhecido da fortificação de Alcácer do Sal no século XVIII (Biblioteca Nacional de Portugal).

Fig. 103. Torre 30.

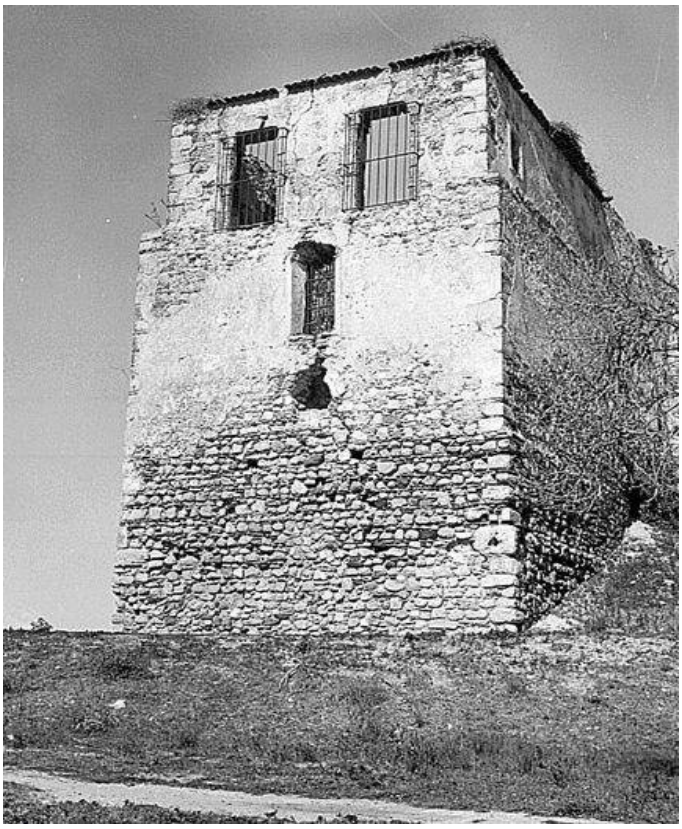


Fig. 104. Torre 30 em 1981, sendo ainda visível a via em terra batida que daria acesso ao exterior do recinto amuralhado (imagem do inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

Fig. 105. Vestígios da couraça (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 106. Vestígios da couraça (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 107. Vestígios de um recinto amuralhado anterior (imagem cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 108. Paramento construtivo da torre 29 onde se observa várias fases construtivas.

Fig. 109. Paramento construtivo da plataforma da torre 15.

Fig. 110. Paramento construtivo da Torre do Relógio (torre 23).

Fig.111. Paramento construtivo dos contrafortes no setor sul do recinto.

Fig.112. Paramento construtivo do adarve da muralha no setor norte.

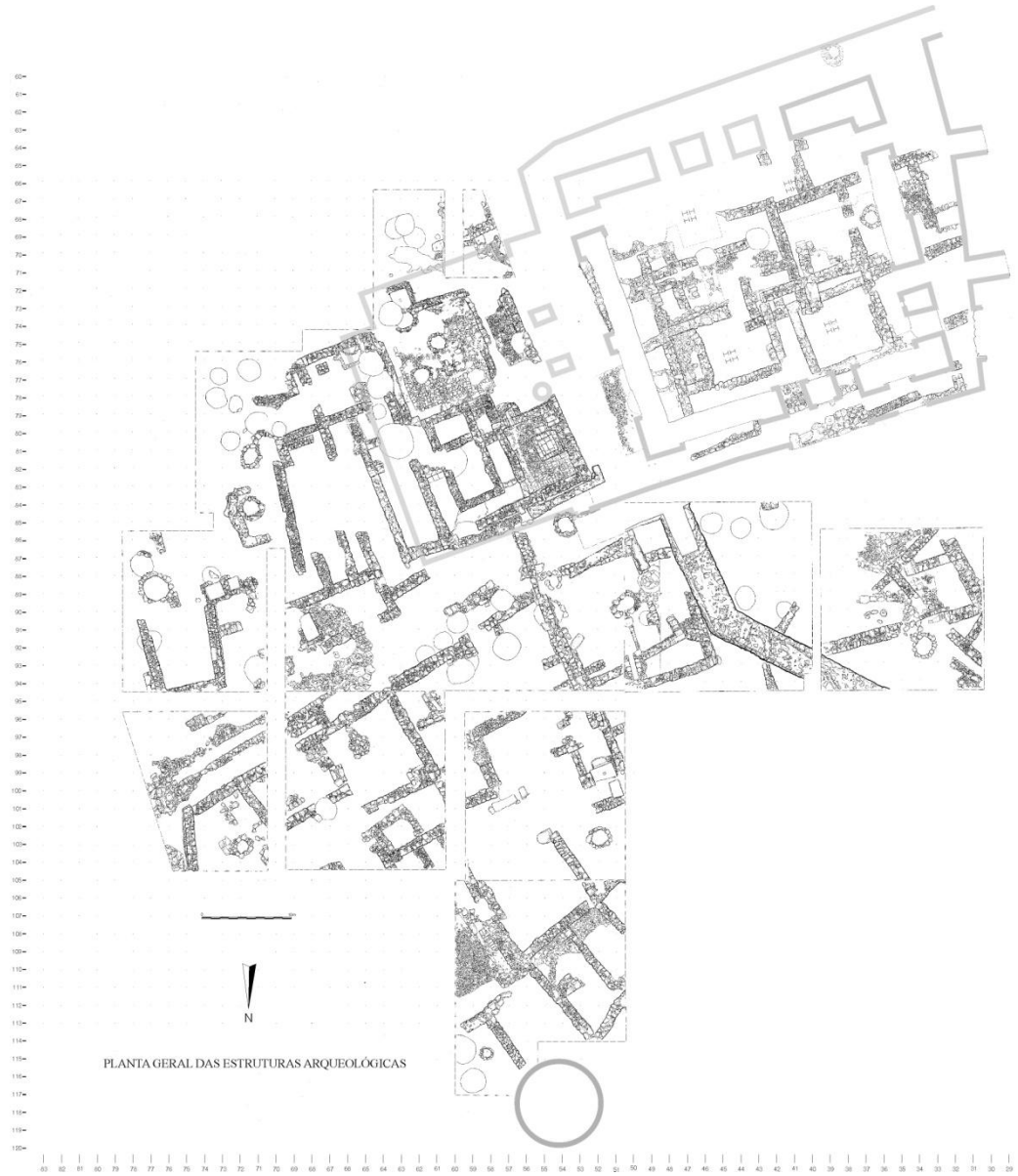


Fig. 114. Planta geral das estruturas identificadas durante as intervenções arqueológicas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli.

Fig. 115. Planta geral com as estruturas individualizadas por períodos (alcáçova e *medina*).

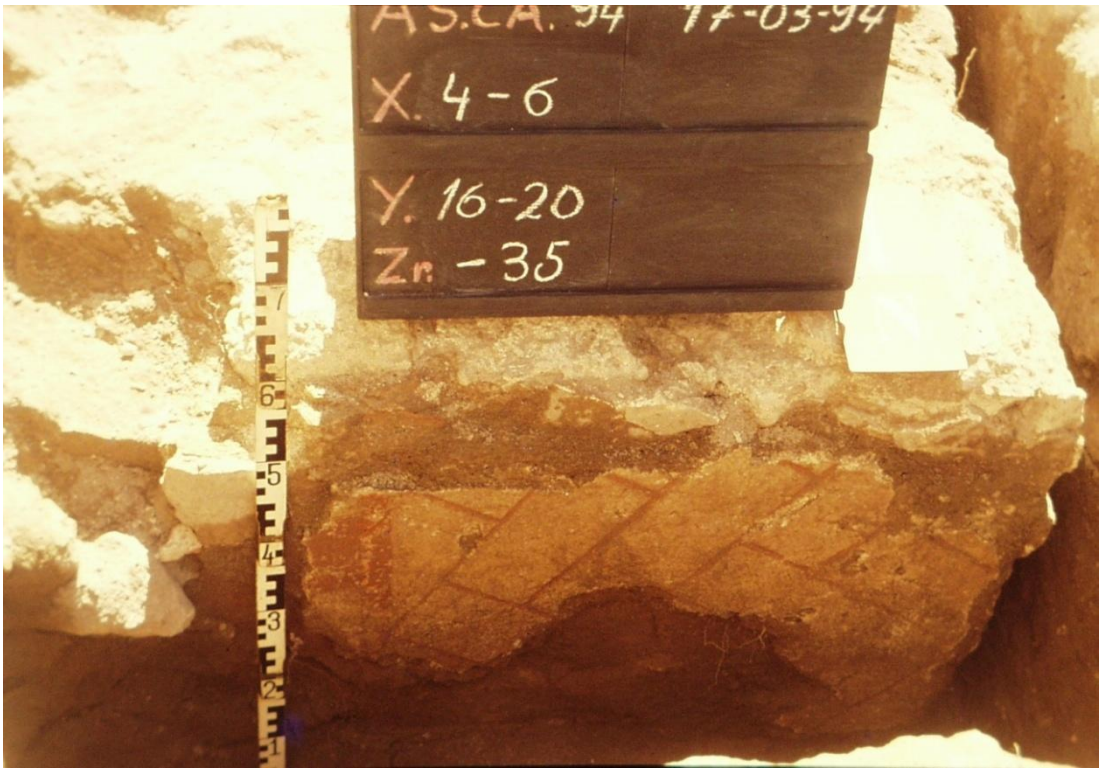


Fig. 116. Parede revestida de estuque pintado com motivos geométricos retangulares (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 117. Compartimentos muçulmanos.

Fig. 118. Espólio muçulmano *in situ* encontrado em associação com os compartimentos, sendo de destacar o cântaro do período emiral (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 119. Estruturas islâmicas identificadas do Período Emiral/Califal (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 120. Poço datado do Período Emiral/Califal (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 121. Estruturas encontradas, junto da muralha que separa a alcáçova da *medina,* durante as intervenções arqueológicas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Fig. 122. Abertura para escoamento de águas no muro que corre no sentido Este-Oeste. (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

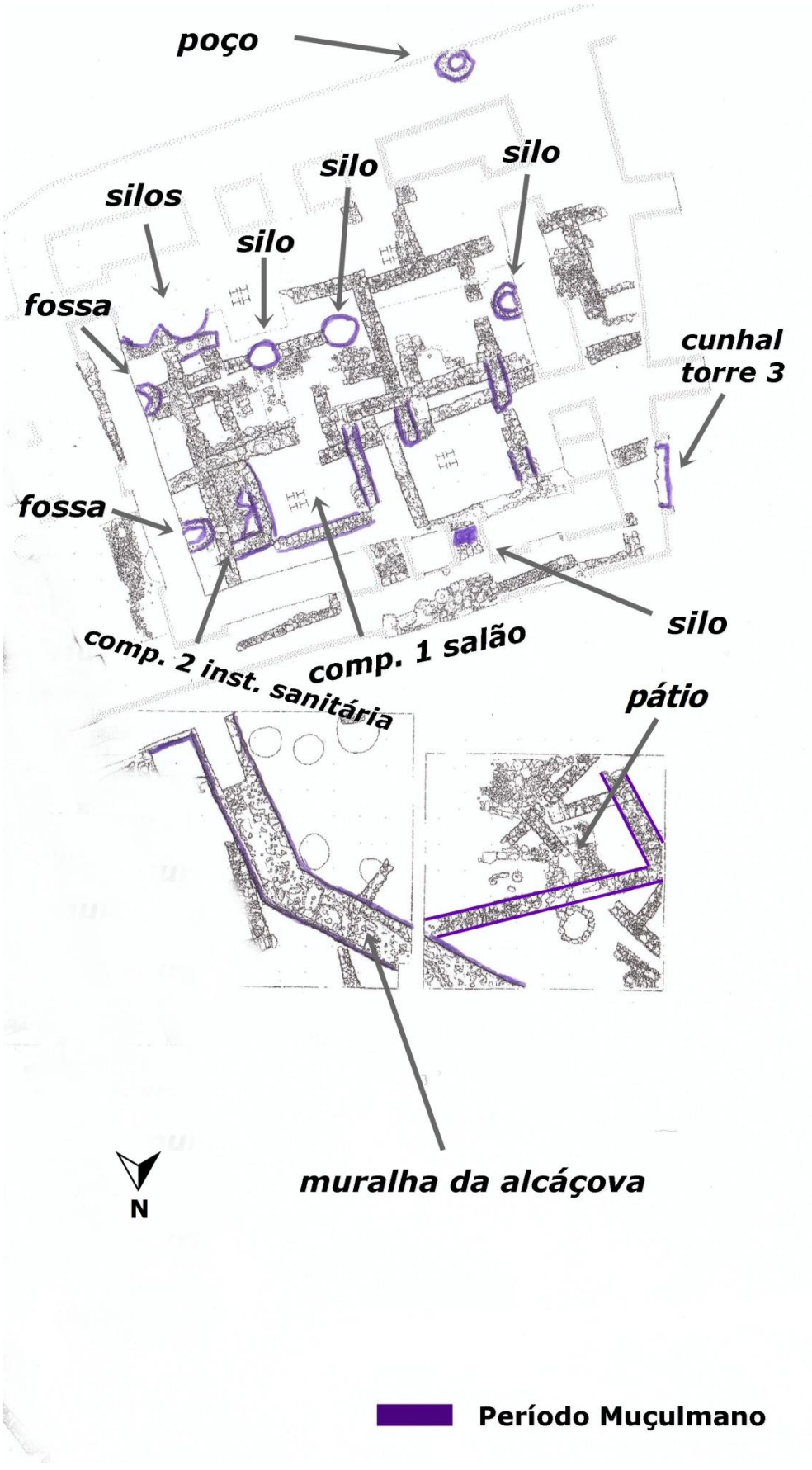


Fig. 123. Planta da alcáçova com a identificação das estruturas muçulmanas identificadas.

Fig. 124. Cisterna do Convento.

Fig. 125. Pequena fonte no centro do pátio do convento (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 126. Via romana do séc. I d.C. ladeada por *tabernae*.

Fig. 127. Setor de via romana dentro da atual cripta arqueológica de Alcácer do Sal.

Fig. 128. Rua das Covas.

Fig. 129. Rua do Forno.

Fig. 130. Travessa das Espanholas.

Fig. 131. Rua dos Almocreves.

Fig. 132. Travessa do Arco de Calafate.

Fig. 133. Travessa do Hospital Velho.

Fig. 134. Rua das Escadinhas do Forno.

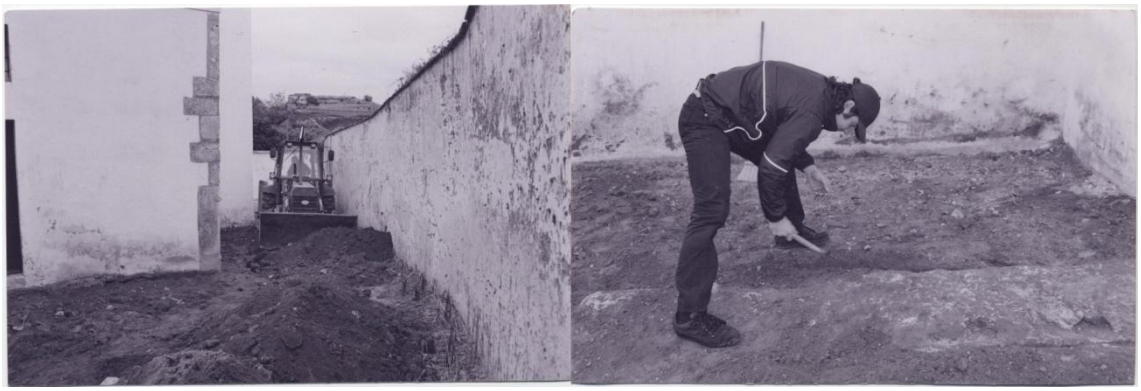


Fig. 135. Realização de obras junto da Igreja de Santa Maria do Castelo, onde se vê na fotografia da direita um muro de um edifício pré-existente (fotografias cedidas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 136. Fragmento do Período Almóada encontrado no amontado de terras revolvidas pela realização da obra junto da Igreja de Santa Maria do Castelo (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

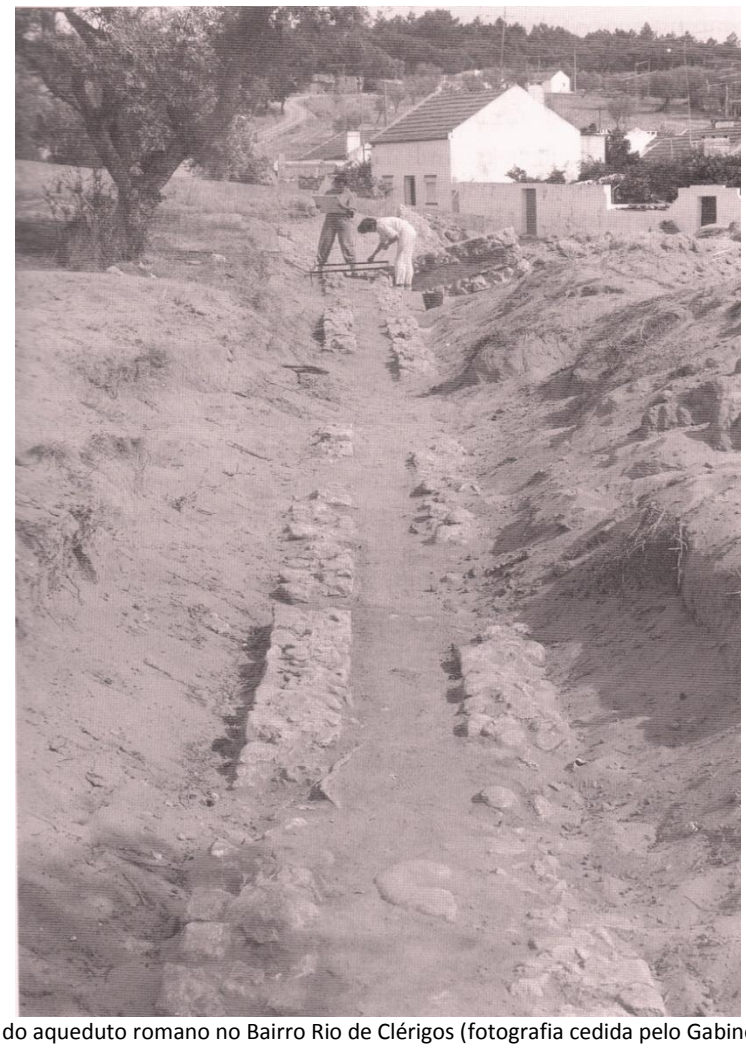


Fig. 137. Vestígios do aqueduto romano no Bairro Rio de Clérigos (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 138. Planta das estruturas muçulmanas, correspondentes à *medina,* identificadas nas intervenções do Convento de Aracoeli.

Fig. 139. Estruturas romanas e islâmicas identificadas nos anos 80 em frente à Igreja de Santa Maria do Castelo.

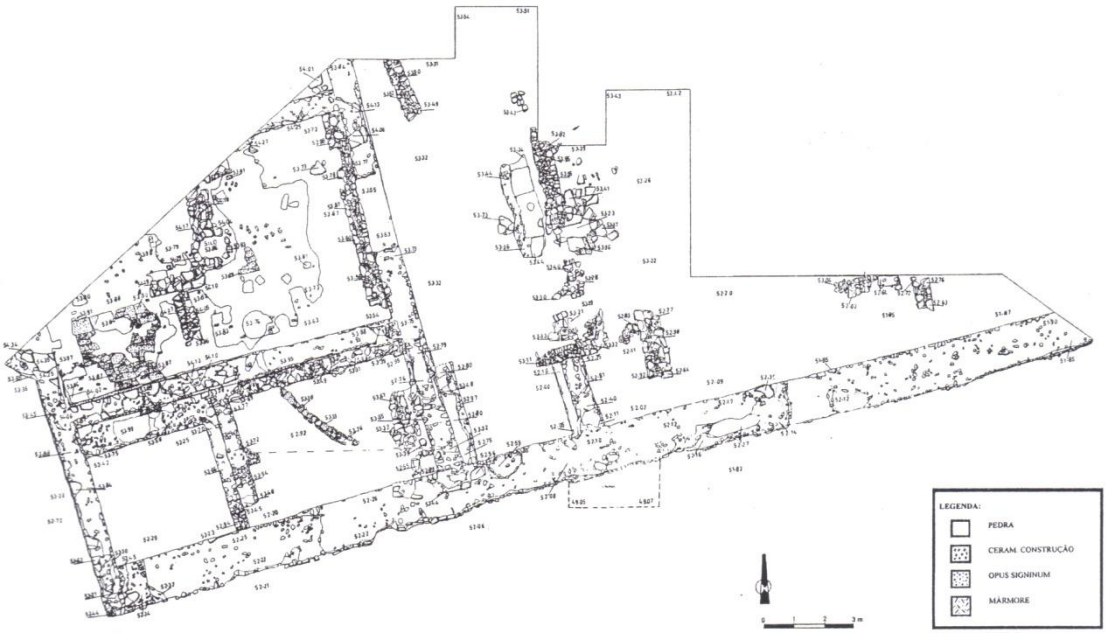


Fig. 140. Planta geral das estruturas identificadas nos anos 80 em frente à Igreja de Santa Maria do Castelo.

Fig. 141. Planta geral com as estruturas individualizadas por períodos.

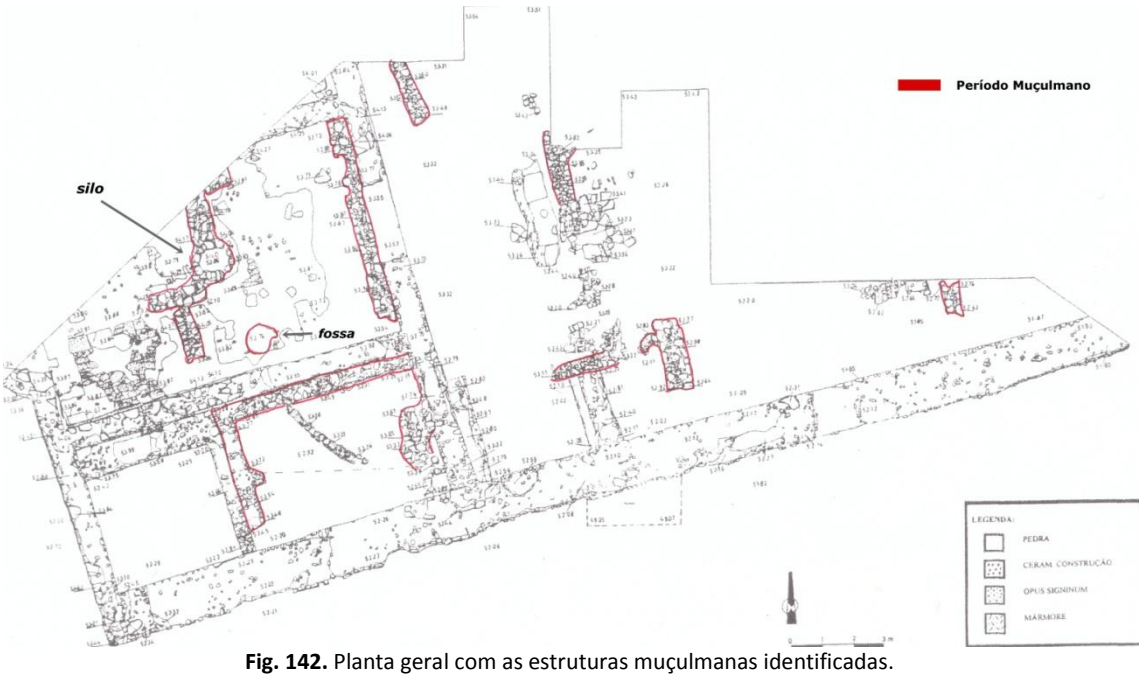


Fig. 142. Planta geral com as estruturas muçulmanas identificadas.

Fig. 143. Sepultura 1 de um indivíduo do sexo masculino (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 144. Sepultura 2 e 3 de um indivíduo do sexo feminino com um recém-nascido entre os seus fémures (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 145. Sepultura 4 de um não adulto de sexo indeterminado (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

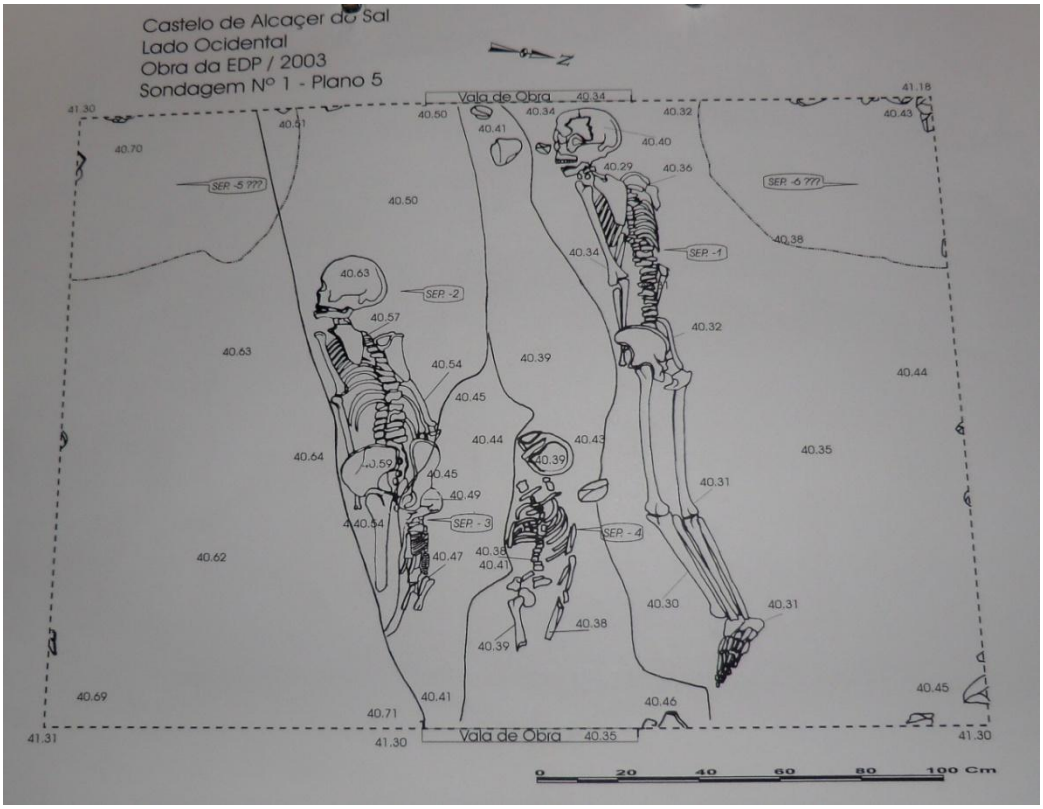


Fig. 146. Desenho das sepulturas identificadas na necrópole da encosta ocidental do castelo (CARVALHO, Cármen, *Relatório de Escavação Antropológica: intervenção antropológica na encosta ocidental do castelo*, Alcácer do Sal, 2003).

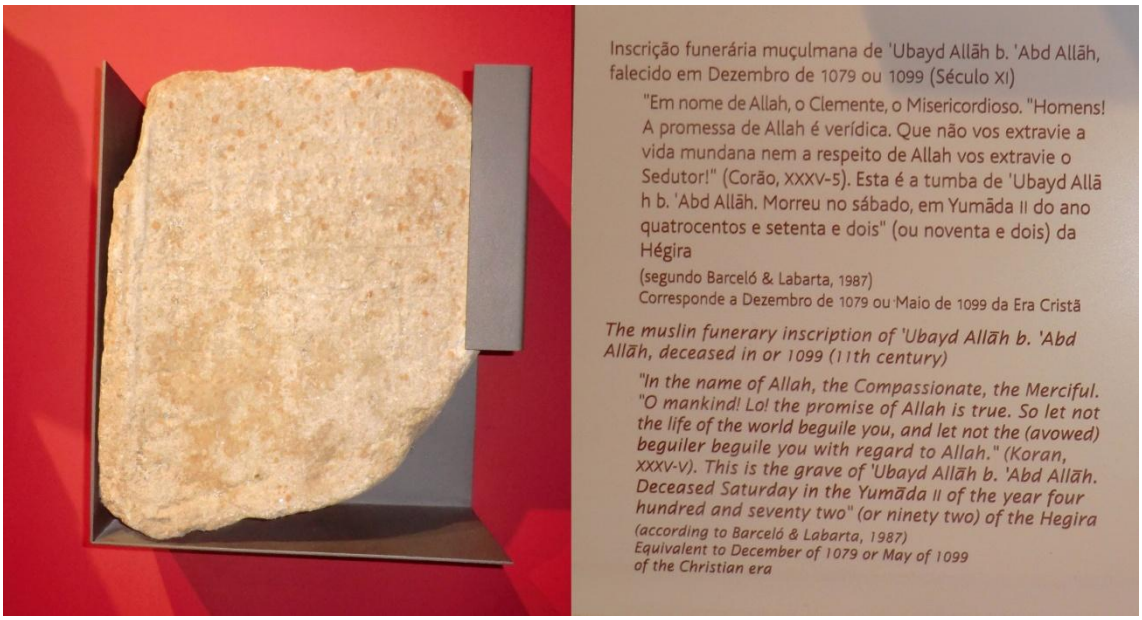


Fig. 147. Epígrafe funerária muçulmana do séc. XI, proveniente da encosta do castelo, em exposição na cripta arqueológica de Alcácer do Sal (tradução de Bacerló e Labarta, 1987).

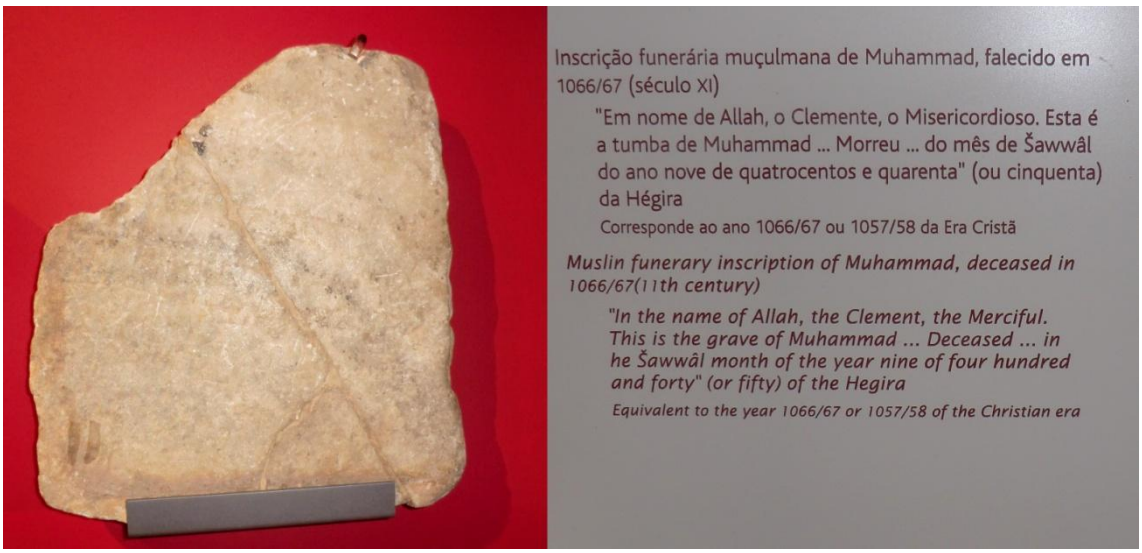


Fig. 148. Epígrafe funerária muçulmana do séc. XI, proveniente da encosta do castelo, em exposição na cripta arqueológica de Alcácer do Sal (tradução de Bacerló e Labarta, 1987).

Fig. 149. Enterramento muçulmano encontrado na Necrópole de S. Francisco (Relatório: intervenção arqueológica na Necrópole de S. Francisco, Alcácer do Sal, 2000).

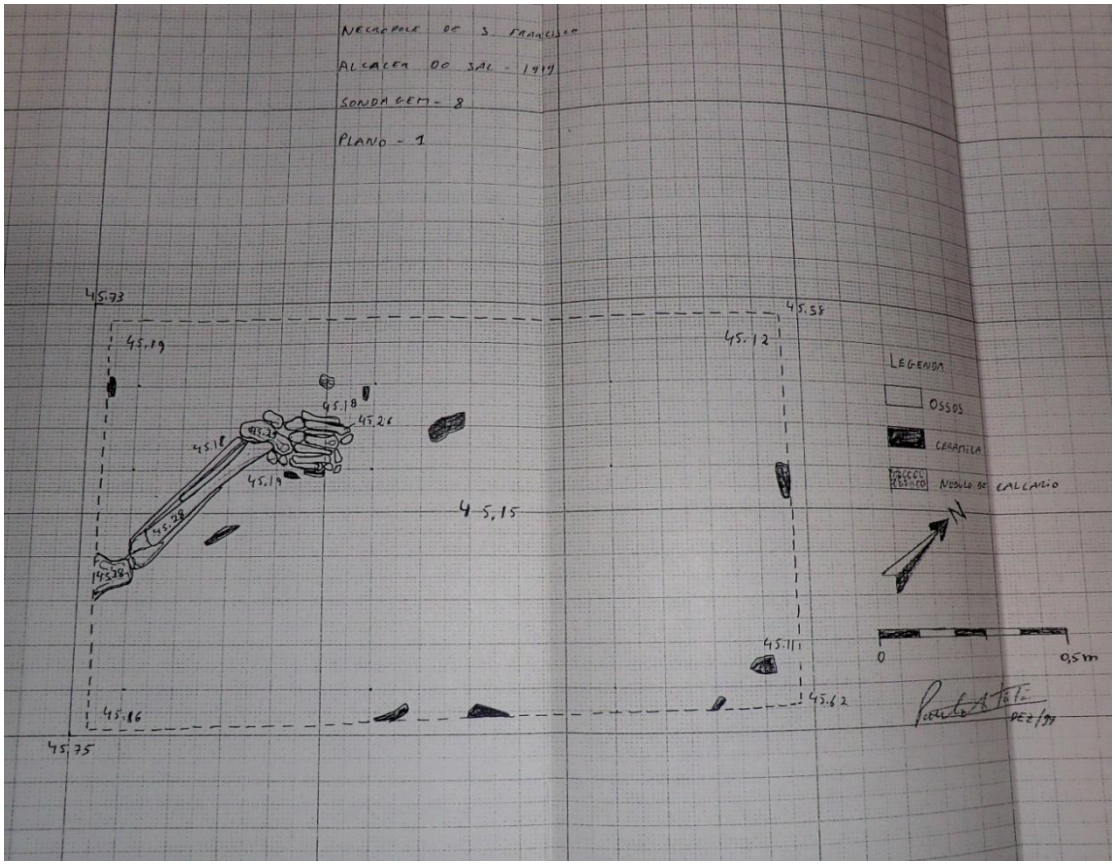


Fig. 150. Enterramento muçulmano encontrado na Necrópole de S. Francisco (desenho de Paulo Alexandre Tátá).

Fig. 151. Enterramento islâmico tardio no interior da barbacã (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

Fig. 152. Enterramento islâmico tardio no interior da barbacã (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

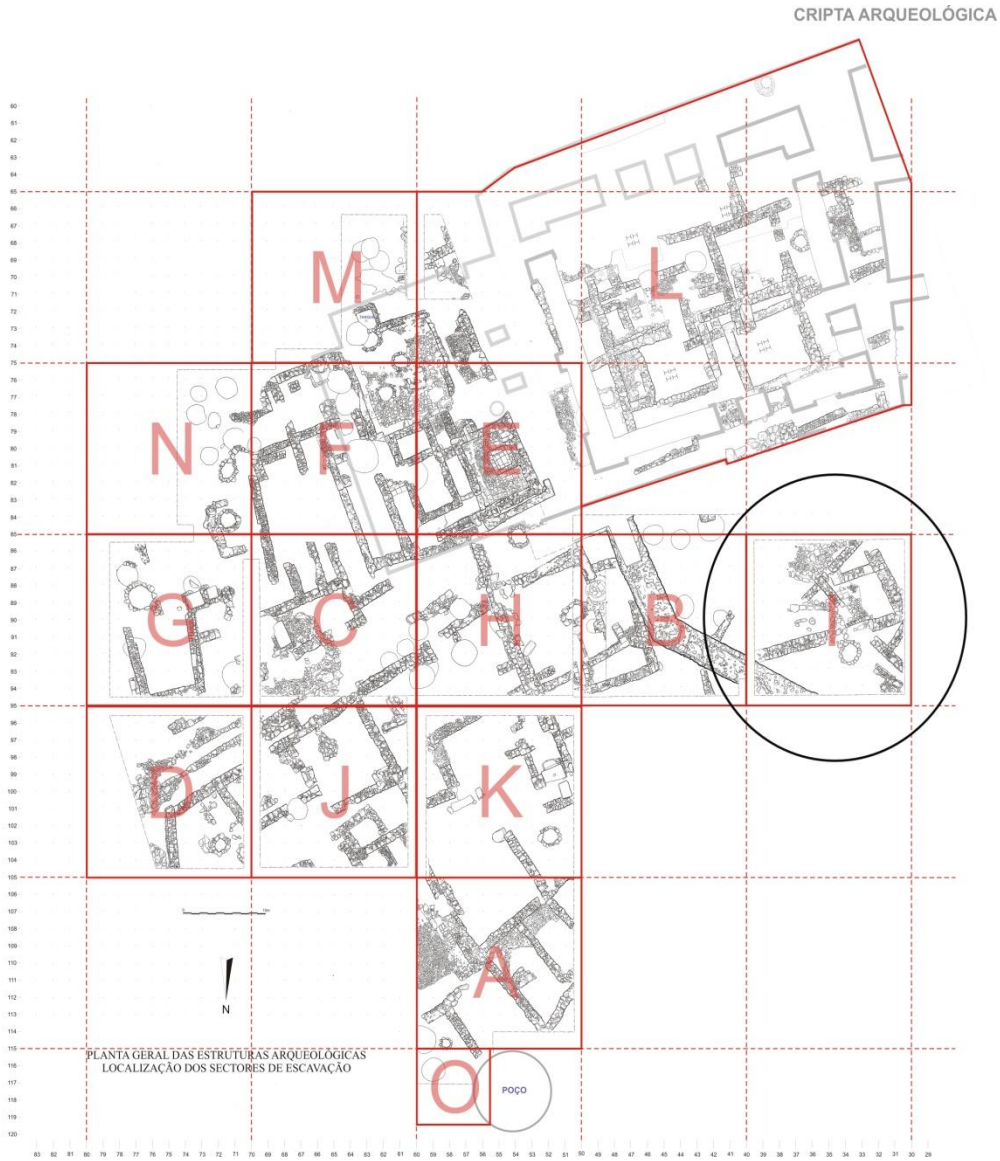


Fig. 153. Localização do setor I na planta geral das estruturas identificadas durante as intervenções arqueológicas no Convento de Nossa Senhora de Aracoeli.

ANEXO C – CATÁLOGO DAS PEÇAS[32]

[32] As fotografias sem qualquer referência a outrem ou entidade são da autoria da autora desta dissertação.

Fig. 154 - Taça

Nº de inventário: AS/CC/95/I.468

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo cilíndrico curvo com duas asas horizontais coladas à parede, base convexa.

Pasta: Cor Alaranjada, compacta e homogénea contendo elementos não plásticos de grão médio fino.

Decoração: Superfícies vidradas de cor castanha e aspeto melado. Caneluras paralelas em redor do corpo.

Dimensões: Diâmetro de 12 cm, 1,1 cm de espessura máxima das paredes.

Fig. 155 - Taça

Nº de inventário: AS/CC/95/I.1179

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo vertical curvo, lábio semicircular, corpo bitroncocónico com acentuada carena, base convexa com pé anelar diagonal.

Pasta: Vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzo leitoso e mica.

Decoração: Superfícies vidradas de cor castanha e aspeto melado.

Dimensões: Diâmetro de 20,8 cm e paredes 0,5 cm de espessura máxima.

Fig. 156 - Taça

Nº de inventário: AS/CC/95/I.459

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo vertical arredondado, corpo semiesférico, base convexa com pé anelar diagonal.

Pasta: Vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzo leitoso e mica.

Decoração: Superfícies vidradas com melado de cor castanha e aspeto melado muito brilhante.

Dimensões: Diâmetro de 11,5 cm, paredes com 0,8 mm de espessura máxima, pé anelar com 1 cm de altura.

Fig. 157 - Taça

Nº de inventário: AS/CC/95/I.440

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo introvertido, lábio com secção semicircular, corpo bitroncocónico e base convexa.

Pasta: Vermelha, homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão médio e fino (quartzo leitoso e mica).

Decoração: Superfícies vidradas de cor castanha e de aspeto melado. Cordões verticais em relevo desde o bordo até à carena.

Dimensões: Diâmetro de 14,6 cm e 1,1 cm de espessura máxima nas paredes.

Fig. 158 – Fragmento de Jarra

Nº de inventário: AS/CC/95/I.1182

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Século XIII.

Morfologia: Porção possivelmente do corpo.

Pasta: Pasta clara de tom bege, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos muito finos**.**

Decoração: Combinação de esgrafitado sobre engobe negro com linhas de vidrado verde.

Dimensões: Paredes de 0,4 mm de espessura máxima.

Fig. 159 – Fragmento de Talha

Nº de inventário: AS/CC/95/I.2268

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Pasta: Pasta clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo leitoso e mica.

Decoração: Técnica do estampilhado. Na parte superior da peça encontra-se uma banda com motivos geométricos, nomeadamente losangos, seguido de uma outra banda com motivos vegetalistas com uma espécie de cordão da vida com pétalas de folhas por dentro, seguido de uma terceira banda com losangos.

Dimensões: Paredes com espessura máxima de 2 cm.

Fig. 160 – Fragmento de Talha

Nº de inventário: AS/CC/95/I.1010

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Pasta: Pasta clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo leitoso e mica.

Decoração: Técnica do estampilhado. Na banda superior são visíveis motivos vegetalistas, seguindo-se uma banda sem decoração e uma outra outra com motivos fitomórficos e, por último, uma banda com elementos vegetalistas.

Dimensões: Paredes com espessura máxima de 1,4 cm.

Fig. 161 – Fragmento de candeia

Nº de inventário: AS/CC/95/I.460

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo troncocónico invertido e base côncava.

Pasta: Cor alaranjada, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo e mica.

Decoração: Superfícies cobertas com vidrado de cor castanha e aspeto melado escuro e brilhante.

Dimensões: Paredes de 0,05 mm de espessura máxima.

Fig. 162– Fragmento de candeia

Nº de inventário: AS/CC/95/I.145

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Porção do bordo, corpo troncocónico invertido, base plana. Superfície interna apresenta vestígios de asa vertical colada ao bordo e base da peça.

Pasta: Cor alaranjada, pasta compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino de quartzo e mica.

Decoração: Superfícies cobertas com vidrado de cor castanho claro e aspeto melado.

Dimensões: Paredes de 0,08 mm de espessura máxima.

Fig. 163 - Testo

Nº de inventário: AS/CC/95/I.143

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Forma troncocónica, bordo com lábio de secção semicircular, assenta em base plana, pega em botão.

Pasta: Clara, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

Dimensões: Diâmetro de 12,1 cm e paredes com 0,4 cm de espessura máxima.

Fig. 164 – Fragmento de testo

Nº de inventário: AS/CC/95/I.49

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Forma troncocónica, bordo com lábio de secção semicircular, assenta em base plana, pega em botão.

Pasta: Clara, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

Dimensões: 0,4 cm de espessura máxima das paredes.

Fig. 165- Pia de abluções

Nº de inventário: AS/CC/95/I.1186

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

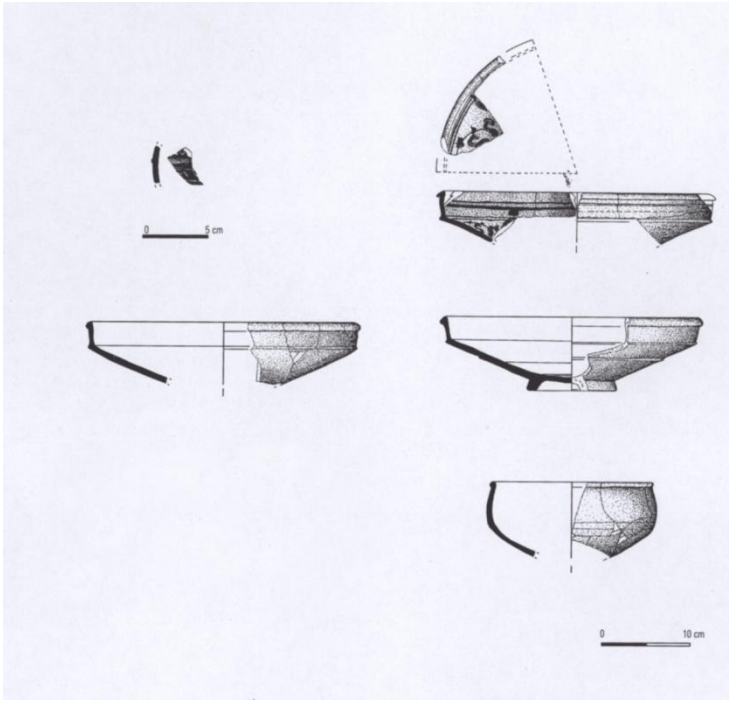
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Formato retangular e corpo com concavidades para conter líquidos no seu interior.
Pasta: Clara de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente feldspato, mica e pedaços triturados de argila.

Decoração: Cobertura com vidrado verde na superfície interna e bordo, decoração estampilhada com motivos florais e epigráficos.

Dimensões: Paredes com uma espessura que oscila entre os 1,9 e os 2,6 cm.

Fig. 166 - Taças carenadas, taça hemisférica e fragmento de jarra esgrafitada (desenhos de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nºs de inventário: AS/CC/95/I.156-438, AS/CC/95/I.450, AS/CC/95/I.443, AS/CC/95/I.441, AS/CC/95/I.442

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

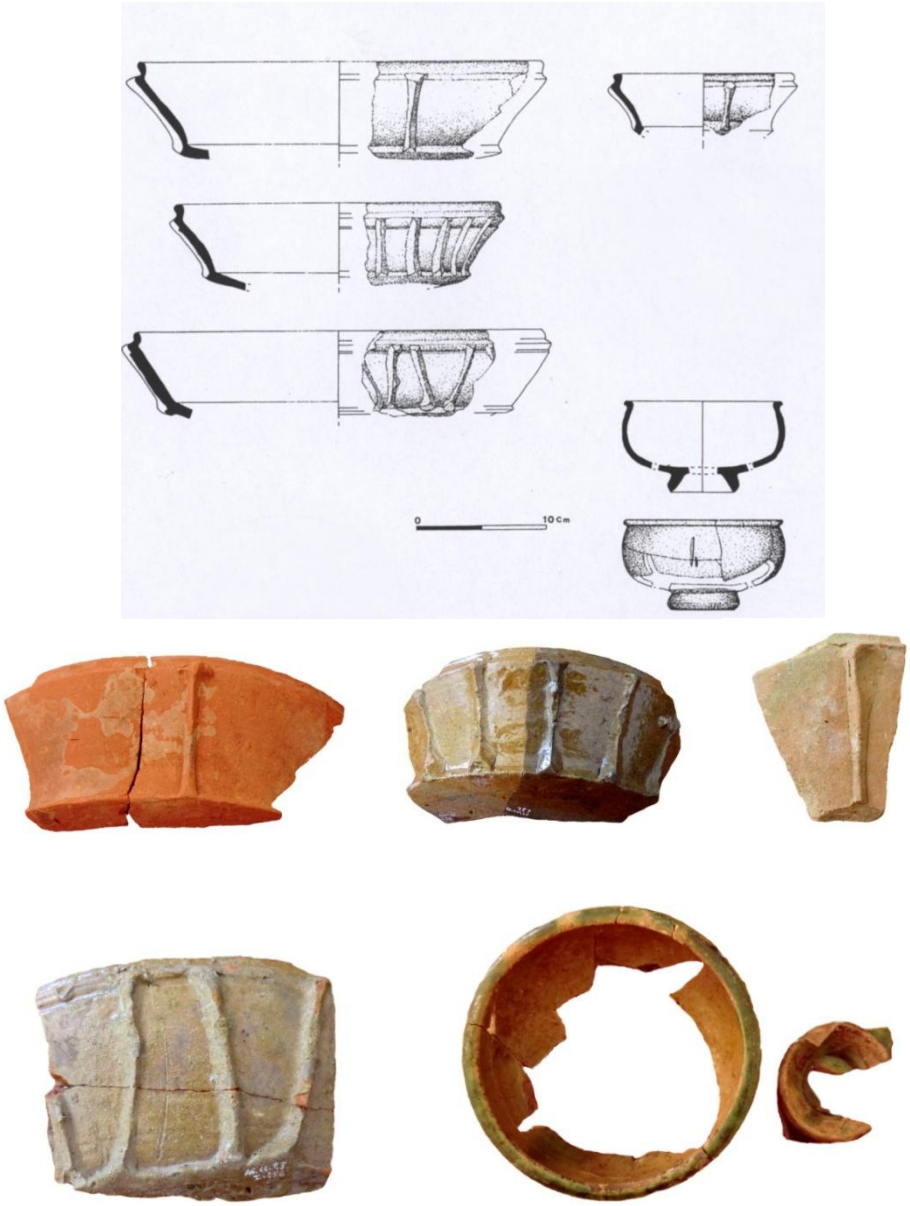
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologias: Porção de parede de jarra. Fragmentos de taças com bordos verticais, lábios semicirculares, corpos bitroncocónicos com carena pronunciada e base convexa em pé anelar diagonal. Fragmento de taça hemisférica com bordo vertical curvo.

Pastas: Jarra: Pasta clara de tom bege, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos muito finos**.** Taça decorada com manganês: Pasta vermelha, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo. Taças careadas: Pastas vermelhas, compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino com quartzos e mica. Taça hemisférica: Pasta vermelha, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

Decoração: Engobe negro e esgrafitado, vidrado castanho e de aspeto melado com aplicação de manganês, vidrado castanho e aspeto melado, aplicação de esmalte de tom turquesa na superfície interna e verde-claro na superfície externa.

Fig. 167 - Taças com cordões verticais e taça hemisférica com pé anelar (desenhos de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nºs de inventário: AS/CC/95/I.462, AS/CC/95/I.62, AS/CC/95/I.459, AS/CC/95/I.465, AS/CC/95/I.449

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

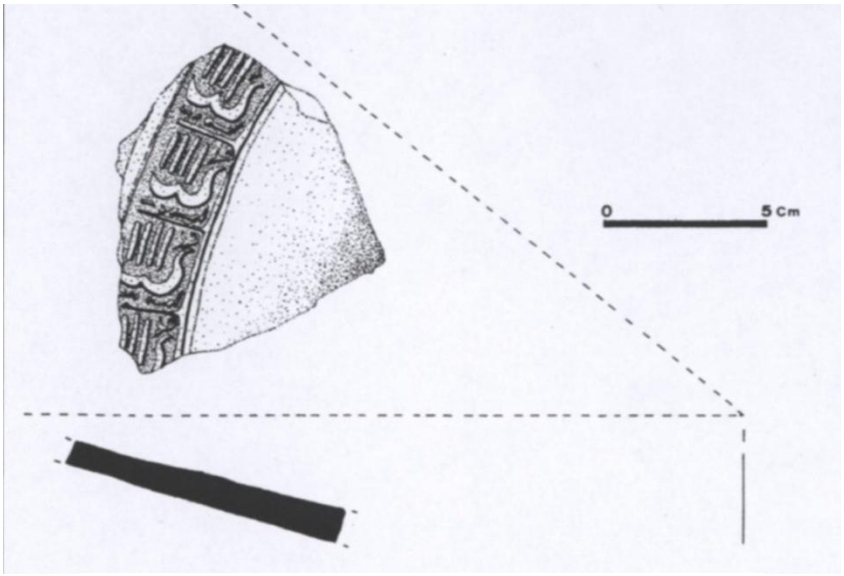
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologias: Taças com bordos verticais arredondados, corpos bitroncocónicos com dupla carena marcando o bordo e bases convexas. Taça de bordo extrovertido, corpo esférico e base assente em pé anelar.

Pastas: Taças com cordões: Pastas vermelhas, compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e micas. Taça hemisférica: pasta clara, muito homogénea e compacta, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

Decoração: Cordões verticais, vidrados: cor castanha/aspeto melado e verde.

Fig. 168 - Fragmento de taça (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nº de inventário: AS/CC/95/I.1020

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana

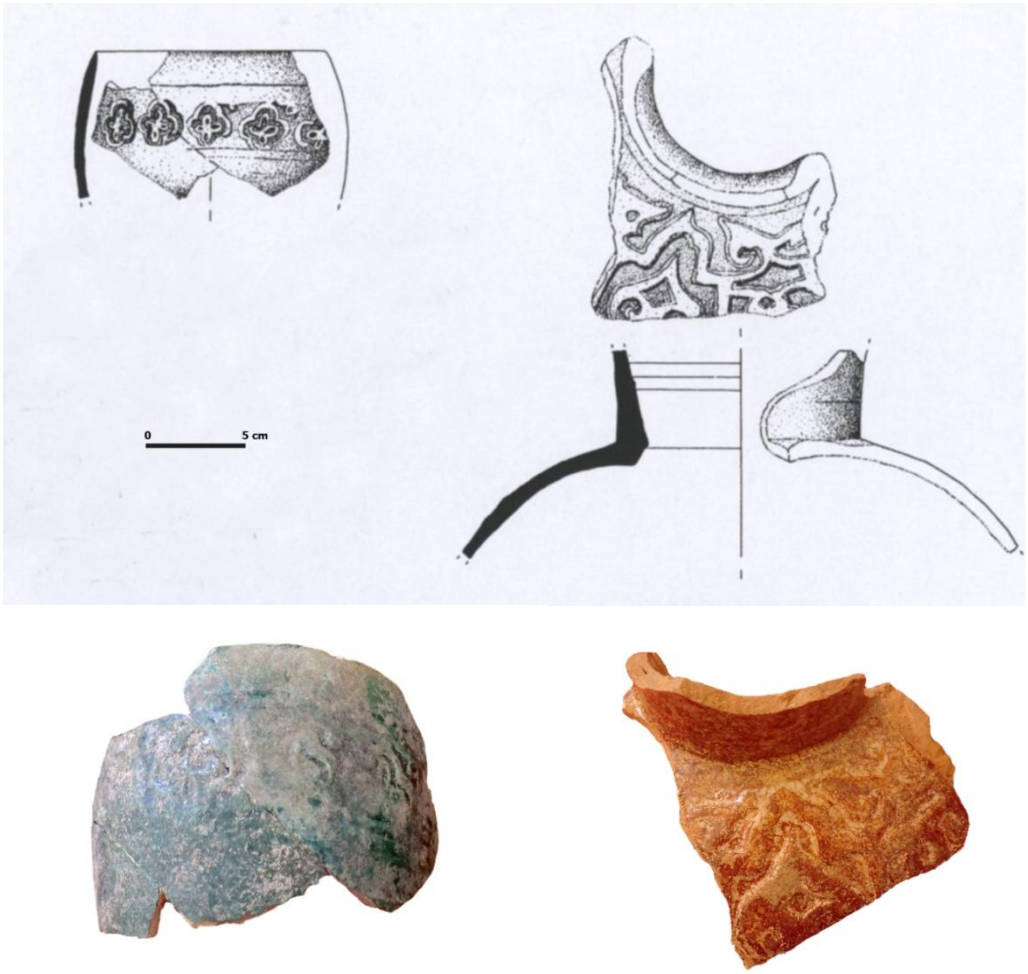
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Porção da superfície interna. Possivelmente com carena acusada.

Pasta: Pasta vermelha, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica.

Decoração: Aplicação de esmalte de cor verde na superfície interna e decoração estampilhada, nomeadamente várias sequências de mãos de Fátima.

Fig. 169 - Fragmentos de jarras (desenhos de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nºˢ de inventário: AS/CC/95/I.448, AS/CC/95/I.999

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

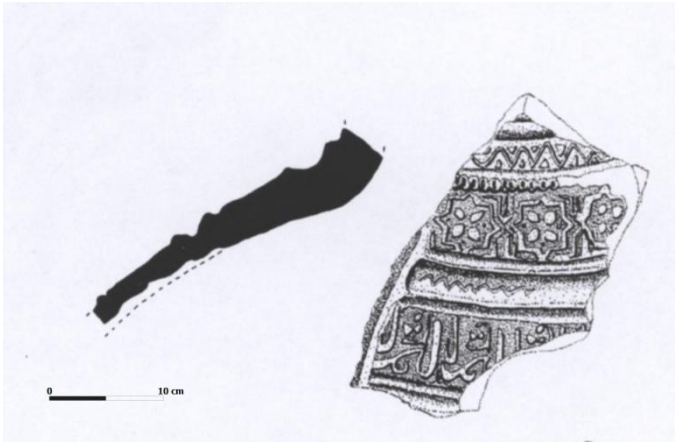
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologias: Porção do bordo. Porção do colo e corpo.

Pastas: Pastas claras, muito homogéneas e compactas, com elementos não plásticos de grão finíssimo.

Decoração: Aplicação de vidrado verde e estampilhadas com motivos vegetalistas. Aplicação de moldado em relevo, revestimento de vidrado branco com reflexos de dourado.

Fig. 170 - Fragmento de talha vidrada a verde com decoração estampilhada (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nº de inventário: AS/CC/95/I.2

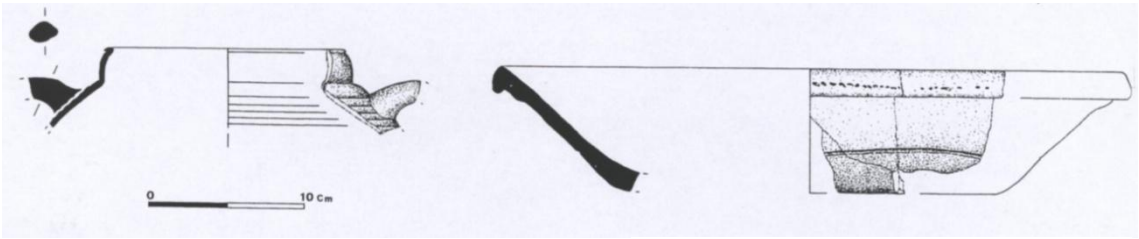
Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Pasta: Pasta de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica.

Decoração: Aplicação de vidrado verde e motivos estampilhados geométricos, fitomórficos e epigráficos.

Fig. 171 - Fragmento de panela e alguidar (desenhos de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nºˢ de inventário: AS/CC/95/I.451, AS/CC/95/I.458

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

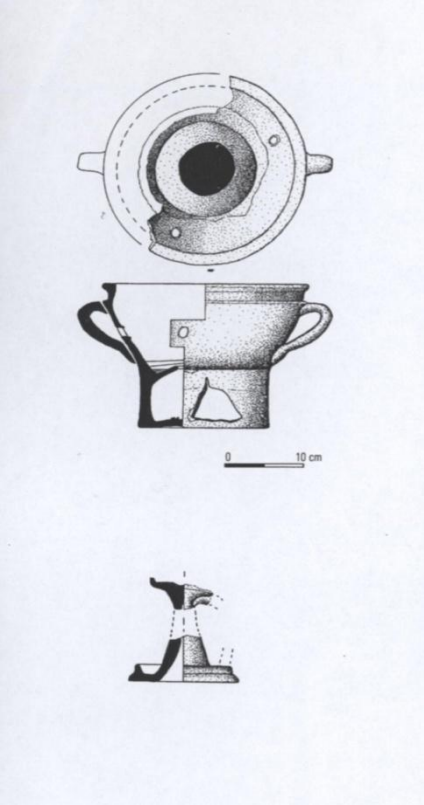
Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologias: Panela: porção do bojo e bordo extrovertido. Alguidar: bordo extrovertido.

Pastas: Pastas vermelhas, compactas e homogéneas, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica.

Decoração: Aplicação de caneluras.

Fig. 172. Fogareiro e fragmento de lamparina (desenhos de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nºs de inventário: AS/CC/95/I.445, AS/CC/95/I.463

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologias: Fogareiro: câmara de fogo bitronccónica com suave carena. Apresenta um orifício na parte inferior da câmara e duas asas verticais. O orifício de descarda do cinzeiro é de formato triangular. Lamparina: porção de base em forma de pequeno prato plano e corpo troncocónico invertido.

Pastas: Pasta de tom bege, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica. Pasta de alaranjada, compacta e homogénea, com elementos não plásticos de grão médio e fino, nomeadamente quartzos e mica.

Decoração: Aplicação de vidrado de cor castanha e aspeto melado.

Fig. 173 - Púcaro (Fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1124

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

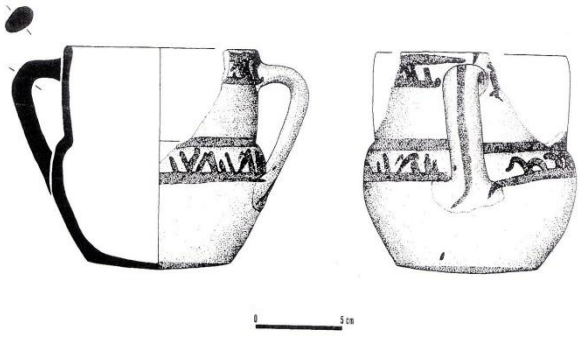
Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bojo carenado, colo cilíndrico, base convexa e duas asas verticais que unem o colo e o bojo.

Pasta: Pasta clara de tom alaranjado.

Decoração: Caneluras em redor do colo.

Fig. 174 - Púcaro (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1124

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Colo cilíndrico reto e largo e base ligeiramente convexa.

Pasta: Pasta clara de tom bege.

Decoração: Pintura a vermelho de bandas reticuladas.

Fig. 175 - Bule (Fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1146

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo hemisférico, base plana, gargalo cilíndrico e convexo.

Pasta: Pasta de tom bege.

Decoração: Pintura a vermelho com bandas reticuladas em redor colo, corpo e ponta do gargalo.

Fig. 176 - Bule com decoração reticulada.

Nº de inventário: AS/CC/93-97/472

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bordo extrovertido, colo circular, corpo convexo, base plana, vestígios do gargalo junto do colo e da asa vertical no lado oposto.

Pasta: Pasta de tom rosado.
Decoração: Pintura vermelha com motivos reticulados em redor colo.

Fig. 177 – Jarro

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1154

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

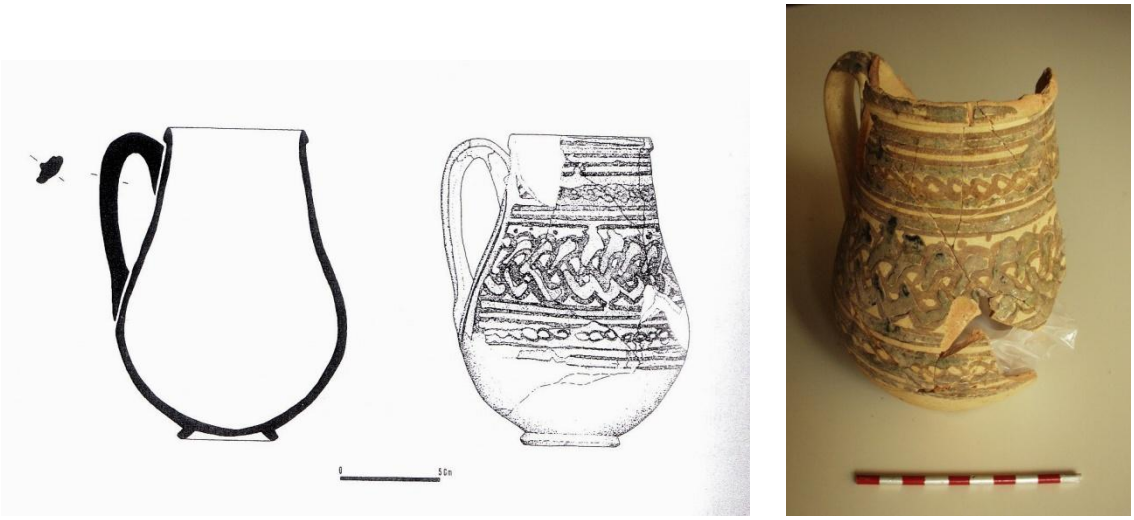
Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bico que serviria para verter o líquido no seu interior, colo troncocónico invertido e base convexa e plana.

Pasta: Pasta vermelha.

Decoração: Três traços de pintura branca verticais que se desenvolvem desde a base até ao colo.

Fig. 178 - Jarro decorado (desenho e fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1132

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX- X.

Morfologia: Colo cilíndrico, corpo globular e pé anelar

Pasta: Pasta de tom bege.

Decoração: Aplicação da técnica corda seca parcial. Apresenta três cordões da eternidade.

Fig. 179 - Jarra

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1173

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

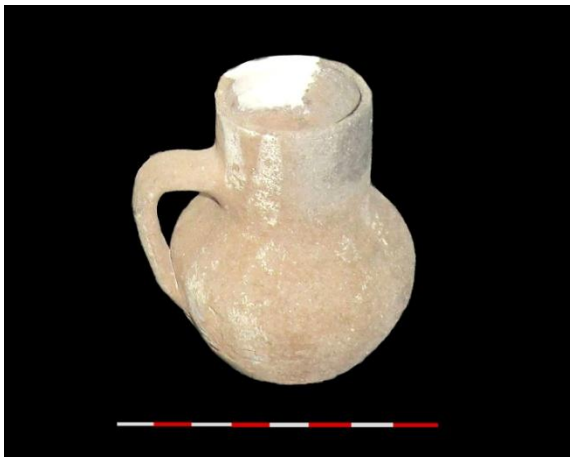
Cronologia: Século XI-XII

Morfologia: Colo circular alto, um corpo ovoide, base plana e duas asas que partem do corpo até ao colo.

Pasta: Pasta vermelha.

Decoração: Aplicação de pintura branca. Traços horizontais em redor do colo e uma sequência de três linhas verticais finas em redor do corpo.

Fig. 180 – Jarrita



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1126

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

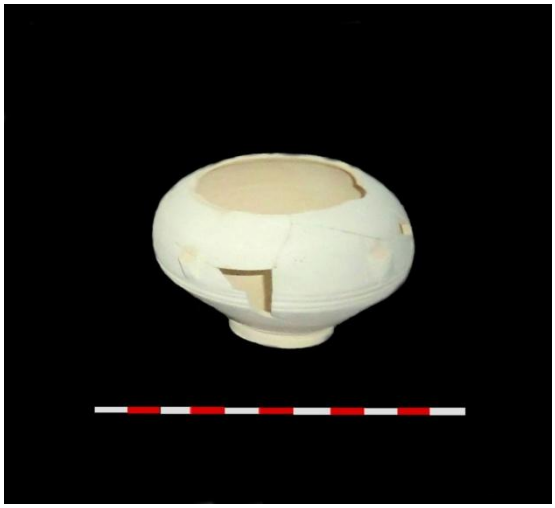
Cronologia: Séculos X-XI.

Morfologia: Bordo introvertido, colo cilíndrico, corpo ovoide e base plana.

Pasta: Pasta vermelha e mal depurada.

Decoração: Aplicação de linhas verticais pintadas a branco ao longo de toda a peça.

Fig. 181 - Fragmento de jarra



Nº de inventário: AS/CC/93-97/998

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

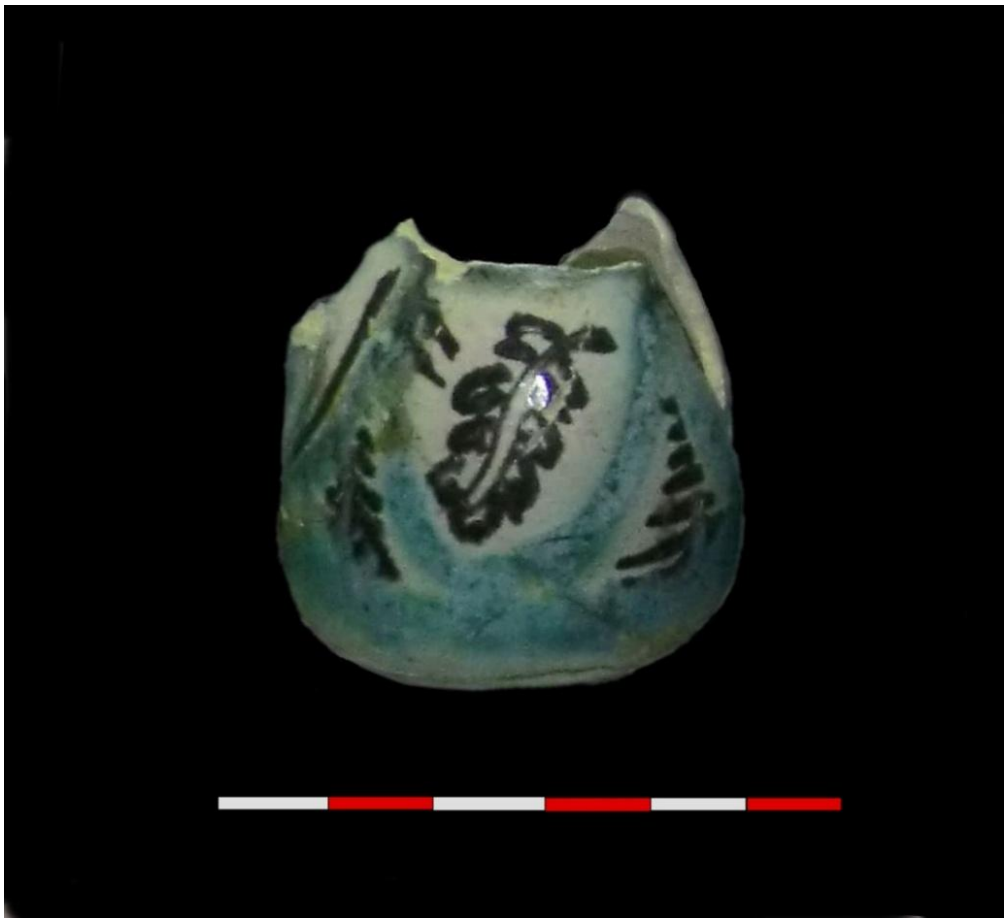
Cronologia: Séculos XII-XIII.

Morfologia: Corpo globular e base assente em pé anelar.

Pasta: Pasta branca.

Decoração: Aplicação de caneluras.

Fig. 182 - Fragmento de jarra



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1003

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos X-XI.

Morfologia: Corpo globular e a base assente em pé anelar.

Pasta: Pasta de tom bege.

Decoração: Aplicação da técnica verde e manganês. Motivos vegetalistas.

Fig. 183 - Fragmentos de jarras (fotografias e desenhos de António Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1042, 435, 1043, 1044

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Século XIII.

Morfologia: Fragmentos de corpo?, porção do corpo, colo e asa.

Pasta: Pasta de tom bege.

Decoração: Esgrafitado sobre engobe negro, motivos epigráficos e cordão da eternidade.

Fig. 184 -Fragmento de taça

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1163

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana

Cronologia: Século X

Morfologia: Fragmento do fundo interior.

Pasta: Pasta vermelha.

Decoração: Aplicação de verde e manganês. Representação de cruz quadrada ou possivelmente palmetas e no centro um cordão da eternidade.

Fig. 185 - Taça

Nº de inventário: AS/CC/93-97/469

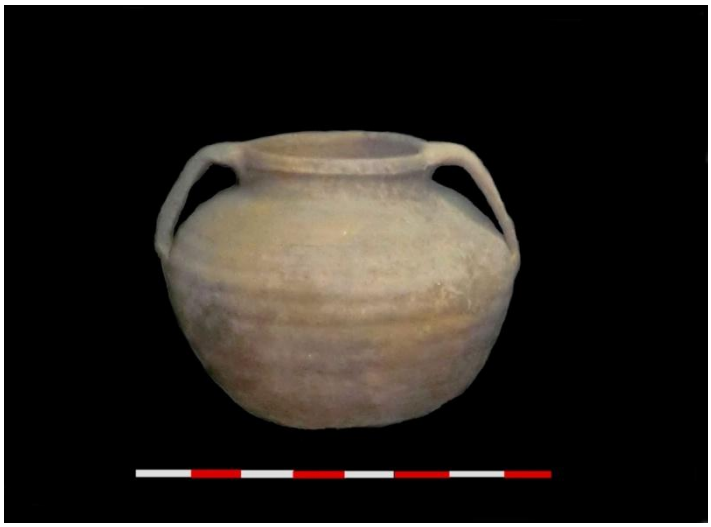
Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XII – Segunda metade do século XIII.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo cilíndrico curvo com duas asas horizontais coladas à parede e base convexa.

Decoração: Aplicação de vidrado de cor castanha e aspeto melado.

Fig. 186 - Panela



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1130

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos X-XI/XII.

Morfologia: Bordo extrovertido, colo cilíndrico baixo, corpo globular, base plana e duas asas laterais que partem do bordo até ao corpo.

Pasta: Pasta de tom alaranjado.

Decoração: Aplicação de caneluras ao longo do corpo.

Fig. 187. Panela

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1137

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos X-XI/XII.

Morfologia: Bordo extrovertido, colo cilíndrico baixo, corpo globular achatado, base plana e duas asas laterais que partem do bordo até ao corpo.

Pasta: Pasta castanha com marcas de cozedura.

Decoração: Aplicação de caneluras ao longo do corpo.

Fig. 188 – Frigideira

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1141

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo curvo e convexo, duas asas verticais grossas que partem do corpo até ao final do corpo.

Pasta: Pasta alaranjada.

Fig. 189 – Frigideira

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1158

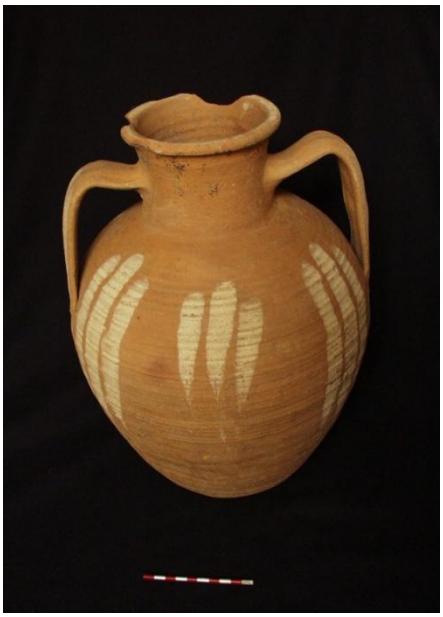
Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX-X.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo curvo e convexo, duas asas na horizontal em redor do bordo e base

Pasta: Pasta castanha escura.

Fig. 190 - Cântaro (fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1138

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos IX.

Morfologia: Bordo bastante acentuado para o exterior, colo troncocónico invertido, corpo ovoide, base convexa e plana, duas asas verticais que partem do colo e terminam no corpo.

Pasta: Pasta alaranjada.

Decoração: Aplicação de três traços de pintura branca.

Fig. 191 - Fragmento de talha

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1015

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

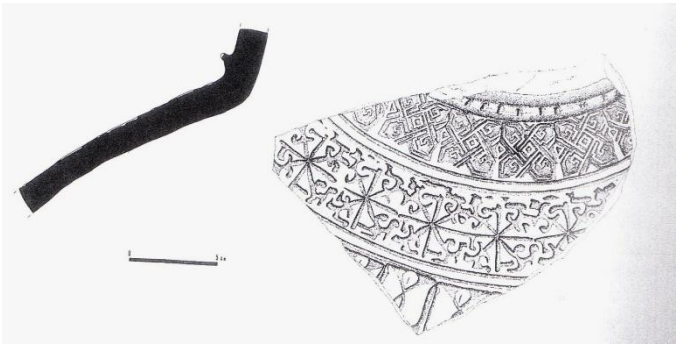
Cronologia: Primeira metade do século XII – Segunda metade do século XIII.

Morfologia: Porção do corpo?

Pasta: Pasta de tom bege.

Decoração: Aplicação do estampilhado com motivos vegetalistas.

Fig. 192 -Fragmento de talha (desenho e fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1175

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XII – Segunda metade do século XIII.

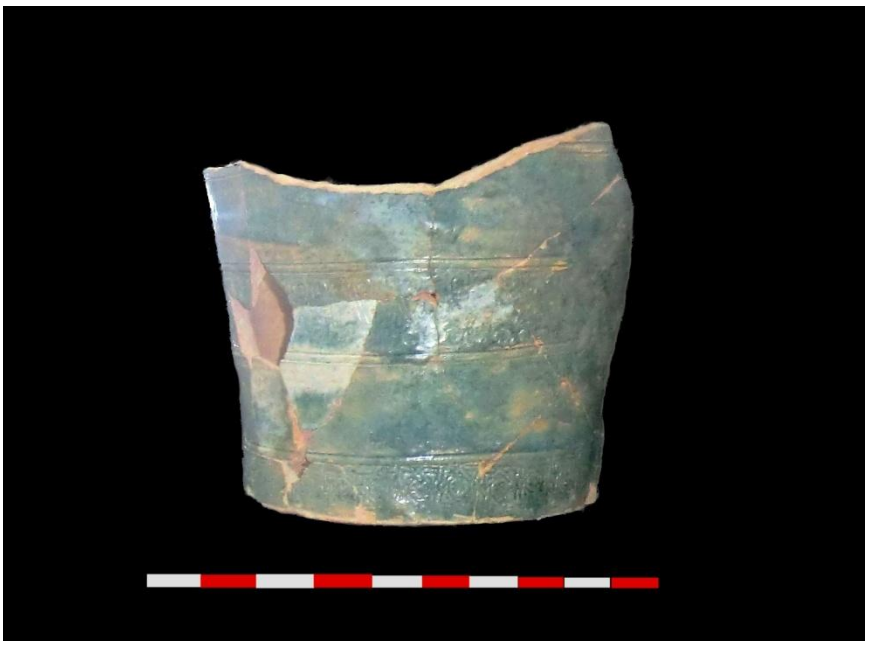
Morfologia: Porção do corpo?

Pasta: Pasta vermelha.

Decoração: Aplicação do estampilhado com motivos vegetalistas.

.

Fig. 193 - Fragmento de talha



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1016

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XII – Segunda metade do século XIII.

Morfologia: Porção da base ou colo?

Pasta: Pasta clara.

Decoração: Aplicação do vidrado verde e estampilhado com motivos vegetalistas.

Fig. 194 - Candil (fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1142

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos VIII-IX.

Morfologia: Bico bastante curto triangular, corpo globular e colo pouco desenvolvido.

Pasta: Pasta cinzenta.

Fig. 195 – Candil

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1407

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Séculos X-XI/XII.

Morfologia: Bordo arredondado, corpo bitroncocónico com uma pronunciada carena e uma asa que une o colo ao corpo e à base. O bico encontra-se fraturado, possivelmente teria forma pentagonal, sendo visíveis ainda as marcas de fogo.

Pasta: Pasta branca.

Decoração: Traços de pintura vermelha e aplicação da corda seca parcial.

Fig. 196 - Candil (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

Nº de inventário: AS/CC/93-97/444

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Forma de disco impresso

Pasta: Pasta clara.

Decoração: Superfícies vidradas com melado escuro.

Fig. 197 – Candeia

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1028

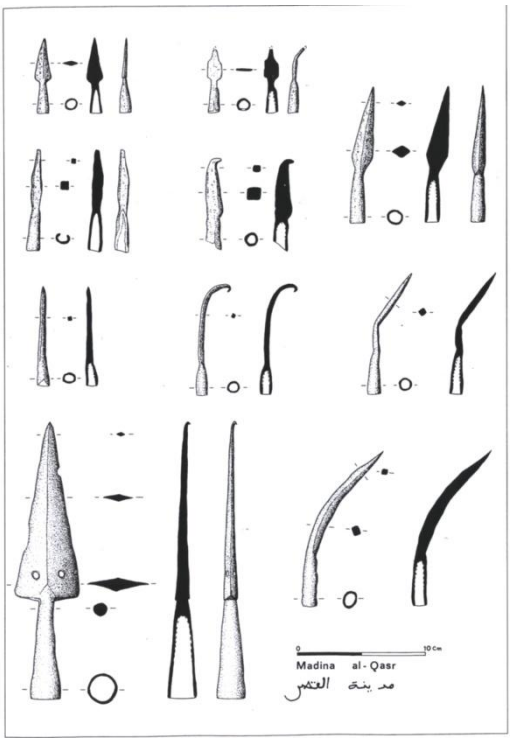
Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Bordo extrovertido, corpo troncocónico invertido, base côncava e asa vertical.

Decoração: Superfícies vidradas a verde.

Fig. 198 - Armamento (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)



Nº de inventário: 502-510, 415, 1189, 527, 1133, 501

Procedência: Encosta Norte do Castelo.

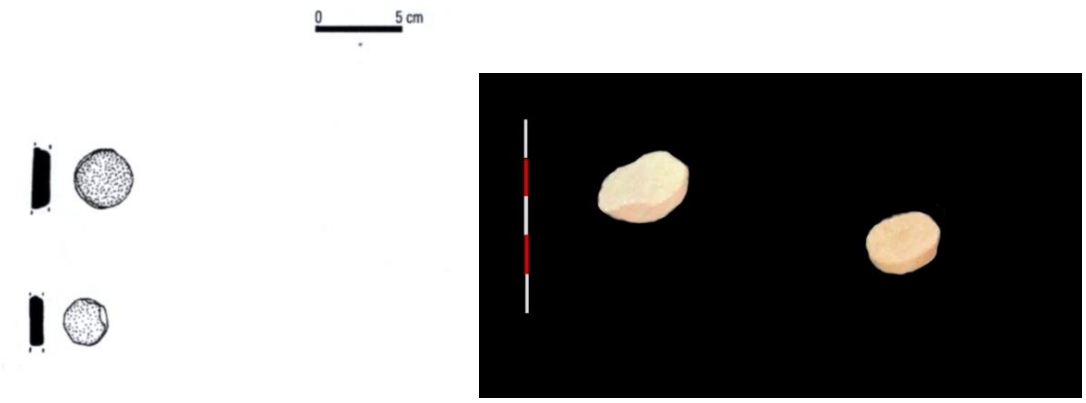
Cronologia: Séculos XII/XIII-XIV.

Morfologia: Pontas de flecha: Estrutura tubular cilíndrica ou levemente cónica devido à fixação da haste de madeira, sessão quadrangular e cabeça piramidal. Estrutura tubular cilíndrica ou levemente cónica devido à fixação da haste de madeira, sessão quadrangular e cabeça quadrada indo terminar numa ponta em bico. Estrutura cilíndrica na base, onde assentaria a haste e cabeça comprimida e estreita em bico.

Projéteis de funda em pedra, fragmento de noz de besta em osso, dedal de arqueiro.

Ponta de lança: Cabo de estrutura tubular convexa e uma grande cabeça piramidal pontiaguda.

Fig. 199 - Peças de jogo (desenho de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)



Nº de inventário: AS/CC/93-97/1143, 1144

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII – Primeira metade do século XIII.

Fig. 200 - Espevitador de candil.

Nº de inventário: AS/CC/93-97/542

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII – Primeira metade do século XIII.

Fig. 201 - Torres de roca (fotografia da direita de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

Nº de inventário: AS/CC/93-97/530, 1134

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII – Primeira metade do século XIII.

Morfologia: cilíndricas, com sessão horizontal superior circular e sessão inferior circular e quadrangular.

Fig. 202 - Fragmento de alcatruz de nora de água

Nº de inventário: AS/CC/93-97/1151

Procedência: Convento de Nossa Senhora de Aracoeli/Alcáçova e *Medina* Muçulmana.

Cronologia: Segunda metade do século XII - Primeira metade do século XIII.

Morfologia: Parte inferior com base cónica e paredes curvas.

Pasta: Pasta alaranjada.

Decoração: Aplicação de canelura.